

DE PROFESSORAS A TRABALHADORAS: Greves, Sindicalismo e Educação no Rio de Janeiro

Kênia Miranda



**DE PROFESSORAS A TRABALHADORAS:
GREVES, SINDICALISMO E EDUCAÇÃO
NO RIO DE JANEIRO**

Livro financiado com recurso Faperj e distribuído gratuitamente.

Kênia Miranda

**DE PROFESSORAS A TRABALHADORAS:
GREVES, SINDICALISMO E EDUCAÇÃO
NO RIO DE JANEIRO**

1ª Edição Eletrônica

Uberlândia / Minas Gerais
Navegando Publicações
2023



NAVEGANDO

Navegando Publicações



www.editoranavegando.com
editoranavegando@gmail.com
Uberlândia – MG,
Brasil

Direção Editorial: Navegando

Projeto gráfico e diagramação: Lurdes Lucena

Arte da Capa: Alberto Ponte Preta

Imagem Capa: Fotografia Assembleia Geral CEP Maracanãzinho 15 mil grevistas (1986)

Fonte: Acervo do SEPE-RJ; Arquivo Memória do Jornal do Brasil

Copyright © by autor, 2023.

E2446 – MIRANDA, K. De professoras a trabalhadoras: Greves, sindicalismo e educação no Rio de Janeiro.
Uberlândia: Navegando Publicações, 2023.

ISBN: 978-65-81417-98-7



10.29388/978-65-81417-98-7

1. Educação 2. Sindicalismo 3. Política Educacional. 4. SEPE-RJ. I. Kênia Miranda. II. Navegando Publicações. Título.

CDD – 370

Índice para catálogo sistemático

Educação

370



Editores

Lurdes Lucena – Esamc – Brasil
Carlos Lucena – UFU – Brasil
José Claudinei Lombardi – Unicamp, Brasil
José Carlos de Souza Araújo – Uniube/UFU, Brasil

Conselho Editorial Multidisciplinar

Pesquisadores Nacionais

Afrânio Mendes Catani – USP – Brasil
Anderson Brettas – IFTM – Brasil
Anselmo Alencar Colares – UFOPA – Brasil
Carlos Lucena – UFU – Brasil
Carlos Henrique de Carvalho – UFU, Brasil
Cilson César Fagiani – Uniube – Brasil
Dermeval Saviani – Unicamp – Brasil
Elmiro Santos Resende – UFU – Brasil
Fabiane Santana Previtali – UFU, Brasil
Gilberto Luiz Alves – UFMS – Brasil
Inez Stampa – PUCRJ – Brasil
João dos Reis Silva Júnior – UFSCar – Brasil
José Carlos de Souza Araújo – Uniube/UFU – Brasil
José Claudinei Lombardi – Unicamp – Brasil
Larissa Dahmer Pereira – UFF – Brasil
Lívia Diana Rocha Magalhães – UESB – Brasil
Marcelo Caetano Parreira da Silva – UFU – Brasil
Mara Regina Martins Jacomeli – Unicamp, Brasil
Maria Ciavatta – IFF – Brasil
Maria J. A. Rosário – UFPA – Brasil
Newton Antonio Paciulli Bryan – Unicamp, Brasil
Paulino José Orso – Unioeste – Brasil
Ricardo Antunes – Unicamp, Brasil
Robson Luiz de França – UFU, Brasil
Tatiana Dahmer Pereira – UFF – Brasil
Valdemar Sguissardi – UFSCar – (Apos.) – Brasil
Valeria Lucília Forti – UERJ – Brasil
Yolanda Guerra – UFRJ – Brasil

Pesquisadores Internacionais

Alberto L. Bialakowsky – Universidad de Buenos Aires – Argentina.
Alcina Maria de Castro Martins – (I.S.M.T.), Coimbra – Portugal
Alexander Steffanell – Lee University – EUA
Ángela A. Fernández – Univ. Aut. de St. Domingo – Rep. Dominicana
Antonino Vidal Ortega – Pont. Un. Cat. M. y Me – Rep. Dominicana
Armando Martínez Rosales – Universidad Popular de Cesar – Colômbia
Artemis Torres Valenzuela – Universidad San Carlos de Guatemala – Guatemala
Carolina Crisorio – Universidad de Buenos Aires – Argentina
Christian Cwik – Universität Graz – Austria
Christian Hausser – Universidad de Talca – Chile
Daniel Schugurensky – Arizona State University – EUA
Elizet Payne Iglesias – Universidad de Costa Rica – Costa Rica
Elsa Capron – Université de Nimés / Univ. de la Réunion – France
Elvira Aballi Morell – Vanderbilt University – EUA.
Fernando Camacho Padilla – Univ. Autónoma de Madrid – Espanha
Francisco Javier Maza Avila – Universidad de Cartagena – Colômbia
Hernán Venegas Delgado – Univ. Autónoma de Coahuila – México
Iside Gjergji – Universidade de Coimbra – Portugal
Iván Sánchez – Universidad del Magdalena – Colômbia
Johanna von Grafenstein, Instituto Mora – México
Lionel Muñoz Paz – Universidad Central de Venezuela – Venezuela
Jorge Enrique Elías-Caro – Universidad del Magdalena – Colômbia
José Jesus Borjón Nieto – El Colegio de Vera Cruz – México
José Luis de los Reyes – Universidad Autónoma de Madrid – Espanha
Juan Marchena Fernandez – Universidad Pablo de Olavide – Espanha
Juan Paz y Miño Cepeda, Pont. Univ. Católica del Ecuador – Equador
Lerber Dimas Vasquez – Universidad de La Guajira – Colômbia
Marvin Barahona – Universidad Nacional Autónoma de Honduras - Honduras
Michael Zeuske – Universität Zu Köln – Alemanha
Miguel Perez – Universidade Nova Lisboa – Portugal
Pilar Cagiao Vila – Universidad de Santiago de Compostela – Espanha
Raul Roman Romero – Univ. Nacional de Colombia – Colômbia
Roberto González Aranas – Universidad del Norte – Colômbia
Ronny Viales Hurtado – Universidad de Costa Rica – Costa Rica
Rosana de Matos Silveira Santos – Universidad de Granada – Espanha
Rosario Marquez Macías – Universidad de Huelva – Espanha
Sérgio Guerra Vilaboy – Universidad de la Habana – Cuba
Silvia Mancini – Université de Lausanne – Suíça
Teresa Medina – Universidade do Minho – Portugal
Tristan MacCoaw – Universit of London – Inglaterra
Victor-Jacinto Flecha – Univ. Cat. N. Señora de la Asunción – Paraguai
Yoel Cordovi Núñez – Instituto de História de Cuba v Cuba – Cuba

Para Laura

Juntas!

LISTA DE SIGLAS

ABE: Associação Brasileira de Educadores

ABI: Associação Brasileira de Imprensa

ALCA: Área de Livre Comércio das Américas

AMORJ: Arquivo Memória Operária do Rio de Janeiro, UFRJ

ANDES: Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior

ANDES-SN: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições do Ensino Superior

ANFOPE: Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação

ANPED: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação

AOERJ: Associação dos Orientadores Educacionais do Estado do Rio de Janeiro

AP: Ação Popular

APEOESP: Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo

APERJ: Associação dos Professores do Estado do Rio de Janeiro

APERJ: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

ARENA: Aliança Renovadora Nacional

ARTSIND: Articulação Sindical (PT)

ASSEERJ: Associação dos Supervisores Educacionais do Rio de Janeiro

CBE: Conferência Brasileira de Educação

CEA: Confederação de Educadores Americanos

CEDES: Centro de Estudos Educação & Sociedade

CEFETs: Centros Federais de Educação Tecnológica

CEP-Rio: Centro de Professores do Rio de Janeiro

CEP/RJ - Centro Estadual dos Professores do Rio de Janeiro

CEPE/RJ - Centro Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro

CESGRANRIO: Centro de Seleção de Candidatos ao Ensino Superior do Grande Rio

CGT: Central Geral dos Trabalhadores

CIEPS: Centros Integrados de Educação Pública

CIOSL: Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres

CLT: Consolidação das Leis do Trabalho

CMOPE: Confederação Mundial de Organizações de Profissionais de Ensino

CNTE: Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação

COED - Congresso Estadual de Educação

CSP-CONLUTAS: Central Sindical e Popular - Coordenação Nacional de Lutas

CONCLAT: Congresso Nacional da Classe Trabalhadora
CONED: Congresso Nacional de Educação
CONLUTAS: Coordenação Nacional de Lutas
CONTAG: Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CONTEE: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino
CPB: Confederação dos Professores do Brasil
CPI: Comissão Parlamentar de Inquérito
CPP: Centro do Professorado Paulista
CPPB: Confederação dos Professores Primários do Brasil
CS: Convergência Socialista
CTB: Confederação dos Trabalhadores do Brasil
CUT: Central Única dos Trabalhadores
DASP: Departamento Administrativo do Serviço Público
DGIE: Divisão Geral de Investigações Especiais, da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro
DIAP: Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
DIEESE: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos
DNTE: Departamento Nacional dos Trabalhadores em Educação
DOI: Destacamento de Operações Internas
DOPS: Departamento de Ordem Política e Social
DS: Democracia Socialista, (Corrente PT - Organização Marxista Revolucionária- Democracia Socialista ORM-DS)
ENCLAT: Encontros Estaduais da Classe Trabalhadora
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
FAEP: Fundação de Apoio à Escola Pública
FAMERJ - Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro
FGTS: Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIOCRUZ - Fundação Instituto Oswaldo Cruz
FISE: Federação Internacional Sindical de Ensino
FMI: Fundo Monetário Internacional
FNDEP: Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública
FSM: Federação Sindical Mundial
FUNDEB: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

FUNDEF: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

GLP: Gratificação por Lotação Prioritária - SEE-RJ

IES: Instituição de Ensino Superior

IFES: Instituições Federais de Ensino Superior

INEP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

INPC: Índice Nacional de Preços ao Consumidor

IPES: Instituições Particulares de Ensino Superior

LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LIBELU: Organização Socialista Internacionalista (Liberdade e Luta)

LSN: Lei de Segurança Nacional

MARE: Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado

MEP: Movimento de Emancipação do Proletariado

MDB: Movimento Democrático Brasileiro

MEC: Ministério da Educação e Cultura / Ministério da Educação

MOAP: Movimento de Oposição Aberto dos Professores

MR - 8: Movimento Revolucionário – Oito de Outubro

MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MUP: Movimento de União dos Professores Movimento de Oposição Aberto dos Professores (MOAP)

OAB: Ordem dos Advogados do Brasil

OIT - Organização Internacional do Trabalho

PC do B: Partido Comunista do Brasil

PCB: Partido Comunista Brasileiro

PCS: Plano de Cargos e Salários

PCN: Parâmetros Curriculares Nacionais

PDT: Partido Democrático Trabalhista

PDV: Plano de Demissão Voluntária

PEC: Proposta de Emenda à Constituição

PFL: Partido da Frente Liberal

PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNE: Plano Nacional de Educação

PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PSD: Partido Social Democrático

PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira
PSP: Partido Social Progressista
PSTU: Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT: Partido dos Trabalhadores
PTB: Partido Trabalhista Brasileiro
SAEB: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SAEP: Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Público
SEP: Sociedade Estadual dos Professores
SEPE/RJ: Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro
SIEB: Sistema Integrado de Educação Básica
SINPRO/RJ - Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro
SNI: Serviço Nacional de Informação
SUS: Sistema Único de Saúde
UBE: União Brasileira de Estudantes
UBES: União Brasileira de Estudantes Secundaristas
UDN: União Democrática Nacional
UNATE: União Nacional dos Trabalhadores da Educação
UNDIME: União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UNE: União Nacional de Estudantes
UPRJ: União dos Professores do Rio de Janeiro
USAID: Agência Internacional dos Estados Unidos para o Desenvolvimento

SUMÁRIO

PREFÁCIO _____	11
INTRODUÇÃO _____	18
I. A consolidação de uma força política: associativismo e sindicalismo docente ____	24
1.1. Algumas experiências organizativas anteriores ao Novo Sindicalismo _____	24
1.2. O Novo Sindicalismo _____	35
II. As greves do SEP ao SEPE (1979 - 1989): a formação da classe _____	41
2.1 A construção do Centro Estadual de Professores do Rio de Janeiro (CEP-RJ) ____	41
2.2. As Greves de março e agosto de 1979: A unificação da categoria e a resposta repressiva da ditadura _____	44
2.3. A mais longa greve da entidade: 1988 _____	64
2.4 O Significado das lutas da década de 1980 _____	87
III. Da escola nova à nova escola: política, educação e luta de classes no Rio de Janeiro _____	89
3.1. A década de 1990: as disputas pela política educacional e o refluxo das mobilizações de massa _____	91
3.2. Do discurso da reforma do Estado à sua realização _____	109
3.3. A Nova Escola: produtividade, eficiência e heteronomia _____	138
3.4. O SEPE e a ruptura com a CUT: crise de hegemonia na direção e a reorganização da classe _____	158
CONSIDERAÇÕES FINAIS _____	172
REFERÊNCIAS _____	180

PREFÁCIO

Das lutas dos trabalhadores e das inquietações persistentes na educação pública

Virgínia Fontes

Este livro analisa cuidadosamente a trajetória das e dos trabalhadoras-trabalhadores da educação pública no Rio de Janeiro, através do estudo incisivo e documentado da construção das organizações e das lutas sindicais dessa categoria. É um livro de combate, mas é sobretudo um documento precioso do processo histórico que vivemos nas últimas décadas. Em grande parte, as lutas de trabalhadora-es ocorreram sem cobertura substantiva das grandes mídias proprietárias que apenas, vez ou outra, traziam informações. Frequentemente, entretanto desqualificavam a educação pública, atacavam apenas os sindicatos de trabalhadora-es (pois silenciavam sobre a ação dos sindicatos patronais), apoiavam o uso dos recursos públicos para os setores privados que, no fundo, representam... Em outros termos, aqui encontramos uma história pouco conhecida, embora tenha uma importância crucial nas nossas vidas, nas das nossas crianças e da nossa juventude e no próprio futuro do país.

Não é um livro neutro, e nem neutralidade alguma há nas ciências sociais. Como já lembrava Pierre Bourdieu, em *O Campo Científico*, “a ideia de uma ciência neutra é uma ficção, e uma ficção interessada, que permite fazer passar por científico uma forma neutralizada e eufêmica, particularmente eficaz simbolicamente porque particularmente *irreconhecível*, da representação dominante do mundo social” (p. 148, itálicos no original). É, pois, um livro engajado, e exatamente por ter plena consciência das divisões que cindem a vida social sob o capitalismo, e das condições específicas da sociedade brasileira, escapa de visões unilaterais. Enfrenta e analisa as contradições e tensões que atravessaram a construção do SEPE/RJ, o Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro, integrante do conjunto da classe trabalhadora brasileira.

É engajado o livro, pois somente a atuação coletiva dos trabalhadores – qualquer que seja o seu estatuto contratual – poderá enfrentar a rapinagem burguesa constante frente aos fundos públicos, somente ela pode assegurar uma educação verdadeiramente pública, de alta qualidade, abrindo finalmente espaço para uma “escola única”, como queria Gramsci, escola que reúna a socialização dos conhecimentos humanos historicamente acumulados, incorporando o aspecto criativo e artístico, capaz de compreender criticamente a forma de organização da vida social e preparar a juventude tanto para as

funções socialmente necessárias, quanto para uma vida plena quanto, ainda, para construir conscientemente uma sociedade na qual explorações e opressões não tenham mais lugar. Uma escola que prepara para o trabalho, sim, mas para o trabalho criador e criativo, e não para a mera sujeição da juventude a classes dominantes a cada dia mais vorazes para retirar direitos, enquanto se reservam todas as benesses.

Pesquisa militante, portanto, pois defende – com unhas e dentes – a importância da organização sindical que, embora não esgote nem deva esgotar o horizonte organizativo das classes trabalhadoras, segue fundamental. Os sindicatos, ao contribuir para assegurar a construção de identidades comuns na reivindicação fundamental de todos e todas trabalhadore-as, aquela que remete às condições de trabalho e de salários condizentes, atuam na garantia da ampliação e defesa de direitos, ao mesmo tempo em que asseguram diversidade e pluralidade no interior de uma categoria coletiva. No caso dos-as trabalhadore-as da educação, a atuação do SEPE-RJ teve papel central na própria expansão quantitativa e qualitativa da educação pública no Rio de Janeiro. A experiência sindical reúne sempre parcela – maior ou menor – das classes trabalhadoras, e continua a ser uma atividade fundamental dessa identificação e dessa luta. Por dentro dessa riquíssima experiência de vida, de trabalho, de companheirismo e de embates se pode construir mais amplas modalidades de organização, como as centrais sindicais, e incorporar inúmeras lutas, como o feminismo, o antipatriarcalismo, o antirracismo, a defesa da vida e de seu sociometabolismo, na necessária troca social e histórica com a natureza.

Este livro, entretanto, não nutre ilusões. Não se trata de supor ou imaginar que apenas o sindicalismo possa superar as enormes dificuldades impostas pelo capital e seus epígonos a uma educação verdadeiramente pública. Isso fica evidente ao demonstrar a dureza das lutas que atravessaram o SEPE-RJ, a dimensão das pressões externas de organismos internacionais do capital e de forças internas – empresariais e governamentais – que aderiram aos projetos crescentes de desmantelamento das condições *democráticas* no interior da escola pública. Kênia Miranda apresenta as dificuldades desse enfrentamento, pois tais forças em prol do capitalismo – de teor liberal, ultraliberal e/ou conservador – nutridas pela propaganda, acrescidas pela pressão direta sobre os professores, pelo cansaço, pelas vacilações que levavam trabalhadora-es a aceitar e, em alguns casos, até a endossar a descrença na importância da organização de suas forças enquanto esteio central da defesa de suas profissões e da própria educação pública.

Emergem deste livro muitos temas sobre o conjunto do sindicalismo brasileiro e, em especial, do sindicalismo docente e das questões feministas. Destacarei apenas alguns

deles que são cuidadosamente apresentados na análise de Kênia Miranda. Começo pela importância da definição ampliada das bases dessa categoria, incorporando não apenas professores, mas todos os trabalhadores da educação. Ainda sob as duríssimas condições ditatoriais, a fusão de entidades anteriores criou o Centro Estadual de Professores, CEP-RJ, que se converteria em 1987 em CEPE – Centro Estadual de Profissionais da Educação, reunindo as variadas categorias de trabalhadores no âmbito da educação do Estado do Rio de Janeiro. Alargava sua base para além da categoria docente, abrangendo “também os profissionais da educação básica do Estado do Rio de Janeiro, tais como merendeiras, inspetores e serventes e não apenas a categoria docente, podendo filiar-se quaisquer profissionais das redes municipais de educação da capital e interior do estado, assim como servidores da rede estadual e da rede privada, desde que não fossem empregados do ensino”. Somente após a Constituição de 1988, tornar-se-ia o SEPE – Sindicato Estadual de Profissionais da Educação. Essa consolidação dos laços internos da categoria de trabalhadores da educação mostra como é possível enfrentar as barreiras de todo o tipo contrapostas à construção da unidade entre trabalhadores. Resgatar essa experiência é fundamental em tempos de intensificação dos bloqueios aos sindicatos, através de terceirizações, de contratações temporárias, de precarizações no interior da educação.

O segundo ponto é a relação com a construção de Centrais Sindicais. Alicerçado em bases mais amplas e num funcionamento permanentemente tensionado, mas democrático, a experiência do SEPE mostra a importância de construir formas coletivas de controle da base sobre as instâncias de cúpula sindicais, desde as direções sindicais até as Centrais Sindicais. Trata-se de demonstração substantiva da importância da autonomia e da independência dos sindicatos diante de governos e de partidos políticos. Vale sempre lembrar que há enorme distância entre ser mera correia de transmissão de governos ou partidos, e o fato de que sindicalistas tenham posição (e mesmo filiação e militância) junto a partidos, o que é parte integrante dos jogos de forças ideopolíticas. Este livro mostra com detalhes a intensa campanha e acirrados debates que levaram, em 1986, o SEPE-RJ (então CEP-RJ) a integrar a Central Única dos Trabalhadores-CUT. Mas também detalha as dificuldades crescentes já na década de 1990 na relação com a CUT e as intensas lutas que finalmente conduziram à sua desfiliação dessa Central, que se distanciava das bases do sindicato e de suas reivindicações fundamentais.

O terceiro ponto a destacar – e enfatizo a importância da leitura do relato cuidadoso feito por Kênia Miranda – foram as decepções criadas após as enormes

expectativas com o governo Leonel Brizola no Rio de Janeiro. Novamente, formidáveis mobilizações e intensas disputas atravessam o sindicato.

Em suma, numa análise consistente, pode-se tomar posição, mas não se deve simplificar ou banalizar as complexas relações e tensões que o conjunto do sindicalismo brasileiro experimentou nas últimas décadas. Assim, não espere o leitor que haja respostas fáceis ou previamente mastigadas para as enormes dificuldades que ainda hoje atravessamos nas lutas de trabalhadores e na educação pública no Brasil. Ao contrário, é pela explicitação do teor dos embates, pela compreensão dos limites e da potência das diferenças posições em liça, que podemos nos nutrir para seguir o enfrentamento. Falsificar os embates ou mascarar derrotas seria como eliminar o sangue correndo nas veias da luta concreta.

* * *

O fio que conduz a trama histórica exposta no livro nos leva a uma enorme inquietação: as poderosas lutas sindicais e populares que se soldaram na Constituição de 1988 exigiam carreiras públicas, uso dos recursos públicos exclusivamente para as escolas públicas, salários dignos e condições de trabalho condizentes, isto é professora-es e servidora-es concursada-os para diversas tarefas educativas, equipamentos e material escolar à altura, mas também alimentação e transporte e cuidados para as crianças e jovens. Porque então a inquietação? Afinal, essas reivindicações correspondem ao melhor para o processo escolar e conduziram em diversos momentos à confluência entre as lutas docentes e o conjunto das lutas populares. Infelizmente, a inquietação é real: ao observar o longo tempo analisado nesse livro, essas condições mínimas – repito, mínimas – foram permanentemente atacadas, bloqueadas, estranguladas e perseguidas, das mais variadas maneiras.

Este livro vem à luz exatamente no momento em que está em curso mais uma luta dramática em defesa da educação pública. Me refiro às intensas lutas docentes e estudantis contra o que pretende se apresentar como um “novo” Ensino Médio-NEM. Apesar da palavra “novo” ele nada tem de novo, entretanto. Exatamente ao contrário, a proposta, sustentada ativamente por entidades empresariais “sem fins lucrativos”, pretende impor as mesmas práticas com as quais há pelo menos três décadas tentam controlar e jugular a educação pública. Sob a etiqueta “filantrópica”, grandes empresas das mais variadas procedências – brasileiras e estrangeiras, mas todas de grande porte – intensificaram sua

ingerência na educação pública a partir da constituição do *Todos Pelo Educação-TPE*, que agrupa uma miríade de entidades com e sem fins lucrativos controladas por grupos empresariais. A Fundação Roberto Marinho – da família proprietária da Rede Globo – durante muito tempo assumiu papel de destaque, secundada por vários outros. Dentre estes, o *Movimento pela Base*, liderado pela Fundação Lemann. Aliás, esta última Fundação é um conglomerado de entidades com e sem fins lucrativos, replicando o conglomerado de propriedades altamente lucrativas controlado pelo trio oriundo do Banco Garantia, Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Beto Sicupira. Tal conglomerado engloba de cervejarias a parcela da Eletrobrás (e, claro, contribuiu ativamente para sua privatização, abocanhando a preço vil uma empresa estratégica brasileira), que se ocupa de financiadoras e de comércio (Americanas) – na qual aliás procuram silenciar sua própria participação em bilionária fraude – e que, por fim, também atua em grande escala na compra e venda de unidades escolares privadas e de uma miríade de serviços vendidos para a educação pública e privada.

O NEM é o resultado de uma atuação tríplice empresarial: a de teor carunchoso, a corroer por dentro a educação pública através da participação privada; a do estrangulamento das carreiras profissionais e dos recursos públicos e, por fim, a da precarização das relações de trabalho fortemente fomentada e implementada por tais entidades no próprio interior da educação pública. Nas três dimensões, o persistente ataque aos sindicatos e às próprias condições de sindicalização. Não à toa, o NEM pretende formar massivamente jovens para trabalhos precarizados e para uma vida sem direitos, distanciados da educação superior de qualidade. E tal prática significa intensificar variadas formas de racismo, de machismo e patriarcalismo, de capacitismo, de silenciamento diante da devastação da natureza.

Reitero, nada de novo: trata-se de negar as conquistas constitucionais de 1988, desmantelando as carreiras docentes e as condições de trabalho dos diversos trabalhadores da educação, estrangulando o uso – constitucional – dos recursos públicos para a educação e destinando-os a tais filantropias muito peculiares, uma vez que lucram com vendas de material pedagógico, de sistemas de gestão e da própria atuação direta em escolas públicas (remunerada, é claro), nutrindo-se de inúmeras desonerações de impostos. Vomitam uma ladainha mais do que remastigada de que é preciso menos Estado. Mas para quem? Apenas para a massa da população trabalhadora, pois as classes dominantes abocanham a cada dia mais recursos públicos, a começar pela dívida pública, cujos juros engordam grandes investidores enquanto corroem as políticas para os setores populares. Não satisfeitos,

avançam sobre as conquistas – tão pequenas – da Constituição de 1988. Trata-se agora de controlar de maneira quase imediata o uso, o direcionamento e o controle dos recursos públicos destinados às políticas de cunho universal, em especial na educação.

A decrépita postura de bloquear a educação pública tal como assegurado na Constituição, o que deveria significar recursos públicos destinados exclusivamente para a escola pública, agora vem com espessa maquiagem, edulcorada por “queremos mudar o mundo”, “o Ensino Médio é péssimo”, os jovens não gostam, etc., etc. Todos esses itens de encobrimento são brandidos a torto e a direito por classes dominantes que há décadas fazem propaganda intensa de que estão “mudando o mundo” ..., mas os resultados são sempre o aumento dos lucros de pequeno punhado, enquanto deixam à deriva a juventude e seus direitos duramente conquistados. Essa densa maquiagem não consegue esconder os verdadeiros objetivos, nem enganar sobre a ‘novidade’ da proposta. Em que consiste tal proposta:

- Silenciar os sindicatos de trabalhadora-es, seja à custa de golpes de Estado, como em 2016 e em retirada direta de direitos, bloqueando a sindicalização, fraudando sindicatos ou forjando sindicatos paralelos; ou, ainda, de lançar constantes campanhas antissindicalistas. Atenção, pois, entretanto, tais empresários estão também organizados em sindicatos, mas o seu próprio sindicalismo é intocável e, ademais, comparece com frequência aos gabinetes presidenciais e ministeriais. Acusam os sindicatos de trabalhadores, mas omitem o que eles próprios fazem, o que se parece com o mau hálito – apenas outros o têm.

- Quebrar as categorias de trabalhadore-as na educação. Esse é um processo no qual o empresariado e seus acólitos investiram tempo e recursos públicos, em atuação direta para estimular a precarização da força de trabalho. Através da ‘oferta’ de trabalhadores ‘voluntários’, tais entidades sem fins lucrativos constituíram a ponta de lança dos processos de precarização e de retirada de direitos dos docentes. Tal movimento se reforçava pelo contante bloqueio aos reajustes salariais, limitando as carreiras, separando os-as professora-es dos demais trabalhadores na educação. Precarizaram inicialmente pelas franjas, até que o miolo central docente esteja enfraquecido, exausto. Mas, apesar das enormes dificuldades, os sindicatos seguem lutando e vale mencionar a importante greve de 2023, assim como as mais violentas formas de repressão e de desqualificação impostas, por exemplo, no Município de Duque de Caxias-RJ.

- Generalizar para os jovens da grande massa da população uma escola paupérrima, e não se trata apenas dos recursos a cada dia mais escassos. Uma escola sem uma grade curricular que possa preparar a juventude para liderar o mundo futuro. Querem forjar suas

próprias lideranças (em muitos casos, capatazes) em escolas privadas ou através da filtragem absurdamente seletiva de alguns jovens dos setores populares, pinçados em escolas públicas e transformados em arautos do patronato. Dessolidarizados de sua origem, perdidos no meio de uma ofuscante riqueza, de tapetes e ofertas aos vencedores, sequer se dão se conta de que participam uma corrida truncada, em que a vida da maioria é o que está em jogo.

Embora pareça ser uma coincidência, e em parte o seja, este livro de combate aparece num momento de mais um ataque dramático à educação pública. Mas tampouco é totalmente uma coincidência, pois traz o histórico da luta contra o persistente desprezo das classes dominantes pelas lutas das classes trabalhadoras e dos setores populares. Nossa história mostra o enorme estrago que resultou dos recuos, das vacilações e das conciliações impossíveis.

O duplo engajamento que este livro promove continua fundamental: intensificar, ampliar e aprofundar as lutas sindicais, sem perder nunca de vista que se trata de uma luta do conjunto de todos e todas as e os trabalhadora-es.

INTRODUÇÃO

Os ataques à educação pública adquiriram escala inimaginável nos últimos seis anos, no Brasil. O empuxo à mercantilização e à privatização da educação ganhou contornos conservadores que buscaram restringir a democracia nos ambientes educacionais, controlar e censurar o trabalho das educadoras e dos educadores e estabelecer a vigilância como regra, a violência como ameaça, desde o chão das escolas até o espaço virtual.

Quando houve a necessária suspensão das atividades presenciais nas escolas de Educação Básica e na Educação Superior, em março de 2020, em defesa da vida de trabalhadores e trabalhadoras, estudantes e familiares, em razão da disseminação do novo coronavírus, mais uma vez a lente burguesa viu oportunidade de expansão na desgraça que se abateu, com pesos diferentes, sobre as classes sociais. O processo há tempos em curso de objetivação e heteronomia na educação produziu novas justificativas apresentadas como saídas unilaterais à substituição das aulas presenciais.

O problema da suspensão das atividades de ensino regulares atingiu a todo o país. Redes federal, municipais, estaduais, públicas e privadas trataram a questão de formas bastante desiguais e com improviso, inicialmente.

A tentativa de transferência de processos de ensino ao espaço doméstico jamais poderia se dar sem obstáculos das mais diversas ordens. Em um país que a maior parte população vive sob muito precárias condições de moradia, renda e trabalho, a educação básica deixou de fazer parte da vida de muitas crianças e adolescentes e de suas famílias.

A reconfiguração do espaço doméstico em ambiente de trabalho e de formação ocorreu sob esta marca, agravada pelos efeitos da pandemia tais como perda de renda, cuidados com crianças, idosos e doentes, trabalhos domésticos, que cresceram exponencialmente, além do sofrimento psíquico. As tarefas da reprodução social, de cuidados e reposição geracional da força de trabalho, sempre estiveram, no capitalismo, desigualmente distribuídas, cabendo majoritariamente às mulheres a sua realização.

Segundo os dados dos Censos da Educação Básica dos anos de 2009, 2013 e 2017, na educação, a força de trabalho é majoritariamente feminina. O perfil do professor da educação básica no Brasil é de 81% de mulheres, cerca da metade, 42%, declaram-se como brancos/brancas, com idade média de 41 anos, alocadas, prioritariamente, nas etapas iniciais da educação básica, Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental.

A proletarização docente veio de mãos dadas à feminização do trabalho na educação e o marcou de forma singular. Houve um movimento ascendente de participação

feminina na configuração desta força de trabalho, cuja inserção nasceu sob os signos *da precarização e da emancipação*, para partilharmos da concepção de Nogueira (2004). Ou seja, a ideologia do sacerdócio e da vocação feminina, vinculada a capacidade biológica de gestação, associadas à educação, traduziam a perspectiva dominante de subordinação econômico-social e política da mulher a trabalhos voltados ao cuidado. A ideologia patriarcal, funcional ao capitalismo em expansão, que precisava conceder e controlar o espaço feminino produzia a justificativa de baixa remuneração no magistério através de um conjunto de argumentos. De sorte que, para a mulher, a docência ofício significaria uma renda complementar; haveria uma redução de carga horária se comparado à jornada fabril, possibilitando a formação cultural das novas gerações simultaneamente à presença no lar, realizando o trabalho - não pago –de reprodução social, necessário à acumulação capitalista.

Contudo, essas trabalhadoras das funções ligadas aos cuidados despontaram na vanguarda das lutas por direitos sociais em diversos cantos do mundo e em conjunturas diversas.

No sentido de recuperar a história de trabalhadoras da Educação Básica no estado do Rio de Janeiro, suas lutas, publicamos este livro, mesmo passados onze anos da conclusão da pesquisa que lhe deu origem.

As lutas por educação pública, gratuita e radicalmente antagônica aos interesses do capital é a luta de muitos, conduzida majoritariamente por mulheres, professoras, cozinheiras, faxineiras, inspetoras, mães.

Este livro, é uma parte da tese *As lutas dos trabalhadores da educação: do novo sindicalismo à ruptura com a CUT*, aprovada no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, em 2011. Tal pesquisa teve como objeto as lutas dos trabalhadores da educação, organizados no Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro (SEPE-RJ) e no Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES-SN), no período compreendido entre a eclosão do Novo Sindicalismo e meados da década de 2000. O livro publicado pela Eduff, a editora universitária da UFF, via seleção em edital, em 2017, *Lutas por educação no Brasil recente*, tratou das lutas da Educação Superior. Faltou, portanto, dar maior divulgação à história da organização política da Educação Básica no estado do Rio de Janeiro, o processo de constituição das trabalhadoras da educação como uma nova força política através dos embates travados com os governos estaduais e municipal, nos momentos das greves, de congressos sindicais e das lutas por participação nas políticas educacionais.

Para que essas lutas conquistassem um caráter classista e combativo, a questão de gênero, a questão do papel da mulher no trabalho e na vida social, foi enfrentada, na realidade concreta, para a superação da hegemonia organizativa do associativismo e dos limites postos à participação política feminina.

O sindicalismo docente é uma importante experiência de construção de mulheres enquanto dirigentes políticas. Cada vez mais, a história da luta pela emancipação das mulheres tem surgido e se fortalecido através do combate à retirada de direitos empreendida pelo Neoliberalismo, ao longo das últimas quatro décadas pelo mundo. São as trabalhadoras dos “cuidados”, aquelas responsáveis pelo trabalho pago da educação, da saúde, do trabalho doméstico, de alimentação, de limpeza, e aquelas do trabalho não pago doméstico, de cuidado das crianças, dos idosos e dos impossibilitados de uma vida com plena autonomia que se levantam contra o empobrecimento das condições gerais de vida da classe trabalhadora e da privação de direitos sociais e trabalhistas pelo Estado, como política de classe a favor da acumulação capitalista.

Esta pesquisa veio à público em 2011, mas ficou, em geral, restrita ao espaço universitário. Por acreditar que ela pode informar às novas lutas sobre relevante experiência de organização política, sobre a ditadura empresarial-militar, sobre os limites das políticas educacionais dessas décadas e sobre a participação nas lutas mais gerais travadas pela da classe trabalhadora no Brasil e no Rio de Janeiro, convido à leitura das próximas páginas.

O primeiro capítulo, *A consolidação de uma força política: associativismo e sindicalismo docente*, foi publicado, em versão modificada, na obra: *Lutas por educação no Brasil recente*, Eduff, 2017. Tal capítulo, fundamental à pesquisa realizada nas entidades sindicais citadas, contextualiza o movimento mais geral que trouxe experiências singulares aos movimentos de educadores da Educação Superior e da Educação Básica. A publicação da versão que trazemos aqui é justificada pela necessidade de mapear o contexto histórico em que se desenrolaram tais lutas.

Nela, realizamos um balanço da literatura sobre o movimento docente e, através da recuperação de algumas das experiências do associativismo docente, traçamos um panorama das ações que indicam que o movimento docente não é uma organização sem passado e que tais experiências influenciaram, de certa forma, no processo de formação da categoria enquanto classe. Para tal, a consolidação dos trabalhadores da educação enquanto força política é analisada no contexto dos embates presentes no seio da sociedade e do sindicalismo brasileiro, a partir da eclosão do *Novo Sindicalismo*, um movimento mais amplo na sociedade brasileira.

No segundo capítulo, *As greves do SEP ao SEPE (1979 - 1989): a formação da classe*, analisamos a trajetória do sindicato da Educação Básica, fundado em 1977 (SEP). Durante esse período, a organização enfrentou com determinação a ditadura empresarial-militar, realizou mobilizações e greves, na rede estadual, confrontando a resposta repressiva do Estado, buscando o apoio da população, melhores condições de vida e trabalho e a intervenção na política educacional e no cenário político brasileiro. Investigamos como as transformações no Estado, ocorridas no Rio de Janeiro, funcionaram, na década de 1980, como laboratório de experimentação das políticas de modernização do Estado, sob inspiração neoliberal e, no campo específico da política educacional, como realizou a expansão precarizada da rede de ensino.

No terceiro capítulo, *Da Escola Nova à Nova Escola: Política, Educação e Luta de Classes no Rio de Janeiro*, pesquisamos como se deu a consolidação de políticas de reestruturação administrativa do Estado através de políticas de produtividade, competitividade e heteronomia dos trabalhadores da educação. Analisamos o processo de consolidação dos trabalhadores da educação enquanto uma nova força social, o seu processo de formação/organização/reorganização enquanto classe, a ruptura com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a luta contra as políticas de transformação da educação em mercadoria, objetivo capitalista, mediado pelo Estado.

Como é do conhecimento dos pesquisadores do movimento operário, o trabalho com as fontes nos sindicatos é tarefa complexa, por vários aspectos. Em primeiro lugar, a repressão ditatorial fez com que, em determinados períodos, parte do o acervo dos sindicatos e/ou de sindicalistas fosse destruída. Nesse sentido, os acervos da APERJ, em especial o da Polícia Política do Rio de Janeiro, e do AMORJ foram fundamentais para a realização do trabalho. Em segundo lugar, os sindicatos oriundos do *Novo Sindicalismo* parecem ter começado a preocupar-se com o acervo apenas recentemente, quando se depararam com a não perenidade de seus materiais, décadas depois de sua fundação. É também do conhecimento de pesquisadores e militantes a forma com que, em muitos casos, fontes sindicais foram irremediavelmente extraviadas em faxinas, mudanças de sede e em amontoamentos dos mesmos, por anos. Na maior parte dos casos, tais fontes sobreviveram mais por razões contingentes do que por políticas de preservação da memória das entidades.

Em que pesem as dificuldades apontadas acima, encontrei no SEPE arquivos em condição de consulta, embora não exatamente nas condições adequadas.

A dificuldade inicial de localizar as fontes históricas capazes de nos permitir o

trabalho de análise das entidades sindicais, superada pelo apoio fundamental de uma funcionária da entidade, colocou-nos diante de uma vastidão de fontes diversificadas. Nesse sentido, trabalhamos com as seguintes fontes primárias: atas de congressos e assembleias, jornais das entidades, jornais da grande mídia (*clipping* elaborado pela imprensa sindical), manifestos, documentos de avaliação das greves (Comandos de Greve), relatórios de congressos e demais encontros, cadernos de teses de congressos, panfletos eleitorais, publicações (revistas e cadernos), fotografias, faxes, telegramas.

No arquivo da Polícia Política do Estado do Rio de Janeiro, órgão da repressão ditatorial, trabalhamos com documentos relativos às atividades rotineiras do Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE)¹, tais como informes, relatórios de informações, pedidos de buscas, registros de detenções e depoimentos materiais apreendidos e dossiês de investigação do CEP e de sindicalistas.

Enfim, agradeço aos que colaboraram de diferentes formas com a pesquisa, embora não consiga citar todos.

O acesso aos arquivos e fontes foi possível pelo o apoio da diretoria do SEPE e da funcionária Eniete Dias, assim como pelo trabalho dos funcionários do APERJ e do AMORJ. Também registro meu agradecimento a Albano Teixeira e Alcebíades Teixeira Filho que concederam entrevistas valiosas que complementaram este acervo. Assim como à Virgínia Fontes, Roberto Leher, Sonia Rummert e Eurelino Coelho, que compuseram minha banca de doutorado no PPGH-UFF e trouxeram inúmeras contribuições, críticas valiosas e um bom debate sobre este mergulho na história das lutas recentes por educação.

Marcelo Badaró, orientador da tese, companheiro de lutas estudadas, referência teórica e amigo colaborou de muitas formas com a produção deste trabalho.

José foi e segue sendo o companheiro de aventuras e de vida, ao longo de todo esse tempo, parceiro intelectual e animador desta publicação. Obrigada por ser apoio e incentivo.

Ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da UFF (PPGSSDR), cujo corpo docente integro, e à FAPERJ meu reconhecimento pela oportunidade de publicação, a partir do financiamento deste livro.

A fotografia da maior greve da categoria na década de 1980 escolhida para a capa deste livro, garimpada nos arquivos do SEPE-RJ, nos remete a um tempo outro das lutas

¹ O Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE), ligado à Secretaria de Segurança Pública do Estado, foi criado em 1975 como órgão de "inteligência policial" cuja função era reunir informações a fim de colaborar nas tarefas de repressão social.

pela educação pública, que sua força e beleza nos animem a encontrar novos caminhos e cores aos desafios do tempo presente.

I.

A consolidação de uma força política: associativismo e sindicalismo docente

As organizações dos trabalhadores da educação, particularmente dos professores, não são inauguradas com o movimento conhecido como *Novo Sindicalismo*, ainda que, decerto, este seja o período de seu crescimento e amadurecimento como força social expressiva. A consolidação da organização docente como uma força política relevante para as lutas sociais das últimas décadas no Brasil ocorreu pela imbricação de, pelo menos, três aspectos: 1) A expansão do ensino público e a forma como o mesmo ocorreu; 2) as experiências, ainda que fragmentárias, vividas até o momento da eclosão do *Novo Sindicalismo*. 3) A convergência entre as lutas pela democratização do ensino na tradição dos movimentos operários e as lutas corporativas dos professores, cujo exemplo de ampliação e da unificação das lutas foram aquelas que se deram em oposição à ditadura e pela democratização da educação.

1.1. ALGUMAS EXPERIÊNCIAS ORGANIZATIVAS ANTERIORES AO NOVO SINDICALISMO

Antes da Constituição da República de 1988, que assegurou o direito de sindicalização aos servidores públicos, os professores da rede pública reuniam-se sob a forma associativista e, os professores da rede privada, já sob a forma sindical. Um recuo ao século XIX e início do século XX nos permite encontrar associações de auxílio mútuo ou de caráter reivindicativo de tipo sindical, tal como ocorreu com o movimento operário.

No artigo *Esquecidos e mal pagos*², Daniel Cavalcanti Lemos, reproduz a reivindicação dos professores públicos primários da Corte Imperial: “Não vedes que, tratados os professores como escravos, só conseguireis moldar por eles uma sociedade indigna do século em que viveis?”³. Em manifesto aberto à população, eles reivindicavam: “melhores condições de trabalho, respeito por parte do poder público, pagamento dos prêmios a que tinham direito, a desistência do Estado de promover uma reforma do ensino e, principalmente, aumento dos salários”⁴.

² *Revista de História da Biblioteca Nacional*. n. 32, maio de 2008. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=1600>.

³ LEMOS, Daniel Cavalcanti. Uma luta antiga. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. n. 32, maio de 2008. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=1600>.

⁴ Idem.

Outros trabalhos de Daniel Lemos, frutos de sua pesquisa sobre o associativismo docente⁵ na Corte Imperial, são relevantes para a compreensão da organização corporativa dos professores no período, dos quais poderíamos ainda destacar mais dois. O primeiro, em coautoria com Angélica Borges, trata dos jornais organizados pelos professores públicos na Corte, na década de 1870: *A Instrução Pública, A Verdadeira Instrução Pública, A Escola, O Ensino Primário, A Gazeta da Instrução Pública, A Revolução Social*.⁶ E o segundo, no qual o autor, a partir da atuação de um personagem, o “professor Reis”, analisa como as associações docentes influenciaram na construção da profissão docente e como um grupo de professores entrou em contato, por intermédio do governo republicano, com organizações docentes de Portugal e da Espanha, como a União Ibero-Americana de Madri e a Associação de Professores de Lisboa⁷.

Cabe destacar o contexto de desorganização estrutural do ensino público para o exercício do trabalho docente, no referido período. Por um lado, tratava-se de um sistema dual de ensino, assim configurado desde o Império e consolidado na República, ou seja, uma “educação da classe dominante (escolas secundárias acadêmicas e escolas superiores) e a educação do povo (escola primária e escola profissional)”⁸. Além das escassas escolas primárias, a restrita dimensão do ensino, em 1888, pode ser percebida pelos números a seguir: 250.000 alunos para uma população de 14 milhões de habitantes⁹. Por outro lado, a marca da educação sexista no processo formativo dos estudantes estendia-se, na forma de divisão sexual do trabalho, ao magistério, destinando às mulheres o trabalho nas escolas primárias. Ainda que a Reforma Leôncio de Carvalho, em 1879, tenha aberto espaço para o ingresso feminino no magistério, a promoção destas para o cargo de inspetor escolar era vedada, por decreto de 1922¹⁰.

Somente ao final do século XIX foram instituídos os grupos escolares:

Na estrutura anterior, as escolas primárias, então chamadas também de primeiras letras, eram classes isoladas ou avulsas e unidocentes. Ou seja, uma escola era uma classe regida por um professor, que ministrava o ensino elementar a um grupo de alunos em níveis ou estágios diferentes de aprendizagem. E essas escolas isoladas, uma vez reunidas, deram origem, ou melhor, foram substituídas pelos grupos escolares¹¹.

⁵ LEMOS, D. C. A. *O discurso da ordem: o movimento associativista docente na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: UERJ, 2006. Dissertação de mestrado em educação.

⁶ BORGES; LEMOS, 2009.

⁷ LEMOS, 2009.

⁸ ROMANELLI, 1989, p. 41.

⁹ Idem, p. 40.

¹⁰ Cf. ANDRADE, 2001, p. 27.

¹¹ SAVIANI, 2007, p. 172.

Nesse período, exemplos de organizações de caráter mutualista não faltam pelo extenso território brasileiro e suas capitais, o mais antigo, citado por Cunha (2000), é o Grêmio dos Professores Primários, em Pernambuco, em 1879.

Em 1907, Cláudio Batalha¹² localizou, no Rio de Janeiro, a Caixa Beneficente da Corporação Docente do Rio de Janeiro, composta por professores do ensino superior, secundário e primário oficial e particular. De caráter mutualista, a organização prestava-se ao socorro dos sócios em casos de moléstia, velhice e falecimento, em um Estado sem os dispositivos de previdência social.

Nas duas primeiras décadas do século XX, aquelas que marcam a tentativa de uma oferta da educação primária pelo Estado, a Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo destacou-se como exemplo de aglutinação profissional¹³.

Nas décadas seguintes, localizamos outras referências a entidades de mesmo perfil. Cardoso, Tambara e Almeida (2009) investigaram a Associação Sul Riograndense de Professores (ASRP), criada em Pelotas, de caráter marcadamente mutualista e elitista. Os autores demonstram que antes da ASRP, criada em 1930, outras tentativas de organização de associações de socorro mútuo entre os professores de Porto Alegre ocorreram.

De caráter diverso foi a Associação Brasileira de Educação (ABE). Fundada em 1924, no Rio de Janeiro, a tônica da atuação da Associação era de fundo cultural e debate pedagógico e não de assistência, dada a própria composição de seus membros. Nela reuniam-se professores do Ensino Superior e secundário conhecidos pelo lançamento do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, redigido por Fernando de Azevedo, cujas propostas tinham evidentes influências liberais.

Na Primeira República, a abrangência da educação para a população era quase nula. Reses (2008)¹⁴ analisou os dados censitários demográficos para revelar as condições materiais de surgimento do associativismo e sindicalismo docente no referido contexto, demonstrando a dimensão ainda incipiente tanto da educação, majoritariamente responsabilidade das famílias, quanto da categoria de professores:

Desvalorização e desorganização se evidenciaram no alarmante analfabetismo, chegando à cifra de 90% da população em idade escolar no Brasil. Apesar do antigo Distrito Federal, coração do país e centro mais culto, ter uma situação privilegiada em relação ao restante do país, o censo de 1906 concluiu que de cada 100 habitantes, 48 eram analfabetos.

¹² BATALHA, 2009.

¹³ Tal associação foi analisada por CATANI (1989) em: *Educadores à meia-luz*: um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1902 – 1919).

¹⁴ O autor analisa o percentual de analfabetismo, o número de docentes, de estudantes e de escolas, bem como a relação docentes/estudantes por escolas e dados sobre assalariamento.

A capital do país, nesta data, tinha uma população de 811.413 habitantes e, contava com 438 escolas municipais e particulares e 1.373 docentes, ou seja, 03 professores para cada escola¹⁵.

Conclui o autor que tais números demonstravam “insuficiência para atender a demanda escolar e também formar sindicato”¹⁶.

De fato, o ambiente não era propício à organização dos trabalhadores da educação e a do conjunto dos trabalhadores, em formação, também passava por profundas transformações.

Em linhas gerais, é possível afirmar que a organização sindical brasileira foi, originariamente, determinada pela diversidade da classe trabalhadora que se formava no início do século XX¹⁷, pela influência das propostas organizativas já consolidadas na Europa, como a anarquista e, mais adiante, também pela experiência da Revolução Russa e a fundação do Partido Comunista do Brasil, em 1922.

Nesse período, o Brasil, tinha uma economia de base agrário-exportadora, direcionada ao atendimento do mercado externo, voltada principalmente à produção cafeeira que coexistia com indústrias de pequeno porte. A predominância da produção agrícola condicionava o país à importação de produtos industrializados. Porém, a reorientação do comércio internacional, gerada pela Primeira Guerra Mundial, e a grave crise de superprodução de 1929 colocaram em xeque esse fragilizado modelo político-econômico. Assim, segundo Mendonça, o projeto modernizador, assegurado pelo golpe de 1930, representou o reposicionamento do eixo dinâmico da economia "no sentido da implantação de um núcleo básico de indústrias de bens de produção, bem como da redefinição do papel do Estado em matéria econômica"¹⁸.

A classe dominante, composta por diversas forças sociais¹⁹, pressionava pela intervenção do Estado na organização dos trabalhadores, através da repressão e até mesmo da formulação de políticas compensatórias, almejando a recuperação do capital nacional através da industrialização. Foi nesse quadro que o primeiro governo de Getúlio Vargas deu início ao processo que se convencionou chamar de industrialização por substituição de importações, promovendo o controle das forças sociais antagonistas através da legislação sindical e trabalhista e da repressão.

¹⁵ RESES, 2008, p. 216.

¹⁶ Idem, Ibidem.

¹⁷ Sobre a formação da classe trabalhadora carioca ver: MATTOS, 2008.

¹⁸ MENDONÇA, 1985, p. 15.

¹⁹ MENDONÇA, 1985, p. 20, destaca como principais a elite industrial brasileira e frações das oligarquias agrárias tradicionais.

Dessa forma, as concessões à classe trabalhadora, através da regulamentação de direitos trabalhistas, próprios do padrão de acumulação fordista, como férias, salário mínimo, carteira de trabalho, previdência e serviços assistenciais visavam, dentre outros objetivos, arrefecer a força social do movimento operário.

Mas a mais eficaz e importante forma de controle sobre os trabalhadores seria aquela direcionada às suas organizações sindicais, política imprescindível para o governo impor a ideologia de colaboração de classes. Foi criado, então, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), órgão responsável pela regulação sindical, e junto a ele, um aparato jurídico para a solução dos conflitos de classes, tais como as juntas de conciliação e os dissídios coletivos que somente os sindicatos oficiais podiam recorrer. Esse novo modelo - chamado de sindicato oficial - era tutelado pelo Estado, composto por um sistema corporativo e financiado pelo imposto sindical compulsório²⁰. Estavam construídos, assim, os pilares de sustentação da estrutura sindical corporativa, que marcaria a experiência organizativa dos trabalhadores até os dias de hoje, no Brasil.

A nova etapa do desenvolvimento capitalista brasileiro, fundada no processo de industrialização, impôs novas exigências à organização da sociedade, dentre as quais a necessidade de ampliação do ensino, ou parafraseando Romanelli (1989), surgiu uma demanda social por educação. O ministério da Educação e Saúde foi criado para organizar as políticas governamentais em torno do binômio educação-desenvolvimento, bases do discurso desenvolvimentista. Foi neste período que o grupo de educadores da ABE, tratado anteriormente, divulgou o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, cuja proposta era “construir e aplicar um programa de reconstrução educacional de âmbito nacional”²¹ que visava, dentre outras demandas, a universalização da escola. Ao longo dessa década o debate em torno da educação ganhava maior dimensão, e, os movimentos de professores começavam a ganhar maior consistência. O analfabetismo ganhou centralidade no debate.

No Rio de Janeiro, então distrito federal, duas experiências sindicais distintas elucidaram as consequências do sindicalismo corporativista.

Em 1931, foi fundado o Sindicato dos Professores do Ensino Secundário e Comercial do Distrito Federal, sob a chancela do governo getulista e no contexto de regulamentação da profissão docente, através do Registro de Professores no Departamento Nacional de Educação. Durante alguns poucos meses, a primeira entidade conviveu com o

²⁰ Eram permitidas, pela legislação, organizações sindicais que não ultrapassem o âmbito estadual e a filiação às confederações nacionais, mas eram vedadas as filiações às centrais sindicais e às centrais internacionais. Da mesma forma, a utilização do imposto sindical obrigatório também era regulada. O imposto, equivalente a um dia de trabalho de todos os trabalhadores de uma base sindical, filiados ou não, deveria ser destinado a atividades assistenciais comprovadas em relatórios submetidos ao MTIC.

²¹ ROMANELLI, 1989, p. 146.

Sindicato dos Trabalhadores do Ensino do Rio de Janeiro²² de orientação anarcossindicalista.

Entretanto, este último sindicato, que já unificava todas as categorias dos trabalhadores em educação, teve uma existência muito curta, de julho a novembro de 1931, justamente por não se organizar no marco da estrutura sindical.

Os sindicatos oficiais disputaram a base com os sindicatos autônomos que continuaram resistindo, mas em desigualdade de condições uma vez que a política estatal vinculava benefícios ao enquadramento das entidades e legitimava-as através da obtenção da Carta Sindical²³.

Cabe destacar que o Sindicato dos Professores do Distrito Federal, denominação que recebeu em 1932, foi classificado pelo Ministério do Trabalho como pertencente à categoria de profissionais liberais, até 1938. Nesse período, a educação brasileira, organizada através de cursos seriados e cursos preparatórios, conferia aos docentes um trabalho, majoritariamente, semiassalariado²⁴. Na condição de prestadores de serviços privados, os professores podiam se sindicalizar.

Os professores públicos, dada a proibição de sindicalização pela constituição, organizavam-se sob a forma associativista, como exemplifica Andrade:

Apesar das poucas informações a respeito, sabemos que em 1933, foi fundado, no Distrito Federal, o Instituto dos Professores Públicos e Particulares (IPPP). Além disso, existiam a Liga dos Professores, a Associação dos Professores Primários do Distrito Federal e a Ordem dos Professores que, em 1937, fundiram-se, originando a União dos Educadores do Distrito Federal²⁵.

Em São Paulo, foi fundado o Centro Paulista do Professorado (CPP), em 1931, atrelado aos moldes corporativistas. Vianna afirma que: “Na Revista do Professor, órgão de divulgação do CPP, a questão salarial e a baixa remuneração do professorado eram temas presentes, mas tratados com extrema ponderação” (1999, p. 84).

Cabe ressaltar que a publicação da revista, antes combativa, adquiriu tal postura frente ao financiamento recebido do Estado para a manutenção do periódico²⁶.

²² A esse respeito ver: COELHO, 1988.

²³ Documento conferido pelo Ministério do Trabalho atestando a legitimidade e a unicidade sindical.

²⁴ Para os cursos preparatórios, de caráter propedêutico, os alunos buscavam as aulas-particulares e para os seriados, as escolas. Isso viabilizava o exercício do trabalho docente como atividade liberal. Os professores vendiam serviços àqueles alunos que podiam pagar pela preparação para os exames e ou empregavam-se através do Estado ou de empresa privada de ensino.

²⁵ ANDRADE, 2001, p. 43.

²⁶ Idem, Ibidem.

O processo de associativismo docente, do qual as experiências acima podem ser consideradas pioneiras, explica-se pela organização incipiente, mas em expansão do ensino público e, conseqüentemente, da docência na relação com as transformações ocorridas em diversos âmbitos da vida nacional, mas fundamentalmente, àquela concernente ao projeto de modernização do país via industrialização.

Em todo o país existiam organizações de caráter assistencialista, em especial no Sudeste do país. A Associação dos Professores Primários do Estado de Minas Gerais era uma dessas, fundada também em 1931.

O forte caráter associativista é marca relevante para a compreensão do movimento sindical docente, não na perspectiva de classificá-lo como um sindicalismo tardio quando comparado ao sindicalismo operário, mas para apreender a tradução dessas experiências na formação da categoria enquanto classe.

Se por um lado é possível afirmarmos que há organizações de professores pelo menos desde a Corte, e sindicalismo, no setor privado²⁷, desde 1931, por outro lado, cabe destacar que mesmo a organização dos trabalhadores urbanos não foi homogênea, tampouco linear, e a sua diversidade acabou por influenciar o processo de formação da classe, na Primeira República²⁸.

Sem dúvida, a vinculação ao Estado, as práticas assistencialistas, as direções burocráticas e colaboracionistas não foram exclusividade do movimento docente. O conjunto da classe trabalhadora se construiu, no Brasil, através e contra tal modelo sindical.

Diante da inexistência de condições estruturais da educação, tais como destacamos, de baixo número de matrículas e escolas no início do século XX, não seria possível existir uma organização dos professores similar a existente entre os trabalhadores industriais. Outro aspecto relevante para compreendermos as dificuldades da sindicalização nesse setor é a ideologia da vocação diante da inserção da mulher em determinados setores do mercado de trabalho.

O processo de feminização²⁹ do magistério não é um fenômeno recente, tampouco uma especificidade do caso brasileiro, como afirma Hipólito (1997). O autor, através da análise de literatura da Inglaterra, dos Estados Unidos, de Portugal e da Espanha demonstra que, ainda que em ritmos diferentes, tal processo se generalizou no ocidente, na virada do século XIX para o XX³⁰.

²⁷ A forma jurídica sindical só é conquistada pelos servidores públicos com a promulgação da Constituição de 1988.

²⁸ Conforme MATTOS, 2008.

²⁹ Assim é conhecido o fenômeno de transição da força de trabalho masculina para a feminina na educação, em geral, a partir do século XXI. HYPOLITO, 1997.

³⁰ HYPOLITO, 1997, p. 52.

O processo de industrialização, de acordo com as especificidades de cada país, produziu a necessidade de incorporação da mulher ao mundo externo à vida doméstica.

A ideologia do sacerdócio e da vocação feminina, associadas à educação, traduziram a perspectiva dominante de subordinação econômico-social e política da mulher. A ideologia, funcional ao capitalismo em expansão, que precisava conceder e controlar o espaço feminino, produzia a justificativa de baixa remuneração no magistério através de um conjunto de argumentos. De sorte que, para a mulher, tal ofício significaria uma renda complementar; de carga horária reduzida se comparada à jornada fabril, possibilitando a presença no lar e a extensão da maternidade ao dedicar-se à educação e ao cuidado das crianças³¹. Desta maneira, o trabalho feminino constituiu-se sob o invólucro das relações de gênero na sociedade capitalista³².

No Brasil, o mestre-escola possuía perfil diferente do exposto imediatamente acima³³. A ele era atribuído a encarnação da lei, atributo condizente aos valores tradicionais de masculinidade. Tal perfil docente, que substituiu o jesuítico, foi, paulatinamente, destinado a outras funções.

Entretanto, a entrada da massa feminina para o mercado de trabalho, configurou-se como elemento contraditório. Se por um lado, a ideologia do sacerdócio e a da vocação marcaram a entrada das mulheres no mercado de trabalho naqueles setores que demandavam cuidado com outros - tais como educação, saúde e alimentação - por outro lado, foi através desse processo de inserção das mulheres na esfera pública que ocorreu a ocupação em áreas da vida social e política majoritariamente masculinas, como por exemplo, nas organizações da classe trabalhadora: associações e sindicatos.

Consideramos demonstrado que embora a primazia dos estudos sobre a organização docente tenha como enfoque o sindicalismo docente, não é correto considerá-lo a única forma organizativa dos professores, tendo em vista que as condições objetivas para a consolidação da organização desta categoria tenham se dado somente a partir da década de 1960.

Em vários estados brasileiros, da década de 1940 a 1960, muitas associações de professores foram construídas.

Hélvia Cruz analisou a Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP), a maior associação de professores criada até então, e analisou o quadro de transformações políticas que a entidade passou ao longo de sua trajetória. A

³¹ APPLE, 1995.

³² TOLEDO, 2001.

³³ Ver: ROMANELLI, 1989.

prática associativista foi contestada em muitos momentos pelas disputas no interior da entidade³⁴.

Em 1945, no Rio de Janeiro, surgiram outras grandes associações. Segundo a análise de Andrade do relatório sobre a remuneração dos professores no período, apresentado por Lourenço Filho, podemos ter a dimensão do corpo docente no país:

O número total de professores primários em serviço no país, no ano de 1942, era de 86.471, dos quais cerca de 65 mil serviam em escolas públicas, mantidas pelos estados ou municípios. Temos também que em 1942, 72% dos integrantes do magistério era do sexo feminino.³⁵

Em 1945, foi fundada a União dos Professores Estaduais - UPE, que logo após a aprovação do estatuto teve a denominação modificada para União dos Professores Primários Estaduais - UPPE. A associação consolidou-se como uma entidade colaboracionista³⁶ com os governos, o que a permitiu não sofrer intervenções, mesmo durante os períodos mais repressivos das ditaduras forjadas no país.

A Constituição de 1946 legalizou a possibilidade de organização docente através de associações, o que fez com que a recém-criada UPPE, trabalhasse na construção de outra associação no Distrito Federal³⁷, resultando na fundação da União dos Professores Primários do Distrito Federal (UPPDF), em 1948.

O movimento docente contrapôs-se a todas essas experiências para buscar outras formas de ação reivindicatória. A APEOESP fez frente ao CPP (Centro Paulista do Professorado), o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE) à Associação dos Professores Primários do Estado de Minas Gerais (APPMG)³⁸, o Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (SEPE) à União dos Professores Públicos do Estado-Sindicato (UPPES).

Conforme tratamos até aqui, todas as experiências de organização docente construídas não possuíram alcance nacional e alguns aspectos podem ser apontados como responsáveis por obstaculizar esse processo.

Um desses aspectos diz respeito à heterogeneidade das formas organizativas causadas, em certa medida, pela inexistência de um sistema nacional de ensino³⁹, pela

³⁴ CRUZ, 2008, p. 257.

³⁵ ANDRADE, 2001, p. 46.

³⁶ A esse respeito ver: MIRANDA, 2005.

³⁷ ANDRADE, 2001, p.92.

³⁸ Ver :FIGUEIREDO, 2006.

³⁹ A esse respeito, ver: SAVIANI, 1998; 2007.

divisão entre os níveis e as modalidades de ensino e pela opção política de cada forma organizativa.

A primeira experiência de constituição de uma organização docente nacional no Brasil ocorreu entre os professores da educação básica através da fundação da Confederação dos Professores do Brasil (CPB). Nessa etapa do movimento docente, em que o professorado paulista teve um papel de vanguarda, é possível percebermos o fortalecimento das demais organizações estaduais e as disputas travadas no interior do movimento, bem como a relação orgânica entre o movimento docente e as organizações de esquerda no enfrentamento à ditadura militar, como destaca Ferreira Jr. (1998) em *Sindicalismo e Proletarização: a saga dos professores brasileiros*.

Criada na década de 1960, em Recife, a Confederação dos Professores Primários do Brasil (CPPB) foi resultado da articulação e participação de entidades de diversos estados brasileiros em congressos, desde a década anterior, sendo o primeiro o de 1953 ocorrido na Bahia⁴⁰.

Há registros de mobilizações coordenadas pela entidade durante o governo de João Goulart em São Paulo, no Rio de Janeiro e no Sul do país, entretanto, após o Golpe, a confederação estabeleceu um caráter cooperativo com a ditadura. Ferreira Jr., destaca a adesão da CPPB ao regime militar, explícita no seu estatuto através do princípio de "colaboração com os poderes públicos no estudo e solução de todos os problemas". Outras fontes documentais da entidade fortalecem tal análise, em especial, aquelas que demonstram o reconhecimento da legitimidade do Golpe de 1964⁴¹.

Sob o marco da reforma educacional da ditadura (Lei 5692/71), a CPPB promoveu a mudança de seu estatuto, ampliando a sua base, transformando-se na Confederação dos Professores do Brasil (CPB), em 1973⁴².

Contudo, a baixa representatividade, o caráter antidemocrático e o atrelamento ideológico à política do regime militar, marcante na trajetória da CPPB, mantido na CPB⁴³, enfrentaria a crítica de setores do movimento docente, que divergiram quanto a melhor tática para a derrubada da política do colaboracionismo e a unificação da luta sindical nacional.

⁴⁰ São responsáveis por esse movimento inicial o Centro do Professorado Paulista, a União dos Professores Primários do Estado Rio de Janeiro, a Associação dos Professores Primários de Minas Gerais, a União dos Professores Primários do Estado da Guanabara, o Centro dos Professores Primários do Rio Grande do Sul, a União do Magistério Primário Acreano, a Associação dos Professores Primários de Goiás, Sociedade Unificadora dos Professores Primários da Bahia, a Associação dos Professores Primários do Amapá, o Centro de Estudos e Recreação do Magistério Primário do Ceará e o Centro dos professores Primários de Pernambuco.

⁴¹ FERREIRA JR., 1998, p. 19-51.

⁴² Idem, Ibidem, p. 51.

⁴³ Andrade (2001, p. 176) encontrou nos estatutos da CPB, de abril de 1973, a mesma formulação de colaboração com os "poderes públicos", anteriormente destacado por Ferreira Jr.

A disputa em torno dos rumos da entidade nacional adquiriu posição central no interior do movimento, de tal forma que posições antagônicas se manifestaram, ou seja, aquelas compostas por forças políticas que defendiam a ruptura com a CPB e a criação de uma nova entidade sindical nacional⁴⁴ e outras que defendiam a sua redemocratização⁴⁵, sendo esta última a posição vitoriosa.

Nesse contexto, o grupo minoritário, composto pelas correntes trotskistas e o MEP, anunciava a eclosão de uma concepção sindical que viria questionar a prática atrelada ao Estado, as direções burocráticas e o consequente afastamento das bases por parte das direções sindicais, em particular da CPB. As divergências no interior do movimento chegaram, ao longo do ano de 1981, a se materializar na fundação de uma nova entidade, a União Nacional dos Trabalhadores em Educação (UNATE).

Já as organizações docentes universitárias começaram a tomar corpo na década de 1960, por meio das Associações Docentes (ADs), não por uma contingência, mas pelo fato que a educação superior brasileira apresentava sinais de crescimento desde a década de 1950, como decorrência tanto das políticas de federalização, anteriores a Juscelino Kubitschek, quanto das lutas estudantis por sua ampliação. Por consequência, crescia também a categoria de professores.

Romanelli demonstra que, em 1945, havia 3.432.062 alunos no primário e, em 1959, o número de matrículas no mesmo nível saltou para 7.783.736⁴⁶. A expansão da matrícula também pode ser verificada, no mesmo período, nos outros níveis de ensino. No ensino médio, em 1940, havia 260.202 matrículas e, em 1960, 1.177.427. Por fim, o Ensino Superior com 21.235 matrículas em 1939, passa a 37.548 matrículas, em 1949, e salta para 86.603, em 1959⁴⁷.

O movimento docente da Educação Superior, nesse momento originário, começou a organizar-se com atuações políticas diferenciadas, das quais era possível encontrar associações docentes com motivações de cunho reivindicativo, acadêmico-científico ou ainda cultural.

O final da década de 1970 significou uma viragem dessa trajetória da luta de classes. Período marcado por profunda efervescência política, em que a classe no poder, seja aquela

⁴⁴ As organizações de esquerda que defendiam a criação da Central Única dos Trabalhadores da Educação eram Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), a Convergência Socialista (CS), a Liberdade e Luta (LIBELU), a Organização Socialista Internacionalista (OSI) e a Organização Revolucionária Marxista – Democracia Socialista (DS), cf. FERREIRA JR., 2009, p. 27.

⁴⁵ Aqueles que defendiam a possibilidade de conversão da CPB em uma entidade democrática eram o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B). (Idem, Ibidem, p. 26).

⁴⁶ ROMANELLI, 1989, p. 77.

⁴⁷ Idem, p.78.

presente na sociedade política, seja aquela situada na sociedade civil⁴⁸, buscou arrefecer a luta através de um projeto de transição conservadora⁴⁹.

Mas estava aberta uma nova fase da organização da classe trabalhadora, antes brutalmente reprimida pela ditadura, a das maiores greves em diversos setores e estados brasileiros, inclusive entre as trabalhadoras e trabalhadores da educação.

1.2. O NOVO SINDICALISMO

O governo ditatorial militar, edificado na sociedade política, desde o Golpe de 1964 - que apesar de se mostrar um golpe conduzido pelos militares, teve a abrangência de um “movimento civil-militar”⁵⁰ - entrava em profunda crise tanto pelas opções de modelos econômicos implantados, quanto pelo crescimento dos conflitos internos ao próprio bloco no poder, mas principalmente pela ascensão organizativa da classe trabalhadora e dos movimentos sociais.

A saída buscada pelos militares, frente à crise, de uma transição segura e gradual à democracia não liquidou as insatisfações presentes no seio da classe da trabalhadora. A prova disso foi o ciclo de greves que se abriu no ano de 1978 e estendeu-se pela década de 1980. Segundo Mattos, o período assistiu a 6593 greves. Para o autor: “A onda grevista foi apenas o principal indício de uma retomada das lutas sindicais que se iniciou numa conjuntura ditatorial, forçando os limites da legislação de controle sobre os sindicatos e das regras de exceção do Estado Autoritário”⁵¹.

A expressiva retomada das lutas, ao final da década de 1970, contou, segundo a sistematização de Antunes⁵², a partir dos dados do Dieese (setembro de 1980), com meio milhão de trabalhadores em greve em 1978 e ultrapassou os três milhões, no ano seguinte. Tal período, apesar da heterogeneidade dos movimentos que o constituiu ficou conhecido como *Novo Sindicalismo*.

Entretanto, a força que os trabalhadores demonstraram nesse período só pode ser compreendida como processo. Ou seja, sua configuração foi construída a partir das experiências travadas na historicidade brasileira que permitiram a diversidade de organizações, de formas políticas e de ações de enfrentamento ou colaboração com o Estado e a burguesia desde a sua formação e, inclusive, nesse período de origem. Caso

⁴⁸ Tomamos aqui o conceito de Estado ampliado em Gramsci (2000), conforme *Maquiavel, notas sobre o Estado e a política*, caderno 13.

⁴⁹ FERNANDES, 1986, p. 11.

⁵⁰ DREIFUSS, 2006, p. 419.

⁵¹ MATTOS, 1998, p. 33.

⁵² ANTUNES, 1995, p. 12.

consideremos o *Novo Sindicalismo* como a estreia combativa da classe trabalhadora na luta de classes, não compreenderemos sequer o período imediatamente anterior, o da sua radicalização política em 1964.

Nesse ponto, o das análises da classe trabalhadora no período que antecedeu o Golpe militar, não foi a perspectiva acima que se consolidou na historiografia. Como exemplo, poderíamos citar as análises do sindicalismo brasileiro no pré-Golpe filiadas à matriz interpretativa do populismo como Francisco Weffort⁵³ e Octavio Ianni⁵⁴.

Segundo Mattos, os autores que trabalharam com o conceito de sindicato populista “acabaram por construir uma análise da classe operária no negativo, caracterizada pelo que ela não era: não era consciente, nem autônoma, nem mobilizada e organizada”⁵⁵.

Em oposição ao papel passivo da classe trabalhadora frente ao Estado, a categoria analítica criada por Ângela de Castro Gomes (1994), de *Trabalhismo*, atribuiu um novo rumo às pesquisas. Nesse sentido, os trabalhadores passaram a ser vistos não como vítimas do populismo, mas como atores sociais que estabeleciam uma relação política com o Estado⁵⁶.

Em *Novos e Velhos Sindicalismos*, Mattos afirma que havia indícios em direção divergente daqueles que embasavam o sindicalismo populista:

O contato com fontes dos três mais importantes sindicatos cariocas - de metalúrgicos, de bancários e ferroviários - permitiu-me divisar melhor um quadro de efervescência, na década que antecedeu o golpe militar. [...] Índices elevados de sindicalização, variadas e ativas organizações por local de trabalho, diversidade de áreas de atuação dos sindicatos e sólidos laços de representatividade entre dirigentes e bases eram algumas das características mais visíveis naqueles sindicatos.⁵⁷

Segundo o historiador, o período interposto entre a década de 1950 e o Golpe Militar contou com significativa ascensão do movimento sindical brasileiro, conduzida por organizações de base, organização de entidades intersindicais e a expansão de greves por todo o país. De tais ações destacamos: a greve dos 300 mil, em São Paulo, e a constituição do Pacto de Unidade Sindical, em 1953; a greve do setor de transportes e a formação do Pacto de Unidade e Ação, em 1960; a criação do Comando Geral dos Trabalhadores do Brasil, em 1962. Nesse momento, uma nova compreensão e prática da organização sindical,

⁵³ Por exemplo, em: *O populismo na política brasileira*. (WEFFORT, 2003).

⁵⁴ Por exemplo, em: *O colapso do populismo no Brasil*. (IANNI, 1975).

⁵⁵ MATTOS, 2005, p. 8.

⁵⁶ Sobre a polêmica em torno do conceito de trabalhismo, ver: MATTOS, 2003.

⁵⁷ MATTOS, 1998, p. 218.

independente, desatrelada do Estado, e comprometida com os interesses dos trabalhadores podiam ser encontradas nas organizações da classe.

Tal perspectiva foi duramente reprimida pelo Golpe civil-militar⁵⁸. Os sindicatos sofreram intervenções e suas direções mais combativas tiveram os direitos políticos cassados e inquéritos instaurados, resultando em prisões, exílios ou mortes. Na universidade brasileira não foi diferente. Tornou-se clara a política de desmonte e esvaziamento dos sindicatos pelos militares, condição indispensável à implementação de sua política econômica, já que

[...] a articulação de militares com empresários ligados ao grande capital nacional e estrangeiro, apoiada pelos latifundiários e políticos conservadores, se deu, entre outros objetivos em torno da proposta de conter os avanços dos movimentos organizados de trabalhadores do campo e da cidade. Por outro lado, a crise econômica que só fazia crescer desde o fim do governo JK seria combatida pela ditadura com uma receita cujo principal remédio era o arrocho salarial. Para tanto, controlar os sindicatos era fundamental⁵⁹.

A base sindical foi reduzida por causa da perseguição aos trabalhadores considerados “subversivos”. Os dirigentes sindicais passaram a ser escolhidos e indicados pelo governo, aqueles, por sua vez, tinham como compromisso dar sustentação ao bloco no poder, através, basicamente, de ações assistencialistas e patrimonialistas.

Contudo, o movimento combativo não havia sido completamente aniquilado e ainda dava respostas à postura governamental, tendo como ápice as greves metalúrgicas ocorridas em Contagem-MG e Osasco-SP no ano de 1968. A preocupação com o rumo de tais greves causou o acirramento dos militares no trato com as forças sociais opositoras, sendo, em seguida, baixado o Ato-Institucional número 5 (AI-5). A legitimação da ditadura dava-se através da política desenvolvimentista. O chamado Milagre Econômico, período marcado por altas taxas de crescimento, sustentou-se à custa de grande endividamento externo e da intensificação da exploração da força de trabalho. Devido à crise instalada nos países financiadores de seu modelo de desenvolvimento econômico e às crises internas, a ditadura brasileira tornava-se insustentável no poder.

Em outras palavras, a grave crise que o Brasil atravessava dava os sinais de fracasso do “milagre econômico”, seja através das altas dívidas externa e interna, seja da inflação

⁵⁸ DREIFUSS (Idem, Ibidem).

⁵⁹ MATTOS, 2003, p. 49.

crescente, ou ainda das precárias condições de trabalho e remuneração, o arrocho salarial - reflexo também do esgotamento das formas de acumulação nos países centrais do sistema.

O momento de reorganização da classe trabalhadora, ao final da década de 1970, buscou opor-se à experiência do sindicalismo vinculado ao Estado, trazendo para a ação sindical o fortalecimento de uma prática combativa. A própria denominação *Novo Sindicalismo*, do movimento que reunia os "sindicalistas autênticos", do ABC paulista, e as Oposições Sindicais, anunciava uma posição relacional ao que significava o velho sindicalismo:

Dizer “novo sindicalismo” é opor as atitudes dos dirigentes sindicais considerados mais combativos às atitudes de seus contemporâneos ditos pelegos. Mas é opor também novas práticas às consideradas tradicionais no sindicalismo brasileiro de antes do golpe militar⁶⁰.

Desse modo, o *Novo Sindicalismo* caracterizou-se pela tentativa de construção de um sindicalismo autônomo, que buscava novas formas de relacionamento com as bases e contra a legislação sindical corporativista. A diversidade das greves representou uma inovação importante na estratégia política, houve “greves com ocupação, greves ‘pipoca’, operações ‘padrão’, ‘vaca brava’ e ‘tartaruga’”⁶¹. Esse conjunto de transformações da ação sindical teve o sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo como epicentro e o sindicalista “autêntico” Luís Ignácio da Silva, o Lula, como grande expoente.

Ao final da década de 1970, um grande número de greves, diversificadas na forma e no conteúdo, como exposto acima, de várias categorias se espalhava do ABC paulista a outras partes do país. Houve sindicalização expressiva de setores como o de serviços, de assalariados médios e de trabalhadores rurais. Vencidos os dois primeiros anos de retração da década de 80, o movimento sindical brasileiro reordenou a luta de classes no cenário político nacional. A crescente necessidade de organização dessas lutas pelos sindicatos e outros movimentos sociais impulsionou a construção de uma entidade classista, capaz de unificar as lutas empreendidas contra o capital.

Nesse momento, os sindicatos brasileiros experimentavam uma realidade contrastante à conjuntura internacional, pois esse quadro expansivo das organizações classistas e de lutas por direitos não correspondia às transformações na base do processo produtivo, já em curso nos países de capitalismo centrais do capitalismo, tais como:

⁶⁰ MATTOS, 2002, p. 55.

⁶¹ MATTOS, 2002, p. 81.

Mudanças do padrão de trabalho estabelecido pelo cronômetro taylorista e pela produção em série fordista, criação de novas formas de gestão da força de trabalho, desconcentração da produção, flexibilização dos processos de produção, desregulação dos direitos sociais do trabalho, diminuição do contingente fabril, diminuição das taxas de sindicalização, predomínio de políticas defensivas, etc⁶².

Contrariando o movimento de retração do operariado internacional - resultante do esgotamento do padrão de acumulação fordista/ taylorista e do desgaste do *Estado de Bem-Estar-Social* - a classe trabalhadora brasileira, avançou em uma antiga aspiração: a construção de uma Central Sindical que representasse o coletivo de trabalhadores do país.

Em 1981, foi realizada, em São Paulo, a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT) com o objetivo de fundar uma central dos trabalhadores, para tanto criou-se a Comissão Nacional Pró-CUT. Porém, as divergências entre as suas principais forças políticas, aquelas que criaram a Articulação Nacional do Movimento Popular e Sindical (ANAMPOS) e promoveram, em seguida, o Encontro Nacional de Entidades em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES) e a Unidade Sindical, composta especialmente pelos sindicalistas ligados aos partidos comunistas tradicionais, impossibilitaram, no ano seguinte, a fundação da Central.

Em 1983, “o bloco combativo”, representado pelas forças que participaram do ENTOES, liderado por sindicalistas metalúrgicos de São Bernardo e pela Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, realizou I Congresso das Classes Trabalhadoras (I CONCLAT), criando a Central Única dos Trabalhadores (CUT). As concepções que se tornaram majoritárias originariamente, no interior da central, correspondiam à proposta do *Novo Sindicalismo* e buscaram direcionar a entidade para um sindicalismo classista, de confronto e de enfrentamento ao capitalismo ao longo da década de 1980.

As divisões no seio da classe trabalhadora, no plano da conjuntura nacional, estavam diretamente relacionadas às estratégias que as correntes políticas organizadas defendiam na luta contra a ditadura civil-militar. A ANAMPOS, composta pelas correntes políticas que fundaram o PT, combatia o pacto social, exigia eleições diretas para a presidência e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, em divergência à Unidade Sindical - composta fundamentalmente pelos partidos comunistas e pelo MR-8.

Na disputa pela direção do movimento, a Unidade Sindical organizou, no mesmo ano da fundação da CUT, a Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT) que mais tarde seria transformada em Central Geral dos Trabalhadores

⁶² ANTUNES, 1995, p. 11.

(CGT). Em 1988, a CGT tornou-se confederação, a fim de receber verbas do imposto sindical. A suposta neutralidade frente à disputa entre capital e trabalho difundida pela confederação foi desmontada quando a entidade se posicionou contrária às greves gerais e a favor do sindicalismo de resultados.

As tensões que marcaram a organização dos trabalhadores nesse período guardam relações com aquelas que encontraremos na trajetória do movimento docente da Educação Superior, organizado nacionalmente, a partir de 1981.

Foi na década de 1980 que o longo processo de organização docente sob a forma associativista, aqui tratado na sua fragmentação e dificuldades de construção de entidades de maior abrangência foi, em parte, superado. A fundação de entidades docentes de caráter nitidamente sindical, como o Centro Estadual de Professores (CEP), em 1979, foi exemplo desse processo, conforme analisaremos a seguir.

II.

As greves do SEP ao SEPE (1979 - 1989): a formação da classe

2.1. A CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESTADUAL DE PROFESSORES DO RIO DE JANEIRO (CEP-RJ)

O nascimento do Centro Estadual de Professores (CEP), em 1979, é momento relevante da história da organização docente no Rio de Janeiro, tanto porque tal experiência representou a construção de um instrumento de luta superior àqueles existentes, ao reunir grande parte da categoria docente em uma mesma entidade, quanto pela inserção que foi capaz de realizar nas mobilizações pelo fim da ditadura civil-militar no país, aproximando-se das demais organizações da classe trabalhadora.

A fusão da Sociedade Estadual dos Professores (SEP) - fundada em 1977 - com outras entidades mais antigas, como a União dos Professores do Rio de Janeiro (UPRJ)⁶³ e a Associação dos Professores do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)⁶⁴ configurou um processo de fortalecimento da categoria docente no Rio de Janeiro que, em meio a contradições e avanços, apresentou ao Estado e à sociedade uma força política capaz de dirigir as lutas pela educação na década de 1980 - o Centro Estadual de Professores (CEP/RJ).

Além das reivindicações docentes dos anos 1970, tais como a aposentadoria especial⁶⁵ e a elaboração de um estatuto do magistério⁶⁶, a fusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, em 1975, trouxe uma conjuntura de indefinições e desigualdades salariais aos servidores públicos:

Tanto os aposentados, como os funcionários em atividade enfrentaram problemas com a diferença que havia entre os salários dos dois antigos estados. A equiparação do pessoal da ativa seria lenta. O magistério, que representava 60% do total do funcionalismo, foi o setor que mais esperou. Somente em 1977, os vencimentos foram nivelados. Por sua vez, os aposentados, não fazendo jus à equiparação salarial que foi sendo feita com os funcionários da ativa, ficaram com seus salários defasados, o que

⁶³ Fundada em 1948, como União dos Professores Primários do Distrito Federal. Quando o Rio de Janeiro deixou de ser a capital do país, a entidade passou a denominar-se, em 1963, União dos Professores Primários do Estado da Guanabara (UPPEG).

⁶⁴ Para um aprofundamento das entidades que deram origem ao CEP ver a dissertação: ANDRADE, Teresa Ventura de. A União dos Professores do Rio de Janeiro: Um capítulo da história da organização docente (1948-1979). Niterói, UFF, 2001.

⁶⁵ A reivindicação da aposentaria dos professores aos 25 anos de trabalho, encaminhada pela CPB.

⁶⁶ Idem, Ibidem, p.181.

pode ter motivado o início da organização desse setor do funcionalismo e do magistério⁶⁷.

Nesse quadro, a UPRJ, entidade mais estruturada das três, iniciou o debate de unificação das entidades tal qual a orientação da Confederação dos Professores do Brasil (CPB), nos marcos de uma legislação sindical que proibia a sindicalização do funcionalismo público, mas abria-lhe a possibilidade de associar-se em entidades (recreativas, assistenciais, culturais) sem poder legal de representação. Em 1975, Rio de Janeiro e Niterói contavam com oito associações docentes:

Associação dos Educadores de Música do Estado da Guanabara, Associação dos Professores de Educação Física do Rio de Janeiro, União dos Educadores da Cidade do Rio de Janeiro, Instituto de Professores Públicos e Particulares (RJ), Associação de Professores Públicos do Ensino Médio (Niterói), União dos Professores Primários do Estado (Niterói), Associação dos Professores do Estado do Rio de Janeiro, além da própria UPRJ⁶⁸.

O processo de unificação de parte das associações docentes foi possível através da reunião de aspectos referentes ao contexto político e às demandas econômicas da categoria. Tal processo contou com a liderança da Sociedade Estadual dos Professores do Rio de Janeiro, fundada em 1977.

As reivindicações iniciais da SEP – equiparação dos quadros do magistério do antigo Estado do Rio de Janeiro com o Estado da Guanabara; a revogação do decreto do Prefeito Marcos Tamoyo (ARENA⁶⁹) que aumentou a carga horária semanal obrigatória de 15h para 18h com a manutenção do salário, dentre outras – foram entregues, através de um abaixo-assinado, à Secretaria Estadual de Educação, à Assembleia Legislativa e à Câmara de Vereadores. Naquele momento de aumento de participação no movimento, a SEP lançou um manifesto, convocando os professores à união por melhores condições de trabalho e de vida.

Podemos considerar como resultado desse movimento seminal, ao final de 1977, a discussão, no interior da categoria, de uma pauta unificada para a campanha salarial de 1978.

Conforme matéria publicada no jornal *O Globo*, os professores das redes públicas e privada reivindicavam:

⁶⁷ ANDRADE (2001, p. 182).

⁶⁸ ANDRADE (2001, p. 191).

⁶⁹ A Aliança Renovadora Nacional (ARENA) foi criada como partido político de sustentação ao regime militar, no sistema de bipartidarismo (1966-1979), do qual também fazia parte o partido de oposição, Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Aumento de 65%, em 1978, para toda a classe de professores- particulares, municipais e estaduais; reposição salarial; reajuste salarial trimestral para cobrir a elevação constante do preço das mercadorias; adicional de 25% correspondente às atividades habituais extraclases; nivelamento do piso salarial, porque os professores que trabalham do maternal até a 4ª série de Primeiro Grau recebem menos que os que trabalham da 5ª à 8ª séries de Primeiro Graus e os que estão no Segundo Grau⁷⁰.

As reivindicações tocavam em pontos nodais como reposição salarial diante da inflação, reconhecimento do trabalho pedagógico não pago e o fim da diferenciação salarial dentro da categoria, marca da divisão sexual do trabalho na educação. Além das reivindicações econômicas, percebemos a seguir aquelas referentes à melhoria das condições de trabalho, liberdade de organização e de participação no debate e formulação das políticas estatais educacionais, um campo mais amplo de lutas que as estritamente econômicas:

[...] participação dos professores nas decisões referentes ao ensino; liberdade de manifestação e organização; adicional universitário aos professores primários municipais; pagamento de triênio aos professores contratados; equiparação salarial dos professores do antigo Estado do Rio e do antigo Estado da Guanabara, sem perda de vantagem, como ocorreu⁷¹.

Em outubro de 1978, os professores entregaram uma proposta salarial para a categoria à secretária estadual de educação, Mirtes Wenzel, juntamente com uma carta aberta à população sobre a crise educacional e as precárias condições de trabalho dos docentes. Nessa carta aberta, os docentes solicitavam apoio à comunidade, na figura dos estudantes, pais e trabalhadores, e denunciavam a situação econômica da categoria - "que precisava trabalhar em até três escolas" – e que aos docentes não era permitido “opinar sobre as diretrizes, leis e reformas que, tramadas em gabinetes, nos são impostas como soluções milagrosas”⁷².

A manifestação foi recebida, em frente ao prédio da Secretaria Estadual de Educação, pela polícia militar. Segundo o jornal *Última Hora*, a presença ostensiva da polícia no local surpreendeu até mesmo a secretária, que teria afirmado “Professores não são desordeiros”, “Eu entendo que a luta de vocês é seria. Não é para se confundir com o período, com a época do ano e com a desordem”⁷³.

Estava enganada a secretária. O movimento docente estava mesmo se modificando, as lutas sindicais ganhavam novo fôlego. Os dirigentes da SEP demonstravam um perfil

⁷⁰ PROFESSORES reúnem-se hoje para a campanha salarial”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 03 dez. 1977.

⁷¹ “PROFESSORES reúnem-se hoje para a campanha salarial”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 03 dez. 1977.

⁷² “PROFESSORES debatem com a secretária de Educação e entregam proposta salarial”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 out. 1978.

⁷³ “MIRTES ouve reivindicações de mais de duzentos professores”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 27 out. 1978.

mais combativo, de lideranças oriundas da militância socialista e anarquista⁷⁴, e imprimiram à nova entidade, resultado da unificação de parcela do movimento docente do Rio de Janeiro, esta que seria a marca do *Novo Sindicalismo*, as grandes mobilizações.

No ano de 1979, duas greves realizadas pela categoria seriam decisivas para a organização dos professores no estado do Rio de Janeiro.

A primeira greve de 1979 foi dirigida pela Sociedade Estadual dos Professores (SEP) e, a segunda, já pelo Centro Estadual dos Professores (CEP), entidade que unificou diferentes correntes do movimento, inclusive aqueles mais moderados. A composição heterogênea da diretoria desta nova entidade demonstraria, posteriormente, divergências nos períodos de radicalização do movimento.

2.2. AS GREVES DE MARÇO E AGOSTO DE 1979: A UNIFICAÇÃO DA CATEGORIA E A RESPOSTA REPRESSIVA DA DITADURA

A SEP, uma entidade recém-criada, em 1977, possuía pequena parcela da base a ela vinculada em comparação a outras entidades docentes coetâneas. A tradição de ação coletiva dessa base foi construída sob o modelo do associativismo, formato que entraria em conflito com as primeiras reivindicações de massa da categoria, nas greves de 1979. Nesse momento de eclosão do *Novo Sindicalismo*, cabe destacar que também ocorriam as primeiras greves de professores em diversos estados brasileiros, como, por exemplo, São Paulo e Paraná⁷⁵.

No início do ano letivo de 1979, no dia 11 de março, em assembleia realizada no Sindicato dos Operários Navais, em Niterói, com a expressiva participação de cerca de cinco mil professores das escolas municipais e estaduais de 1º e 2º graus⁷⁶, a categoria decidiu entrar em greve por melhores condições de trabalho. Em oposição ao plano de cargo proposto pelo governo Faria Lima⁷⁷ (ARENA) que, dentre outras medidas, aumentava a carga horária de 12 para 20 horas semanais de aulas, o movimento contou

⁷⁴ Entrevistas realizadas por ANDRADE (2001) com as associadas da UPRJ demonstram que a fusão não foi um processo consensual e que o perfil socialista, de oposição à ditadura militar, dos militantes da SEP era a principal causa de conflitos com a ala mais conservadora da UPRJ.

⁷⁵ A esse respeito ver LUGLI (1997), FIGUEIREDO (2006), FERREIRA (1998).

⁷⁶ Denominação à época.

⁷⁷ Floriano Peixoto Faria Lima, da ARENA, partido de sustentação da Ditadura empresarial-militar. “Em julho de 1974, foi sancionada a lei federal determinando a fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara numa só entidade federativa – o novo estado do Rio de Janeiro. Em 10 de setembro do mesmo ano, foi anunciada oficialmente a indicação de Faria Lima para o cargo de governador do Estado”. Cf. VELOSO, Verônica Pimenta. Verbete Floriano Peixoto Faria Lima. In: ABREU, Alzira Alves de *et AL* (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/> Acesso em 10/03/2011.

com grande adesão de professores do município e do estado do Rio de Janeiro, mesmo com a repressão da ditadura e a ilegalidade das greves do funcionalismo público.

No quarto dia da greve, assumiu o novo governador do Estado, Chagas Freitas (MDB)⁷⁸. Com o compromisso público do governador de negociar com o movimento, a greve foi encerrada pela categoria de professores, no dia 24 de março, com a condição de aguardar as negociações no prazo de um a, no máximo, dois meses.

Entretanto, ao final do prazo estabelecido, no mês de abril, o acordo não foi cumprido pelo governo. Nesse momento, a assembleia realizada em 24 de junho de 1979 consolidou o processo de fusão das entidades reunidas em torno do comando de greve de março, A UPRJ, SEP e APERJ, sob a denominação Centro de Professores do Rio de Janeiro, CEP-RJ. Em julho, a diretoria provisória do CEP-RJ foi aprovada⁷⁹, o presidente da extinta SEP, Godofredo da Silva Pinto, foi eleito para a direção provisória da entidade.

Sem o atendimento das reivindicações prioritárias pelo governo e com a greve da Sociedade Estadual das Merendeiras, Inspetoras, Trabalhadores e Serventes (SEMITS) em curso, as professoras e os professores anunciavam a possibilidade de retomada da greve em agosto do mesmo ano.

Assim, o novo período de greve, que ocorreu após a unificação das entidades citadas, ocorreu fora das escolas, sem a assinatura do ponto de frequência, com a estratégia de piquete entre as professoras⁸⁰. A resposta do governo não foi a de retomada das negociações, ao contrário, demonstrou a truculência das forças ditatoriais, que fez uso da coerção direta e do aparato jurídico como tentativa de aniquilamento do movimento já no primeiro dia de greve:

[...] o Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, atendendo solicitação do Sr. Chagas Freitas, enviou telex ao Delegado Regional do Trabalho, Luiz Carlos de Brito, comunicando a ilegalidade da greve. (TRIBUNA DA IMPRENSA, 02-08-79)⁸¹

O ministro reconheceu o estado de greve na rede pública de ensino do Estado do Rio de Janeiro, despacho “suficiente para declarar a ilegalidade de greves nos setores

⁷⁸ Antônio de Pádua Chagas Freitas, do MDB, ex-governador do Estado da Guanabara, foi eleito pelo colégio eleitoral do estado em setembro de 1978 e tomou posse em 15 de março de 1979, mesmo dia da posse de João Batista Figueiredo. Cf KELLER, Vilma e XAVIER, Libânia. Verbete Antônio de Pádua Chagas Freitas. In: ABREU, Alzira Alves de *et AL* (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/> Acesso em 10/03/2011.

⁷⁹ A partir de entrevistas realizadas com os ex-dirigentes do SEPE, Alcebiades de Souza Teixeira Filho e Albano Luiz Francisco Teixeira, nos foi possível mapear as principais forças políticas atuantes nas direções do Sindicato, ao longo de sua história, uma vez que tais informações não se encontram disponíveis nas fontes primárias. No caso da Diretoria Provisória, é possível assim identificarmos a representação de militantes do Movimento Democrático Brasileiro (o MDB comportava sob a sua sigla ex-militantes da Ação Popular -AP- e militantes dos partidos comunistas, como PCB e MR-8), além de militantes de correntes que fundariam, no ano seguinte, o PT.

⁸⁰ Conforme destaca MASSON (1988, p.101).

⁸¹ “ALUNOS apóiam magistério na greve contra a fome”. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 02 ago. 1979.

incluídos no decreto 1.632⁸², como essenciais à segurança nacional”⁸³.

Ao mesmo tempo, o secretário estadual de educação, Arnaldo Niskier e o prefeito do município do Rio de Janeiro, Israel Klabin⁸⁴, declaravam à imprensa que a greve não contava com a adesão da categoria⁸⁵. Entretanto, o segundo semestre não foi iniciado na maioria das escolas da rede pública estadual e municipal e até mesmo a Secretaria Municipal de Educação foi paralisada. Também houve prisões de professores em Caxias (RJ) e no centro do Rio, conforme noticiou o jornal *Última Hora*:

Policiais do Departamento de Polícia Política e Social – DPPS- detiveram, na tarde de ontem, próxima à sede da secretaria de educação, dois professores e uma professora que, na ocasião, faziam piquete.⁸⁶

Tal atitude se repetiria durante toda a greve. Para citar apenas dois exemplos, a prisão do presidente do CEP, Godofredo da Silva Pinto, na sede da entidade, e, em São João de Meriti, das professoras Maria da Glória Gomes de Oliveira, Isabel Silva Melo, Rita Maria da Silva e Helena Arantes da Rosa, essas últimas levadas para o DOPS⁸⁷.

Os piquetes foram uma estratégia amplamente utilizada durante a greve e até mesmo um recurso inusitado foi utilizado para dispersar os grevistas durante a realização desse instrumento, na porta da Secretaria Municipal de Educação,

Um caminhão-pipa da Comlurb, chamado a pretexto de encher a cisterna do edifício, ocupou a calçada onde estavam os grevistas. No momento em que o piquete estava maior, os garis receberam ordens de lavar a porta do prédio. Espalharam água com espuma por todo lado, afastando os professores⁸⁸.

A ação da Polícia Política do Estado do Rio de Janeiro das mobilizações realizadas pelo CEP intensificou-se na segunda greve de 1979. Houve acompanhamento diário das atividades do CEP pelo Departamento Geral de Investigações Especiais, da Secretária de Segurança Pública (DGIE), conforme as fontes apresentadas a seguir.

O professor Jaime de Souza Vieira Filho foi investigado pela Polícia Política. Destacamos, a seguir, trecho do relatório sobre a sua participação no piquete na escola Herberth Moses: "além de impedir o comparecimento dos professores, teria ameaçado a

⁸² Decreto-lei 1.632/78, dispõe sobre a proibição de greves no serviço público e em atividades, consideradas pela ditadura, essenciais de interesse de segurança nacional.

⁸³ “MINISTRO do Trabalho reconhece estado de greve no ensino do Rio”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 02 ago. 1979.

⁸⁴ Amigo pessoal de Chagas Freitas, foi indicado por ele para a prefeitura do Rio de Janeiro, em março de 1979, ficando no cargo somente por 14 meses, por divergências em torno da fusão dos estados. ABREU, Alzira Alves de *et AL* (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/> Acesso em 10/03/2011.

⁸⁵ “MINISTRO do Trabalho reconhece estado de greve no ensino do Rio”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 02 ago. 1979.

⁸⁶ “MINISTRO do Trabalho declara ilegal a greve do magistério”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 02-08-79.

⁸⁷ Conforme a matéria “Líder dos Professores é preso e solto pelo DPPS”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 04-08-79.

⁸⁸ ESTADO convoca às salas de aulas os professores sem turma. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 03-08-79.

diretora da escola pois a mesma se recusara a deixá-lo assinar o ponto de comparecimento do trabalho"⁸⁹.

Boletins pró-greve foram apreendidos com os professores Irene da Silva Vianna⁹⁰ e Willian do Vale Melo⁹¹, esses detidos e obrigados a prestarem esclarecimentos.

No dia 20-08-1979, o ato Ecumênico dos professores no Clube Maxwell também seria alvo da chamada "Operação Educação"⁹². Segundo o registro policial, estavam presentes muitos professores, deputados federal e estadual do MDB-RJ, representantes do sindicato dos metalúrgicos do Rio de Janeiro, do sindicato da FIAT/DIESEL, do Comitê Brasileiro de Anistia (CBA/RJ) e do DCE/UFF. Segundo a mesma fonte, durante o culto, o presidente do "ex-CEP" teria feito o seguinte discurso:

A luta continua, não adianta ameaça. Fico satisfeito vendo a classe reunida pela sua finalidade. Estamos aqui para dar uma resposta ao governo e reivindicar. Não ameaçamos ninguém. A nossa arma é a religião, a união e a força de vontade.⁹³

Dentre os materiais apreendidos⁹⁴, vale ainda destacar a Nota Oficial da Diretoria Provisória do CEP, em 08-08-1979 contra as medidas repressivas:

Rejeitamos a aplicação da LSN contra grevistas, vendo neste instrumento nada mais que uma justificativa para que os governos perpetrem violências contra o exercício dos mais elementares direitos democráticos. Por isso, estamos certos que a ameaça de inquérito não diminuirá a disposição da luta do professorado⁹⁵.

Tanto a secretaria estadual de educação quanto a municipal do Rio de Janeiro anunciaram a medida emergencial de convocação de professores para a substituição dos grevistas. O secretário Arnaldo Niskier solicitou o levantamento do número de professores grevistas aos setores da administração e a relação de professores extra-classe, universitários e normalistas que poderiam substituir os grevistas. As retaliações aos grevistas foram de inúmeras ordens, como a remoção de dirigentes do CEP, Hildésia Medeiros e Leny Rocha, para outros municípios.

À pedido do governador Chagas Freitas, o presidente-general João Figueiredo cassou o processo de registro do CEP. Por sua vez, o Departamento de Polícia Política e Social prendeu lideranças do movimento⁹⁶ e lacrou a sede da entidade na Rua Alcindo

⁸⁹ Informe nº 205 - 20/79/PM-2/PMERJ. Fundo Polícia Política, série DGIE, p. 280.APERJ.

⁹⁰ Livro de Ocorrências, nº 39/ Reg. nº 89/79. Fundo Polícia Política, série DGIE, p. 561.APERJ.

⁹¹ Registro de Ocorrência, 06/08/1979. . Fundo Polícia Política, série DGIE, p. 524.APERJ.

⁹² Relatório Culto Ecumênico dos Professores do RJ. Fundo Polícia Política, série GREVE, p.609. APERJ.

⁹³ Idem, Ibidem.

⁹⁴ É fundamental registrar que da cassação do registro do SEPE até 1983 nenhuma fonte primária foi preservada nos arquivos da entidade.

⁹⁵ Apreensão da Nota Oficial do CEP. Fundo Polícia Política, série DGIE, APERJ.

⁹⁶ Por exemplo, Godofredo Pinto, Luciano D'Ângelo e Hildésia Medeiros (PERETE e OLIVEIRA, 1989).

Guanabara, 24, sala 1006. Outra medida anunciada por Chagas Freitas foi a suspensão do pagamento de professores que “faltassem” seis dias consecutivos ao trabalho.

A importância do conteúdo da nota distribuída pelo gabinete do governador, na noite de 07/08/79 justifica a longa citação:

O secretário da Justiça do Estado e o procurador geral, respectivamente srs. Erasmo Martins Pedro e Raul Soares de Sá, requereram ontem no Cartório do Registro Civil das Pessoas Jurídicas a sustação do registro dos estatutos do Centro de professores (CEP), resultante da fusão da Sociedade Estadual dos Professores (SEP) com outras agremiações. A legislação em vigor estabelece que qualquer entidade que incite a greve de funcionários públicos, como os professores terá o seu funcionamento suspenso ou o seu registro impedido pelo Poder Judiciário. Ontem mesmo, o processo de registro foi enviado ao juiz da Vara de Registro Públicos, onde opinará o Ministério Público, tendo em vista a declaração da ilegalidade do movimento grevista pelo Ministério do Trabalho. No processo deverá intervir também a Procuradoria Geral da República para apurar a responsabilidade da Sociedade Estadual dos Professores (SEP), da União dos Professores do RJ (UPRJ) e da Associação dos Professores do RJ (APERJ), a fim de propor ação judicial de dissolução das mesmas.

Ainda ontem, o secretário de Segurança Pública, general Adolpho Murgel, converteu em inquérito policial a sindicância que vinha sendo realizada pelas autoridades em torno da greve de uma parcela do professorado. Hoje, será designado o promotor público que acompanhará o processo, do qual poderá resultar a denúncia dos responsáveis como incursos na Lei de Segurança Nacional ou outros dispositivos legais⁹⁷.

A greve prosseguiu, apesar da cassação da entidade. Em 17 de agosto, o CEP realizou uma assembléia onde as opiniões se dividiram entre a continuidade ou não do movimento grevista. As propostas defendidas por Hildésia Medeiros, de continuidade, e a de encerramento, por Godofredo Pinto, já apontavam diferenças políticas importantes no interior da entidade. Começou a definir-se, neste momento, uma corrente de oposição à diretoria do CEP⁹⁸.

A assembleia realizada na semana seguinte colocaria fim ao movimento grevista a partir do “compromisso de que o governo pagaria, ainda em 1979, o aumento prometido em março, o que realmente aconteceu em dezembro”⁹⁹.

As greves de 1979 evidenciam no CEP a relação entre o novo e o velho sindicalismo, ou seja, do conflito entre as suas tradições e a tentativa de emergência de uma organização sob novas formas:

⁹⁷ Governo pede a suspensão do funcionamento do CEP: Líderes da greve podem ser enquadrados na LSN. *O Globo*, Rio de Janeiro, 08-08-79.

⁹⁸ PERETE E OLIVEIRA (1989, p.14).

⁹⁹ Idem, *Ibidem*.

[...] o CEP, de cuja juventude e caráter legal não sindical parecia derivar uma coesão maior, dividia-se claramente entre uma corrente identificada com o fazer greve como instrumento de combate à estrutura sindical e à ditadura (além de arma para conquistas salariais) - na linha que se afirmava com o novo sindicalismo -, e um grupo que recomendava prudência na estratégia de aprofundamento da transição democrática¹⁰⁰.

Apesar das divergências no interior da direção¹⁰¹ da entidade, principalmente por causa da condução da greve, o movimento conseguiu fazer da greve de 1979 uma experiência marcante na história do sindicato ao conquistar um piso de cinco salários-mínimos, marco que seria transformado em principal reivindicação salarial da categoria em momentos posteriores.

Mesmo na ilegalidade, com o registro cassado e a sede sob intervenção da repressão ditatorial, o CEP realizou expressiva eleição de sua primeira diretoria¹⁰², cuja chapa única referendava a diretoria provisória, buscando unidade entre as forças políticas. Cerca de sete mil e quinhentos professores filiados à entidade participaram da eleição apesar das ameaças recebidas:

A diretoria provisória do CEP já recebeu, durante a última semana, inúmeras denúncias de repressão às eleições. A principal vem da própria secretaria estadual de educação e cultura, que enviou ofício a todos os diretores de escolas, proibindo qualquer atividade do CEP dentro desses estabelecimentos, até mesmo a colocação de cartazes convocando para a votação¹⁰³.

As adversidades para a continuidade do movimento foram inúmeras com a repressão do Estado materializada não somente na cassação da entidade, mas na perseguição a militantes. Nos anos em que o CEP esteve fechado, a Polícia Política apreendeu materiais, infiltrou policiais em atividades e produziu relatórios sobre a entidade que se recusava a interromper as atividades.

Os materiais nos arquivos da Polícia Política (APERJ)¹⁰⁴ e fontes secundárias¹⁰⁵, nos permitem afirmar que o CEP promoveu campanhas salariais, debates em torno da

¹⁰⁰ MATTOS (1998, p. 198).

¹⁰¹ As divergências estavam localizadas basicamente entre os militantes da esquerda tradicional e a do PT.

¹⁰² Chapa Construção: Godofredo da Silva Pinto (presidente), Ítalo Moriconi (1º vice-presidente), Hildézia Alves Medeiros (2ª vice-presidente), Luciano D'Ángelo Carneiro (secretário-geral), Maria Helena Castro Azevedo (1ª secretária), Heloísa Almeida Fernandes (2ª secretária), Maria Ângela Moreira Pinto (1º tesoureira), Rosanita Zanon Monteiro (2ª tesoureira), Matilêa da Cruz (Diretora de assuntos da rede estadual), Magda Frediani Martins (Diretora de assuntos da rede municipal) e Marcos Gomes (Diretor de assuntos da rede particular). Dessa forma, a diretoria provisória tornou-se diretoria eleita, configurando a mesma composição das forças políticas. O MDB, que possuía força representativa dentro da diretoria, enfrentava-se com o governo estadual do MDB.

¹⁰³ PROFESSOR elege direção do CEP. Última Hora. Rio de Janeiro, 29/10/1979.

¹⁰⁴ O Fundo de Polícias Políticas do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) contém acervo de informações da Polícia desde 1918 até 1983. Com a criação do "Novo Estado do Rio de Janeiro", em 1975, na Secretaria de Segurança Pública do Estado, é criado o Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE) como órgão de "inteligência policial" cuja função é reunir informações a fim de colaborar nas ações de repressão social.

condição de trabalho de funcionários das escolas, realizou eleições para a diretoria da entidade, assembleias, paralisações e até mesmo a greve dos professores conveniados, que contribuiu sobremaneira para a construção da entidade no interior do estado.

O relatório do DGIE sobre as "atividades subversivas" do CEP o relaciona a outros movimentos sociais, em ação radicalizada:

Nos bairros, o Movimento dos Amigos de Bairro (MAB), o Centro Estadual dos Professores (CEP), o Movimento de Mulheres (MM), o Movimento Negro (MN) e a Pastoral Operária (PO) implantam a desordem, incentivando o povo a pegar em armas contra o regime"¹⁰⁶.

Como estratégia de luta pela reabertura da entidade, o CEP buscou além do apoio dos movimentos sociais, com os quais possuía relevante ligação, o apoio do movimento docente nacional, através da CPB. Contudo, a relação com a entidade nacional também seria marcada por divergências da mesma ordem que aquelas presentes no seio das organizações da classe trabalhadora, cindida entre os CONCLATs de 1981 e 1983. A atuação de militantes ligados ao CEP teve papel relevante tanto na construção da UNATE, quanto no fortalecimento da CPB.

Cabe ainda destacar que o debate dos rumos do movimento da classe trabalhadora como um todo estava entrelaçado ao do movimento nacional dos professores. No documento "Organização Nacional do Magistério", assinado pelo presidente Godofredo da Silva Pinto e pelos diretores Maria Ângela Moreira Pinto e Marcos Gomes, há o posicionamento de parte da diretoria do CEP quanto ao debate da organização dos docentes, ou seja, a defesa de uma estrutura federativa. Os autores criticam o Congresso Nacional de Profissionais da Educação (CNPE), reunido em São Paulo, a fim de criar uma nova entidade nacional e propõem uma avaliação crítica sobre a situação das entidades estaduais:

No bojo do processo de lutas que o professorado encaminhou a partir de 1978, entidades tradicionais de grande peso e reconhecimento junto ao professorado aumentaram sua representatividade ao encaminharem greves vitoriosas em seus estados, como são o caso da CEPERGS gaúcho e da ALP e APP paranaenses. Em alguns poucos estados foram criadas entidades estaduais novas (por exemplo UTE-MG), no Rio houve a função [sic] de antigas entidades originando o CEP, e em vários outros estados as entidades locais foram tomadas e transformadas pelas forças que impulsionaram as lutas (CPG em Goiás, APEOESP em São Paulo, AMEP na Paraíba,

¹⁰⁵ Cf. PERETE e OLIVEIRA (1989).

¹⁰⁶ Atividades Subversivas - Pedido de Busca nº 028/116/ARJ/81 Setor Comunismo, p. 224

APENOPE em Pernambuco, ASPAC no Acre, etc.)¹⁰⁷.

Segundo o documento, embora tais entidades tenham atingindo certo nível de representatividade, ainda não estariam suficientemente ligadas às bases. E continuam:

A combinação de representatividade “genérica” com precariedade de real inserção no professorado é verificável em quase todas as entidades acima mencionadas. Elas atravessam um período de séria crise, fato este reconhecido pelas próprias direções dessas entidades estaduais¹⁰⁸.

Assim, em oposição à criação da UNATE, apresentam como proposta:

A partir da constatação de que urge FORTALECER as entidades estaduais de base, fazendo delas o único CANAL DE REPRESENTAÇÃO e de ENCAMINHAMENTO das lutas do magistério em cada estado, é que julgamos essencial para o movimento dos professores que a articulação nacional do magistério se dê em torno de uma entidade de tipo FEDERATIVO, vale dizer, uma entidade a qual se filiam ENTIDADES ESTADUAIS (e não professores avulsamente). (Grifos no original)¹⁰⁹.

Com isso, tais dirigentes do CEP, pretendiam reformar a CPB e garantir eleições indiretas para a direção nacional, através das entidades estaduais, via voto dos delegados estaduais. Essa política, defendida pela presidência do CEP, foi a vitoriosa nos debates nacionais, conforme vimos no capítulo anterior.

O CEP buscou refundar-se sob o nome Campanha Estadual como alternativa à intervenção ditatorial¹¹⁰. Em novembro de 1981, a Campanha Estadual dos Professores aprovou em assembleia o seu estatuto. A eleição da direção presidencialista, através de chapa única, reconduziu a direção do Centro Estadual dos Professores. Contudo, essa tática do movimento docente de alterar o nome da entidade não modificou a situação prática da mesma e a reabertura do CEP somente foi conquistada em 1983.

O retorno à legalidade foi marcado pelas disputas pela direção política da entidade, novamente a chapa da situação venceu as eleições¹¹¹.

¹⁰⁷ PINTO, Godofredo da Silva, PINTO, Maria Ângela Moreira e GOMES, Marcos. Organização Nacional do Magistério. Rio de Janeiro, s/d.

¹⁰⁸ Idem, Ibidem.

¹⁰⁹ Idem, Ibidem.

¹¹⁰ CEP. Ata da Assembléia Geral Ordinária. Rio de Janeiro, 08 outubro de 1981.

¹¹¹ A Chapa 1 “Caminhar Juntos” vence com maioria esmagadora dos votos. Direção eleita para o período de novembro de 1983 a novembro de 1985.: Godofredo Saturnino da Silva Pinto (presidente), Maria Cerqueira (1ª vice-presidente), Hildézia Alves Medeiros (2ª vice-presidente), Marilda Reis de Almeida (Secretária geral), Máximo Augusto Campos Masson (1º secretário), Idhy Matheus (1º tesoureiro), Maria José Ramos Jordão (2ª tesoureira), Jane de Melo (Departamento e Assistência Educacional), Lea Carvalho Reis (Departamento Jurídico) e Ítalo Mariconi Junior (Departamento de Imprensa). Na composição da chapa havia militantes do PMDB, do PCB, do PSB, do PDT e até mesmo de setores do PT.

Na avaliação da chapa oposicionista¹¹², composta majoritariamente por militantes do PT e da comissão Pró-CUT, os anos difíceis do CEP deveriam ser atribuídos não exclusivamente à ditadura militar, mas também à posição negociadora da direção da entidade com os governos. Ao avaliar a decadência dos salários desde 1979 - com a perspectiva de valer menos que dois salários mínimos em 1984 - a proposta do plano de classificação de cargos do governo e a ação dos dirigentes do CEP, tais militantes avaliavam que os problemas eram:

[...] frutos da prática imobilista e anti-democrática, respaldada num estatuto igualmente autoritário que leva a direção do CEP a abandonar as lutas, a mobilização da categoria, em troca de acordos com o governo. Essa prática liquidou e esvaziou diversos núcleos e zonais¹¹³.

Nesse sentido, a chapa oposicionista, reivindicava as bandeiras da CUT e defendia o seu reconhecimento como instrumento da classe capaz de fazer oposição ao governo ditatorial, através das seguintes insígnias: fim da política econômica do governo; rompimento dos acordos com o FMI; não pagamento da dívida externa; fim da Lei de Segurança Nacional; fim do regime militar; eleições diretas para presidente da república; liberdade e autonomia sindical e reconhecimento da CUT como órgão máximo de organização dos trabalhadores.

Em 1985, Godofredo Pinto¹¹⁴, reeleito desde a fundação da entidade e exercendo o mandato de deputado estadual pelo MDB, licenciou-se para assumir a vice-presidência da CPB, sob a presidência de Hermes Zanetti. Assumiu, então, a presidência do CEP Hildézia Medeiros, que, em seguida, seria eleita presidente da entidade, para o biênio seguinte¹¹⁵.

Em documento de setembro de 1985, o movimento oposicionista¹¹⁶ avaliava que havia um esvaziamento progressivo no CEP, realizava críticas ao processo eleitoral e

¹¹²Composição da chapa 2: CEP. Retornar a Luta!: Presidente; Florinda Moreira Lombardi. Vice-presidente: João Gonçalves de Andrade, Vice-presidente: Jailson Alves dos Santos, Secretaria Geral: Maria Cristina Pereira da Silva, 1º secretário: Marilda Hemigues, Tesouraria: Mônica Rabello de Castro, 1º tesoureiro: Sérgio Moura, Suplentes Pedro Tórtima, Marisa Cardoso Martins, Teresa Cristina da Costa Matos, além dos Representantes e Suplentes das Zonais, Representantes e Suplentes das Secretarias Regionais e dos Departamentos Jurídico, Educacional e de Imprensa e Divulgação. A Chapa 2 contava com a representação majoritária de militantes do PT.

¹¹³ CEP. Retornar a Luta! Chapa 2. Rio de Janeiro, 1983.

¹¹⁴ Nesse período Godofredo Pinto assumiu o cargo de deputado estadual pelo MDB (1983-1986), apesar do desgaste dos professores com o governo estadual do mesmo partido, Chagas Freitas.

¹¹⁵ DIREÇÃO ELEITA PERÍODO: 1985/1987: Presidente: Hildézia Alves Medeiros, Vice-Presidente: Marilda Reis de Almeida, 2º Vice-Presidente: Léa Carvalho Reis, Secretário Geral: Máximo Augusto Campos Masson, Primeiro Secretário: Antonio Rodrigues da Silva, Tesoureiro-Geral: Hedy Mateus Primeiro Tesoureiro: Cléa Correa de Mello, Assuntos Jurídicos e Funcionais: Denise Rosa Lobato, Diretor de Imprensa e Divulgação: Vilson Freitas Teixeira, Diretor de Assuntos Intersindicais: Murilo Martins Jordão, Diretor de Assuntos Culturais e Educacionais: Maria M. Oliveira Kyoss Diretor-Geral: Elisabete Mascenas,, Ivonete Fontelles Sugahara, Maria das Dores P. Motta, Sebastião José e Silva, Zelma Gomes Santos Masson. A composição das forças políticas é, em sua maioria, a mesma da anterior.

¹¹⁶ Assinam o documento: Pedro Tórtima, Jailson Alves dos Santos, Marilda de Jesus Henriques, Gilberto Lyra Lopes, Rosa Maria Silva de Souza, Carlos Saito, Roseli Elias, Ângela Maria da Fonseca e Silva Corrêa, Rosa Maria de Aguiar, Luis Eduardo Magalhães e Nelson Rodrigues Filho.

demandava o resgate da democracia interna, da combatividade e da independência. Segundo a oposição, tais aspectos deixaram o movimento impotente frente à política de desvalorização salarial na educação implementada pelos governos.

A perda salarial, iniciada com o reajuste de 14% em 1980, continua até hoje com a colaboração do CEP, que tem estendido a mão ao governo Leonel Brizola desde o início de seu mandato, quando em 1983 dado o reajuste de 73%, dizia da necessidade de darmos um crédito de confiança ao governador, e no ano seguinte, 1984, propôs ao governo, e foi aceito, a elevação das referências que representaram um reajuste real de 222,9% para o prof. IV e 216,8% para o prof. I, mas que, quando comparado com o salário-mínimo, representavam muito pouco, demonstrando o seu caráter ilusório, enganoso, do reajuste. No ano de 1985, a campanha salarial nem existiu e tivemos um reajuste de 80,3% no mês de julho quando o próprio governo federal dava um reajuste de 89%¹¹⁷.

Os professores opositoristas avaliavam que a condução do processo eleitoral, que obstaculizava a participação de novos quadros, tornara-se um entrave para a composição de chapas vinculadas às bases.

Nova greve só ocorreria em 1986, seja pelos efeitos da repressão estatal, seja pelas opções políticas da direção da entidade por ações sindicais menos conflituosas. Outro aspecto relevante para a ausência das greves era a expectativa que parte da militância do sindicato criou com o governo de Leonel Brizola, eleito com a plataforma política focada nas questões sociais, particularmente na educação, e também por ter sido o governador que devolveu ao CEP a legalidade. Porém, o quadro de arrocho salarial no governo Brizola atingiu grandes proporções:

Quando o governador Brizola assumiu, os pisos eram de 2,94 = regência e 4,35 + regência (profs. IV e I). O confisco salarial realizado por Brizola foi de 38,77% e 40,23% dos poderes aquisitivos dos salários dos professores IV e I, respectivamente. Em 84, segundo ano do governo Brizola, a categoria foi premiada com um piso do prof. IV reduzido para 1,8 e do prof. I para 2,74 SM, onde seus poderes aquisitivos tinham caído para 63,6% e 63%, respectivamente¹¹⁸.

Resultado desse contexto, a greve de 1986 reivindicou a implementação do plano de carreira, bandeira de luta presente desde antes da unificação das entidades, e a defesa da escola pública para todos, antagônica à experiência seletiva dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), que começou a ser realizada na rede pública de educação¹¹⁹ como modelo de política educacional.

¹¹⁷ A OPOSIÇÃO e a atual diretoria do CEP. Rio de Janeiro, 1985.

¹¹⁸ CEP. Caderno de Teses. II Congresso Estadual de Professores Samora Machel. Rio de Janeiro, 1986, p.34.

¹¹⁹ Sobre a descrição do projeto educacional de Leonel Brizola ver CUNHA (2009, p.140-150).

Enquanto isso a situação das escolas estaduais era de insuficiente infraestrutura e quadro de profissionais, com crianças em idade escolar fora da escola, conforme denúncias do CEP e notícias da mídia comercial. Na matéria *Merenda provoca fila em escola de Nova Iguaçu*, do jornal O Globo, sabemos que durante a greve houve distribuição de merenda na Escola Estadual Jardim Marilice. Na fila para a refeição havia crianças e adolescentes não matriculados na escola: “é o caso do deficiente físico Denilson da Silva, de 12 anos, que diz nunca ter frequentado a escola porque sua mãe não tem dinheiro para o uniforme” (O GLOBO, 03/04/1986). As condições de funcionamento da mesma escola também foram objeto da matéria:

A escola tem 1.300 alunos, que estudam em três turnos da 1ª a 4ª série. Há 20 professores que são insuficientes para as 30 turmas. Por isso, três estão comprimidas e outras sete ainda não começaram o ano letivo¹²⁰.

A adesão ao movimento contava com cerca de 130 mil professores, em todo o estado¹²¹. Os números de presentes às assembleias de greve eram surpreendentes, oscilavam entre vinte e trinta mil¹²² professores no estádio do Maracanãzinho. Pela ampla participação da categoria, esse movimento foi considerado a maior greve realizada pela entidade e a primeira greve geral, de professores do município e do estado do Rio de Janeiro, desde 1979.

A expectativa, de parte da militância, com o governo Brizola foi se desfazendo, pois:

A luta pelo Plano de Carreira vai se estender até o ano de 1986 sem qualquer resposta por parte do governo. No dia 23 de março – domingo –, a categoria votou pela greve a partir do dia 31 daquele mês, derrotando a proposta da diretoria de continuar com a política de paralisações durante todo o mês de abril¹²³.

O quadro nacional era de ascensão das lutas contra o Plano Cruzado e o arrocho salarial. Resposta encontrada entre as frações dominantes à crise do capital, o Plano Cruzado consistia na criação de uma nova moeda, o Cruzado, com o objetivo anunciado de controlar os altos índices de inflação através do congelamento de preços e salários. Contudo, após as eleições para o Congresso Constituinte somente os preços foram descongelados.

¹²⁰ Idem, *Ibidem*.

¹²¹ MATTOS (1998, p. 204).

¹²² A este respeito ver as dissertações de SILVEIRA (2002) e MASSON (1988).

¹²³ SILVEIRA (2002, p. 113).

As atas de assembleias da entidade, durante o período grevista de 1986, demonstram o difícil processo de negociação com o prefeito do Rio de Janeiro, Saturnino Braga. Inicialmente, a categoria exigia que as seguintes reivindicações estivessem contempladas no plano de carreira: piso salarial de cinco salários mínimos, enquadramento por formação, progressão por tempo de serviço a cada três anos para todos os professores e eliminação do quadro celetista do corpo docente do Estado. Com participação massiva nas assembleias, as professoras e os professores votaram sistematicamente pela continuidade da greve e defesa da pauta nas negociações com o governo.

A posição do governo do estado não era a de abertura de negociações. Nas palavras de Brizola a greve dos professores não era um movimento legítimo, “mas um ato de indisciplina e desobediência”:

- O governador não pode se submeter a um grupo de pequena burguesia radicalizada e destituída de bom senso. Se fizermos esta concessão, estaremos abrindo um péssimo precedente. Amanhã, a polícia militar faz a mesma coisa. É preciso levar em conta que o pacote econômico afetou a arrecadação do ICM. Respeito e tenho simpatia pelas aspirações do professorado, mas não posso concordar com a greve. O princípio é cortar o ponto de todos que faltarem ao trabalho¹²⁴.

Saturnino Braga¹²⁵, por sua vez, apresentou contrapropostas que foram recusadas pelas assembleias de 10 e 16 de abril de 1986. Em 23 de abril de 1986, frente às ameaças do governo ao movimento como, por exemplo, a suspensão do salário e a ameaça de convocação de professores concursados para o reinício das aulas, o movimento, ao avaliar a nova proposta do governo, deliberou pelo final da greve e pela aceitação, dentre o conjunto de medidas, do piso de três salários mínimos e meio para a categoria. A greve de 27 dias chegou, assim, ao final.

À esta greve se seguiram paralisações cujo objetivo era pressionar o governo para o cumprimento do acordo, objetivo que não foi de todo alcançado. Destacou-se, como maior conquista da greve, o plano de carreira elaborado pela categoria ter se transformado em lei no estado e no município do Rio de Janeiro, baseado em 12% de aumento entre os níveis por progressão por tempo de serviço, a cada cinco anos, além de 5% por enquadramento por formação (graduação, cursos de aperfeiçoamento, mestrado, doutorado).

As avaliações de greve, realizadas ao longo do ano, muito nos disseram sobre a dinâmica política do CEP naquele momento. No II Congresso Estadual de Professores Samora Machel, a III Tese, a "Tese da Oposição" dedicou uma seção inteira ao balanço da

¹²⁴ ATO público reúne 3 mil professores na Cinelândia. O Globo. 03/04/1986.

¹²⁵ Roberto Saturnino Braga foi o primeiro prefeito do Rio de Janeiro eleito pelo voto direto, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT).

greve de 1986. Para os autores, a linha de atuação da diretoria do SEPE era, desde o início da campanha salarial em 1985, de aposta em negociação. Nesse sentido, a direção do CEP teria conduzido o movimento ao rebaixamento dos eixos centrais de reivindicação: piso de cinco salários mínimos, enquadramento por formação e por tempo de serviço para todos. Ao contrário desta proposta original, quando, nos dias 9 e 10 de abril, o governo apresentou a sua contraproposta, a diretoria defendeu, em assembleia, a redução da própria pauta: piso de quatro salários mínimos, abdicção do enquadramento para todos e a alteração da progressão por tempo de serviço para o intervalo de cinco anos.

Após a proposta da direção, o movimento dividiu-se. O governo ameaçou demitir os contratados e de corte de ponto os demais. Frente à cisão estabelecida, a maioria dos 15 mil presentes na assembleia deliberou pelo final da greve, aceitando a proposta de piso de três e meio salários mínimos. Ainda assim o acordado não foi implementado:

Quando a categoria percebeu que as negociações à base do “consenso” não davam resultado, retomou a mobilização para voltar à greve. Saturnino enviou correndo seu plano à Câmara Municipal e Brizola fez o mesmo enviando o seu à assembleia Legislativa. Nenhum dos dois cumpre na íntegra o acordo oral do fim da greve¹²⁶.

Não se tratava apenas de uma divergência em torno do piso salarial docente o debate naquele momento. A cunha posta nas assembleias dizia respeito aos diferentes posicionamentos políticos na luta de classes, emersos com a greve.

A posição da CUT, de oposição ao governo da Nova República, e da CGT, de conciliação em torno de um pacto, e, particularmente, as avaliações em torno da eleição de Tancredo Neves tornaram-se o centro da disputa das três teses que foram apresentadas ao II Congresso Estadual de Educação, a Tese da Diretoria (Tese I), a Tese de Professores Cutistas (Tese II) e a Tese da Oposição (Tese III).

Para a diretoria, segundo a tese apresentada, a população acompanhou a eleição de Tancredo Neves entendendo que, na prática, este foi um marco importante de formalização do fim do regime militar, embora concretamente, tenha havido uma reversão de expectativas por parte dos setores progressistas, devido a não remoção do chamado “lixo autoritário”¹²⁷. Assim, a tese afirma que:

Todos concordamos que a adoção de medidas que configuram o chamado “Plano Cruzado” foi fundamental para conter o perigoso caminho econômico e financeiro que trilhávamos¹²⁸.

¹²⁶ CEP. Caderno de Teses. II Congresso Estadual de Professores Samora Machel. Rio de Janeiro, 1986, p.36.

¹²⁷ CEP. Caderno de Teses. II Congresso Estadual de Professores Samora Machel. Rio de Janeiro, 1986, p.2.

¹²⁸ Idem, *Ibidem*.

Ao mesmo tempo, a direção do CEP realizava críticas ao sistema educacional brasileiro e ao do Rio de Janeiro. Ao implementar as políticas da ditadura, tais governos teriam agravado os problemas do sistema educacional que gerou:

[...] adultos e jovens analfabetos. Professores malformados e mal remunerados. Acesso ao magistério via apadrinhamento político. Emprego de verbas públicas na manutenção de escolas privadas de boa e má qualidade¹²⁹.

Contudo, a diretoria mostrava-se contrária ao enfrentamento com o Estado, em acordo com a linha política defendida pela CGT:

Somos contrários à política do confronto que, na prática, tem levado, ao impasse e não às vitórias e a qualquer política de apoio à Nova República que signifique imobilismo¹³⁰.

Para tal, cita a argumentação do 1º Congresso Estadual dos Trabalhadores da CGT:

A tarefa política mais importante que hoje se coloca perante o movimento sindical, como de resto perante todas as forças democráticas do país, consiste precisamente em contribuir da forma mais eficaz para uma grande unidade de todas as forças interessadas em conduzir a nossa pátria a um regime de plena democracia, no plano político, e de progresso, e independência no plano econômico e social, apoiando o processo de transição democrática, sustentando e direcionando os seus cursos até a construção e consolidação do Estado de Direito Democrático¹³¹.

Com relação à polêmica em torno da estrutura sindical, a direção mostrava-se favorável a unicidade sindical ao avaliar que “a convenção 87 da OIT, embora seja positiva no terreno das liberdades sindicais, é negativa ao possibilitar o pluralismo orgânico”¹³². Por certo, estamos diante de uma visão liberal da organização sindical, de defesa do modelo de organização vertical e tutelado pelo Estado, tal qual a que FRANÇA¹³³ identificou nas teses do 4º CONCURT, mas já presente no interior do *Novo Sindicalismo* antes. Assim, os autores da tese justificam a sua posição contrária àquela defendida pela CUT, de ratificação da convenção 87 da OIT:

Consideramos um risco político para o movimento sindical, a divisão de uma categoria de trabalhadores em várias entidades, porque isto tornaria ainda mais precária as condições de organização que temos. Fatalmente os patrões usariam a divisão do movimento para melhor controlá-lo¹³⁴.

¹²⁹ Idem, Ibidem

¹³⁰ CEP. Caderno de Teses. II Congresso Estadual de Professores Samora Machel. Rio de Janeiro, 1986, p.7

¹³¹ *Apud* CEP. Caderno de Teses. II Congresso Estadual de Professores Samora Machel. Rio de Janeiro, 1986, p.7.

¹³² Idem, Ibidem.

¹³³ FRANÇA, Teones. Sindicalismo no Brasil e estrutura sindical (1978-1997). Lutas e Resistências, n°2. Londrina, 2007.

¹³⁴ Idem, Ibidem, p.6.

A Tese I faz ainda mais críticas à CUT no que diz respeito ao seu funcionamento democrático, quais sejam as de permissão de oposições sindicais e entidades não filiadas em seus congressos e às de propostas de “comissões de fábrica”. Ambas contribuiriam para o paralelismo sindical criticado, segundo a Tese da Diretoria.

Mais um ponto relevante a ser considerado na posição da diretoria do CEP é aquela referente ao imposto sindical:

Assim como a CUT e a CGT, somos favoráveis à autonomia sindical. Porém, concordamos com a visão expressa pela CGT de que a extinção do imposto sindical seja gradativa e não imediata, na medida em que o desaparecimento abrupto do imposto sindical significaria um maior enfraquecimento do movimento¹³⁵.

A Tese de Professores Cutistas destaca as várias categorias que se insurgiram contra o governo da chamada Nova República e a sua política:

Nossa categoria é um bom exemplo: nos últimos 18 meses houve greve de professores e demais trabalhadores do ensino em quase todos os estados. Em 1985, ano que abrigou o maior volume de greves da história recente no país, cerca de 900 greves e sete milhões de grevistas, começou a ser expresso o descontentamento dos trabalhadores com a política pseudo-liberal, mas claramente mantenedora das oligarquias da classe dominante, da “Nova República”¹³⁶.

Assim como destaca o contra-ataque do Estado diante da ascensão das lutas:

Em 1986, após uma expectativa quanto ao Plano Cruzado, o volume de greves aumenta. Em resposta, ministro e outras “autoridades” vão à televisão ameaçar os grevistas com severas punições, buscadas na lei “anti-greve” da ditadura (o chamado “entulho autoritário”, do qual tanto se falou, mas se guardou para o momento devido). Pior é que não são apenas ameaças. Trabalhadores são demitidos por participarem de movimentos reivindicatórios. A repressão policial aumenta dia a dia. Os acontecimentos de Leme-SP, quando cortadores de cana foram espancados e dois jovens brutalmente assassinados pela polícia militar, atestam tal violência. Além disso, 160 trabalhadores rurais foram assassinados só neste ano, sem que um único mandante tenha sido responsabilizado e punido¹³⁷.

Diante da imposição do governo Sarney de um congresso com poderes constituintes, no lugar de uma Assembleia Nacional Constituinte, reivindicada pela classe trabalhadora, a Tese II propõe o avanço das mobilizações:

Devemos nos unir a todos os setores e entidades que buscarão formas de lutas e pressão sobre o congresso constituinte, por que esta é a única possibilidade concreta de assegurar algumas conquistas e criar condições reais para intervenção dos

¹³⁵ Idem, Ibidem, p.6.

¹³⁶ Idem, Ibidem, p. 11.

¹³⁷ Idem, Ibidem.

parlamentares efetivamente comprometidos com os interesses da classe trabalhadora. Esta mobilização deverá brotar das fábricas, dos bairros populares, das roças, das escolas, das repartições e escritórios¹³⁸.

Nesse sentido, defende as propostas políticas da CUT:

O congresso constituinte convocado pelo atual governo é mais uma tentativa de legitimar o governo conservador da Nova República: constituinte amarrada por leis arbitrárias e pronta para ser manipulada em favor dos interesses da classe dominante¹³⁹.

E a revogação da lei antigreve:

A lei nº 4.330 promulgada pela ditadura militar, que inviabiliza o direito de greve e permite ao governo e aos patrões o direito de repressão, não foi alterada. A nova lei de greve enviada pelo governo ao Congresso Nacional nada altera de essencial, mantendo, na prática a proibição do livre exercício de greve. A estrutura sindical fascista, corporativista, atrelada e controlada pelo Estado não foi modificada¹⁴⁰.

Nesse sentido, a tese cutista defendia a liberdade e a autonomia da organização sindical e a Convenção 151 da OIT¹⁴¹, por se antagonizar à ingerência do Estado na vida administrativa e financeira dos sindicatos através da carta sindical, do imposto compulsório, do controle das eleições e da intervenção do Ministério do Trabalho nos conflitos.

A estrutura sindical garantirá a mais ampla liberdade sindical em todos os locais de trabalho, em todas as instâncias e em todas as formas de relacionamento e solidariedade nacional e internacional. O sindicato será soberano em suas decisões e manterá autonomia em relação ao Estado, à classe patronal, aos partidos políticos, aos credos religiosos e às concepções filosóficas¹⁴².

Para tanto, signatários da tese apresentavam um programa com eleições sindicais com garantia de iguais condições a todos; abolição das formas impostas pelo Estado de sustentação financeira e ampla democracia e liberdade de expressão das correntes internas, com unidade de ação.

A tese propôs a ampliação dos quadros do CEP e maior participação nas lutas coletivas da classe trabalhadora, através das seguintes alterações estatutárias:

Transformação das zonais da capital em núcleos com diretorias eleitas, à semelhança dos núcleos municipais, possibilitar a filiação de todos os trabalhadores no ensino ao CEP/RJ; organizar o CEP nas escolas, através de comissões de base; formar

¹³⁸ Idem Ibidem, p.13.

¹³⁹ Idem, Ibidem, p.15.

¹⁴⁰ Idem, Ibidem, p. 21.

¹⁴¹ Trata da organização de trabalhadores da função pública.

¹⁴² Idem Ibidem.

conselhos municipais e zonais, possibilitar a participação do CEP nas lutas gerais da classe trabalhadora¹⁴³.

A protelação quanto à decisão de filiação do CEP e da CPB a uma central sindical é tomada, pela Tese II, como responsabilidade dos setores ligados à CGT, contrários a realização desta votação no II Congresso do CEP em nome de uma suposta unidade do movimento. Entretanto, a Tese II destacava as posições inconciliáveis dessas organizações, de um lado a CGT “prioriza a organização de cúpula e não pelas bases, e se coloca favorável a esse governo de transição burguesa” e, de outro, a CUT que representa um “projeto de autonomia político sindical de independência de classes face aos interesses da burguesia nacional”¹⁴⁴. Pelos argumentos aqui sintetizados, a tese defendeu a filiação do CEP e da CPB à CUT.

A Tese III, intitulada “Teses da Oposição”, também uma tese de professores cutistas, possuía mais acordos que divergências com a Tese II. No que diz respeito ao fim da Ditadura, esses professores avaliavam que a burguesia manobrou a campanha pelas Diretas Já, articulando-se ao Estado através da “Nova República”:

A alternativa escolhida pela “Nova República” para resolver a crise, foi o plano de Estabilização Econômica (Pacote Econômico) que tem como objetivo político principal assegurar a continuidade da transição política conservadora que se iniciou através da composição da Aliança Democrática (AD) no Colégio Eleitoral. Em segundo lugar este Pacote pretende garantir algumas bases eleitorais para que os Partidos da AD disputem as eleições de novembro para os governos dos Estados e Constituinte. Finalmente o pacote tem como alvo principal o movimento operário e sindical. Quebrar a tendência ao ascenso das lutas e desarticular as conquistas que estavam sendo impostas pela classe trabalhadora através das greves é uma das preocupações mais importantes do pacote. Isto quer dizer que este pacote quer impor o Pacto Social¹⁴⁵.

A tese demonstrava o impacto do arrocho salarial, “de todas as categorias profissionais, o magistério é a que sofreu maior arrocho salarial. A safra militar reduziu em 51% o poder aquisitivo do salário do professor, enquanto o do salário mínimo foi reduzido em 38%, aproximadamente”¹⁴⁶ e as contradições entre o discurso democrático do governador Brizola e a prática de baixar resoluções sobre o funcionamento das escolas, tais como a promessa de realizar eleições para diretores em oposição a nomeações de diretores pelo secretário de educação (Diário Oficial de 28-02-86). Outro exemplo é a lei que proibia

¹⁴³ Idem, Ibidem, p. 23.

¹⁴⁴ Cf. CEP (1986, p. 25)

¹⁴⁵ Idem, Ibidem, p. 29.

¹⁴⁶ Idem, Ibidem, p. 28.

a cobrança de taxa nas escolas oficiais (Diário Oficial de 10-10-84) em contraposição à regulamentação das contribuições facultativas, através de carnês pagos no BANERJ.

A Tese III trata do funcionamento democrático da entidade, avalia que o estatuto do CEP está organizado sob estrutura discriminatória entre capital e interior do estado, bem como não prevê organização ao nível de escola e ou local de trabalho.

Cabe destacar que a apresentação de duas teses cutistas, embora convergentes em muitos pontos, e fundamentalmente quanto à filiação do CEP à CUT, representavam as diferenças no interior da CUT, por parte da Tese II, a chamada esquerda cutista e, na Tese III, a aliança de outros setores com a Articulação Sindical.

Apesar da tentativa da direção do CEP de adiar a votação da filiação do CEP à CUT, no II Congresso Estadual do CEP, os delegados votaram por: defesa da convenção 87 da OIT; fim imediato do imposto sindical, liberdade e autonomia sindical; sindicalização dos funcionários públicos; direito irrestrito de greve e revogação da lei de greve; fim da estrutura sindical e filiação imediata à CUT.

As deliberações do congresso e a condução do movimento grevista, mas não só, irromperam uma crise de direção no CEP que se aprofundaria no ano seguinte. Certamente, a filiação do CEP à CUT mostrou-se a primeira grande derrota da diretoria do CEP, que permanecia à frente da entidade desde a sua fundação.

Outro ponto de divergência entre a militância, foi debatido no II Congresso, a oposição à política dos CIEPs, do governo Leonel Brizola¹⁴⁷, explicitada na greve de 1986 e que ainda contava com defesas incoerentes à bandeira da escola pública para todos, sob gestão dos trabalhadores da educação, temas que seriam debatidos a fundo nos anos seguintes.

O enfrentamento, por diferentes segmentos sociais, que o projeto político-pedagógico do governo do PDT gerou no estado do Rio de Janeiro foi analisado por MIGNOT¹⁴⁸.

Ao analisar o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social (PDES), 1984 /1987, o Plano Quadrienal de Educação (PQE) – 1984/1987 e o Programa Especial de Educação (PEE), MIGNOT destaca que o discurso dos referidos documentos não se restringia à construção de escolas, mas

As novas escolas faziam parte de um plano de impacto que pretendia revolucionar o

¹⁴⁷ A esse respeito ver a ata da plenária de política educacional em: CEP. ATA do Congresso do CEP. Nova Iguaçu, 1986, p.2.

¹⁴⁸ MIGNOT, Ana Crystina Vanancio. CIEP - Centro Integrado de Educação Pública – Alternativa para a qualidade de ensino ou nova investida do populismo na educação? Em Aberto. Brasília, ano 8, nº 44, 1989.

sistema educacional brasileiro e ajustar a escola pública ao “aluno popular”. Elaborado por técnicos dos órgãos representados na Comissão Coordenadora de Educação e Cultura, o PQE demonstra ser desejo do governo “devolver à escola pública, prestígio e qualidade”, antecipar a escolaridade para crianças fora da faixa de obrigatoriedade, atendendo crianças com cinco, seis anos; construir novas escolas e assegurar condições de nutrição, saúde e locomoção aos alunos da escola pública¹⁴⁹.

Através de propaganda em rede nacional, os CIEPs foram apresentados como um projeto de escola integral, baseado no desenvolvimento de múltiplas esferas de formação, tais como a física, social e cultural:

Estas múltiplas atividades da escola estavam bem sintetizadas na propaganda em rede nacional de TV, financiada pelo **BANERJ**, que dizia: “Vocês vão ver agora, em 30 segundos, o que uma criança faz em nove horas no CIEP: café da manhã, ginástica, aula, almoço, estudo dirigido, sala de leitura, banho, jantar. Já fizemos 60, vamos fazer 500. CIEP – uma aula de futuro”. (grifo no original)¹⁵⁰

O caráter de universalização da política educacional que o discurso oficial se empenhava em anunciar não correspondeu ao número de escolas construídas, contratação de novos docentes e quantitativo de alunos atingidos.

Por um lado, os partidos políticos opositoristas ao governo Brizola questionaram o volume de recursos públicos, a utilização de concorrências simplificadas, e até mesmo a ausência delas, para a redução do tempo das obras, tomadas como políticas de cunho eleitoral, cujo calendário de inauguração das escolas coincidia com os anos eleitorais dos municípios¹⁵¹. Os recursos públicos empregados nos CIEPs eram compreendidos como retirada de verbas de outros setores considerados essenciais, inclusive a própria rede pública regular de educação.

A principal crítica do movimento docente estava centralizada na criação de uma rede paralela de educação, que absorvia parcela significativa dos recursos educacionais, restando a escassez às escolas regulares. Destarte, questionava-se a incapacidade de generalização dos CIEPs e da qualidade na educação através da escola de tempo integral, através de uma política assistencialista e compensatória - que via na escola a solução à marginalidade, sem a valorização dos trabalhadores a ela vinculada.

Em 1987, as perdas salariais detonaram outro movimento grevista, apesar da posição contrária da direção do CEP que apostava na negociação com o governo através de uma comissão paritária. Porém, essa estratégia de negociação foi derrotada pela assembleia

¹⁴⁹ MIGNOT (1989, p. 46-47).

¹⁵⁰ MIGNOT (1989, p. 48).

¹⁵¹ “Em 1985, o D.O. registra inauguração de escolas nos municípios com eleições municipais: Rio, Caxias, Volta Redonda, Angra dos Reis. O calendário de inauguração tem efetiva correspondência com o calendário eleitoral. A vitória do PDT no Rio é atribuída aos CIEPs”. (MIGNOT, 1989: 49).

de 13 de junho, no Instituto de Educação, que deflagrou a greve. A direção defendia caminhos diferentes para a rede municipal e estadual do Rio de Janeiro.

A visão da diretoria é que, no caso da rede estadual, só caberia uma greve no 1º semestre, junto com o funcionalismo pelas questões gerais; ou no 2º semestre, uma greve do magistério, caso não fôssemos atendidos na comissão paritária¹⁵².

Já no município do Rio de Janeiro, como não havia se constituído um caminho de negociação e propostas do governo, a direção indicava a greve.

Na prática a greve não se constituiu como uma greve unificada, como defendiam setores do movimento. Além de não adquirir a participação da anterior, esta greve, que enfrentou o recém-eleito governador Moreira Franco, teve como desfecho, a separação das negociações entre os professores do município e do estado.

Havia uma preocupação com a apatia da categoria e a diretoria buscava reverter esse quadro com investimento na maior organização do movimento com a utilização de piquetes, comandos de greve, cartas à população, reforço de informações na imprensa, recolhimento de fundo de greve nos municípios e regionais, aula pública na Quinta da Boa Vista (Rio de Janeiro), etc. Por outro lado, o governo do Estado passa a reprimir ostensivamente o movimento, assim como explora as divergências existentes no interior do sindicato. Uma medida de teor repressor foi a ameaça de corte do ponto a partir de três de agosto. No entanto, a categoria não se intimida reiterando a continuidade da greve na assembléia de 13 de agosto. Após 69 dias de greve, em 25 de agosto, a rede estadual decidiu-se pela suspensão da greve¹⁵³.

A crise de direção do CEP tornou-se ainda mais evidente com a greve, realizada apesar da participação da direção na comissão paritária com o governo. Além das derrotas do ano anterior tais como as tentativas de suspensão do movimento grevista de 1986, e as deliberações congressuais de filiação à CUT e da não participação do CEP no Conselho Estadual de Educação, o III Congresso deliberou pela ampliação do quadro social da entidade a todos os trabalhadores e trabalhadoras da educação.

Para a diretoria, presidida por Hildézia Medeiros, a deliberação de transformação do CEP em uma entidade dos trabalhadores da educação foi considerada uma “decisão prematura, incoseqüente e anti-democrática”¹⁵⁴.

Ao apostar que a proposta da oposição - de incorporação dos funcionários e das funcionárias das escolas ao CEP - motivaria o elitismo dos professores, a diretoria pretendia recuperar a direção do movimento. Ao contrário, a ampliação do quadro social

¹⁵² CEP-RJ. Informa. Carta enviada pela diretoria aos seus associados. Rio de Janeiro, 16-11-1987, p.1.

¹⁵³ SILVEIRA (2002, p. 116).

¹⁵⁴ CEP-RJ. Informa. Carta enviada pela diretoria aos seus associados. Rio de Janeiro, 16-11-1987.

do CEP, associado aos outros aspectos tratados, representou a derrota da política defendida pela diretoria, que renunciou ao mandato.

Após a realização do terceiro congresso da entidade, ocorrido entre 30 de outubro e 02 de novembro, na UERJ, a diretoria anunciou a sua renúncia para o ano seguinte. Eram vários os argumentos, o mais incontornável referia-se à incapacidade de dirigir o movimento, conforme demonstrava a carta enviada aos associados:

Nossa visão política, expressa em nossas propostas, vem sendo sucessivamente derrotada nos espaços de deliberação da entidade (Assembléias, Conselhos Deliberativos, Congressos). Isso significa que não somos hoje representativos da parcela da categoria que tem participado destes espaços.¹⁵⁵

Embora a direção tivesse sofrido as referidas derrotas em eleições ocorridas nos espaços deliberativos, afirmava na carta:

Temos uma visão do mundo sindical que nos distingue destes setores de oposição: não concordamos com decisões artificiais de cúpula, que não contribuem para o fortalecimento do movimento. Não concordamos com as visões sindicais vanguardistas que, por considerarem suas propostas as mais “avançadas”, fazem delas pacotes a serem engolidos pelos setores ditos atrasados¹⁵⁶.

Neste contexto, com a ampliação dos quadros da entidade, em meio a debates iniciados anos antes, e a aprovação da incorporação dos funcionários administrativos, o CEP passou a ser o CEPE: Centro Estadual dos Profissionais da Educação¹⁵⁷.

Portanto, a partir de 1987, a base do CEPE abarcava também os profissionais da educação básica do Estado do Rio de Janeiro, tais como merendeiras, inspetores e serventes e não apenas a categoria docente, podendo filiar-se quaisquer profissionais das redes municipais de educação da capital e interior do estado, assim como servidores da rede estadual e da rede privada, desde que não fossem empresários do ensino.

2.3. A MAIS LONGA GREVE DA ENTIDADE: 1988

A comissão provisória¹⁵⁸, eleita no Conselho Deliberativo de 05 de fevereiro de 1988, que permaneceria até as novas eleições, em setembro, declarou no documento *Por que*

¹⁵⁵ CEP-RJ. Informa. Carta enviada pela diretoria aos seus associados. Rio de Janeiro, 16-11-1987.

¹⁵⁶ Idem, *Ibidem*, p.3.

¹⁵⁷ De acordo com o novo estatuto do CEPE, o quadro social do CEPE seria constituído por profissionais da educação, segundo o artigo 4º, § 1º- “São profissionais da Educação todos os funcionários que atuem nos órgãos públicos da Educação (federais, estaduais e municipais), nos estabelecimentos de ensino particulares, ou aqueles que comprovem habilitação específica para o magistério”; § 2º- Não poderá pertencer ao quadro social do CEPE/RJ, salvo se membro da rede oficial, o profissional que como acionista, quotista ou proprietário participar da direção de empresa que empregue, assalarie, gratifique ou remunere outro profissional da educação. CEPE/RJ. Estatuto. Rio de Janeiro, 1988.

¹⁵⁸ Composição da Comissão Provisória de Direção do CEPE: Jailson Alves dos Santos (presidente), Mário Pinheiro da Silva (1º vice-presidente), Ângela Maria Gomes Ribeiro (2ª vice-presidente), Valério Roedel (tesoureiro geral), Ely

assumimos o CEP/RJ? que a divisão no seio do movimento sindical brasileiro explicava, em grande parte, a crise na entidade que levou à renúncia da direção do CEPE:

O movimento sindical é demarcado hoje por duas visões claras: uma que apóia a política “Nova República” com seu projeto de arrocho contra a classe trabalhadora e outra que é radicalmente contra. Temos visto que todos aqueles que apóiam esta política estão se desgastando junto aos trabalhadores, seja no movimento popular, seja no movimento sindical, que os tem atropelado sucessivamente. Foi isto o que aconteceu com a antiga diretoria do CEP/RJ, que, ao perceber que não era mais porta-voz dos anseios da categoria, apresenta sua renúncia, esquecendo que faz parte da democracia respeitar as decisões da maioria, independentemente da origem das propostas.

Renúncia no momento mais crucial. Renúncia no momento da campanha salarial, no momento em que o CEPE é ampliado para o conjunto dos trabalhadores do ensino e prepara um congresso extraordinário, campanha eleitoral para nova direção em setembro e ainda, no momento em que os trabalhadores vivem a pior crise econômica da nossa história¹⁵⁹.

A comissão provisória destacava que além de constituir-se para evitar o surgimento de entidades paralelas e a decomposição do sindicato, assumiu a entidade por um compromisso político no interior da organização da classe trabalhadora:

Temos um papel a cumprir, enquanto comissão provisória, no sentido de combatermos a política da “Nova República”, cujo objetivo é render-se ao FMI e ao pagamento da dívida externa¹⁶⁰.

O mesmo documento nos permite ter a dimensão da entidade naquele momento: 14.598 filiados, com 7.527 filiados do estado com desconto de contribuição sindical voluntária em folha de pagamento, no mês de março e, no município do Rio de Janeiro, 4.723.

Em abril, o movimento nacional, organizado na CPB, convocou a “Paralisação Nacional em Defesa da Escola Pública e Gratuita” cuja pauta reivindicava: reposição de perdas salariais, garantia de emprego; Plano Nacional de Carreira, piso salarial e concurso público; democracia nas escolas, fim da municipalização do ensino; defesa das entidades do magistério; não pagamento da dívida externa; reforma agrária, “Fora Sarney” e “Diretas, Já”.

Ferreira Torres (1ª tesoureira) Margarida Maria Garcia (secretária geral), Florinda Moreira Lombardi (1ª secretária), Lana Magdinier da Costa (diretora geral), Marcionila Ramires de Oliveira (diretora geral), Maria Beatriz Lugão Rios (diretora geral), Maria de Fátima Castro Figueira (diretora geral), Maria do Ó de Lima (diretora geral), Regina Celi Faria da Cruz (diretora geral) e Rosa Maria Terço Dias (diretora geral). Majoritariamente, tratava-se de uma composição de militantes do PT, organizados na CUT.

¹⁵⁹ CEP/RJ. Por que assumimos o CEP/RJ? Rio de Janeiro, 1988.

¹⁶⁰ Idem, *Ibidem*.

As assembleias do CEPE que antecederam a decretação do estado de greve, em maio, prepararam o movimento, discutiram não só os objetivos do movimento, como convocaram as comunidades escolares à participação no debate sobre as suas características: se dentro ou fora das escolas, com assinatura ou não de ponto, reposição ou não das aulas.

Em carta aos trabalhadores do ensino, a direção do CEPE/RJ listava as atividades que deveriam ser buscadas pela categoria, dentre elas: discutir com os pais e as associações de moradores o significado e o formato da greve, realizar campanha de filiação e de finanças, discutir as reivindicações específicas da categoria, organizar atividades culturais tais como teatros e palestras, produzir material para dar visibilidade à greve e ao seu conteúdo.

A inexistência de propostas de reajuste salarial em tentativas de negociação com o governo estadual levou a categoria a aprovar o estado de greve, no dia 21 de maio. Entretanto, diante da aparente indiferença do governo frente à medida de advertência do movimento, as trabalhadoras e os trabalhadores do ensino do Estado – professores e outras categorias reunidas desde o último congresso - deflagraram a Greve Geral no dia 11/06/88. Recorrendo à Carta Aberta à comunidade, o CEPE explicitava a situação econômica que levou à greve, com salários inferiores ao salário mínimo legal:

Os salários de todo o funcionalismo público estadual estão congelados desde março de 1987, sem definição de data e índice para os reajustes, que ficam à mercê do arbítrio do Sr. Governador. Essa situação de injustiça, resulta em salários de Cz\$ 6.498,97. A ilegalidade de um salário menor do que o mínimo é mascarada pela junção do salário-família, triênios e outros complementos, com os quais a remuneração bruta chega ao limite do salário mínimo igualmente para todos os funcionários com até 30 anos de serviço¹⁶¹.

Fruto da ampliação do debate sobre o movimento, esta que seria a mais longa greve da história do CEPE foi deflagrada como “Greve de Ocupação”, com o comparecimento dos trabalhadores às escolas nos horários previstos para discussão, encaminhamento e preparação de materiais referentes a pauta de luta. A caracterização da greve gerou, de imediato, confronto aberto entre o CEPE e Raphael de Almeida Magalhães, que assumiu a Secretaria Estadual de Educação e Cultura, no primeiro dia da greve. O ex-Ministro da Previdência Social, que havia enfrentado greves de previdenciários de forma truculenta – ocasião em que não aceitou negociar com os grevistas e impôs punições aos que dela participaram – anunciou que tomaria as mesmas medidas contra o CEPE: enviaria

¹⁶¹ CEP/RJ. Os professores e demais trabalhadores do ensino do Estado estão em greve. Rio de Janeiro, junho de 1988.

funcionários da secretaria estadual para fiscalizar o ponto dos funcionários e cortar o pagamento dos salários. O secretário ameaçou grande parte das direções de escolas, recém-eleitas pela comunidade, que não se submeteram às determinações de repressão ao movimento grevista.

Na primeira semana a greve atingiu cerca de 90% da rede estadual, tanto na capital quanto no interior. Contudo, como sói acontecer, os números da greve eram alvo de divergências entre a Secretaria de Educação e o CEPE. A primeira afirmava que o movimento teria “afetado 50% das 3.935 escolas da rede estadual”, enquanto no balanço divulgado pelo CEPE a paralisação teria sido total nas escolas estaduais, “envolvendo 88.840 professores e mais funcionários de apoio, como serventes, merendeiras e inspetores”¹⁶².

Segundo o presidente do CEPE, Jailson Alves dos Santos,

Até o final da tarde, o CEP só tinha informação de que uma das 30 escolas de Nilópolis tinha furado o movimento. Jailson informou que a paralisação foi total nos principais municípios do Estado, como Barra do Piraí, Nova Friburgo, Araruama, cabo Frio, São Pedro da Aldeia, Arraial do Cabo, Nova Iguaçu, Magé, São João de Meriti, São Gonçalo, Duque de Caxias e Nilópolis¹⁶³.

De fato, muitos materiais foram produzidos pelo movimento, como “Problemas da Educação Brasileira: o caso do Rio de Janeiro”, cujo objetivo era explicar as razões da greve através da análise da situação das verbas insuficientes no ensino público brasileiro e as especificidades do Rio de Janeiro: precariedade física das escolas, aumento do número de alunos por turma – por exemplo, de 35 para 48, no 2º grau - e a defasagem salarial da categoria. Ao mesmo tempo, O CEPE relatava os caminhos de negociação buscados antes do recurso à greve, através de uma comissão paritária que buscou durante 90 dias a resolução dos impasses causados pelo governo estadual e dava orientações sobre a greve de ocupação, ou seja, com a assinatura de ponto dos profissionais nas escolas.

O Conselho Estadual de Educação, diferentemente de sua atuação anterior, manifestou-se sobre a greve da rede estadual na forma de uma moção, solicitando ao governador que encaminhasse a negociação com o CEPE, com maior rapidez a fim de evitar que a greve se estendesse e que o calendário escolar sofresse prejuízos.

A repercussão da greve era evidente e a Secretaria de Educação reconheceria que cerca de não menos que cem mil trabalhadores da educação do estado do Rio de Janeiro estavam com as atividades suspensas.

¹⁶² ESTADO só negocia se greve acabar. *O Globo*. Rio de Janeiro. 14-06-1988.

¹⁶³ Idem, *Ibidem*.

A política salarial do governo, apresentada em junho, congelava as perdas salariais de 1987 e 1988, dividia a categoria entre o início e o final da carreira entre os ativos e aposentados, não contemplava as reivindicações dos funcionários, eliminava a data-base e não fixava um indexador de salários fundamentais à sobrevivência da força de trabalho naquela conjuntura.

Ao mesmo tempo, os trabalhadores da educação do município do Rio de Janeiro incorporaram-se ao movimento grevista. O documento *Desmascarando o parcelamento aos profissionais da educação do município /RJ*¹⁶⁴ mostrava que, de acordo com o que determinava a Lei do Reajuste Salarial do Funcionalismo Municipal (Lei 1016/87), o reajuste deveria se basear em dois princípios fundamentais: 1) reajuste semestral, com datas-base nos meses de março e setembro, tendo como índice 100% do IPC acumulado no semestre; 2) sempre que o IPC acumular 30% no trimestre, a prefeitura antecipará um abono de 25%, descontáveis no reajuste do semestre.

Entretanto, na proposta de reajuste aprovada pela Assembleia Legislativa, o governo vinculou os reajustes à receita do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) e retirou o ajuste semestral, em franco descumprimento da legislação supracitada.

Em torno do cumprimento da legislação municipal, o CEPE passou a organizar as demandas do conjunto dos trabalhadores do município frente à perspectiva de agravamento da crise no poder público municipal. A principal reivindicação seria a implementação da Lei 1.016/87, além das reivindicações da categoria de trabalhadores da educação de cumprimento do plano de carreira conquistado com a greve de 1986: pagamento imediato do enquadramento por formação dos aposentados, gratificações e equiparações entre os níveis. Tal situação levou à formação do Comando Unitário dos Servidores, do qual faziam parte as professoras e os professores, e ao início de um movimento que ganharia força ao longo do ano. Segundo o jornal *O Fluminense*:

Por não terem recebido ainda a última parcela do aumento concedido em março, os servidores da Prefeitura do Rio de Janeiro decidiram deflagrar, ontem, greve por tempo indeterminado. Com essa decisão, sobe para 200 mil o número de professores em greve e para 1 milhão e 500 mil, os alunos sem aula. Líderes do movimento decidiram colocar a partir de hoje, piquetes na porta do Centro Administrativo, onde funcionam dez secretarias¹⁶⁵.

A prática dos piquetes foi amplamente utilizada pelo CEPE nas greves organizadas pelos servidores municipais. O CEPE, cumprindo papel de liderança do movimento,

¹⁶⁴ CEPE/RJ. *Desmascarando o parcelamento aos profissionais da educação do município /RJ*. Rio de Janeiro, agosto de 1988.

¹⁶⁵ SERVIDORES do Rio engrossam greve do magistério estadual. *O Fluminense*. Estado do Rio de Janeiro. 14-06-1988.

convocava a união do funcionalismo público municipal do Rio de Janeiro, frente à conjuntura, buscando a reversão do arrocho salarial provocado pela Nova República, através de uma luta por um indexador de salário e garantia das conquistas dos planos de carreira, bem como pela recuperação da data-base. No entanto, o movimento recuaria na expectativa de atendimento de parte das reivindicações pela prefeitura.

O mesmo não ocorreria na rede estadual. A intransigência do governador Moreira Franco levou o movimento à continuidade da greve, grandes atos públicos, inclusive de vigílias. As tentativas de atos no Palácio Guanabara foram, sem exceção, marcadas pela repressão da polícia militar.

Após o fracasso da primeira passeata em chegar ao Palácio Guanabara, o CEPE organizou nova passeata, no dia 23 de junho, a fim de cobrar uma audiência com o governo estadual. Porém, para conter cerca de 4 mil manifestantes, dentre os quais, professoras, merendeiras, inspetores e serventes, além da apreensão dos carros de som da passeata,

[...] uma verdadeira praça de guerra começou a ser montada, sob o comando do coronel PM Henrique, do 2º BPM, que com cerca de 400 homens de 16 forças de choque de diversos batalhões da PM, estrangulou todos os acessos que levam ao Palácio Guanabara¹⁶⁶.

A proibição do governo de concentrações e passeatas no Palácio Guanabara e a crescente repressão aos movimentos, da qual a última passeata tinha sido exemplo, trouxe para o centro das preocupações do CEPE a manutenção das manifestações com segurança dos manifestantes. Como estratégia de denúncia e de demonstração do caráter pacífico desta nova passeata convocada, o movimento decidiu levar rosas.

A cena de professores cantando a música de Geraldo Vandré *Pra não dizer que não falei das flores* e oferecendo flores aos policiais perfilados, com cassetetes, escudos e bombas, ganhou as páginas dos jornais cariocas¹⁶⁷.

A comissão de negociação do CEPE foi recebida pelo secretário estadual de educação e cultura, por intervenção de parlamentares¹⁶⁸, porém o acordo realizado não foi, posteriormente, reconhecido pelo governador.

O movimento conseguiu transporte gratuito ao ato, a CONERJ¹⁶⁹ cedeu uma barca para o transporte de professores de Niterói e de São Gonçalo e a empresa de metrô

¹⁶⁶ 400 policiais para conter professores. *O Dia*. Rio de Janeiro, 24-06-1988.

¹⁶⁷ Por exemplo a matéria: NEM com Flores. *O Dia*. Rio de Janeiro, 24-06-1988.

¹⁶⁸ Godofredo Pinto (PSB), Luís Henrique Lima, Jandira Feghali (PCdoB), Carlos Minc, Fernando Lopes (PTB), Ernane Coelho (PT), Carlos Correa, Anthony Garotinho.

¹⁶⁹ Companhia de Navegação do Estado do Rio de Janeiro.

permitiu a gratuidade do transporte dos professores ao local da assembleia. Contudo, barreiras policiais posicionadas no entorno do Palácio Guanabara, principalmente na Rua Pinheiro Machado, revistavam a população e exigiam a exibição da carteira profissional para identificar e proibir o acesso dos professores ao local da convocação.

Em frente ao Palácio Guanabara, outra tentativa de abertura de negociação, adquiriu notabilidade devido à repressão policial ao movimento:

No dia 7 de julho, quando os profissionais da educação, realizando uma passeata até o Palácio Guanabara e pretendendo que o governador recebesse uma comissão de negociação, foram impedidos por tropas de choque da Polícia Militar de chegar ao seu destino, sendo bárbara e covardemente agredidos com cassetetes e bombas, o que resultou em dezenas de feridos (alguns com gravidade) e repercussão que chegou a nível internacional¹⁷⁰.

O CEPE denunciou os métodos repressivos do governo:

Na quinta-feira (7/7) o povo do Rio de Janeiro teve mais uma demonstração de quem é responsável pela violência: cassetetes, bombas de gás e de efeito moral contra nossa manifestação pacífica e mais de 40 feridos!¹⁷¹

Aos 75 dias de greve, os professores participaram do Dia Nacional de Luta, contra a política econômica do governo Sarney e em defesa das estatais, da qual participaram ainda bancários, previdenciários, securitários, petroquímicos, comerciários, fazendários, telefônicos, enfermeiros, portuários, trabalhadores em consultoria, funcionários da Embratel, Eletrobrás, Fiocruz, IBGE, Dataprev, IAPAS, INPS, Pró-Memória¹⁷².

Após a assembleia que deliberou pela continuidade da greve, os professores realizaram um ato no MEC, com a participação de estudantes secundaristas (AMES, UNE e UEE¹⁷³) e de lá seguiram em passeata até a Candelária, integrando as manifestações dos trabalhadores das estatais pelo pagamento das URPs¹⁷⁴ congeladas, contra o pagamento da dívida externa, as demissões e contra as privatizações, anunciando as lutas contra a agenda neoliberal.

Segundo o jornal Tribuna da Imprensa,

A primeira manifestação dos trabalhadores e funcionários públicos, após a greve de 48 horas realizada em maio último contra o congelamento da URP, reuniu ontem, no Rio, mais de cinco mil pessoas que fizeram passeata pela Avenida Rio Branco, da

¹⁷⁰ (PERETE e OLIVEIRA, 1989: 20).

¹⁷¹ CEP/RJ. Moreira Franco demonstra como “acabar” com a violência. Rio de Janeiro. 1989.

¹⁷² RIO em dia de muitas greves. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 25-08-1988.

¹⁷³ Associação Municipal dos Estudantes, União Nacional dos Estudantes e União Estadual dos Estudantes, respectivamente.

¹⁷⁴ A URP – Unidade de Referência de Preços - criada em 1987, através do “Plano Bresser”, Decreto-Lei nº 2.335, de 12/06/87, dispõe sobre o congelamento de preços e aluguéis, reajustes mensais de salários e vencimentos.

Candelária até a Cinelândia, protestando contra a política econômica do governo do presidente Sarney¹⁷⁵.

Ao mesmo tempo, a rede privada de ensino e a rede pública municipal carioca discutiam a sua condição salarial, com paralisação de dois dias e a possibilidade de greve por tempo indeterminado.

Segundo o *Jornal do Brasil*,

A estratégia do governo estadual segue o conselho de Maquiavel aos príncipes pressionados por reivindicações dos súditos: tirar-lhes o que já tem, de forma que passarão a lutar pelo que perderam e esquecerão os problemas originais¹⁷⁶.

O governo estadual anunciou o corte de ponto da categoria para o dia 05 de setembro. A campanha do secretário de educação estadual, Raphael de Almeida Magalhães, pelo cumprimento do calendário previsto e validação do ano letivo ganhou espaço na imprensa e as suas declarações apelavam à afetividade, compromisso e colaboração dos docentes para não prejudicarem os alunos:

Repor as aulas é um dever da Secretaria e um dever de ofício dos professores, que com o vínculo afetivo que mantém com os alunos, não vão querer que a escola pública não cumpra a sua obrigação, que é a de cumprir o calendário oficial¹⁷⁷.

Ao gasto publicitário do governo contra a greve, amplamente denunciado pelo CEPE, somaram-se medidas de contestação de diretoras e responsáveis de alunos - através da criação da Associação de Pais e Alunos em Defesa da Escola Pública - contra os professores e demais funcionários, por exemplo, na criação de piquetes para impedir a assinatura do ponto pelos professores. A medida de substituição dos professores por voluntários chegou a ser anunciada pelo subsecretário estadual de educação, Wilmar Garcia Barbosa, e estudantes chegaram a montar grupos de estudos em turmas de 2º grau, conforme noticiou o *Jornal do Brasil* em um dos últimos dias do movimento¹⁷⁸.

No dia 30 de agosto, a decisão de realizar nova vigília em frente ao Palácio das Laranjeiras mobilizou cerca de 700 grevistas, o apoio da UNE, da CUT, FAMERJ, MST, Grupo Tortura Nunca Mais, CPB e União dos Professores do Espírito Santo e Associação dos Professores de Minas Gerais. A polícia militar, armada com revólveres, cassetetes, escudos e capacetes, novamente fechou as ruas de acesso ao Palácio Guanabara:

Seiscentos policiais militares ocuparam ontem as principais vias de acesso ao Palácio

¹⁷⁵ PROTESTO contra arrocho leva cinco mil ao centro do Rio. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro. 25-08-1988.

¹⁷⁶ PM e grevistas tomam a rua. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 01-09-1988.

¹⁷⁷ GOVERNO quer cumprir o ano letivo. *O Dia*. Rio de Janeiro. 26-08-1988.

¹⁷⁸ ALUNOS exigem fim da greve. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 30-08-1988.

Laranjeiras, onde mora o governador Moreira Franco. Segundo o tenente-coronel PM Manoel Henrique de Amorim, estavam mobilizados 480 homens dos 2º, 6º, 10º, 13º, 15º e 16º Batalhões de Polícia Militar, além de 120 policiais militares femininas. Alguns soldados carregavam uma bolsa de lona cheia de bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral¹⁷⁹.

As professoras, professores e trabalhadores das escolas mantiveram a vigília, o presidente do CEPE, Jailson Alves do Nascimento, afirmou à imprensa que a mesma seria realizada no Largo do Machado até sexta-feira, já que a PM resolvera impedir a manifestação prevista para os portões do Palácio Laranjeiras¹⁸⁰. A vigília havia sido organizada na forma de rodízio, dividindo assim os manifestantes por região do Estado em grupos diários. Naquela noite, os manifestantes permaneceram acampados na rua, deitados em colchonetes, enquanto o governador Moreira Franco, em cadeia estadual de rádio e de televisão, paga pelo Estado, anunciava as medidas punitivas ao movimento. As medidas, tomadas na forma de decreto e de resolução, diziam respeito à contratação, em regime urgência, de docentes e funcionários, suspensão do pagamento de salários e de regularização do calendário escolar.

O decreto nº 11.785, assinado ontem pelo governador Moreira Franco, autoriza a Fundação de Apoio à Escola Pública (FAEP) a contratar, em regime de urgência, professores de disciplinas que integram o currículo da 3ª série do segundo grau e pessoal de apoio. Os contratos terão prazo de vigência determinado: da data de sua formalização até o término do ano letivo de 1988, de acordo com o calendário a ser elaborado pela secretaria estadual de educação. O decreto estabelece que aos novos contratados serão assegurados salários iguais aos dos demais servidores contratados pelo regime celetista em exercício nas escolas oficiais do Estado¹⁸¹.

A esta medida estava associada a suspensão de salário e de direitos, como licença-prêmio dos grevistas, afastamento de diretores eleitos que permitissem a continuidade da greve de ocupação com a assinatura de ponto e a criação de uma comissão para o acompanhamento da implantação das punições.

No domingo, sob barracas de acampamento, as trabalhadoras e trabalhadores da educação realizaram atividades lúdicas com crianças do bairro, e com seus filhos que os acompanhavam na vigília. Alguns jornais cariocas ao realizarem a cobertura de determinadas atividades ocorridas durante a vigília de seis dias as trataram como atividade de lazer.¹⁸² A cobertura da imprensa comercial às lutas dos trabalhadores daria pesquisa à parte, como pode ser visto.

¹⁷⁹ MOREIRA suspende salário de grevistas. *O Globo*. Rio de Janeiro. 31-08-1988.

¹⁸⁰ ESTADO corta o ponto dos professores. *O Dia*. Rio de Janeiro. 31-08-1988.

¹⁸¹ Idem, *Ibidem*.

¹⁸² VIGÍLIA de professor vira lazer no Rio. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro. 05-09-1988.

No 87º dia de greve, após a vigília que durou seis dias no Largo do Machado, os trabalhadores da rede estadual de ensino decidiram continuar a greve, em assembleia realizada no próprio local, que contou com mais de 2.500 participantes. Segundo o *Jornal do Brasil*,

O comando de greve anunciou a elaboração de mandados de segurança contra a contratação de novos professores, conforme anunciou o governador Moreira Franco na semana passada, e contra a exoneração dos diretores das escolas Ferreira Viana, na Tijuca, e João Alfredo, em Vila Isabel. Os professores agradeceram aos moradores de Laranjeiras pelo apoio e solidariedade que prestaram durante os seis dias em que estiveram acampados no meio da Rua das Laranjeiras¹⁸³.

A fim de pressionar pelo recebimento de uma comissão de negociação do CEPE pelo governador, a assembleia organizou mais uma passeata ao Palácio Guanabara. Segundo a diretora do CEPE, Florinda Lombardi, o Conselho Deliberativo do CEPE avaliava que "o movimento ainda está forte e deve prosseguir, até a abertura de negociações e o fim das punições"¹⁸⁴.

A passeata seguiu do Largo do Machado, atrás de um cordão de isolamento realizado por policiais femininas, até a Praça São Salvador, a 200 metros do Palácio Guanabara, obstruída pela polícia de choque. A audiência com o governador não foi concedida e o movimento retornou à vigília, no Largo do Machado, para encontro com o Comando de Greve. Ao passarem pela Rua Martins Ribeiro, os grevistas foram saudados pelos moradores com palmas e papéis picados jogados das janelas.

Ao mesmo tempo, os professores municipais do Rio de Janeiro fariam uma paralisação de advertência no dia 05 de setembro pela exigência do cumprimento da Lei 1.016/87. Entretanto, a maior apreensão da categoria seria a incerteza quanto ao pagamento do mês de setembro do funcionalismo municipal, devido a dívida anunciada pela Prefeitura.

A postura pró-governo, quase unânime, da imprensa era alvo de críticas do CEPE, nas assembleias, atos e cartas à população. Na contramão da imprensa carioca, o jornalista Jânio de Freitas, publicou na *Folha de São Paulo*, em 31 de agosto, a crônica "Democracia em greve", com uma avaliação sobre a amplitude e persistência do movimento:

Os professores da rede estadual do Rio de Janeiro estão em greve há 81 dias. Tal duração basta, por si, para atestar a justiça básica das reivindicações, pelo fato definitivo de que não há greve capaz de durar tanto – quase três meses- se motivada por reivindicações despropositadas. Por maior que seja a disposição inicial, pretensões

¹⁸³ GREVE dos professores continua. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 06-09-1988.

¹⁸⁴ PASSEATA ao Palácio e retorno à vigília. *O Dia*. Rio de Janeiro. 06-09-1988.

inapropriadas levam sempre, diante das contrapropostas, a cisões que esvaziam a greve. No caso dos professores fluminenses, note-se ainda que o movimento é integrado igualmente por esquerda, centro e direita, simpatizantes de todos os partidos e de nenhum, gente em todos os níveis de vencimentos¹⁸⁵.

Ademais, Freitas destacava a reação policial do governo Moreira Franco ao movimento:

Transformou o palácio do governo em “bunker”, negando-se a receber uma comissão de professores, e mandou a polícia cercar os grevistas em passeatas e cair sobre eles com bombas, porretes, coronhas de fuzis e metralhadoras. Por três vezes repetiu esta exibição de sua índole¹⁸⁶.

Além de acusar a imprensa carioca de ter em Moreira Franco uma espécie de redator-chefe dos assuntos fluminenses, o jornalista destacou a inversão do noticiário que sobrepôs às notícias de greve, aquelas de substituição de docentes e de criação da Associação de Pais e Alunos contra o movimento.

Na data limite imposta pelo governador para o retorno das aulas ou a decretação de inviabilização do ano letivo os professores saíram da greve.

No dia nove de setembro, a greve de professoras e funcionários foi suspensa em assembléia realizada no Sambódromo (Rio de Janeiro). A greve foi suspensa sem haver consenso e unanimidade, chegando a votação ser repetida por duas vezes. Segundo alguns diretores da atual gestão, após sustentar 89 dias de greve, não era fácil para a categoria aceitar a saída da mesma sem conseguir conquistar o indexador de salários¹⁸⁷.

Segundo Silveira, as conquistas da greve pela categoria foram de caráter mais geral, tais como:

Reforma das escolas; atualização do Estatuto do Magistério; exame das políticas pedagógicas do 1.º e 2.º Graus, além do Supletivo; revisão da legislação sobre a eleição de diretores de escolas; efetivação dos professores celetistas; concessão de licença sindical e o exame das situações concretas decorrentes da paralisação¹⁸⁸.

Nesse contexto conturbado ocorreu a eleição para a direção do CEPE. Os dois candidatos a presidente pertenciam à Comissão Provisória. Márcio Pinheiro concorreu a presidente, na chapa 1, em uma composição de militantes do PT e PDT, enquanto Florinda

¹⁸⁵ FREITAS, Janio de. A Democracia em Greve. *Folha de São Paulo*. São Paulo. 31-08-1988.

¹⁸⁶ Idem, *Ibidem*.

¹⁸⁷ SILVEIRA (2002, p. 118).

¹⁸⁸ Idem, *Ibidem*.

Lombardi, tesoureira provisória, militante do PT e dirigente do núcleo de Caxias, liderou a chapa 2. Esta última foi a chapa vencedora¹⁸⁹.

Com o fim da greve, o calendário escolar assumiu a centralidade dos embates entre o movimento dos trabalhadores da educação e o governo, na figura da secretaria de educação.

Em Diário Oficial foi publicada a resolução que determinava o cumprimento dos 180 dias letivos e das 720 horas de aula, assim como a desvinculação entre o ano civil e o ano letivo. O cumprimento desta resolução estenderia as aulas até janeiro de 1989.

No dia 16/09/1988, o *Jornal dos Sports* divulgava uma alternativa buscada pelo governo, em claro esforço de substituição do trabalho presencial do professor e demais trabalhadores da educação:

A secretaria municipal de educação poderá lançar mão da TV educativa e da Rádio Roquete Pinto para reforçar as aulas dos estudantes da 3ª série do 2º grau das escolas de sua rede, os quais estão prejudicados com a greve geral do magistério público¹⁹⁰.

Para a análise da especificidade das greves do setor da educação, sem dúvida, o debate em torno da reposição ou não de aulas é um importante aspecto a ser considerado e explicita importantes contradições da educação pública e da luta por sua garantia. Em documento para o debate interno à categoria, a direção chamava a atenção para o significado da reposição dos dias paralisados para o cumprimento dos 180 dias letivos previstos na legislação:

No momento em que todas as categorias não repõem os dias parados, fica o professor estigmatizado pelo discurso do “atendimento à criança carente”. Temos que nos livrar desses grilhões colocados em braços errados. Cabe ao executivo, e exclusivamente a ele, o cumprimento dessa lei.

¹⁸⁹ **Chapa 2 – “O Cepe é para lutar e vencer – unidade da CUT”** Presidente: Florinda Moreira Lombardi; Vice-presidente Metropolitano: Alcebíades S. T. Filho; Secretário Geral: Maria de Fátima Pacheco; Vice-Regional V: Carlos Alberto S. Costa; Vice-Regional II: Fátima A. Covas; Vice-Regional III: Interior: Maria José Bruno Marins; Vice-Regional IX: Interior: Elder S. Medeiros; Secretário de Apoio: Benedito Dimas de Oliveira; Secretário de Inativos: Dayse Calazans Soares; Secretário do Magistério: Emílio P. Araújo; Departamento Jurídico: Marcionila Ramirez de Oliveira; Departamento Imprensa e Divulgação: Edmar de Paula da Silva; Departamento Formação Sindical: Lana Magdinier da Costa; Departamento Relações Intersindicais: José Dutra Viana; Departamento Cultura-Educacionais: Rosa Maria Silva de Souza; Departamento Inativos e Pensionistas: Marilda J. Henriques; Departamento de Patrimônio: Carlos Pedro Correa da Silva; Tesouraria Geral: Jussara Ferreira Nunes dos Reis; 1º Tesoureiro: Paulo M. Lopes; Vice-Presidente Capital I: Adi da Cunha Abreu; Vice-Presidente Capital IV: Cremilda Teixeira Moreira; Vice-Presidente Capital III: Cemy Vargas Fraga; Vice-Presidente Capital VI: Rita de Cássia Mainenti; Vice-Presidente Capital VII: Edson José de Souza; Vice-Presidente Capital XII: Tânia Maria Dorneles Hauser; Vice-Presidente Capital II: Maria Sônia de Melo; Vice-Presidente Capital IV: Luís Américo Figueiredo; Vice-Presidente Capital V: Raimundo Ramos Correa Filho; Vice-Presidente Capital VI: Dayse Oliveira Gomes; Vice-Presidente Capital VII: Luís Carlos Manhães de Carvalho; Vice-Presidente Capital VIII: Arlene Carvalho Gomes; Vice-Presidente Capital X: Carlos Emílio Viegas; Vice-Presidente Capital XI: Luís Otávio Neves Matos, Vice-Presidente Capital I: Ana Clara Santiago de Freitas; Vice-Presidente Capital XIII: Sônia Barroso Barnabé; Vice-Presidente Capital XIV: Carlos Hiroo Saito; Vice-Presidente Capital XV: Sibila do Amaral Oliveira; Suplentes: Regina Cláudia O.M. Cardoso; Fernando Cavalcanti; Albano L. F. Teixeira e Antônio dos Santos.

¹⁹⁰ CONSELHO pensa em repor aulas usando TV e Rádio. *Jornal dos Sports*. Rio de Janeiro. 16-09-1988.

Escolas sem condições físicas de funcionamento, com falta de professores, com alunos em casa aguardando aulas; sem material didático adequado, sem distribuição, por parte do Estado, do material escolar; sem curso de reciclagem/atualização para o corpo docente; sem remuneração digna para o profissional de Educação; salas de aula superlotadas, abandono dos CIEPs, tudo isso já é um saldo negativo para a comunidade. E quem é o responsável por esta situação? A política implementada pelos governos do Estado e do Município, que não vêm priorizando a Educação¹⁹¹.

Nas negociações entre o CEPE e o governo estabeleceu-se a criação e funcionamento de uma comissão paritária para deliberar sobre o calendário escolar de 1988, pós-greve.

O trabalho da comissão do CEPE, sintetizado no *Documento Preliminar de Estudos sobre a Não-Reposição*¹⁹², inventariou as circunstâncias em que houve o descumprimento por parte do Estado da carga horária prevista¹⁹³, geralmente relacionadas ao inadequado planejamento e à precariedade das condições de funcionamento das escolas, como naquelas em que o início do ano letivo não ocorreu segundo o calendário previsto por causa de obras; inauguração de escolas sem a infra-estrutura mínima necessária ao seu imediato funcionamento; escolas que funcionaram como alojamento aos desabrigados de chuvas; falta de professores em diferentes disciplinas por todo o ano ou parte dele¹⁹⁴.

Dessa forma, a comissão do CEPE avaliou que os representantes do Estado tensionavam a discussão para uma única solução, a de reposição dos dias não trabalhados, através do argumento legal de obrigatoriedade de dias mínimos de aulas. Considerava que o governo culpabilizava e retaliava o movimento ao não considerar alternativas de reposição dos conteúdos, em tentativa de mostrar à população que restabelecera o controle da situação e que garantiria o direito à educação, ainda que a qualidade da mesma não fosse objeto de discussão.

Assim, a categoria decidiu pela não reposição de aulas, por considerar:

- que a legislação, conforme analisado, não faz opção pela quantidade, mas pela qualidade efetiva do trabalho escolar, no momento que valoriza o saber do aluno acima de sua frequência;
- que a legislação, ao abrir referenciais diversos, permite que se faça a adequação da

¹⁹¹ CEPE. Documento para discussão: reposição ou não de aulas? Rio de Janeiro. S/d.

¹⁹² CEPE. Documento Preliminar de Estudos sobre a Não-Reposição: Subsídios para a comissão pedagógica do CEPE participante da comissão paritária. Rio de Janeiro. Setembro de 1988.

¹⁹³ A comissão realizadora do estudo ressaltou que, em certos casos, as escolas oficiais de 1º grau não cumpriam a legislação, mesmo sem ocorrer qualquer excepcionalidade, como era o caso das escolas cujo funcionamento era de 3h e 30 min. diárias, ou seja, tal carga horária multiplicada por 180 dias letivos, resultaria em carga horária de 630 h, quando o previsto era de 720 h. Já no que tange o 2º grau, a carga horária trabalhada anualmente pela rede estadual excedia a prevista. A análise do Capítulo III da Lei 5692/71 (do Ensino de 2º grau) traria novos argumentos aos representantes do CEPE na Comissão Paritária.

¹⁹⁴ Idem, Ibidem.

proposta escolar às necessidades e objetivos da população para a qual se volta;

- que nem sempre a legislação vem sendo cumprida, em função das condições em que a rede pública atua (...);

- que a escola deve rever, com autonomia, os objetivos e conteúdos previamente fixados, replanejando o programa em função de sua clientela, de modo a propor novas metodologias de trabalho¹⁹⁵.

Diante do impasse, propostas de radicalização nas formas de luta, tais como a vigília permanente e a greve de fome foram defendidas e aprovadas na reunião do Conselho Deliberativo de 30 de agosto de 1988¹⁹⁶.

Em 01-09-88, no município de Macaé, interior do estado, cinco professores entrariam em greve de fome, Ivânia Ribeiro, Helena Cabral, Sandra Waytt, Pedro Paulo Mussi e Leonildo Ramos, conforme noticiado pelo jornal *Tribuna da Imprensa*¹⁹⁷.

O movimento foi suspenso após avaliação do comando de greve e dos professores. A professora Rita de Fátima Barreto afirmou à imprensa que dois professores apresentaram variação de pressão e “como a greve de fome não é pela morte, pois o salário já é de morte, a alternativa foi a suspensão”¹⁹⁸.

O desfecho em torno da reposição de aulas duraria, entretanto, até o final do ano seguinte, quando a Associação de Pais e/ou Responsáveis de Alunos do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) entraria com um pedido de medida cautelar no poder judiciário da capital, contra o CEPE e o Estado do Rio de Janeiro.

A Juíza Leila Maria Ribeiro Mariano não concedeu a liminar solicitada para que os professores cumprissem os 180 dias letivos previstos, conforme explícito abaixo:

Pela MM. Dra. Juíza foi dito que deixava de conceder a liminar porquanto não tinha meios para fazê-la objetivamente se concretizar. Que não bastaria uma simples decisão para que o professorado, convencido de seus objetivos, voltasse a sala de aula; que igualmente entende que não atingiria o objetivo da Associação autora a condenação do Estado ou do Centro Estadual dos Profissionais da Educação a multa cominatória. Que pelos depoimentos prestados em audiência verificava-se que o objetivo tanto da autora tanto dos réus é o mesmo, qual seja que se propicie aos alunos um ensino público quantitativo e qualitativamente adequado¹⁹⁹.

¹⁹⁵ Idem, *Ibidem*, p.3.

¹⁹⁶ CEPE. Ata do Conselho Deliberativo. Rio de Janeiro, 30-08-1988.

¹⁹⁷ VIGÍLIA de Professor vira lazer no Rio. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 05-09-1988. A matéria tratava com ironia as duas ações, a realização de uma “farta feijoada” na vigília realizada na Rua das Laranjeiras e a do início de greve de fome, em outro município.

¹⁹⁸ Idem, *Ibidem*.

¹⁹⁹ AUDIÊNCIA de instrução e julgamento. Comarca da Capital. Juízo de Direito da 8ª Vara da Fazenda Pública. Medida cautelar, processo nº 2.360. Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1988.

A decisão estava baseada na Resolução nº 1469, de 08 de dezembro de 1988, da Secretaria Estadual de Educação, que delegava ao corpo docente e às equipes técnicas das escolas a reorganização do calendário escolar de acordo com as suas peculiaridades, sem determinar o cumprimento dos 180 dias letivos e também no depoimento da presidente do CEPE, professora Florinda Lombardi. No referido depoimento, Florinda afirmou que o CEPE considerava os 180 dias fixados em lei muito aquém da carga horária necessária à formação do aluno, tanto no aspecto intelectual, quanto social. Contudo, a posição dos professores era a de não reposição das aulas e que não foi apenas o aspecto econômico que levou a categoria à greve, mas a luta pela qualidade do ensino. Assim, encontramos nos autos do processo, as reivindicações do CEPE ao Estado, consideradas essenciais à melhoria na qualidade de ensino e as razões para a greve:

1- material de trabalho, desde papel, giz e material áudio-visual hoje restrito a algumas unidades, não havendo sequer na maioria das escolas retro-projetor, rádio ou aparelho para projeção de slides (sic); 2- falta de material de limpeza que vai desde papel higiênico até a obstrução de banheiros nas escolas; 3- falta de profissionais de educação quer professores quer profissionais de apoio, aient, digo, aí entendido, merendeiras, inspetores; 4- por falta de condições de uso paralisação de cerca de 530 escolas no Estado; 5- atualização profissional através de seminários, cursos e possibilidades de participação em projetos já que hoje a simples autorização é dificultada; 6 – participação da comunidades nas escolas, que hoje é feito precariamente²⁰⁰.

Para o CEPE essas não seriam as últimas lutas daquele ano. Imediatamente após o fim da greve na rede estadual, o funcionalismo público do município do Rio de Janeiro retomou a greve.

Os professores e demais trabalhadores da educação municipais entraram em greve no dia 21-09-1988. Trabalhadores da área da educação e da saúde seriam vanguarda na organização das demais categorias do funcionalismo público municipal do Rio de Janeiro contra a política de reforma da administração de Saturnino Braga.

O primeiro prefeito eleito no Rio de Janeiro apresentou um projeto eleitoral que o apresentava como representante das forças populares e de esquerda, em oposição às forças de direita, que tinha no deputado Rubem Medina, do partido da Frente Liberal (PFL), o seu representante²⁰¹. O discurso de prioridade educacional e a promulgação da Lei 1.016 que representava um “gatilho salarial” aos servidores não se sustentaram, na prática. Ao discurso inicial, frente à crise da administração pública municipal, o prefeito amalgamou as

²⁰⁰ Idem, *Ibidem*.

²⁰¹ COUTO, André; GALVÃO, Cláudia; DANTAS, André. Verbete: Francisco Saturnino Braga. *In*: ABREU, Alzira Alves de et AL (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/> Acesso em 05/04/2011.

diretrizes liberais, mais especificamente, aquelas que seriam conhecidas como neoliberais, na década seguinte.

No dia 15 de setembro de 1988, Saturnino Braga anunciou, em cadeia de TV, a falência da prefeitura do Rio de Janeiro, ao que esperava chamar a atenção da Câmara Municipal e do governo federal para as dificuldades de governar a prefeitura desde a crise com o PDT²⁰².

A suspensão do pagamento dos servidores municipais levou cerca de três mil servidores às ruas, em passeata no centro do Rio de Janeiro. Várias categorias em estado de greve como os professores, o setor da saúde e da Comissão Nacional de Energia participaram da assembleia que deliberou por greve por tempo indeterminado.

Segundo o jornal *O Fluminense*:

A manifestação contou com a presença maciça dos professores municipais, do CEPE, Sindicato dos Médicos, Associação dos servidores, do Hospital Souza Aguiar, e entre todos, cerca de 17 secretarias estavam representadas na passeata²⁰³.

A ampla adesão das bases não teria como único fator o convencimento da legitimidade das reivindicações, mas, como podemos ver abaixo, a condição objetiva dos trabalhadores:

Uma primeira avaliação do CEPE, realizada pela manhã, apontava sucesso no movimento, que já vinha sendo articulado antes mesmo de anúncio de da crise na Prefeitura. Na zona oeste segundo uma secretária da entidade, a paralisação foi de 100%. Conforme os comentários do pessoal da liderança do movimento muitos professores não estão indo trabalhar não somente pela greve, mas porque estão sem dinheiro para pagar suas passagens²⁰⁴.

Em seguida, a matéria do *Jornal dos Sports* destaca a ação dos professores nos piquetes:

Nos setores da Secretaria Municipal de Educação, no entanto, os organizadores do movimento agiram com uma certa violência para impedir que os servidores que desejavam trabalhar tivessem acesso às suas salas (...) o comando da greve fez um cordão de isolamento na entrada e vaiava e agredia os que tentavam furar o bloqueio²⁰⁵.

²⁰² Em julho, Saturnino desfilia-se do PDT por divergência com a bancada dos vereadores do PDT da Câmara Municipal. Para o prefeito, a crise financeira pela qual o município passava deveria ser combatida com reformas na administração, com o aumento dos impostos municipais e cortes nos gastos públicos, bem como pela aproximação do empresariado. Dessa forma, anunciava com certa antecipação a tônica do discurso neoliberal que predominaria na década seguinte. Ao final de seu mandato, em setembro de 1988, Saturnino retornou ao PSB, após tentativa fracassada de aproximação do Partido dos Trabalhadores. Durante a sua administração a rede municipal tinha cerca de 1000 escolas, além das creches, e municipalizou 55 Cieps.

²⁰³ PASSEATA reúne 3 mil servidores. *O Fluminense*. Estado do Rio de Janeiro. 21-09-1988.

²⁰⁴ ESCOLAS municipais param. É a crise financeira. *Jornal dos Sports*. Rio de Janeiro. 22-09-1988.

²⁰⁵ Idem, *Ibidem*.

No dia 28 de setembro, os servidores municipais fizeram um grande ato que cercou o Palácio da Cidade. No mesmo dia, o presidente José Sarney decidiu não receber o Conselho de Emergência do município do Rio de Janeiro, criado para buscar soluções ao colapso do município.

Os servidores decidiram, então, em assembleia realizada no Clube Municipal, encaminhar o pedido de auditoria à Câmara Municipal e ao Tribunal de Contas para analisar a falência decretada pelo prefeito.

A greve geral dos servidores municipais da cidade do Rio de Janeiro, durante a decretação da falência da prefeitura, iniciada em 1988, só foi finalizada em março de 1989. Ou seja, o funcionalismo permaneceu em greve por quase seis meses (de 21 de setembro de 1988 a 1º de março de 1989), período dramático para a população do município do Rio de Janeiro e para os servidores municipais.

Certamente um momento de grande tensão para o movimento foi a aproximação do final do período letivo e a preocupação com o esvaziamento da greve²⁰⁶. Contudo, mesmo com a prefeitura decretando férias no mês de janeiro, o CEPE decidiu colocar faixas nas escolas com o seguinte conteúdo: “Não estamos de férias, estamos em greve!”²⁰⁷

Em assembleia, foram aprovadas como atividades dos 100 dias de greve, dentre outras, um *panelaço* e a organização de uma *feira da miséria* ou *enterro dos governantes*. Da mesma forma, ficou deliberado que os 180 dias letivos não seriam cumpridos pela rede e o encaminhamento pedagógico para a questão seria a promoção automática.

Ao final de 1988, o funcionalismo havia recebido apenas 11 salários e a mobilização se prolongou até que questões específicas da educação como a aprovação automática e questões gerais como o pagamento dos atrasados e a lei salarial de reajuste do funcionalismo, a Lei 1.016, fossem negociadas entre o comando unificado de greve e o poder público municipal.

Em meio à greve, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que garantiu ao funcionalismo público o direito a sindicalização, o CEPE tornou-se, o Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (SEPE), conforme deliberação da assembleia de 12 de dezembro de 1988²⁰⁸. A transformação da entidade em sindicato era tema corrente antes da possibilidade conquistada na Constituição e ocorreu sem polarizações, pois a categoria já fazia debates acerca de sua identidade enquanto classe trabalhadora e de participação nas entidades classistas, ao longo da década de 1980, como tratamos.

²⁰⁶ Como fica claro na avaliação de militantes na Ata da Assembleia do SEPE do dia 21 de dezembro de 1988. SEPE. Ata de Assembleia. Rio de Janeiro. 21-12-1988.

²⁰⁷ SEPE. Ata da Assembleia do SEPE. Rio de Janeiro, 04-01-1988.

²⁰⁸ Tal decisão seria referendada no IV Congresso, no ano seguinte.

Não houve polêmicas em torno da sindicalização internamente, porém surgiram problemas à medida em que outras entidades buscaram o reconhecimento oficial como sindicato da categoria com vistas a obter o repasse da contribuição sindical obrigatória. A União dos Professores Primários do Estado (UPPE) apresentou ao governo a solicitação de registro de sindicato estadual e o SINPRO do Rio de Janeiro decidiu incorporar à sua base os professores do município do Rio e os professores do estado lotados na capital. Segundo o SEPE,

No dia 17 de fevereiro, o Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro, publicou nota nos jornais, exigindo que, em março, o governo do Estado e a Prefeitura, descontem de todos os professores, um dia de trabalho referente ao imposto sindical obrigatório²⁰⁹.

Enquanto tais sindicatos buscavam o imposto sindical obrigatório, fruto da legislação varguista, o SEPE havia decidido pela devolução do mesmo aos filiados, assim que descontado.

Em janeiro de 1989, as assembleias do sindicato, que contaram com o apoio dos pais de alunos ao movimento, deliberaram pela exigência do pagamento pela prefeitura das multas de contas atrasadas dos servidores e por transporte gratuito, pelo questionamento quanto às autarquias que receberam o pagamento de dezembro, pela denúncia da ameaça de demissão dos diretores que colaboraram com o movimento e pela exigência da eleição direta para tais cargos. Ao mesmo tempo iniciava-se a preparação, por parte do SEPE, de um núcleo pró-greve geral através da convocação de sindicatos, associações de moradores, partidos políticos a fim de organizar atos públicos e um fundo de greve.

Com a possibilidade da revogação da Lei 1.016, o movimento decidiu por uma vigília na Câmara, não sem antes debater a proposta original do movimento unificado de vigília de 24 h e fechamento da Avenida Rio Branco. As avaliações em torno da força do movimento para tais atos mostraram que o movimento contava com um número menor de adesões, nas atividades mais radicalizadas.

O IV Congresso Ordinário do SEPE, Congresso Chico Mendes, foi adiado por causa da greve do funcionalismo municipal. Sobre a pauta – Políticas Nacional, Educacional e Sindical, Reforma do Estatuto e do Regimento Financeiro e Plano de Lutas - o movimento mantinha grandes expectativas, principalmente no que dizia respeito ao enfrentamento ao Governo Sarney. A preparação do congresso continuou a ser realizada na base, através da inscrição e debate de teses, mas também da organização da Greve Geral

²⁰⁹ Boletim do SEPE, fevereiro de 1989, p. 5.

de 14 e 15 de março, convocada pela CUT e CGT, contra o Plano Verão²¹⁰. Sobre o Plano Verão, o sindicato avaliava que:

O governo Sarney baixou o “Plano Verão” na tentativa de ganhar fôlego e estabelecer medidas que unifiquem as elites, preparando-as para os embates previstos para os próximos meses. Depois de patrocinar a divulgação do plano, uma alta desenfreada de preços, o governo, no dia 15 de janeiro, congelou os salários pela média dos doze meses de 1988. Os preços dos produtos, que mesmo após a decretação do plano ainda continuam subindo, foram congelados nos valores praticados na data do congelamento.

Para o SEPE, o novo plano de estabilização do governo Sarney era mais um plano de arrocho salarial, de profundos prejuízos aos trabalhadores e beneficiamento do setor financeiro do capital, a fim de realizar o pagamento dos juros da dívida externa. Contrários a qualquer tentativa de pacto social com o governo e o empresariado a greve geral era vista, pelo SEPE, como importante momento de unificação dos trabalhadores, bem como possibilidade de apresentar à sociedade uma proposta classista de solução à crise econômica²¹¹.

Ao mesmo tempo, no XXII Congresso da CPB, realizado em janeiro de 1989, em Campinas, o Plano de Lutas do movimento apontava, além da Greve Geral dos Trabalhadores, para uma Greve Geral dos Trabalhadores do Ensino, através da Campanha Nacional Unificada (CNU), a ser deflagrada em abril de 1989. Nesse congresso, houve a ampliação da base para todos os profissionais da educação e a entidade passou a ser a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE)²¹².

Como eixo da Greve Geral havia as seguintes resoluções: 1) Fora Sarney; 2) Contra o pagamento da dívida externa; 3) Contra a política econômica subordinada ao FMI; 4) Contra a intervenção dos militares na vida política do país; 5) Em defesa da reforma agrária anti-latifundiária, sob o controle dos trabalhadores. E como eixo da greve nacional, específica dos trabalhadores da educação: 1) Piso salarial unificado a nível nacional – 1 salário mínimo, de acordo com o DIEESE, para a jornada máxima de 20 horas semanais; 2) Reajustes mensais de acordo com a inflação, 3) Reposição das perdas; 4) Unificação das datas-base (1º de maio); 5) Paridade para os inativos.

As greves no setor da educação ocorreram em todo o país, como em São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Distrito Federal. Nesse sentido, as lutas nos diversos setores foram compreendidas como um fenômeno nacional que deveria adquirir um caráter

²¹⁰ Conforme o Boletim do SEPE, fevereiro de 1989.

²¹¹ Boletim do SEPE, fevereiro de 1989, p.2.

²¹² Boletim do SEPE, fevereiro de 1989, p.3.

organizativo nacional, unificando a pauta do movimento, principalmente em torno da construção de um piso salarial unificado e da qualidade da escola pública no país.

As características das greves ocorridas no Rio Janeiro também seriam percebidas nos demais estados:

Nos últimos anos, face à intransigência dos governos municipais, nós profissionais de educação, temos sido obrigados a fazer sucessivas greves, muitas delas bastante longas. Os resultados destas greves têm sido muito limitados, quando não o foram negativos. O exemplo disso foi a última greve realizada no Rio de Janeiro pelos profissionais da rede estadual. Mas este não foi o único exemplo. O ano de 1988 foi marcado por greves longas na educação em vários estados do Brasil que além da intransigência contou também com a repressão policial.

Todo este processo de greves mostrou que a situação dos profissionais de educação em todo o país é semelhante; o descaso com a escola pública é uma prática em todos os Estados e que a política de privatização imposta pelo FMI ao governo Sarney tem sido seguida também pelos governos estaduais. Portanto, a luta contra toda esta situação tem que se dar de forma unificada²¹³.

A mudança na prefeitura do Rio, com a eleição de Marcelo Alencar, não significou alteração à situação dos servidores públicos no Rio de Janeiro,

Se no início da greve a grande dificuldade do movimento era a de discutir com um prefeito omissivo e impotente em apresentar uma proposta, pelo menos discutível; neste momento, a grande dificuldade está em superar a política de falsidade desenvolvida pelo atual prefeito, que usa dos meios de comunicação para jogar a população contra os servidores, dizendo que está atendendo a principal reivindicação da categoria- o cumprimento da lei 1016²¹⁴.

A questão da extensão da greve era vista pelo movimento como negativa:

As últimas greves dos servidores públicos no Brasil têm sido longas e, por isso, bastante desgastantes. Temos que buscar um caminho para resolver isto, que é um grave problema para o movimento sindical²¹⁵.

No que diz respeito à terminalidade do ano letivo de 1988, os professores do município do Rio de Janeiro decidiram adotar a proposta de promoção automática de todos os alunos. Nesse contexto, questionaram a estrutura pedagógica existente, apontando para a necessidade urgente de uma profunda reformulação do ensino, na ocasião da

²¹³ Idem, *Ibidem*, p. 3.

²¹⁴ Idem, *Ibidem*, p. 4.

²¹⁵ Idem, *Ibidem*, p. 4.

construção da nova LDB, afirmando que “ela tem que ser fruto das experiências que o movimento tem proporcionado e não de uma teorização formulada nos gabinetes”²¹⁶.

Tal encaminhamento, o da promoção automática no ano de 1988, abriu um importante debate no interior do movimento, reunido em assembleia: o da estrutura organizativa seriada do trabalho pedagógico. Nesse sentido, mais que resolver uma determinação legal, a categoria questionou o modelo seriado corrente, avaliando os seus pilares e votando pela aprovação automática com reformulação curricular²¹⁷.

A secretária de educação, Fátima Cunha, apelou ao Conselho Estadual de Educação, solicitando parecer quanto à decisão de aprovação automática no ano de 1988, tomada pela categoria. Da mesma forma, o governo municipal se empenhou em realizar ampla campanha na mídia tratando a aprovação automática como uma proposta inconseqüente²¹⁸.

Os impasses em torno da Lei 1.016 se estenderiam, o novo prefeito buscava formas de cumprir parcialmente a lei, pagando apenas o valor referente ao mês de janeiro de 1989, ainda que isso significasse o pagamento abaixo do salário mínimo a determinadas categorias do funcionalismo municipal. Frente ao insucesso dessa tática, surgiram, no início do segundo mês da prefeitura de Marcello Alencar ameaças de corte de ponto do mês de fevereiro ao movimento:

Segundo o prefeito, com o pagamento do salário atrasado de dezembro, do 13º, do salário de janeiro e com o cumprimento da lei de 1016 que concede reajuste de 69,42% - pagamentos que começaram a ser efetuados na semana passada – a greve dos servidores que já dura mais de 130 dias, não tem mais sentido²¹⁹.

Não faltaram problemas aos servidores para o recebimento dos salários atrasados há dois meses. As condições aviltantes de pagamento dos salários atrasados dos servidores podiam ser percebidas nas imensas filas das agências do BANERJ. Servidores faziam filas, desde o dia anterior àquele anunciado para o início do pagamento. Mais uma vez, os trabalhadores em situação de extrema privação seriam contidos pela polícia.

O mesmo tumulto registrado na sexta-feira, quando começou o pagamento dos servidores municipais, atrasado há 2 meses, repetiu-se ontem, no BANERJ de Coelho Neto. Por pouco as portas de vidro do banco não foram quebradas pelos que passaram a noite na fila para chegar primeiro ao guichê. Quinze policiais do 9º BPM tentavam conter os mais exaltados, empurrando-os com cassetetes e obrigando-os a se

²¹⁶ Idem, Ibidem, p. 4.

²¹⁷ SEPE. Ata de Assembleia. 11-01-1989.

²¹⁸ Idem, Ibidem.

²¹⁹ PREFEITO ameaça não pagar grevistas no Rio. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 03/02/1989.

manterem atrás do cordão de isolamento²²⁰.

A situação ocorrida no bairro de Coelho Neto repetiu-se no bairro de Campo Grande e em Niterói. As condições de vida dos servidores municipais, trabalhadores formais assalariados, foram, em casos como os relatados abaixo, ao ínfimo da sobrevivência:

Gilberto Cunha da Silva, 38 anos, arquivista do município, está catando papelão e ferro-velho para sustentar a família. Ele reside com os sogros, a esposa e cinco filhos, e recebe um salário de NCz\$ 42,00 para manter a casa. “Para pagar as despesas saio de manhã cedo para catar papel, garrafas e ferro-velho. A minha mulher também está lavando e passando roupas para ajudar”, disse²²¹.

A Legião Brasileira de Assistência (LBA) doou alimentos ao comando de greve para a distribuição aos servidores municipais:

“Quero saber onde estão as bolsas de comida”, gritava a merendeira, Iolanda Maldonado Cavalcanti, inconformada por haver entrado na fila às 5 horas para receber 2 quilos de sopa e 1 quilo de leite em pó²²².

O movimento já avaliava que a Campanha do Quilo poderia trazer problemas à categoria, tais como o tamanho das filas, a questão da distribuição e a consequente exposição da situação de miséria do funcionalismo²²³.

O final da longa greve do funcionalismo municipal gerou um refluxo do movimento, posto que a derrota econômica e subjetiva dos trabalhadores foi pública e as suas consequências seriam percebidas à frente. Sob o argumento de reorganização da administração pública em falência, a gestão de Marcello Alencar experimentou medidas de confronto com os trabalhadores e de contrarreformas no setor público que seriam, em seguida, o receituário das políticas neoliberais.

A nova diretoria²²⁴ buscava caminhos para voltar a reunir a categoria²²⁵ através de seminários e palestras, conforme revela a ata do conselho deliberativo de 15 de julho de 1989.

²²⁰ SERVIDORES madrugam para sofrer na fila. *O Dia*. Rio de Janeiro. 31-01-1989.

²²¹ Idem Ibidem.

²²² Idem, Ibidem.

²²³ SEPE. Ata de assembleia. Rio de Janeiro. 05-01-1989.

²²⁴ Direção eleita para o biênio 1989-1991: Presidente: Florinda Moreira Lombardi, Vice-Presidente: Alcebíades de Souza Teixeira Filho, Secretário Geral: Maria de Fatima Pacheco, Secretário de Apoio: Benedito Dimas de Oliveira, Secretário de Inativos: Daise Calazans Soares, Secretário de Assuntos de Magistério: Emílio P. Araújo, Tesoureiro Geral: Jussara Ferreira Nunes dos Reis, Tesoureiro: Paulo Muller Lopes, Departamento Jurídico: Marcionila Ramirez de Oliveira, Departamento de Imprensa e Divulgação: Edmar de Paula da Silva, Departamento de Formação Sindical: Lana Magdinier da Costa, Departamento de Relações Intersindicais: José Dutra Viana, Departamento Cultural e Educacional: Rosa Maria Silva de Souza, Departamento de Inativos e Pensionistas: Marilda de Jesus Henriques, Departamento de Patrimônio: Carlos Pedro Correa da Silva.

²²⁵ SEPE. Ata do conselho deliberativo do município do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 06-07-1989.

A greve do Estado, ocorrida em julho, foi impactada por esta conjuntura. O desânimo da categoria, a extensão do período de lutas, inclusive do ano anterior, e a falta de licenças sindicais foram levantados como aspectos que comprometeram o movimento grevista do estado, em 1989, reduzindo a adesão da base do movimento.

As questões postas a partir das avaliações dos dirigentes no conselho deliberativo nos aproximam da problemática: "como despertar a participação? Como construir outra forma de luta que não a greve? Como lidar com as dificuldades após longo período de greve? Como manter o elo com a comunidade?"²²⁶

Em 18 de julho, o conselho deliberativo trouxe a proposta da secretária estadual de educação de reverter as punições e retomar as negociações se houvesse o encerramento da greve e a reposição das aulas²²⁷. A proposta de suspensão da greve, levada pela direção²²⁸, foi avaliada como equívoco na condução do movimento.

Resultou das experiências dessas difíceis lutas a resolução por maior enraizamento do SEPE em cada uma das escolas através da organização por local de trabalho, somando assim, à estrutura organizativa da entidade uma maior representação da base nos conselhos em funcionamento.

A raiz comum da crise das greves, a extensão das mesmas, recolocava o polêmico debate em torno da reposição ou não de aulas, o impacto das mesmas sobre a comunidade e, sobretudo, como os demais trabalhadores pensavam essa especificidade da organização dos trabalhadores em educação.

A apatia nas escolas ganhava também a forma de licenças médicas e o aumento dos pedidos de exonerações.

O desgaste das longas greves ficou marcado na categoria, conforme podemos verificar no documento "De que tipo de greve precisamos?". Nele expressava-se o impacto da última greve, de 89 dias e 13 assembleias semanais no interior do movimento:

O temor de uma greve muito longa, que pudesse comprometer nossa aliança com a comunidade em defesa da escola pública, fez com que a expressão "greve por tempo indeterminado" passasse a ser sinônimo, para muitos, de greve de meses e meses, quando sabemos que um movimento grevista só é democrático se todos os envolvidos, a cada assembleia, assumirem em suas mãos os destinos da continuidade

²²⁶ Idem, Ibidem.

²²⁷ SEPE. Ata do Conselho Deliberativo, 18-07-1989.

²²⁸ Nesse momento a direção da entidade era composta pelas correntes do PT (Democracia Socialista, Trabalho, Articulação Sindical) e membros do Coletivo Gregório Bezerra, este último rompido com o PCB. Houve a tentativa de construção de uma única chapa através do critério de proporcionalidade qualificada da convenção cutista, porém uma segunda chapa "O SEPE é para lutar mesmo", rompeu com os setores da Chapa 1.

ou suspensão da luta²²⁹.

O movimento compreendia os desgastes para toda a comunidade escolar, assim como os limites das greves:

Seria uma ilusão pensar que podemos resolver definitivamente nossa questão salarial e a defesa da escola pública através de uma greve apenas. Nós, profissionais da educação, precisamos entender que a conquista duradoura de uma escola pública e de qualidade – o que pressupõe salários dignos para todos os profissionais que garantem o funcionamento desta escola – exigirá transformações mais profundas na realidade política e social do país²³⁰.

Mas, ao mesmo tempo, o SEPE entendia ser necessário considerar as lutas em curso em vários estados para arrancar uma negociação favorável no Rio de Janeiro, ou seja, o salário mínimo do DIEESE e a integração do pessoal de apoio nos quadros da educação:

O quadro nacional é razoavelmente positivo e reforça a nossa luta: São Paulo entrou em greve nacional no mesmo dia em que nós e já prolongou a sua greve, pelo menos, até a semana que vem. Apesar dos estados em greve serem apenas 11, o peso de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Goiás imprimem uma qualidade à greve e já se articula nos estados uma caravana conjunta, durante a convenção do PMDB.

Quando o projeto de plano de carreira do governo estadual foi enviado à ALERJ, em dezembro, tornaram-se evidentes as dificuldades de mobilização no SEPE que até então manifestaram-se pela baixa adesão às paralisações e pela recusa da base em sinalizar o *estado de greve*, ou seja, de demonstrar disposição para a paralização de curto ou maior prazo.

2.4. O SIGNIFICADO DAS LUTAS DA DÉCADA DE 1980

As greves da década de 1980 dos professores e, posteriormente, dos trabalhadores da educação, foram fundamentais para entendermos dois processos indissociáveis, quais sejam, a consolidação de uma força política no cenário do Rio de Janeiro e até mesmo nacional e a construção da identidade desta categoria. Para isso, recuamos até as greves semanais de 1979, que fizeram a década de 1980, neste caso, começar um pouco antes.

A reunião das experiências organizativas anteriores ao CEP possibilitou que a organização atingisse um novo patamar na luta de classes. Tal processo não ocorreu sem contradições, foi marcado por profunda disputa política, entretanto, a entidade adquiriu um caráter de massa que até então não existia no interior do movimento docente. É fato que

²²⁹ SEPE. De que tipo de greve precisamos? Rio de Janeiro. S/d, p.1.

²³⁰ Idem, *Ibidem*.

uma importante determinação desse crescimento foi a expansão do ensino público e a forma como o mesmo ocorreu, tais aspectos deram as condições materiais para uma nova forma de inserção desta categoria nas lutas sociais.

Ao mesmo tempo, as lutas travadas, em grande parte de caráter corporativo, mas de imensa combatividade, acabaram por promover a convergência das lutas de caráter mais geral, de enfrentamento à ditadura civil-militar, com as lutas pela democratização da educação, presentes também na tradição dos movimentos operários. Comprova essa hipótese a construção de uma identidade de trabalhadores da educação forjada nessas lutas em oposição a de profissional, presente majoritariamente nas experiências anteriores.

Em outras palavras, a identificação dos professores e funcionários com os demais trabalhadores foi construída na materialidade das lutas sociais no período da transição da ditadura à democracia controlada pelas classes dominantes do país. Nesse contexto, é necessário destacar a participação do CEP na construção de instrumentos organizativos da classe trabalhadora, como o Partido dos Trabalhadores, a Central Única dos Trabalhadores, a Confederação dos Professores do Brasil e, em âmbito nacional, nas disputas em torno da política da Nova República, através da Campanha pelas "Diretas Já" e da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte e, em âmbito estadual, contra as políticas de Reforma do Estado e contra as políticas educacionais propostas por diferentes partidos, em especial, o PDT.

O processo de inserção dos militantes do CEP nas lutas pela democratização da sociedade não foi linear, como vimos. A ampliação do quadro social do CEP, bem como a filiação à CUT significaram a ruptura com o grupo político que dirigia a entidade, com algumas alterações na sua composição, desde 1979.

A década de 1980 foi para os trabalhadores da educação, mas não só, o ápice, mas também o fechamento de um ciclo de lutas.

III.

Da escola nova à nova escola: política, educação e luta de classes no Rio de Janeiro

A vitória de Fernando Collor de Mello, nas eleições presidenciais de 1989, significou a derrota de um projeto político para o país vinculado, em grande parte, com as organizações da classe trabalhadora e, por consequência, a ascensão da reforma do Estado, via política neoliberal, já defendida por setores burgueses desde o governo Sarney.

O acúmulo organizativo da classe trabalhadora, ao longo da década de 1980, através da construção do Partido dos Trabalhadores e da maior central sindical do país, a CUT, sofreria os ataques da política neoliberal e da reestruturação produtiva em curso no mundo do trabalho. Assim, um ciclo de lutas, de fato, é fechado no ano de 1989.

Na década de 1990, no Brasil, uma nova correlação de forças pressionava interna e externamente à adesão ao modelo neoliberal. De um lado, o modelo desenvolvimentista que fizera crescer e diversificar o parque industrial brasileiro à custa de grande endividamento externo, já dera sinais de esgotamento desde a estagflação da década de 1980. Por outro, a queda da taxa de lucro nos países centrais e a disputa intercapitalista por esta recomposição fazia com que a burguesia internacional, em especial a estadunidense, provocasse uma nova ofensiva aos países periféricos exigindo a abertura do comércio, a privatização de empresas estatais, a contenção de verbas nos setores sociais e das organizações da classe trabalhadora, além do desmonte dos direitos conquistados.

Ainda que a CUT tivesse importantes divergências internas desde a sua fundação, na década de 1980, atuou em uma perspectiva classista contra o capital, dirigiu greves gerais, atuou em importantes lutas e defendeu a autonomia da classe trabalhadora. Contudo, pelo menos desde o III Congresso da CUT (III CONCUT), realizado em Belo Horizonte, em 1988, último congresso de massas da central²³¹, as resoluções congressuais caminharam no sentido de diminuir a participação da base e a democracia interna nos fóruns da entidade.

²³¹ O III CONCUT, o maior da história do sindicalismo brasileiro, aprovou alterações no estatuto da central que reduziria drasticamente, nos congressos seguintes, o número de delegados de base que passariam a ser eleitos nos congressos estaduais. O peso das diretorias foi ampliado e o das oposições sindicais reduzido através da configuração de uma estrutura congressual verticalizada, proposta pela corrente Articulação Sindical. Segundo MATTOS (2002, p. 93): "Enquanto no Congresso de 1988 estiveram presentes 50,8% de delegados de base e 49,2% de dirigentes, em 1991, no IV CONCUT, o percentual de dirigentes delegados tinha subido a 83%, contra 17% de delegados de base".

A reestruturação produtiva implementada no Brasil, na década de 1990, e as consequências geradas no mundo do trabalho produziram uma profunda crise sindical, dos quais os sintomas mais notados foram as ameaças aos direitos dos trabalhadores, inclusive o de vender a sua própria força de trabalho, a fragmentação e a retração das bases dos sindicatos²³².

Entretanto, apesar da reestruturação produtiva, dos ataques aos direitos trabalhistas e às organizações da classe trabalhadora empreendidos pelo capital não há por que supor, segundo MATTOS:

[...] que as lideranças sindicais estivessem diante de uma única alternativa. Possibilidades diferenciadas de resposta sempre existiram e os debates no interior da CUT demonstraram que a “via única” foi questionada por setores significativos da central²³³.

Dessa forma, conclui o autor que as mudanças em curso no interior da Central devem ser compreendidas também como resultado de opções da direção da Central em colaborar com o capital, ainda que também as determine a pressão da reestruturação, criando uma ampliação da insegurança material nas bases sindicais, e a permanência da estrutura sindical.

A criação da Força Sindical (FS) também deve ser considerada como uma influência ideológica e prática no redirecionamento da CUT, pois, em certa medida, a FS polarizou com a CUT as negociações entre capital e trabalho. A nova Central patrocinada pelo governo Collor combinou a velha estrutura sindical com o ideário neoliberal, apresentando-se aos trabalhadores como alternativa de negociação à crise do sindicalismo e ao desemprego²³⁴.

Teones França (2005) analisou como ocorreu o processo de fortalecimento da concepção de negociação e conciliação entre Capital e Trabalho na CUT, através da proposta do “sindicalismo orgânico”. Como aspectos importantes são destacados, pelo autor, as alterações nas resoluções congressuais; a filiação da CUT à CIOSL²³⁵ e a

²³² Como referência cito os trabalhos de Ricardo Antunes: “Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho”, publicado em 1995 e “Os Sentidos do Trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho”, publicado em 1999.

²³³ MATTOS, 2009, p. 160.

²³⁴ Cabe, contudo, destacar o papel inicial da Força Sindical, fundada no governo Collor, da naturalização do capitalismo e da etapa da reestruturação produtiva. Os preceitos da FS são assim listados por Antunes: reconhecimento da vitória do capitalismo e da inevitabilidade da lógica do mercado; a limitação e restrição da luta sindical, que deve ater-se à busca de melhorias nas condições de trabalho, não cabendo aos sindicatos extrapolar este âmbito da luta; a papel da ação política cabe exclusivamente aos partidos, que devem ser totalmente desvinculados da ação sindical; o Estado deve reduzir a sua ação, em favor de uma política privatizante. (ANTUNES, 1995, p. 38)

²³⁵ Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres, central sindical internacional que segundo FRANÇA (2005, p.199) foi dominada pelo “sindicalismo de negócios norte-americano, viveu um longo período de subordinação à lógica da Guerra Fria e, mais recentemente passou a ser expressão da social-democracia européia”.

aproximação a centrais sindicais europeias social-democratas; e, por fim, a disposição da Central em negociar com o capital e participar dos chamados fóruns tripartites, conforme veremos.

Diante dessas opções, a CUT abandonou a perspectiva originária, ainda que não consensual, de constituir-se sob novas bases organizativas, herança do *Novo Sindicalismo*, em oposição à estrutura sindical e, cada vez mais, aproximou-se desta.

3.1. A DÉCADA DE 1990: AS DISPUTAS PELA POLÍTICA EDUCACIONAL E O REFLUXO DAS MOBILIZAÇÕES DE MASSA

Conforme demonstramos, a greve de 1989 gerou profundo debate no interior do movimento dos trabalhadores da educação que buscava compreender o quadro de ofensiva neoliberal e o refluxo do movimento. Não seria um equívoco caracterizarmos esse momento como uma crise no interior do SEPE. A crise sindical aberta era resultado de múltiplas determinações, das quais poderíamos destacar a derrota da classe trabalhadora no projeto eleitoral de 1989, a experiência da greve também de 1989 e a crise da educação pública no estado, através de um acentuado processo de rebaixamento do salário da categoria que levava tais trabalhadores a uma literal desistência de seu trabalho:

Em média, a cada mês, 500 professores de 1º e 2º graus deixam a rede pública estadual e municipal. Cansados da profissão, eles estão abandonando o magistério em busca de novos empregos e melhor remuneração [...]. Em apenas seis meses, os governos estadual e municipal registraram a saída de 3.000 professores²³⁶.

Na ata do Conselho Deliberativo do Sindicato, de 23 de fevereiro de 1990, nos deparamos com mais uma objeção à força das mobilizações: a ínfima participação da Central Única dos Trabalhadores durante toda a greve do ano anterior²³⁷.

Houve deliberação de estado de greve da rede estadual, em março, na ocasião dos enfrentamentos ao projeto de Moreira Franco, aprovado na ALERJ, que permitia a contratação por cinco meses de servidores sem concurso público. Contudo a proposta de realização de uma nova greve parecia não contar com amplo apoio da categoria e o movimento buscou avaliar, nos espaços deliberativos ocorridos no primeiro semestre, se a sua realização fazia sentido e se teria perspectivas de vitória.

Em junho, a II Grande Marcha em Defesa da Educação, convocada pelo SEPE, funcionou como um termômetro do apoio da base e da população ao movimento. A

²³⁶ O MAGISTÉRIO sem incentivos. Jornal do Brasil. 10/07/1990.

²³⁷ SEPE. Ata do Conselho Deliberativo. Rio de Janeiro, 23/02/1990.

grande participação da comunidade escolar no ato paralisou o centro do Rio de Janeiro, fechando por duas horas a Avenida Rio Branco, uma das duas principais vias do Centro do Rio de Janeiro. A passeata contou com a participação de cerca de cinco mil manifestantes²³⁸, dentre trabalhadores da educação, pais de alunos, alunos, trabalhadores da saúde e do BANERJ. Sob as palavras de ordem **“arroz, feijão, saúde e educação”**, a comunidade escolar reivindicava melhores salários e a recuperação das escolas da rede pública²³⁹.

Mais um sintoma do quadro desfavorável aos trabalhadores foi o cancelamento da greve geral, convocada pela CUT e em processo de organização pelo SEPE. No Conselho Deliberativo, de 23 de junho, foi aprovada, por ampla maioria, uma moção crítica à decisão da Executiva Nacional da CUT de cancelamento da greve geral, cuja pauta era composta pelas lutas contra as demissões, as privatizações e o arrocho salarial, implementados por Collor. Contudo, prevaleceu, na CUT, a avaliação de que a greve geral seria parcial e que uma greve malsucedida seria pior para o conjunto dos trabalhadores²⁴⁰.

O SEPE anunciou na ocasião a possibilidade de greve na categoria para agosto, caso o prefeito do Rio de Janeiro e o governador não iniciassem negociações. Em busca da ampliação do apoio popular e como forma de pressionar pela abertura das negociações, o SEPE aprovou a realização de ampla campanha na TV e em *outdoors*, espalhados pela capital, denunciando a realidade das escolas. Para custear as ações promoveu a venda de camisetas e postais com imagens de CIEPs abandonados e uma campanha de contribuição financeira extra. Enquanto a rede pública denunciava as mazelas da educação, a rede privada do Rio de Janeiro, em campanha salarial, realizava uma greve de 28 dias.

A II Grande Marcha em Defesa da Educação e a campanha publicitária exacerbaram o conflito de interesses entre os trabalhadores e as trabalhadoras e os representantes do Estado. A secretária estadual de educação, Fátima Cunha, convocou uma coletiva de imprensa e fez as seguintes declarações sobre o “órgão de duvidosa liderança entre os professores”:

A proposta deles é tumultuar o trânsito carioca, chamar a atenção da TV e botar na rua a campanha de candidatos que se dizem professores, mas que sempre fugiram de uma sala de aula como o diabo da cruz. [...] Seria bom que se apurasse de onde vem os 2 milhões de cruzeiros gastos com anúncios na TV pelo SEPE, segundo publicou hoje (quarta-feira) o jornal O Globo. O governo faz sua publicidade com verba própria. Mas o SEPE, que não tem dinheiro – e utiliza contribuições sindicais indevidas dos

²³⁸ PASSEATA do SEPE mobiliza 5 mil. *O Dia*. Rio de Janeiro. 27/06/1990.

²³⁹ ARROZ, feijão, saúde e educação. *Última Hora*. Rio de Janeiro, 27/06/1990.

²⁴⁰ SEPE. CONSELHO de Classe, nº 2. Rio de Janeiro, julho de 1990.

professores, já que não é ainda um órgão reconhecido- onde vai buscar tais verbas?²⁴¹.

Outros jornais noticiaram o mesmo conteúdo, como por exemplo, o jornal *O Dia*. Fátima Cunha além de desmerecer o SEPE como órgão representativo dos trabalhadores da educação, levantou suspeitas acerca do financiamento da campanha publicitária e fez ofensas pessoais aos dirigentes com licença sindical, prevista na legislação.

O sindicato, em resposta à coletiva de imprensa convocada pela secretária, afirmou que os defensores do poder têm medo dos sindicatos combativos, “a ponto de fazerem, em nosso estado, a titular da secretaria de educação se exasperar e descer a afirmações públicas tão impertinentes e mesquinhas que chegam a resvalar a baixaria”²⁴². O SEPE também combateu os argumentos utilizados contra a legitimidade da entidade, a licença sindical e as verbas utilizadas nas campanhas, com divulgação da prestação de contas.

Assim como o governo Fernando Collor, para desqualificar a CUT, buscou na Força Sindical uma interlocução confiável para os conflitos entre o Capital e o Trabalho, o governo Moreira Franco e a secretária Fátima Cunha descobriram que a UPPEs era a entidade capaz de realizar papel análogo no Rio de Janeiro.

A estratégia do governo estadual de desqualificação do SEPE levaria à recepção da presidente da UPPEs, Teresinha da Silva, pelo governador Moreira Franco em audiência. A UPPEs solicitou a realização de estudos para o percentual de reposição salarial, contudo, o sindicato cartorial não obteve propostas a partir da audiência. Claro ficaria, assim, a finalidade do governo estadual em combater o SEPE²⁴³.

Sem nenhuma perspectiva de diálogo com os governos, o SEPE recorreu à greve, desta vez por tempo determinado, de seis dias. A adesão maior na rede estadual à greve, com cerca de 11 mil trabalhadores, teve como mote o veto de Moreira Franco à proposta de equiparação salarial entre professores de nível superior e arquitetos e engenheiros do estado, além da reivindicação pela unificação do plano de carreira com o pessoal de apoio e pelo índice de reajuste salarial. Durante a greve de advertência, as ações dos governos para desmobilizar os trabalhadores passaram pela calúnia ao SEPE. Diretores de escolas realizaram reuniões para afirmarem, segundo documentos divulgados pelos governos, que

²⁴¹ FÁTIMA Cunha diz que Sepe detesta salas de aula. *Última Hora*. Rio de Janeiro, 28/06/1990.

²⁴² SEPE. Conselho de Classe, nº2. Rio de Janeiro, julho de 1990.

²⁴³ Frente à propaganda do governo, no jornal Conselho de Classe, o SEPE esclareceu que recebeu o registro do Ministério do Trabalho ainda no governo Sarney/ Dorotheia e estava registrado em cartório do Rio de Janeiro. Cf. CONSELHO de Classe. *Jornal da Greve*. Agosto de 1990.

o SEPE era uma entidade clandestina, portanto que o representante da categoria era a UPPEs, no estado²⁴⁴.

A adesão à greve de seis dias seria positiva, na avaliação do SEPE:

[...] mais de 80% dos profissionais da educação aderiram à greve de seis dias, que deu uma nova demonstração da capacidade de luta de nossa categoria. Na rede estadual a adesão foi maior, atingindo todos os municípios, apesar dos ataques que o governo Moreira fez durante toda a semana ao SEPE e do descaso desse governo com nossas reivindicações e com a grave situação pelas escolas públicas²⁴⁵

Entretanto, a mobilização não alcançaria os seus objetivos, sendo em seguida, retomada:

Os deputados estaduais compraram briga com os professores ao se negarem a votar a equiparação salarial da categoria com engenheiros e arquitetos do Estado e o reajuste de 73% proposto pelo governador Moreira Franco para o magistério. Os professores decidiram entrar em greve hoje e ficar sem trabalhar até que os deputados se reúnam em sessão plenária para aprovar esses projetos de lei²⁴⁶.

O presidente da ALERJ, Gilberto Rodriguez, tentou suspender as atividades da ALERJ até o dia 4 de outubro, em clara manobra para evitar a votação do aumento da categoria antes das eleições²⁴⁷. Cerca de 1.500 professores protestaram nas escadarias da ALERJ e diante ao resultado insatisfatório da votação resolveram fazer uma anti-campanha eleitoral para recomendar aos filiados, cerca de 30 mil, que não votassem naqueles parlamentares que votaram contra os interesses da categoria.

Sem vitórias significativas, chegou ao fim a mobilização pela equiparação salarial no estado entre os servidores com ensino superior. As avaliações do movimento marcaram o debate eleitoral do SEPE daquele ano.

Para a chapa oposicionista, a defesa da greve pela direção do sindicato tinha caráter eleitoral, pois pretendia arrancar um reajuste salarial com o objetivo de se beneficiar politicamente com a vitória – que não ocorreu²⁴⁸.

Para a direção, a chapa oposicionista, que se posicionara contra a greve durante a campanha salarial, pretendia apenas se destacar nas assembleias e desconsiderava o arrocho salarial da categorial²⁴⁹.

²⁴⁴ No jornal Conselho de Classe, o SEPE esclareceu que recebeu o Registro Sindical do Ministério do Trabalho ainda no governo Sarney/ Dorotheia e estava registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas do Rio de Janeiro. CONSELHO de Classe. *Jornal da Greve*. Rio de Janeiro, agosto de 1990.

²⁴⁵ CONSELHO de Classe. *Jornal da Greve*. Agosto de 1990.

²⁴⁶ PROFESSOR ficará em greve até que deputados aprovem aumento. *Jornal do Brasil*. 20-09-1990.

²⁴⁷ PROFESSOR faz protesto na ALERJ. *O Dia*. Rio de Janeiro 28-09-1990.

²⁴⁸ AVALIAÇÃO do Movimento. Chapa 2 Oposição Unir e Lutar. In: Conselho de Classe, nº 3. Rio de Janeiro, outubro de 1990, p.5.

As eleições referendariam a chapa 1, reconduzindo a direção²⁵⁰, de composição majoritariamente cutista, especialmente de integrantes da corrente sindical "CUT pela Base".

Os profissionais da educação, através de sua luta, tornaram reconhecidos os seus projetos de Plano de Carreira com as greves da década de 1980, contudo, a existência legal dos planos não garantiu o seu cumprimento. Este foi o caso da rede municipal do Rio de Janeiro, que após discutir o aperfeiçoamento do plano, conforme a proposta da prefeitura, deparou-se com outro projeto aprovado na Câmara, excluindo os aposentados. Assim, na rede municipal, o Plano de Cargos e Salários seria a principal reivindicação durante os anos de 1991 e 1992, seguida da luta pela gestão democrática.

No dia 10 de março de 1992, pais, alunos, professores e funcionários das escolas públicas do município do Rio de Janeiro, em greve há 33 dias, ocuparam o prédio do Centro Administrativo da Prefeitura para forçar a abertura de negociações com o poder público municipal, exigidas desde o ano anterior.

Em documento divulgado à sociedade e ao governo municipal após a ocupação, que não garantiu a abertura de negociações, o sindicato denunciou a situação de calamidade da educação pública no município do Rio de Janeiro, as tentativas de impedir o direito de organização da categoria e demais formas de coerção implementadas na rede municipal, tais como a ameaça de demissão de diretores eleitos, corte de pagamento e devolução de pessoal²⁵¹. Assim, o SEPE reivindicava que tanto o governo municipal quanto o estadual, garantissem à população:

[...] vagas nas escolas em número suficiente para todos os que procuram a escola pública; professores de todas as disciplinas para todas as turmas; profissionais de apoio em número suficiente; respeito às decisões internas da comunidade escolar, assim como à eleição de diretores; tratamento igual – funcional e em relação a material didático-escolar- para os CIEPs e escolas da rede escolar; salários dignos para todos os

²⁴⁹ EM DEFESA do sindicato. Chapa 1 SEPE que te quero forte. In: Conselho de Classe, nº 3. Rio de Janeiro, outubro de 1990, p.5.

²⁵⁰ Diretoria executiva eleita em 1990: Florinda Lombardi (presidente), Alcebíades Teixeira (vice-presidente), Emílio Araújo (secretário-geral), Dulce Rodrigues Alvarenga (1º secretário), Adriana Maria de Freitas (2º secretário), Regina Claudia O. Cardoso (tesoureiro geral), Wilton Porciúncula (1º tesoureiro), Celso Moreti de Araújo (2º tesoureiro), Maria das Dores Pereira Mota (diretor de magistério), Robson Lopes Trajano (diretor de funcionários de apoio administrativo); Lena Bastos (diretor de inativos e pensionistas), Regina Silveira (diretor de imprensa e divulgação), Eduardo Peixoto da Silva (diretor de patrimônio), Maria Beatriz Lugão (diretor formação sindical), Dayse Oliveira (diretor relações inter-sindicais), Marcionila Ramirez (diretor de assuntos jurídicos), Suely Rosa (diretor de assuntos educacionais), Fátima Lobato (diretor de assuntos culturais) Albano Teixeira (diretor geral das regionais da capital), Deise Calazans (diretor dos núcleos municipais) e demais vice-presidentes das regionais metropolitanas. A composição desta diretoria, montada através do método da convenção cutista, demonstrava que as correntes petistas assumiram a direção do sindicato.

²⁵¹ A “devolução” de pessoal é uma ação praticada por diversos governos que, de forma arbitrária, suspendem a lotação do servidor, colocando-o à disposição da secretaria ao qual está vinculado, para que esta decida para que local encaminhá-lo, de acordo, com as supostas necessidades da administração pública.

profissionais da educação, ativos e aposentados; respeito ao sindicato da categoria²⁵²

Em junho, a prefeitura encaminhou à votação o projeto de lei de Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores da Secretaria Municipal de Educação. A este plano original o SEPE encaminhou vinte e duas emendas para a votação final, aprovadas em assembleia pela categoria²⁵³.

Porém, o mais polêmico artigo do Plano de Cargos e Salários, o artigo nº 13, facultava aos professores aposentados a volta ao trabalho em regime de 30 ou 40 horas por, no mínimo cinco anos, para que tivessem direito à inclusão no plano. O artigo nº 13 foi vetado, contudo o resultado do Plano de Cargos e Salários ficaria distante da proposta do sindicato.

Na rede estadual, o documento “Menos Educação com o orçamento para 1992”²⁵⁴ aprofundaria a crítica do sindicato à política do governo de Leonel Brizola, seja no aspecto pedagógico *stricto sensu*, seja na aplicação dos recursos públicos. A análise da proposta de orçamento para 1992 apontava para a aplicação de verbas prioritariamente nos CIEPs:

[...] ao destinar 110 bilhões de cruzeiros para a construção e recuperação de CIEPs e CIAs e pouco mais de 16 bilhões de cruzeiros para a reforma das escolas convencionais, o governador confirma seu capricho perverso: para afirmar a supremacia dos CIEPs sobre as escolas convencionais é preciso destruir estas²⁵⁵.

A limitada abrangência dos CIEPs era prova incontestável, para o SEPE, do caráter discriminatório da política estatal para a educação:

O governador confirma assim seu mais profundo desprezo pela escola pública convencional, esta que absorve cerca de 1 milhão de alunos, comprimidos em 3 turnos diários e sem direito a uma educação de boa qualidade²⁵⁶.

Por isso, o SEPE participou da elaboração de emendas ao orçamento encaminhado à Assembleia Legislativa, propondo junto às bancadas do PT, PSDB e PMDB:

A transferência de recursos previstos para a construção de CIEPs CIACs para a recuperação das escolas já existentes (13,5 bilhões de cruzeiros), para a construção de novas escolas convencionais (13,5 bilhões), para aumento salarial dos profissionais da educação (31,6 bilhões) e para o pagamento dos benefícios aos aposentados (6,8

²⁵² SEPE. Nós, os partidários da coerência. Rio de Janeiro, março de 1992.

²⁵³ As divergências davam-se em torno do piso salarial – Cr\$ 525 mil, na proposta da prefeitura e Cr\$ 901 mil, na do sindicato; a garantia de data-base e uma forma de reajuste mensal pelo Índice de Reajuste do Salário Mínimo (IRSM), não previsto na proposta da prefeitura; a determinação de período para atividades complementares dentro das quatro possibilidades de carga horária contratual e a garantia de ascensão dos funcionários através de tempo de serviço e de idade.

²⁵⁴ SEPE. Conselho de Classe, nº 8: janeiro de 1992.

²⁵⁵ Idem, *Ibidem*, p. 4.

²⁵⁶ Idem, *Ibidem*.

bilhões). Aos CIEPs ficaram destinados outros 13,5 bilhões²⁵⁷.

Ademais, o documento colocou em relevo a profunda vinculação entre as propostas pedagógicas e os seus fins políticos. Para o SEPE, a proposta de aprovação automática apresentada pela Secretaria de Educação para os CIEPs visava acabar com os dados equivalentes de reprovação entre as escolas de tempo integral e as escolas regulares (cerca de 2.700 unidades), diferenciando-as.

Nesse sentido, o sindicato promoveu o debate da política educacional em torno da aprovação automática:

A promoção automática nas quatro primeiras séries do 1º grau – ou a avaliação permanente progressiva – surge como proposta dos governos para responder ao mais agudo sintoma de que a escola vai mal: estimativas indicam que das 200 mil crianças matriculadas neste ano na 1ª série da rede estadual, cerca de 40% serão reprovadas!²⁵⁸

A diretora do SEPE Caxias, Nádía Simões, levantou reflexões em seu artigo sobre questões específicas da ação pedagógica, como a avaliação:

A avaliação de fato é necessária. Não falo da avaliação tradicional, aprendida em nossa precária formação – “a da pedagogia do exame”- que é usada para traçar o destino do aluno (seleção escolar que se transforma em seleção social: os excelentes e os insuficientes, os capazes e os incapazes), a usada como controle disciplinar (“para quem fizer bagunça menos um ponto na prova”), a que sacraliza a prova (afinal, é pela prova que medimos o saber! – como se este de fato pudesse ser medido) e finalmente, aquela sempre unilateral, onde apenas o aluno é avaliado e não o conjunto das condições oferecidas para o processo de ensino-aprendizagem. Temos que admitir: transformamos a avaliação num fetiche tão eficaz que nos domina!

Mas também questionamentos no que diz respeito ao caráter mais geral do fenômeno educativo ao destacar a:

[...] necessidade de repensarmos o papel que a educação historicamente vem cumprindo em favor das classes dominantes neste país. Não é uma discussão que se possa fazer apenas pelo viés do reducionismo metodológico, mas fundamentalmente, pela dimensão político-social da prática pedagógica. E eu ousar pensar uma escola pública comprometida com a formação de uma cidadania militante, uma escola que, de fato, instrumentalize a classe trabalhadora para ser dirigente.

Evidentemente, os CIEPs e a aprovação automática não foram tomados, pelos trabalhadores da educação, como solução aos sintomas educacionais do estado. No estudo

²⁵⁷ Idem, *Ibidem*.

²⁵⁸ SIMÕES, Nádía de Aquino. Promoção automática: levantando a polêmica. In: Conselho de Classe, nº 8, janeiro de 1992, p. 4.

anteriormente citado de MIGNOT²⁵⁹, claro estava que não se tratava apenas da visão dos sindicalistas e militantes de base, mas da maioria dos trabalhadores vinculados aos CIEPs, que não desejavam ter seus filhos estudando ali e destacavam que os conteúdos escolares eram preteridos frente à assistência social, esta por sua vez insuficiente.

Ora, o Programa Especial de Educação (PEE) criado por Leonel Brizola, e sob a coordenação de Darcy Ribeiro²⁶⁰, de acordo com Libânia Xavier:

[...] do ponto de vista teórico, o PEE conciliava duas correntes pedagógicas que resultaram de experiências históricas concretas: a experiência escolanovista, que daria ao projeto um tom liberal e a experiência com Educação Popular dos anos 60, responsável por imprimir a este um caráter mais progressista e libertário²⁶¹.

De fato, as críticas do SEPE sobre o projeto educacional do PDT identificavam elementos da concepção escolanovista, construída a partir do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932.

Para Saviani, os escolanovistas tomam a educação como instrumento da equalização social, portanto de superação da marginalidade:

As esperanças de que se pudesse corrigir a distorção expressa no fenômeno da marginalidade, através da escola, ficaram de pé. Se a escola não vinha cumprindo essa função, tal fato se devia que o tipo de escola implantado – a Escola Tradicional – se revelara inadequado²⁶².

Outros elementos destacados na análise do autor revelam a proximidade dessa concepção com a experiência educacional fluminense em questão:

A pedagogia nova começa, pois, por efetuar a crítica da pedagogia tradicional, esboçando uma nova maneira de interpretar a educação e ensaiando implantá-la, primeiro, através de experiências restritas; depois, advogando sua generalização no âmbito dos sistemas escolares²⁶³

²⁵⁹ MIGNOT, Ana Crystina Vanancio. CIEP - Centro Integrado de Educação Pública – Alternativa para a qualidade de ensino ou nova investida do populismo na educação? Em Aberto. Brasília, ano 8, nº 44, 1989.

²⁶⁰ Vice-governador de Brizola, Secretário de Estadual de Ciência e Cultura e Diretor do PEE, de 1983 a 1987. Filiado ao PDT, Darcy Ribeiro retornou ao PEE na segunda gestão de Brizola no governo do estado do RJ. Também fora fundador, junto com Anísio Teixeira, da UnB e reitor 1961-1962, Ministro da Educação 1962-1963, Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República de João Goulart, 1963-1964, e senador pelo RJ de 1991 a 1997. Relevante ainda considerar que Darcy Ribeiro foi o autor do projeto de LDB do governo de FHC. Darcy Ribeiro desempenhou um lamentável e reacionário papel quando do processo de discussão legislativa do projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, opondo-se ao chamado projeto da sociedade civil, proposto por Dermeval Saviani, e encampado pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP), que tramitava desde 1988, na Câmara dos Deputados. Ver sobre Darcy Ribeiro o verbete biográfico: GALVÃO, Claudia. In: ABREU, Alzira Alves de et AL (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/> Acesso em 05/04/2011.

²⁶¹ XAVIER, Libânia Nacif. Inovações e (des) continuidades na política educacional fluminense (1975-1995). 24ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação. Caxambu, 2001.

²⁶² SAVIANI (2003, p.3)

²⁶³ Idem, Ibidem.

No que diz respeito às relações entre educação e sociedade:

Concebe-se a educação com uma ampla margem de autonomia face da sociedade. Tanto que lhe cabe um papel decisivo na conformação da sociedade evitando sua desagregação e, mais do que isso, garantindo a construção de uma sociedade igualitária²⁶⁴.

A concepção liberal da Escola Nova poderia ser identificada no PEE, no projeto de escola em tempo integral dos CIEPs²⁶⁵. No entanto, o efeito de desmobilização que o Manifesto dos Pioneiros adquiriu sobre os projetos marxistas e anarquistas de educação²⁶⁶, não se repetiu com as escolas de tempo integral do PDT, no Rio de Janeiro. Para o SEPE, o projeto tal como foi realizado, à margem da Secretaria Estadual de Educação - portanto, construído em uma rede paralela ao sistema educacional regular - demonstrava que a política das escolas integrais não poderia generalizar-se e mostrar-se uma alternativa educativa à classe trabalhadora.

No decorrer de 1992, outros importantes debates ocorreriam no campo pedagógico na sua interface com a prática sindical. O I Congresso de Educação e Unificação foi um marco desse processo, nele o sindicato avançou em uma proposta de educação para o conjunto da classe trabalhadora, unificou mais categorias de trabalhadoras (es) da educação- as especialistas em educação-, promoveu uma reforma estatutária instituindo a direção colegiada e enfrentou o debate da divisão técnica e social do trabalho presente na organização da escola, questionando o papel de educador conferido exclusivamente ao professor²⁶⁷.

No I Congresso de Educação e Unificação houve uma pesquisa para o conhecimento do perfil dos delegados, solicitada pela CNTE e o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI)²⁶⁸, cujos principais dados, pela relevância no conhecimento desses sujeitos sempre tratados aqui coletivamente ou por grupos políticos, apresentamos abaixo.

A delegação era majoritariamente feminina, representando 86% dos participantes, com idade entre 26 e 45 anos. Quanto a atuação profissional de cada trabalhador,

²⁶⁴ Idem, *Ibidem*, p.4.

²⁶⁵ CUNHA (2009, p. 143) destaca dez princípios metodológicos presentes no projeto dos CIEPs que demonstram a sua relação com o escolanovismo.

²⁶⁶ SAVIANI (1998).

²⁶⁷ SEPE. Ata do Congresso Extraordinário de Educação e Unificação do SEPE. Rio de Janeiro. Agosto de 1992. Reforma Estatutária com aprovação de: Unificação entre o SEPE, a Associação dos Orientadores Educacionais do Rio de Janeiro (AOERJ) e Associação dos Supervisores Educacionais do Rio de Janeiro (ASSERJ) e de Direção Colegiada do SEPE.

²⁶⁸ SEPE. Perfil dos delegados ao I Congresso de Educação e Unificação. Rio de Janeiro. Agosto de 1992. Conforme o documento, responderam ao questionário 256 (71%) dos 362 delegados presentes e quanto à metodologia da tabulação da pesquisa é destacado que: 1) os percentuais de cada item são proporcionais ao número total de respostas, 2) há questões que comportam mais de uma resposta, 3) nem todas as questões foram respondidas.

constatou-se que cerca de 48% dos delegados era professor de área específica (Professor I), ou seja, atuante nas séries finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, 36% de professores das séries iniciais (Professor II), 11% apenas de funcionários e 7% de especialistas em educação.

Cerca da metade dos trabalhadores frequentou a escola pública, 49% no 1º e 2º graus, obtendo formação superior a de seus pais. Em 70% dos casos, a renda familiar não dependia exclusivamente do trabalhador. No item referente à vinculação política partidária, 78% afirmaram que possuíam senão filiação partidária, pelo menos proximidade política a partidos, destes 66% ao PT e pequenos percentuais para o PFS, o PCB, o PCdoB, o PDT e a CS.

Quanto à função do sindicato, os delegados apresentaram as seguintes respostas: ser um instrumento de organização da categoria (52%), ser um instrumento de luta por melhorias salariais e de condições de trabalho (79%), ser um instrumento de luta em defesa da escola pública (69%), ser um local para discussão de novas propostas para a sociedade, envolvendo questões econômicas, políticas e culturais (29%). Tais opções não eram excludentes entre si, conforme ressalva da metodologia de pesquisa, porém certo é que todas rechaçavam o sindicato como uma sociedade de auxílio mútuo e de fornecimento de serviços e de eventos culturais.

Nesta enquete, duas principais dificuldades foram atribuídas à organização sindical: a recessão/desmobilização/refluxo do movimento sindical (46%) e a falta de prioridade dos governos com a educação (24%). De certa forma, o conjunto de dados apresentados, ratificou informações dispersas sobre parcela da categoria que frequentava os espaços deliberativos do sindicato.

A maior contribuição teórica e política do I Congresso de Educação e Unificação foram as resoluções em torno da concepção socialista de educação na seção “carta de intenções e projeto de ação”. No ponto “Nossa concepção de escola” recebe lugar de destaque a proposta de escola unitária, em clara referência à proposta político-pedagógica de Antônio Gramsci. O sindicato reivindicava para a educação da sociedade um projeto alternativo:

[...] que rompa com a lógica de educar para ser mão-de-obra, seja ela barata ou cara; que contribua para a construção de uma sociedade igualitária e democrática de fato, rompendo com a alienação imposta; que assegure a formação crítica do sujeito histórico, do homem e da mulher conscientes de seu papel na transformação do mundo, livres de preconceitos de raça, credo e de sexo. Que ajude na construção do novo homem e da nova mulher, que valorize a sua cultura, procurando compreendê-la e superá-la; que respeite os limites alheios, não deixando, no entanto, de questionar

valores contrários à transformação. Uma escola que forme cidadãos capazes de compreender as bases científicas que regem a natureza e a sociedade²⁶⁹.

Para tal, “essa escola deverá ser unitária”.²⁷⁰

Como método, a escola deverá:

[...] adotar o trabalho como princípio educativo, livre da exploração e da alienação impostas pela sociedade de classes, buscando romper com a dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, teoria e prática, formação geral e formação profissional²⁷¹.

Cabe aqui discutir as implicações políticas do conceito pedagógico tomado pelo SEPE como a sua formulação de educação para o conjunto da classe trabalhadora. A formulação de *escola unitária* de Gramsci²⁷² teve como referência a produção de Marx e Engels sobre a educação *politécnica*²⁷³ e foi construída como conceito a luz das necessidades históricas italianas, no bojo dos debates e propostas de formação da classe trabalhadora durante o período que se estendeu da 1ª Guerra Mundial, passando pelo biênio vermelho (1919-1920), até os seus escritos carcerários, no período fascista. Segundo NOSELLA:

[...] o interesse de Gramsci para as questões culturais formativas era motivado e orientado, portanto, pela objetiva preocupação de preparar os quadros dirigentes que haveriam de governar o novo Estado Proletário²⁷⁴.

Inserido no debate político do Partido Comunista Italiano, colocava-se para Gramsci a necessidade urgente de pensar - e fazer - a formação do proletariado. Como, onde, por quem, qual a essência e qual o tipo de organização da educação seriam necessários à formação de um novo homem liberto da cisão produzida pela divisão técnica e social do trabalho capitalista e consolidada pela escola dualista italiana? Em outras palavras, Gramsci construía a proposta de uma escola *desinteressada* – de amplo alcance – que atendesse aos interesses da coletividade – a construção do socialismo - e não aos interesses imediatos da produção – a consolidação do capitalismo e a formatação de sua força de trabalho²⁷⁵.

²⁶⁹ SEPE. 1º Congresso de Educação e Unificação. Resoluções. Rio de Janeiro, 1992, p. 13.

²⁷⁰ Idem, Ibidem.

²⁷¹ Idem, Ibidem.

²⁷² A esse respeito ver nos Cadernos do Cárcere “Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais” GRAMSCI (2000).

²⁷³ O contexto de utilização dessas expressões sinônimas é apresentado por SAVIANI (2003), e o histórico do conceito de educação politécnica no Brasil e as disputas no seu entorno por RODRIGUES (1998, 2009).

²⁷⁴ NOSELLA, 1992, p. 14.

²⁷⁵ A formação humana integral de cunho socialista, que Marx e Engels desenvolveram como contraproposta àquela dualista elaborada pelo capital, deveria unificar três tipos de formação, a educação intelectual, a educação corporal e a educação tecnológica (MARX, ENGELS, 1992: 60), articulados para oferecer os fundamentos científicos gerais do trabalho, tornando-o princípio educativo, tanto na fase da formação desinteressada, quanto na fase posterior de especialização para o trabalho.

A formação humana para Gramsci encontrava-se intimamente relacionada a um projeto classista, portanto, a uma proposta educacional à classe trabalhadora deveria caminhar *pari passu* ao seu objetivo político. Ou seja, se a propriedade privada e o trabalho alienado tornaram os homens unilaterais, antagonicamente, a finalidade formativa desta educação só poderia ser a omnilateralidade, “um desenvolvimento total, completo, multilateral, em todos os sentidos das faculdades e das forças produtivas, das necessidades e da capacidade da sua satisfação” (MANACORDA, 1991, p. 78), e a sua finalidade política “a luta pelas formas sociais novas do trabalho” (PISTRAK, 2000, p 44).

Outro ganho organizativo fundamental do sindicato, além da unificação das últimas categorias de trabalhadores da educação – as/os especialistas orientadoras/es e supervisoras/es - foi o aumento da participação das/os funcionárias/os, nos espaços do SEPE, tais como na diretoria, conselhos, assembleias, congressos, direções de núcleos municipais e regionais. A criação do departamento de apoio, o II Encontro de Funcionários de Apoio, com 800 participantes, e a apresentação de uma tese no V Congresso da entidade – “Colocando o dedo na ferida: Funcionário de Apoio e Professores estão mesmo unificados?”²⁷⁶ - mostravam tais resultados.

Dessa maneira, as /os funcionárias/os apontavam os avanços no processo de unificação dos trabalhadores da educação, mas denunciavam o principal obstáculo a ser superado pelo conjunto do movimento: uma visão conservadora alicerçada na divisão técnica e social do trabalho, no interior das escolas:

Entendemos que cada um de nós tem a tarefa de, no interior das escolas, “comprar briga” contra o elitismo de setores da nossa categoria que ainda se consideram superiores (mesmo com os salários massacrados!) e acham que o “lugar do apoio é na cozinha”. Quantas vezes acontecem reuniões nas escolas para discutir questões do movimento (que dizem respeito a **todos**) e o apoio fica de fora, aparecendo em cena apenas para servir o cafezinho? Culpa só do apoio? Não! Responsabilidade de todos nós – que pensamos em transformar o mundo e muitas vezes não somos capazes de alterar as relações desiguais no interior da nossa própria categoria!²⁷⁷

Assim, poderíamos caracterizar que a compreensão acerca do trabalho dos funcionários criticada pela tese reivindica a dimensão pedagógica desse trabalho, não restrita à lógica do trabalho manual. Deste problema fundamental derivam dois outros, a saber, o fortalecimento da lógica da divisão técnica e social do trabalho nas relações

²⁷⁶ SEPE. Caderno de Teses do V Congresso do SEPE/RJ. Rio de Janeiro. Junho de 1992.

²⁷⁷ COLOCANDO o dedo na ferida: funcionários de apoio e professores estão mesmo unificados? *In*: SEPE. Caderno de Teses do V Congresso do SEPE/RJ. Rio de Janeiro. Junho de 1992.

intracategoria e, portanto, na organização sindical e o tratamento pela esfera estatal do trabalho dos funcionários como um trabalho em geral:

Nunca houve qualquer preocupação, por parte dos governos, com a formação e a qualificação profissional dos funcionários. E, apesar de as Constituições Federal e Estadual e leis orgânicas dos municípios determinarem que qualquer trabalhador só pode ingressar no serviço público através de concurso, os governos inventam mil maneiras de “driblar” as leis – assim fez recentemente e a prefeitura do Rio, ao “contratar” funcionários de apoio para as escolas municipais sem concurso (para “prestação de serviços”). Precisamos acabar com este tipo de prática. Além disso, não se valorizam os trabalhadores colocando as suas tarefas em patamares elementares²⁷⁸.

Nesse sentido, os funcionários propuseram uma reflexão sobre as relações de trabalho no interior da escola, marcadas pela subordinação e até mesmo desrespeito, ao I Congresso de Educação e Unificação e um deslocamento do olhar sobre os funcionários, serventes, merendeiras, inspetores e secretárias, de agentes de “apoio” ao processo educativo para integrantes desse processo, na condição de educadores.

O manifesto de agitação da categoria, intitulado “A conversa tem que chegar na cozinha”, destacava a participação dos funcionários nas greves, nas reuniões e assembleias e a necessidade de avanço nas discussões para a efetiva inclusão das questões específicas dos funcionários administrativos²⁷⁹.

Tal ganho organizativo culminou na I Conferência de Funcionários, espaço em que houve destaque para as questões relacionadas à saúde dos funcionários, a denúncia dos acidentes ocorridos nas escolas com merendeiras, serventes e o encaminhamento de criação de Comissões de Prevenção de Acidentes (CIPAS) e, por fim, a organização de um seminário sobre saúde do trabalhador²⁸⁰.

A especificidade do sindicalismo de trabalhadores da educação como sindicalismo de maioria feminina também ganhou maior força com o Congresso de Educação de 1992. Diretoras do SEPE, inseridas na construção da CUT, propuseram a defesa da cota de mulheres nas direções da CUT por compreender que cabia, não exclusivamente, mas principalmente ao movimento docente, majoritariamente feminino, encaminhar a questão.

A vanguarda dessa discussão estava com as professoras que se tornaram trabalhadoras, lideranças sindicais e de outros movimentos sociais.

Em artigo apresentado ao jornal da categoria, diretoras do SEPE chamavam a atenção para o contraste entre a inexpressiva presença numérica de mulheres nas direções

²⁷⁸ Idem, *Ibidem*.

²⁷⁹ SEPE. *A Conversa Tem que Chegar na Cozinha*. Departamento de Apoio do SEPE. Rio de Janeiro, 17/03/1992.

²⁸⁰ SEPE. *Conselho de Classe*. Rio de Janeiro, ano III, nº 10, outubro/92.

sindicais e a real inserção no mercado de trabalho, a militância nas bases cutistas, a participação das mulheres nas oposições sindicais e nas greves.

Além das ações aprovadas no IV CONCURT, tais como a organização de creches em todos os eventos sindicais e a inclusão da questão de gênero nas atividades de formação, as dirigentes do movimento docente defendiam que “a Plenária Nacional aprove uma cota mínima de mulheres nas direções da Central. O percentual seria a média entre a inserção das mulheres no mercado de trabalho (35,5%) e o índice de mulheres sindicalizadas (25,6%)”²⁸¹.

De fato, a decisão tomada na Plenária Nacional Estatutária foi favorável a implantação de cota de mulheres nas direções da CUT, de acordo com a composição de gênero da base sindical. Sem dúvida, o movimento docente trazia a experiência pouco comum na organização da classe trabalhadora, no Brasil, das mulheres como dirigentes. Coube às professoras e trabalhadoras da educação papel importante nessa frente de luta.

No campo das lutas mais gerais, o movimento de oposição ao governo Collor ganharia forças. A greve geral contra o governo Collor, realizada pela CUT em 1991, não teve o impacto que o SEPE esperava²⁸², pois explicitou a prática negociadora que a direção da CUT começava a implementar, como por exemplo, a participação no *Fórum Capital-Trabalho*.

O governo Collor conseguiu reunir empresários, universidades e sindicalistas com o governo para, supostamente, realizar um diagnóstico dos problemas do país, dentre eles, os referentes à educação. O Fórum Capital-Trabalho²⁸³ concluiu algo muito similar ao receituário neoliberal: faltava às escolas eficiência. Também no campo do debate educacional, começava a ganhar corpo uma concepção de concertação social a qual a CUT parecia ávida a aderir. Senão vejamos o diagnóstico apresentado na *Carta Educação*, assinada pela CUT e pela FIESP, dentre outros:

[...] identificam-se duas questões na educação brasileira: uma associada à superação da ineficácia do sistema educacional regular, a outra ao tratamento emergencial das carências educacionais acumuladas decorrentes, em última análise, daquela mesma ineficácia. A primeira questão mereceu proposta de ação articulada com os meios de comunicação, legislativos e executivos para que se implante um sistema permanente de avaliação e recuperação do sistema escolar. A segunda demanda ações emergenciais

²⁸¹ FREITAS, Adriana e PONTES, LÍlian. Por que defendemos cota de mulheres nas direções da CUT? *In*: SEPE. Conselho de Classe. Rio de Janeiro, ano III, nº 9, junho de 1992.

²⁸² Cf. avaliação das teses 6 e 8. SEPE. Caderno de Teses do V Congresso do SEPE/RJ. Rio de Janeiro. Junho de 1992.

²⁸³ Organizado a fim de estabelecer e legitimar a colaboração entre representantes do Capital e do Trabalho, composto pelas seguintes entidades: Central Única dos Trabalhadores (CUT), Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), Força Sindical (FS), Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Federação do Comércio do Estado de São Paulo (FCESP), Confederação Nacional do Transporte (CNT), Sociedade Rural Brasileira (SRB) e Organização das Cooperativas do Brasil (OCB).

relativas a analfabetismo e outras carências culturais da população adulta²⁸⁴.

Quanto à questão da educação dos trabalhadores, o Fórum realizava a proposta de ações focalizadas e mutirões educacionais, conservando a forma marginal e residual com que a educação dos trabalhadores tem sido tratada no país, desde a década de 1940²⁸⁵.

Contudo, essa tentativa de construção harmônica entre diversos setores sociais seria abalada pelos escândalos de corrupção no governo Collor que fariam crescer a oposição ao governo.

Nas eleições para a direção do sindicato, ao final de 1992, a chapa única “Os governos passam... e o sindicato fica!”²⁸⁶ mostrou-se otimista com a mobilização nacional pelo “Fora Collor”. Acusado de integrar uma rede de corrupção, o presidente sofreu um processo de *impeachment* a partir das mobilizações dos estudantes “cara-pintadas”, liderados pela UNE, partidos de oposição e outros setores da sociedade civil organizada, inclusive setores das classes dominantes, e também, segundo a avaliação dos candidatos à direção do SEPE, pela grave crise econômica e altos níveis de inflação que o país enfrentava²⁸⁷. Nesse sentido, para aqueles que viriam a dirigir o SEPE, o papel da CUT, dos sindicatos e dos partidos de esquerda seria o de não aceitar o governo de Itamar Franco, vice-presidente e convocar novas eleições:

O povo brasileiro tem o direito de não esperar até janeiro de 1995 para passar a limpo um país que é seu. Mecanismos constitucionais não faltarão: emenda constitucional de iniciativa popular antecipando as eleições para 1993, a própria reforma constitucional prevista para abril próximo etc. Este é para nós o sentido da bandeira de eleições gerais: que o governo Itamar seja visto como algo provisório, nada mais; nenhum

²⁸⁴ FÓRUM Capital-Trabalho. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. São Paulo, s/d. Disponível em <http://www.iea.usp.br/iea/textos/forumcapitaltrabalho.pdf>, acesso em 15/01/2011.

²⁸⁵ Sobre uma visão crítica das políticas educacionais para a EJA consultar VENTURA, Jaqueline Pereira. Educação de Jovens e Adultos ou Educação da Classe Trabalhadora? Concepções em disputa na contemporaneidade brasileira. Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação. Niterói, 2008.

²⁸⁶ Chapa eleita: **“Os Governos Passam, O Sindicato Fica!”** Coordenação Geral: Albano Luiz Francisco Teixeira, Alcebiades de Souza Teixeira Filho, Emílio Luiz Pedroso Araújo, Dalva Stella Pinheiro da Cruz, Bluma Salomão. Coordenação do Interior: Florinda Moreira Lombardi, Ana Paula Motta de Oliveira Pinto, Maria Beatriz Lugão Rios, Danilo Garcia Serafim, Robson Terra Silva, Carlos Alberto Gomes de Carvalho, Suely Rebello Pereira, Dayse Oliveira Gomes. Coordenação do Grande Rio: Adriana Maria Almeida de Freitas, Cristina Marques dos Santos, Soneli Antunes Arldt. Coordenação da Capital: Luiza Tereza Cavalcanti de Matos, Luciene Lira Campos, Maristela de Ávila Abreu, Maria de Fátima Soares da Silva, Janice Rosane Silva Souza, Monica Regina Ferreira Lins. Secretária de Imprensa: Talita Vidal Pereira, Carla Elisa Trindade Carvalho, Maria Del Carmen Tubio, Secretária de Formação e Cultura: Liliam Pontes da Silva, Ivano Costa Souza, Sandra Millene Taranto da Silva, Secretária de Organização: Veraci Souza da Cunha Alimandro, Marcia Teixeira Andrade dos Santos. Secretária de Assuntos Educacionais: Suely Pereira da Silva Rosa, Claudia Hernadez Barreiros, Nadia A. Simões, Andrea da Silva Aguiar. Secretária de Assuntos Jurídicos: Léa de Carvalho Reis, Bernadete Ferreira Fernandes, Sandra Regina do Régo Barreto. Secretária de Finanças: Regina Claudia Oliveira de Moraes Cardoso, Regina Rublescki Silveira, Rogério Norberto da Cunha Alimandro. Secretária de Funcionários Administrativos: Robson Lopes Trajano, Vera Lucia Pinheiro Satyro, Paulo Cesar Romão da Silva, José Zumba Clemente da Silva. Secretária de Aposentados: Maria Sonia de Melo Souza, Jusciara Machado dos Santos, Dilcéa Batista Corrêa e Eronei Leite Pereira. As forças políticas presentes na direção eram majoritariamente da corrente sindical “CUT pela Base”, Convergência Socialista (CS), Articulação Sindical (AS), Força Socialista (FS), militantes do ex-Coletivo Gregório Bezerra e do PT sem ligação a correntes.

²⁸⁷ CHAPA 1. Os governos passam... e o sindicato fica! Rio de Janeiro, 1992.

compromisso com a governabilidade de um governo que não é capaz de absorver as reivindicações dos trabalhadores; que lutemos para antecipar as eleições previstas apenas para o final de 1994²⁸⁸.

Contudo, a recomposição da direção política burguesa foi capaz de evitar que a proposta de nova eleição presidencial se materializasse. E a queda do presidente Collor não significou a queda do projeto neoliberal.

Nos anos seguintes, o governo de Itamar Franco levaria à frente a lógica das parcerias, do período Collor, entre empresários, governo e trabalhadores. A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), caminhou na direção negociadora da CUT, e, visando alcançar o Piso Nacional, integrou o Pacto pela Valorização do Magistério e Qualidade da Educação Pública²⁸⁹.

Nesse contexto, ações diversificadas foram buscadas pelo SEPE, no ano de 1993, para encaminhar as lutas no âmbito estadual:

Continuamos a luta de outra forma, diferente da greve. Não podemos parar de denunciar o autoritarismo, a demagogia e a miséria a que somos condenados pelo Tiranossauro que diz que a “Educação é prioridade” do seu governo. Somos teimosos e persistimos na exigência da negociação imediata com o governador, da incorporação imediata dos abonos para todos e extensivos aos aposentados, professores extra-classe e funcionários administrativos, por um piso salarial de 5 salários-mínimos para o magistério e de 3,5 salários mínimos para os funcionários²⁹⁰.

O movimento buscava, naquele momento, diversificar as formas de luta como alternativa a greve por tempo indeterminado. Realizou-se abaixo-assinados com a comunidade para a abertura de negociações com o governo, greves de 24 horas e meias-paralisações, assim como campanhas publicitárias, novamente financiadas com descontos extras dos filiados. Muitas dessas ações possuíam como foco o enfrentamento à descentralização administrativa através das municipalizações que foram aceleradas como política estatal para a educação.

Ao que tudo indica, a busca do SEPE pela diversidade de ações estava vinculada não só ao desgaste da categoria com as extensas greves, questionadas desde o início da década de 1990, mas ao contexto de ofensiva prática e ideológica da política neoliberal contra as organizações e métodos de luta dos trabalhadores, seja através da tentativa de convencimento, com a convocação de novos “representantes da classe” para fóruns de

²⁸⁸ Idem, *Ibidem*.

²⁸⁹ Documento síntese das propostas contidas no Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003) elaborado pelo MEC/ Ministro Murilo Hingel, a partir das orientações de organismos internacionais multilaterais - PNUD, UNESCO, UNICEF, Banco Mundial-, na Conferência Mundial de Educação para Todos, (Jomtien, Tailândia, 1990).

²⁹⁰ BOLETIM do SEPE da Rede Estadual, outubro de 1993.

negociação, seja através da coerção, expressa na reestruturação produtiva visando a progressiva diminuição dos empregos estáveis e retirada de direitos²⁹¹.

Tais elementos da crise que tinham como sintoma a desorganização sindical já estavam presentes nos debates no interior da CUT e na construção de um consenso, nas diversas esferas da sociedade civil, de conciliação entre as classes sociais²⁹². Senão vejamos a forma que a Convergência Socialista, no IV congresso, olhou para esta conjuntura,

A crise do SEPE está contida na crise geral do movimento sindical. A partir de 89, com a vitória de COLLOR, fortaleceu-se o movimento neo-liberal: ataque as conquistas e direitos dos trabalhadores e de suas entidades, políticas de arrocho salarial e desemprego, privatizações e aberturas do mercado para o capital internacional. Obviamente as políticas financiadas pelo Estado, como a educação e a saúde, já sucateadas pelos governos anteriores, sofrem um golpe brutal nessa nova conjuntura. Junto a esse ataque dos governos patronais, contudo, combinou-se uma evolução nos sindicatos, mesmo os cutistas e na própria CUT, no processo de burocratização dessas entidades, onde cada vez mais as direções se afastam da realidade de suas categorias e, ainda, a transferência do eixo da luta direta para as tentativas de articulações, sem as pressões da base, com os governos e entidades patronais (pactos, câmaras setoriais...) ²⁹³

Contudo, a greve não fora descartada pelo movimento. Em setembro, os professores realizaram uma greve de oito dias, deliberada em assembleia, e avaliada como um acerto:

Essa força já começou derrubando um mito: o de que greves não adiantam, por que o governador não se importa com elas. O que se viu, durante oito dias, foi uma guerra, onde contamos com a nossa greve e limitados recursos para disputar espaço com o governo nos veículos de comunicação. Já na véspera da assembleia, ao anunciar, no dia 30 de agosto, a tabela de pagamento para o início de outubro, o secretário Noel de Carvalho dizia que, assim, queria evitar que a greve fosse deflagrada²⁹⁴.

À greve, que durou de 9 a 16 de setembro, o governo de Leonel Brizola respondeu com tentativas de silenciar as denúncias da realidade educacional no estado, através dos meios de comunicação, com uso da força impedindo a realização de dois descontos extras na folha do funcionalismo, conforme solicitação do SEPE, e enviando uma claque do PDT para provocar os manifestantes no ato de 16 de setembro, no Largo do Machado. Mas a mais inusitada contestação ao movimento deu-se via Justiça, que concedeu liminar ao

²⁹¹ Avaliações nessa direção seriam encontradas no caderno de tese do congresso seguinte. Por exemplo, ver a tese “A Escola da Sociedade Capitalista” In: SEPE. Caderno de Teses do VI Congresso do SEPE-RJ. Rio de Janeiro, 25 a 27 de novembro de 1994, p. 19.

²⁹² A título de exemplo serve a entrevista no jornal *O Globo* de Luiz Antônio de Medeiros: “A era do enfrentamento está acabando” (22-06-1992).

²⁹³ SEPE. Caderno de Teses do VI Congresso do SEPE-RJ. Rio de Janeiro, 25 a 27 de novembro de 1994, p. 19.

²⁹⁴ BOLETIM do SEPE da Rede Estadual, setembro de 1993.

governador, caçando dos profissionais de educação o direito de utilizar o boneco *Briçolassauro* nas manifestações, símbolo jocoso do descontentamento da categoria com o governador²⁹⁵.

Com as intervenções grotescas do governador, principalmente o corte do repasse financeiro, o SEPE organizou o ato “Em defesa da liberdade sindical e do SEPE/RJ” reunindo muitas entidades da classe trabalhadora, educadores, consolidados em um manifesto amplamente divulgado.

Dessa forma, os trabalhadores da educação insistiam nos movimentos considerados anacrônicos pelos políticos neoliberais. Os professores de São Paulo realizaram uma longa greve com adesão de 80% dos profissionais do interior e 70% da capital e uma passeata com cerca de 100 mil participantes, que sofreu forte repressão policial. Em Pernambuco, os professores arrancaram do estado algumas conquistas com uma greve de 32 dias. Houve greve nas redes municipais de Belo Horizonte e de Contagem. No Espírito Santo houve greve de 109 dias, em Santa Catarina de 30 dias e no Rio Grande do Norte de 41 dias. No Piauí, os trabalhadores conquistaram reposição salarial de 120% com o movimento grevista.

O debate sobre a forma sindicato como uma frente única -tal qual a proposta gramsciana- garantiu a alteração estatutária da composição da direção do sindicato e a primeira eleição, sob os critérios de proporcionalidade, em 1995²⁹⁶. Tal fato, obviamente, mudaria a correlação de forças no interior da entidade. Da mesma forma, mais uma importante tentativa de ampliação da democracia sindical seria aprovada: a eleição de representantes do SEPE na escola – organização por local de trabalho. Entretanto, a resposta imediata da categoria, através da eleição de cerca de mil representantes - para considerarmos apenas os números da rede municipal do Rio de Janeiro -, parece não ter significado automaticamente o enraizamento do sindicato nos locais de trabalho, pois houve um decréscimo dessa representação, sem uma política de manutenção desses novos quadros.

²⁹⁵ Idem, *Ibidem*.

²⁹⁶ Eleição por critério de proporcionalidade. A direção foi composta, majoritariamente, pela Chapa "Dignidade para quem educa" (84% dos votos): Genésia Vasconcelos, Celso Moreti, Soneli Antunes, Carmem Túbio, Danilo Serafim, Daise Calazans, Joel Marques, Vera Nepomuceno, Regina Cláudia, Edna Félix, Mariza Gonzaga, Geisa Linhares, Dilceia Batista, Nair Schocair, Eliane Castro, Veraci Alimandro, Almir Fernandes, José dos Santos, Alix Brantes, Carla Elisa, Jalmir Gomes, Adriana Freitas, Vanderleia Nunes, Dilza Bezerra, Angélica Cabral, Luiza Cavalcante, Gualberto Isaías, Rogério Alimandro, Claudio Paolino, José Muniz Navegantes, Mário Edyr, Alcebiades Teixeira, Azoílda Loreto, Bluma Salomão, Jusciara Machado, Carlos Alberto de Carvalho, Fátima Mendes, Maria Penha, Fábio Leopoldo, Bismark Pereira, Cica, Mônica Lins, Robson Trajano, Paulo Romão, Roberto de Paulo, Maxwell Monteiro, Márcia Guerra, Tereza Ventura, Bernadete Ferreira, Graça Rodrigues. As forças políticas da gestão anterior permaneciam presentes na composição dessa diretoria, principalmente CUT pela Base (PT), PSTU e Articulação Sindical.

Mesmo com o conjunto de problemas apontados, as mobilizações dos anos seguintes enfrentaram e frearam, por certo tempo, as políticas de cunho neoliberal, tais como a inserção da lógica da produtividade na educação, as terceirizações e a busca de abertura do espaço público à iniciativa privada.

3.2. DO DISCURSO DA REFORMA DO ESTADO À SUA REALIZAÇÃO

O neoliberalismo se consolidaria no país como opção política com a eleição de Fernando Henrique Cardoso à presidência. Através de Itamar Franco a recomposição burguesa em torno do neoliberalismo ficou garantida com o enfrentamento da crise hiperinflacionária através do Plano Real. O efeito de regulação da inflação através da moeda criada, o Real, deu-se obviamente não apenas pela desindexação da economia, mas a partir de um conjunto de medidas tais como as privatizações, a redução dos gastos públicos e a abertura da economia, tal qual se mostrava necessário para uma etapa mais avançada da política neoliberal, do que aquela ensaiada por Collor. O plano da moeda Real levou à derrota, na disputa presidencial, mais uma vez, do candidato Luís Inácio da Silva e à vitória do último ministro da fazenda de Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso.

O jornal do sindicato chamou a atenção da categoria para o teor das políticas neoliberais na educação, atreladas aos conceitos de produtividade e eficiência da gestão:

Não é por acaso que, ao assumir a presidência, FHC anunciou suas metas na área da educação: Currículo Básico Nacional, Avaliação do desempenho da escola, elaboração e distribuição do livro didático, educação à distância (formação docente e discente) e fortalecimento da gestão escolar (alocação de recursos) ²⁹⁷.

A política federal ao normatizar e padronizar o currículo básico visava o controle sobre o desempenho escolar e sobre a distribuição e alocação dos recursos, modelo seguido pelo estado do Rio de Janeiro:

[...] a proposta de implementação nas unidades escolares da rede estadual/RJ, das Associações de Apoio à escola, se enquadra no plano federal, abrindo caminho para a escola buscar na iniciativa privada, formas de garantir os recursos necessários ao seu funcionamento²⁹⁸.

Em contexto adverso às greves, na rede estadual realizaram-se, além de paralisações de 24h e 48h, greves pipocas e greves de advertência pela ausência de política de reajuste

²⁹⁷ PEREIRA, Talita Vidal. O Neoliberalismo e a educação: as “prioridades” de FHC. SEPE. Conselho de Classe, ano IV, nº 16. Rio de Janeiro, 14/09/1995, p.5.

²⁹⁸ Idem, Ibidem.

salarial do governador Marcello Alencar²⁹⁹ e contra o avanço das contrarreformas³⁰⁰ no Estado.

A suspensão das atividades por 26 dias, sem o desconto dos dias parados, obteve algumas conquistas tais como a audiência com Marcello Alencar - depois de três anos de tentativas, o abono das faltas funcionais decorrentes das paralisações da rede pública durante os governos Leonel Brizola e Nilo Batista, a recuperação do desconto em folha da contribuição sindical, retirada por Brizola, e a abertura da discussão em torno da recuperação das licenças sindicais. Contudo, a reivindicação do aumento salarial emergencial prolongaria o movimento de 1995.

Os professores exigiam a “liberação de um piso salarial emergencial de R\$ 297,69 para os professores e de R\$ 207,90 para os funcionários, que hoje recebem respectivamente R\$ 72,00 e R\$ 65,00”³⁰¹.

Mesmo com o aumento da arrecadação do Estado de 77%³⁰², a proposta do secretário de administração, Augusto Werneck, foi de aumento do piso para R\$ 215,00 e teto de R\$ 294,84. Dessa forma, a proposta do governo significava uma realocação de recursos, uma vez que ao estabelecer o referido teto, a proposta governamental aniquilava os interníveis do plano de carreira. Na proposta do SEPE de piso de R\$ 294,84 o teto representaria cerca de R\$ 737,08.

Mariléia da Cruz, secretária estadual de educação, através de publicação no Diário Oficial de 27 de novembro de 1995 da Resolução nº 1974, concretizou a municipalização do ensino das séries iniciais e pré-escolar impedindo a abertura de novas matrículas. A política da municipalização de parte do 1º grau configurava-se como mais uma ação de contrarreforma da gestão pública, restringindo o seu alcance e abrindo-o à captação de recursos fora da esfera estatal, uma vez que muitos municípios não teriam como arcar com tais despesas, conforme levantamento realizado pelo SEPE³⁰³. Em reuniões promovidas entre a SEE, os municípios e a Comissão de Educação da ALERJ, muitos secretários das redes municipais declarariam a impossibilidade de assumirem à demanda rejeitada pelo Estado e que a promessa de repasse de verbas pelo Estado não poderia ser tomada como garantia, tendo em vistas experiências similares anteriores.

²⁹⁹ Governador 1995-1999, filiado ao PSDB.

³⁰⁰ Usamos a palavra no sentido atribuído por Carlos Nelson Coutinho como retirada de direitos; “estamos assim diante da tentativa de modificar o significado da palavra “reforma”: o que antes da onda neoliberal queria dizer ampliação dos direitos, proteção social, controle e limitação do mercado etc., significa agora cortes, restrições, supressão desses direitos e desse controle” (COUTINHO, 2012, p 112)

³⁰¹ PROFESSOR do Estado pára durante 48 h. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 10/05/2011.

³⁰² AUMENTO para funcionalismo estadual sai em 1º de julho. O Fluminense. Niterói, 18/05/1995.

³⁰³ SEPE. Conselho de Classe, ano IV, nº18. Rio de Janeiro, 29/12/1995.

A resolução extinguiu ainda o 3º e 4º turnos, implantando um sistema de rodízio de turmas, sem a respectiva solução para a defasagem de condições materiais para o processo educacional. A comunidade escolar em busca de matrículas nas séries iniciais enfrentou um contexto caótico, resultante da exclusão instantânea de vagas na rede estadual.

No município do Rio também houve greves contrárias às contrarreformas. Por exemplo, a greve de três dias (19, 20, 23 maio de 1995) começando em um turno e no último dia de caráter integral. A categoria, além da insatisfação com o as propostas de gratificação por produtividade do prefeito César Maia, anunciadas sem dados concretos pela secretária Regina de Assis, também protestava contra as propostas de terceirização da educação e de privatização.

Para o SEPE, tais políticas, além de anunciarem uma forma de privatização dos serviços públicos, atacavam a concepção sindical de que todos os trabalhadores são educadores, ao propor a terceirização dos funcionários:

Patrícia Ashley – Secretária Municipal de Assuntos Extraordinários – responsável pelo programa de terceirização e privatização, deve desconhecer o universo de trabalho escolar. Em sua defesa da terceirização, expressa sua concepção de que os únicos responsáveis pelo processo educacional são os professores e os diretores de escola, minimizando a importância do trabalho realizado por serventes, merendeiras e agentes administrativos³⁰⁴.

O sindicato destaca a ideologia neoliberal da nova proposta de gestão do município:

Em entrevista ao jornal Folha Dirigida, Patrícia Ashley apresentou a proposta de implementação de um programa de demissões voluntárias, que teria o objetivo de atingir 30 mil funcionários, oferecendo uma indenização ao funcionário e a possibilidade de trabalhar como terceirizado. Sob o rótulo da modernidade, tenta-se vender a idéia de terceirização associando-a ao conceito de parceria³⁰⁵.

Já no ano seguinte seriam implantados o Plano de Exonerações Incentivadas e a proposta de Qualidade da Educação da SEE do Rio de Janeiro.

O impacto negativo da reforma do Estado, tanto no governo estadual, quanto no municipal, na educação pública seria evidente pelas condições materiais recorrentes, tais como a insuficiência do salário para a manutenção da categoria, a precariedade dos prédios públicos e a falta de recursos didáticos, mas também pela inserção da concepção de uma gestão eficiente dos recursos financeiros disponíveis, através de terceirizações, municipalização, e a implementação da lógica da produtividade associada à competitividade intra-categoria.

³⁰⁴ SEPE. Conselho de Classe, ano IV, nº 16. Rio de Janeiro, 14-09-1995.

³⁰⁵ Idem, *Ibidem*.

A associação entre o aumento da receita - o ICMS cresceu 57% e o IPVA, 194% - e a restrição de recursos da política estatal para as áreas sociais, esgotou outras formas de mobilização da categoria que, em assembleia, no dia 08 de agosto decidiu pela greve por tempo indeterminado³⁰⁶. Contudo, polêmicas em torno das táticas do movimento, tais como se seria uma greve de ocupação, de meio período ou em horário integral ou ainda com ou sem a assinatura de ponto, retardariam o início da mesma para 26 de agosto daquele ano.

O movimento enfrentava uma longa pauta de reformas, a saber, a ameaça de demissão de professores e funcionários da Fundação de Apoio à Escola Pública (FAEP), o Plano de Exonerações Incentivadas - que oferecia indenizações aos funcionários que solicitassem exoneração do cargo; o anteprojeto que visava desviar verbas do salário-educação - imposto federal - para pagar “gratificação-incentivo” para aqueles que estivessem em programas da secretaria de educação, ao contrário de sua utilização para o aumento dos salários e, por fim, o projeto de unificação das carreiras de Professor I e II, com aumento de carga horária.

Devido às consequências do avanço das formulações político-pedagógicas do estado do Rio de Janeiro, principalmente, através da proposta de Qualidade da Educação, o SEPE convocou um congresso para debater o anteprojeto e divulgou análises realizadas nos periódicos do sindicato, como a de Carmen Lúcia Pessanha Lozza:

A proposta de Qualidade da Educação da SEE do Rio de Janeiro tem um teor bastante claro. Ela é uma expressão da poderosa ofensiva econômica, política ideológica, que podemos presenciar hoje em várias partes do mundo, daqueles que pensam que a sociedade, a economia, a educação e todas as esferas da vida social funcionam melhor se regidas pela lei do mercado. Afirmam os defensores desta visão, denominada neoliberal por ressuscitar, pelo menos no discurso, o primado da liberdade de mercado, que o Estado é intrinsecamente ineficiente e perturbador da ordem natural das coisas, configurando-se num obstáculo á distribuição harmoniosa dos recursos naturais, humanos e materiais³⁰⁷.

Nesse sentido, ainda com base no documento da SEE-RJ, Lozza destaca a ressignificação do termo qualidade, sob a lógica da mercadoria:

Para entendermos o documento “Proposta de Qualidade da Educação”, precisamos situá-lo dentro das linhas gerais do projeto neoliberal, que pretende enfatizar um tipo de qualidade (voltada para a competitividade) para uma minoria. Não é por acaso que o documento não fala em nenhum momento na dimensão quantitativa da educação, dando a entender que o problema educacional é puramente qualitativo, como se não

³⁰⁶ BOLETIM do SEPE. Rio de Janeiro, 25-07-1996.

³⁰⁷ Conselho de Classe, nº 20, 22-03-1996.

houvesse falta de professores, falta de material, falta de salário, falta de escolas, etc.³⁰⁸

Enquanto o discurso da qualidade na educação buscava encobrir a restrição de verbas públicas para o setor, o subsecretário de planejamento do estado, Antonio Carlos Pinheiro, anunciava a previsão de R\$ 1 bilhão para pagamento de juros e amortizações da dívida pública. O desmascaramento da política educacional através da denúncia do SEPE mostrava que a verba que poderia ser utilizada para o aumento dos servidores possuía outro destino, o de pagamento de juros da dívida pública estadual:

O Estado afirma não ter dinheiro para investir na melhoria das escolas, hospitais e na valorização dos servidores. Mas estranhamente, o dinheiro aparece no caixa na hora de honrar os compromissos com a especulação do mercado financeiro³⁰⁹.

A reforma do Estado nos anos 1990 caminhava na direção de supostamente capacitar o Estado em competência gerencial em benefício do mercado e contra os trabalhadores, recuperando as perdas - materializadas nos direitos sociais, resultantes da correlação da luta de classes da década de 1980. Nesse sentido, a classe trabalhadora enfrentava um conjunto articulado de contrarreformas, tais como a reforma da previdência, a sindical e a administrativa. O posicionamento da CUT, de participar de negociações com o governo federal sobre a reforma previdenciária e realizar o "acordo da previdência" seria a principal fonte de polêmica no interior do movimento sindical. O presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva, aceitou negociar a proposta do sistema previdenciário, que substituiu o modelo da "aposentaria por tempo de serviço" pelo da "aposentadoria por tempo de contribuição".

Para o SEPE, instalou-se um paradoxo entre aquela ação e os princípios cutistas:

O acordo-protocolo acertado entre o presidente da nossa Central, companheiro Vicentinho, e o Governo Federal, é contrário à manutenção e avanço dos direitos da classe trabalhadora, defendidos pela CUT³¹⁰.

Nesta perspectiva, o Conselho Deliberativo do SEPE decidiu pelos seguintes encaminhamentos à Direção Nacional da CUT:

A CUT não pode nem deve abrir mão de qualquer conquista da classe trabalhadora, seja do setor público ou privado; 2) a CUT deve se retirar desta negociação, já que nestas condições, o resultado é conhecido e significa perda de direitos por parte dos trabalhadores. [...]; 3) se o governo quiser negociar seriamente com a CUT, antes disso deve retirar o seu projeto de reforma previdenciária que está tramitando no

³⁰⁸ Idem, Ibidem.

³⁰⁹ Idem, Ibidem, p.4.

³¹⁰ CONSELHO de Classe, ano V, Edição Especial. Rio de Janeiro, 09/02/1996.

Congresso; 4) a CUT deve chamar, imediatamente uma plenária de base, com o objetivo de fazermos um balanço da situação que os trabalhadores e a CUT estão atravessando e de decidirmos os próximos passos da nossa luta contra a reforma da previdência do governo FHC e seus planos neoliberais³¹¹.

O SEPE reagiu de maneira oposta à ideologia da conciliação de classes, a qual a CUT já semeava em seu interior, de acordo com as disputas visíveis nos CONCURTs do período em torno do modelo de “sindicalismo orgânico”³¹².

No setor específico da educação, seria criado como política estatal federal o Fundo de Manutenção de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF, Lei federal 9.424/1996), que, em poucas palavras, estava estruturado sob a lógica de repassar para os estados e municípios a responsabilidade pelos investimentos na educação básica³¹³, de acordo com o quantitativo de alunos, estabelecendo a média anual de gastos por aluno em R\$ 300,00. Ou seja, a política estatal não representava novos recursos financeiros para o setor, mas uma realocação da verba existente. Os municípios que possuíam um baixo número de matrículas no ensino fundamental repassavam verbas, via fundo, àqueles com situação diversa. Ao realizar a análise do FUNDEF, Nicholas Davies afirmou que o governo federal fazia “cortesia com o chapéu de estados e municípios”³¹⁴.

O estado do Rio de Janeiro, que perdia verbas com o fundo, instituiu um GT para discutir a regulamentação da fiscalização do Fundo no estado, do qual, inicialmente, participou um integrante do SEPE³¹⁵.

Como não poderia deixar de ser, o eixo do 7º Congresso, em 1996, foi a resistência ao neoliberalismo. Nele deliberou-se pela crítica específica às políticas educacionais, do qual o FUNDEF fazia parte, mas também ao conjunto da política de Fernando Henrique Cardoso a ser debatida em um congresso nacional, popular e democrático que reunisse todas as entidades e organização de trabalhadores de oposição ao governo, organizado pela CUT; reafirmação da CUT de priorizar o pluralismo sindical; promoção, em conjunto com

³¹¹ Idem, *Ibidem*.

³¹² Grosso modo, tratava-se de um modelo de atuação sindical que se apresentava capaz de viabilizar a negociação e, mais que isso, a superação do antagonismo entre o capital e o Trabalho. A ideia central da proposta era submeter as entidades de base a um controle (financeiro e político) mais estreito da direção da central sindical, ao mesmo tempo que começava a processar-se um amalgamento entre a estrutura da central (seus departamentos por ramo de atividade) e a estrutura sindical oficial (as confederações nacionais). Sobre tal debate nos CONCURTs ver: FRANÇA, Teones Pimenta de. *Mundo do trabalho e sindicalismo no Brasil (1988-2000): Uma análise sobre as principais causas da crise sindical*. Niterói: UFF, 2005.

³¹³ Cabe destacar que o FUNDEF estava vinculado a contribuição dos seguintes impostos: ICMS, Fundo de participação dos Estados, Fundo de participação dos Municípios e IPI/ Exportações.

³¹⁴ DAVIES, 1999.

³¹⁵ No ano seguinte seria implantando o Conselho Estadual composto por um representante do poder público estadual, um dos poderes executivos municipais, um representante de pais e alunos e professores das escolas públicas de ensino fundamental, UNDIME, SEPE, e delegacia regional do SEPE.

o SINPRO, de um seminário de unificação dos sindicatos de educação do estado, e pela realização de uma Conferência Popular Aberta e Unificada, para discutir um projeto educacional alternativo, dentre outras³¹⁶.

Na contramão das reformas, a rede municipal carioca garantiu uma importante vitória, a aprovação do Plano de Cargos e Salários, nas disputas na base governista de César Maia³¹⁷.

O ano letivo de 1997 não começou na data prevista, dia três de março, na rede estadual por falta de professores e falta de pagamento do 13º salário dos docentes, relativo ao ano anterior. Em entrevista coletiva no dia 19 de fevereiro, o novo secretário, deputado Fernando Pinto, anunciou a carência na rede de mais de 11 mil docentes, segundo o jornal do sindicato:

O fato que o SEPE denunciou durante todo o ano de 96, só agora está sendo reconhecido oficialmente pelo governo estadual: os baixos salários e a falta de perspectiva de ascensão profissional estão provocando uma verdadeira diáspora dos profissionais de educação do estado³¹⁸.

O SEPE entrou com ação na justiça contra o estado do Rio de Janeiro, enviou ofícios e pedidos de audiência à SEE, denunciou, junto ao Conselho da Criança e do Adolescente, à Comissão de Educação e Cultura da ALERJ a situação da educação pública no estado. Até mesmo durante os desfiles das escolas de samba do Grupo Especial, no carnaval, e no interior do estado, os professores protestaram levando faixas. Contudo, outra forma adversa de resistência cresceria no interior da categoria, a da desistência do trabalho:

Sem reajuste desde 1995 e sem qualquer perspectiva de valorização profissional, os professores da SEE deram uma verdadeira goleada no ranking do programa de exonerações incentivadas do governo estadual: dos 9,8 mil servidores que aderiram ao programa, 6,2 mil era da área da educação³¹⁹.

As promessas de recursos com a implantação do FUNDEF logo mostraram-se ilusórias. Nicholas Davies demonstrou que, só no ano de 1997, a proposta orçamentária da educação, no estado do Rio de Janeiro, contaria com R\$ 600 milhões abaixo do devido legalmente.³²⁰

³¹⁶ CONSELHO de Classe, ano IV, nº 23. Rio de Janeiro, 27/12/1996.

³¹⁷ Prefeito do Rio de Janeiro (1993-1996), filiado ao PMDB.

³¹⁸ CONSELHO de Classe. Ano IV, nº24, 04-03-1997, p. 2.

³¹⁹ CONSELHO de Classe. Ano IV, nº24, 04-03-1997, p. 2.

³²⁰ DAVIES, 2000, p.66.

Se não houve a valorização do magistério pelo FUNDEF, preconizada nos documentos oficiais, tampouco o aumento do ICMS garantiu o reajuste salarial aos docentes - embora o governo houvesse condicionado, para fins de aprovação, o aumento do imposto ao aumento salarial dos trabalhadores da educação. Com o aumento da arrecadação garantido, o governo solicitou aos docentes que aguardassem pelo reajuste, uma vez que as verbas do FUNDEF não cobriam o 2º grau e que o Estado havia perdido verbas com o FUNDEF para as redes municipais, pois estas possuíam maior número de matrículas no ensino fundamental.

Em julho, o SEPE aprovaria a participação crítica no conselho fiscalizador do FUNDEF, elegendo como representante o coordenador geral da entidade, Danilo Serafim. Através desta participação e dos debates realizados no interior do movimento, ao final do ano, o SEPE já levantaria os principais problemas do fundo, apontados na longa citação abaixo, porém justificável pela sua precisão:

1) a criação do Fundo pelo Governo Federal atropelou o movimento nacional dos profissionais da educação que defendia um piso salarial e um plano de carreiras nacionais, 2) O fundo não acrescenta recursos ao setor educacional. Apenas cria a “cota única” restrita a quatro impostos. A Constituição Federal já estabelece uma destinação de verbas para educação bem superior a esta. 3) O segundo grau, a educação infantil, os aposentados e os funcionários não podem receber os recursos do fundo. Estão excluídos. As matrículas no supletivo e na Educação Especial não contam para efeito de recebimento das verbas – o que significa que estados e municípios vão abandoná-las. 4) o custo aluno/ ano é de R\$300,00 não garante a qualidade. Neste custo estava tudo incluído, inclusive a previsão do gasto com professor. 5) Há o risco de superlotação das salas de aula, já que o cálculo para receber as verbas do fundo é por aluno³²¹.

Além dos aspectos levantados acima, o sindicato chamava a atenção dos trabalhadores para as questões vinculadas à dificuldade de fiscalização do fundo pela sociedade; à vinculação do Fundo ao ICMS, imposto fartamente renunciado pelo estado em prol de empresas e, sobretudo, a promoção dos trabalhadores por produtividade e mérito e a diminuição entre o piso salarial e o teto nos planos de carreira, conforme as diretrizes nacionais definiam.

Como se verificaria nos anos seguintes, a classe trabalhadora sofreu importantes derrotas quanto aos direitos sociais conquistados. Particularmente, no caso da reforma da previdência os docentes viram alterada uma conquista que teve singular relevância na cons-

³²¹ CONSELHO de Classe, ano IV, nº 27. Rio de Janeiro, 27/10/2011.

trução da sua organização nacional³²², a aposentadoria especial.

A Constituição em vigor garantia para todos os professores aposentadoria aos 30 anos e, às professoras, aos 25 anos de trabalho. Segundo a nova proposta de reforma previdenciária para fazer jus à aposentadoria especial os professores teriam que comprovar exclusivamente tempo de exercício na educação infantil, fundamental ou ensino médio, associando o tempo de contribuição à idade mínima, no caso dos homens 30 anos de contribuição e 55 anos de idade e, para as mulheres, 25 anos de contribuição e 50 anos de idade.

Outra alteração na situação funcional dos trabalhadores foi o aumento de dois para três anos para que tivesse direito à estabilidade, o chamado estágio probatório. Contudo, a proposta do deputado federal Moreira Franco (PMDB), velho conhecido da categoria, se fosse completamente vitoriosa em seus objetivos teria mesmo destruído o próprio direito à estabilidade.³²³

A fim de organizar a pauta de lutas frente aos ataques em curso, o SEPE realizou um Congresso Extraordinário de Educação, em abril. Como síntese desse debate, o congresso elaborou a Carta da Educação que definiu as lutas centrais dos profissionais da educação no campo da política educacional como o enfrentamento à política do FUNDEF (Lei federal 9.424/1996) e à nova LDB (Lei federal 9394/96), e também àquelas relacionadas às reformas restritivas dos direitos sociais, tais como os ataques à estabilidade dos funcionários públicos e à isonomia, a redução do quadro de pessoal, a criação de programas de demissões voluntárias e a disseminação das contratações irregulares e das terceirizações.

Vista como vitória da concepção neoliberal sobre o projeto de educação da classe trabalhadora, encampado pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 foi um dos focos de análise do congresso. A avaliação do movimento não comportava esperanças com a nova legislação educacional. Para o SEPE, o processo de construção da LDB, durante os oito anos de tramitação da lei no Congresso Nacional, descartou as reivindicações sociais de luta pela educação pública no Brasil. Para tal derrota, o projeto gestado no MEC, com a colaboração de Darcy Ribeiro, foi fundamental, diminuindo as responsabilidades do Estado³²⁴.

³²² FERREIRA Jr., Amáfilio. A Confederação dos Professores do Brasil e a Aposentadoria aos 25 anos. In: III Seminário Internacional da Rede de Pesquisadores em Associativismo e Sindicalismo de Trabalhadores em Educação 2011, acesso em abril de 2011: <http://nupet.iesp.uerj.br/arquivos/AmarilioFerreira3.pdf>.

³²³ BOLETIM do SEPE. Rede estadual. Rio de Janeiro, 29-08-97.

³²⁴ Darcy Ribeiro, em 1992, então senador pelo PDT do Rio de Janeiro, aliou-se a Paulo Renato Souza (então secretário de educação de São Paulo, no governo do PSDB), que estava em um cargo no BID, em Washington (EUA), a quem muitos atribuem o rascunho inicial, e junto com Marco Maciel, senador (PFL-PE), ex-ministro da educação da

O jornal da categoria reproduziu, na íntegra, o artigo da deputada federal do PT, Esther Grossi, “Nova LDB já nasce antiga”. No artigo, a deputada demarcou a substituição do projeto original apresentado à Câmara dos Deputados, cujas emendas foram propostas por diversas entidades da sociedade civil, em particular aquelas vinculadas à educação, por um projeto do MEC. Dessa maneira, derrotava-se a concepção de que o orçamento deveria estar a serviço das necessidades educacionais apontadas pela luta pela educação pública no país:

A argumentação do atual governo é a de que a Lei de Diretrizes e Bases deve ser uma lei do possível, isto é, que possa ser cumprida a partir dos recursos financeiros disponíveis nos esquemas orçamentários convencionais. É um absurdo lógico- e crime político – regular necessidades essenciais dos cidadãos pelos recursos orçamentários³²⁵.

Desnecessário seria ressaltar, que para a política neoliberal do governo FHC, os esquemas orçamentários convencionais, para o atendimento dos serviços públicos, cada vez representariam um montante menor de verbas.

Após um longo processo de debate na sociedade, em particular nas instituições educacionais e sindicais, em torno da formulação da lei e da apresentação da proposta de Dermeval Saviani - assumida formalmente pelo deputado Otávio Elísio (PSDB-SP) - e outros tantos substitutivos (Jorge Hage, Ângela Amim, Darcy Ribeiro), a LDB votada e aprovada em 1996, mostraria poucos avanços em relação às legislações anteriores, do ponto de vista das reivindicações da classe trabalhadora, e estaria coadunada aos interesses acolhidos pela burguesia brasileira, os do neoliberalismo³²⁶.

Se a promulgação da lei avançava com relação ao conjunto disperso de leis educacionais (tais como a LDB 4.024/61, Lei 5.550/68, Lei 5.692/71, lei 7.44/82, dentre outras) recuava na definição da estrutura e funcionamento da educação no Brasil, posto que não definia a sua forma de realização. Nesse sentido, CUNHA a chamou de minimalista³²⁷, pela adequação aos novos contornos de Estado mínimo, proposto pela reforma do Estado do governo de Fernando Henrique Cardoso. Pela ampla flexibilidade, a Lei 9.394/96 abriria a possibilidade de inúmeras regulamentações, através de ações posteriores do MEC, ou de outros órgãos deliberativos.

ditadura empresarial militar, e Maurício Correa (PDT-DF) apresentaram um projeto para se contrapor ao projeto defendido pelo FNDEP. Não por acaso, o Senado escolheu como relator deste projeto Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP). Enfim, contra as forças democráticas, populares e de esquerda, Darcy Ribeiro aliou-se a ala então mais conservadora do país (PFL, ex-PDS, ex-Arena) e ao setor burguês moderno (PSDB) que, com FHC, garantiu a consolidação da política neoliberal. Ver sobre a tramitação da LDB, SAVIANI, Dermeval. Da nova LDB ao novo plano nacional de educação: por uma outra política educacional. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

³²⁵ CONSELHO de Classe, ano IV, nº 24. Rio de Janeiro, 04/03/1997, p.5.

³²⁶ SAVIANI (1998).

³²⁷ CUNHA (1996).

O caráter liberal da nova legislação educacional estava explícito no seu primeiro artigo: a responsabilidade da família com a educação dos sujeitos sobrevinha à do Estado, colocando, desta forma, a questão da responsabilidade pública como complementar a da família, invertendo explicitamente o que estava inscrito na Constituição de 1988. As forças privatistas ganharam espaço dentro da Lei 9.394/96, em especial, quando a lei garantiu a expansão da iniciativa privada na educação superior. A educação infantil foi incorporada à educação básica, mas sem a perspectiva de sua universalização. Com os exemplos supracitados, destacamos que a flexibilidade do texto final da legislação educacional demonstrava o compromisso político assumido de continuidade da reforma do Estado, via educação.

A ideia da “exclusão social” como consequência das políticas neoliberais, parece ter permeado as análises críticas, de diversos matizes. Com o SEPE não foi diferente³²⁸. O seminário que antecedeu o congresso extraordinário de educação, “Por uma pedagogia sem exclusão: respeitando as diversidades”, debateu questões relativas ao currículo escolar como instrumento político da prática pedagógica e o papel excludente das políticas estatais neoliberais para setores da sociedade.

Além da legislação federal, acima apontada, o congresso extraordinário também discutiu a gestão da escola, a política educacional da Multieducação³²⁹, a concepção de sindicato orgânico e as propostas de reforma estatutária do sindicato.

Os conceitos de sindicalismo cidadão e sindicalismo orgânico estavam na ordem do dia, no debate sindical cutista. Das seis teses apresentadas ao congresso, três se posicionaram sobre a questão que visava dar resposta à reconhecida crise sindical.

A Tese 5, a *Tese do Movimento por uma Tendência Socialista (MTS)*, combatia o caminho já em curso na CUT e na CNTE de buscar o consenso com os patrões e os governos:

O papel de Vicentinho na “negociação” da emenda da Previdência, que abriu caminho para que FHC trocasse o “tempo de serviço” por “tempo de contribuição” na aposentadoria, é o exemplo claro dos efeitos dessa política: nós trabalhadores saímos perdendo. Cada vez mais se abandona a concepção de independência de classe que norteava a fundação da CUT³³⁰.

³²⁸ Poderíamos arriscar afirmar que a ideia do combate à exclusão social que ganhou força no interior do SEPE seria uma manifestação, ainda que obscura, das mudanças políticas no interior do PT que COELHO (2005) denominou como “esquerda para o capital”. Eurelino Coelho defendeu a tese que o conceito gramsciano de transformismo explicaria o processo histórico de deslocamento do PT no terreno da luta de classes, antes um partido de massas e combativo a uma “esquerda do capital”, através de um projeto de desenvolvimento econômico com distribuição de renda, sem combater as verdadeiras causas das desigualdades sociais.

³²⁹ Projeto para a Educação da SME Rio de Janeiro.

³³⁰ SEPE. Caderno de Teses. Congresso Extraordinário de Educação do SEPE/RJ. Rio de Janeiro, abril de 1997, p.8.

Assim, a transformação política da CUT caminhava no sentido das reformas dentro do capitalismo:

Atualmente a direção majoritária procura políticas dentro do capitalismo para ter “crescimento econômico com distribuição de renda”. Nada mais utópico, já que o capitalismo tem uma tendência crescente a concentrar renda e riquezas nas mãos de uma minoria, gerando cada vez mais milhões de miseráveis³³¹.

Em oposição à corrente e à prática reformistas, que vinha se fortalecendo na CUT, a tese reivindicava a construção de uma nova direção:

Para nós do MTS, a construção dessa nova direção exige a unidade de todas as correntes organizadas, companheiros e companheiras de opções partidárias variadas que se contrapõem às políticas de capitulação privilegiadora da pressão institucional que levou a CNTE, após participar dos diversos fóruns de discussão do governo para a aplicação do Plano Decenal de Educação, a assinar o Pacto de Valorização do Magistério, que apontava para um piso de R\$ 300,00, para uma proposta rebaixada mais tarde abandonada pelo próprio governo e das câmaras setoriais (os pactos firmados entre patrões, governo e trabalhadores, na prática aumentaram a produtividade das empresas, sem diminuir os índices de desemprego na região do ABC paulista)³³².

A tese 6, *Estatutos e Construção do SEPE*, da Alternativa Sindical Socialista, reivindicava maior organicidade à estrutura sindical cutista, contrária à unicidade e a vinculação à CLT, sem, contudo, explicitar as suas principais divergências da direção majoritária cutista:

Somos contra o “sindicato orgânico” da maneira com que a corrente majoritária na CUT está se preparando para defender no Congresso Nacional de agosto³³³.

Já a tese 3, *Radicalizar na democracia para revolucionar a educação*, ao afirmar que havia uma distância entre a direção do SEPE e a base da categoria, defendia que a decisão sobre o tema havia sido adiada para o congresso extraordinário devido ao desconhecimento da base:

No ponto sobre estrutura e organização sindical, a grande polêmica se manifestou na discussão sobre o “sindicalismo orgânico”. Enquanto uma ínfima minoria dominava a discussão encerrando entre eles tal divergência, a falta de acúmulo da quase totalidade dos delegados postergou a decisão em relação ao tema para o congresso extraordinário³³⁴.

³³¹ Idem, Ibidem.

³³² Idem, Ibidem.

³³³ Idem, Ibidem, p. 10.

³³⁴ Idem, Ibidem, p.6.

No contexto de crise do movimento sindical brasileiro, a delegação do SEPE, presente no Congresso seguinte da CUT, fez uma opção contrária à proposta de moderação dos sindicatos, via modelo do "sindicalismo orgânico", defendido pela corrente majoritária da CUT.

Na conjuntura adversa de 1997, o SEPE realizou um conjunto de paralisações nas duas redes, a municipal e a estadual do Rio de Janeiro, e manifestações públicas. Embora o sindicato tenha encaminhado a proposta de greve, na assembleia realizada na UERJ, em 04 de agosto, os quase quatro mil profissionais presentes a rejeitaram. Na avaliação de Adriana Freitas, uma das coordenadoras do SEPE:

Estamos chamando essa estratégia de ataque-recuo. Queremos pressionar o governo, mas ao mesmo tempo continuar trabalhando. Nesta semana, vamos mobilizar toda a comunidade: pais, alunos e funcionários³³⁵.

Tratou-se, assim, de construir um plano de lutas para o segundo semestre, cujo destaque foi a "Semana SOS Educação" que contou com aulas públicas na primeira semana de setembro, dia 2 de setembro na SEE, dia 3 na ALERJ e dia 4 no Palácio Guanabara. No último dia, 7 de setembro, a categoria integrou o Grito dos Excluídos e, em protesto pelo período sem aumento e pela falta de perspectiva de obtê-lo, realizou uma queima de contra-cheques que chamou a atenção da imprensa.

Fazia parte ainda da "Semana SOS Educação" o envio de cartas públicas de denúncia da situação das escolas para a imprensa e para o governo, produzidas por alunos e demais membros da comunidade escolar, com o apoio dos trabalhadores. No boletim preparativo da atividade³³⁶ era possível encontrar uma coluna com uma lista dos endereços e telefones de programas de TV para envio de materiais, tais como o "Jô 11 e meia" (SBT-SP), Programa "Sem Censura" (TVE) e de jornais: O Globo (RJ), Jornal do Brasil (RJ), O Dia (RJ), O Fluminense (Niterói), Tribuna da Imprensa (RJ), Rádio Globo/CBN (RJ), Rádio Tupi, além do endereço residencial do governador Marcello Alencar.

No município do Rio, o eixo da luta salarial exigia a incorporação de gratificações e a oposição à concepção empresarial do projeto Multieducação³³⁷. As avaliações feitas em torno do modelo empresa-escola e do Multieducação, são, sinteticamente, as seguintes: a contradição entre o discurso democrático e a prática impositiva, cujas mudanças na avaliação escolar deram-se por decreto e a abertura às parcerias com a sociedade civil. O argumento da autonomia administrativo-pedagógica do Conselho Escola-Comunidade

³³⁵ PROFESSORES adiam decisão. *Jornal dos Sports*. Rio de Janeiro. 05-08-1997.

³³⁶ BOLETIM do SEPE. Rede Estadual, 29-08-97.

³³⁷ Conselho de Classe, ano IV, nº 27. Rede Municipal. Rio de Janeiro, 30-09-1997, p.3.

(CEC), presente no projeto, era um eufemismo para a busca de verbas na iniciativa privada, pois a prefeitura:

[...] elabora o Projeto Rio-Escola e divulga a idéia de que os CECs poderão buscar verbas junto à iniciativa privada inclusive para premiar e dar gratificações a professores³³⁸.

Para o SEPE, estava

[...] cada vez mais nítido o perfil neoliberal do governo municipal, que tenta fazer valer a lógica empresarial para as escolas. A lógica da concorrência entre os trabalhadores, da exclusão de muitos e beneficiamento de poucos. Enfim, a lógica cruel da produtividade. Na visão neoliberal, o aluno passa a ser um produto e se transforma em número percentual. O professor passa a ser avaliado pela sua produtividade³³⁹.

A tese 3, *Radicalizar na democracia para revolucionar a educação*³⁴⁰, apresentada ao Congresso Extraordinário do SEPE, afirmava que a direção do SEPE não havia sido capaz de realizar uma análise profunda do projeto. De fato, o SEPE não se dedicou à necessária análise do projeto político pedagógico da SME-Rio, contudo o caráter central do documento curricular, expressão da hegemonia de um modelo político em difusão desde a esfera federal, ficaria evidente nos debates.

A primeira publicação do projeto³⁴¹ daria indícios de que, além dos princípios declarados, a sua principal função seria a de realizar diretrizes curriculares, embora não se restringisse a tal. O documento curricular, na corrente das determinações internacionais e da LDB, ao criar um currículo mínimo o vinculava a um processo avaliativo.

O próprio MEC³⁴² destacaria a necessidade de vinculação da construção de um currículo básico nacional às avaliações também de âmbito nacional, como determinado nos fóruns de construção desta política, do qual se destaca a Conferência Mundial de Educação para Todos, em 1990, convocada pelo Banco Mundial, UNESCO, UNICEF, PNUD, além do Plano Decenal de Educação para Todos e da nova LDB.

Desde momentos anteriores, principalmente em congressos³⁴³, a Educação Profissional fora objeto de debate e de lutas no sindicato, tais como a regularização dos

³³⁸ Idem, Ibidem.

³³⁹ Idem, Ibidem.

³⁴⁰ SEPE. Congresso Extraordinário de Educação do SEPE/RJ. Caderno de Teses. Rio de Janeiro, abril de 1997, p.4.

³⁴¹ Os fundamentos do projeto encontram-se no documento: Secretaria Municipal de Educação. Multieducação: núcleo curricular básico. Rio de Janeiro: SME, 1996.

³⁴² Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/ SEF, 1997.

³⁴³ Sobre o Ensino Médio e Técnico ver, principalmente, as resoluções da Conferência de Educação do SEPE, realizado em 1992.

concursados da FAEP³⁴⁴. Se o sindicato criticava o modelo vigente no Ensino Médio e Técnico no Estado, a criação da Fundação de Apoio às Escolas Técnicas (FAETEC), com a extinção da FAEP, representaria um estágio superior do processo de fragmentação da educação e de privatização do setor:

A recém-criada FAETEC, e o que ela representa, significa um ataque ao sistema público de ensino técnico, rompendo com uma concepção de formação integral de nossos estudantes, adaptando as escolas técnicas a uma visão mercadológica. A FAETEC já nasce velha e viciada.

Após mais de uma década, não houve disputa pela direção do sindicato. A diretoria do SEPE se elegeu sob a chapa única “Plantar, lutar, colher os frutos”³⁴⁵, com o maior quórum das eleições realizadas no sindicato³⁴⁶.

As manifestações públicas voltariam à cena, com significativa participação da categoria e da comunidade escolar, na semana de comemoração ao dia do professor. No dia 15 de outubro houve paralisação nas duas redes públicas de ensino, passeatas pelo centro e show, na Cinelândia, de Sá e Guarabyra.

A aula-pública cujo tema foi “De Cabral a FHC: a Educação no Brasil”, proferida por Chico Alencar, tomou como objeto de crítica a intervenção de organismos internacionais na política educacional contemporânea, em particular, a proposta de Bill Clinton de unificação do ensino básico nos moldes americanos.

Simultaneamente, CUT-RJ, UEE, DCEs, União dos Professores de Duque de Caxias, professores do Colégio Pedro II e grêmios de escolas técnicas e federais organizaram um protesto contra as políticas imperialistas e a visita do presidente americano ao Rio de Janeiro.

³⁴⁴ Fundação de Apoio à Escola Pública.

³⁴⁵ DIREÇÃO ELEITA PERÍODO 1997-1999. Chapa Única: “Plantar, lutar, colher os Frutos”, Obteve 11.524 votos, que correspondem a 94,02% dos votos. Coordenação Geral: Adriana Maria Almeida de Freitas, Bluma Salomão, Danilo Garcia Serafim, Gesa Linhares Corrêa, Gualberto Isaías de Oliveira. Coordenação da Capital: Alcebiades de Souza Teixeira Filho, Eliane Ramos da Rocha, Guilhermina Luzia da Rocha, Luiza Tereza Cavalcante de Matos, Jusciara Machado dos Santos, Plácida Célia Cunha dos Santos. Coordenação do Interior: Ângela Maria Barbosa de Souza, Celso Moreti de Araújo, Isolda Silva de Lima Andrade, José Muniz Navegantes, Jorge Barros de Souza, Maria das Dores Pereira Mota, Pedro Ney Maximiano Alves, Tânia Maria Coelho C. de Faria. Coordenação do Grande Rio: Denise Mendes Cárdua, Mariza Gonzaga da Silva. Secretária de Aposentados: Anaite Coriolano Cardoso, Inaura Correa da Silva, Liège do Nascimento, Sebastião José e Silva. Secretária de Funcionários: Paulo Cesar Romão da Silva, Aldracir Casanova Cunha, Eliane de Paula Pinto, Silva Rejane Vianna Sobrinho de Souza. Secretária de Organização: Bismarck Pereira Mendes de Jesus e Vera Lúcia Guedes. Secretária de Imprensa: Antonio Claudio de Andrade, Edna Oliveira Félix e Robson Lopes Trajano. Secretária de Finanças: Maria Angélica da Gama Cabral, Maristela de Ávila Abreu e Rogério Norberto da Cunha Alimandro. Secretária de Assuntos Jurídicos: Joel Marques de Moraes e Maria de Oliveira Penha. Secretária de Assuntos Educacionais: Mara Regina Alves de Andrade, Maxuel Monteiro Bastos, Monica Regina Ferreira Lins, Rosaldo Bezerra Peixoto e Veraci Souza da Cunha Alimandro. Secretária de Formação e Secretária de Gênero, Anti-Racismo e Opções: Alexandre Batista da Silva, Luciene Lira Campos, Sérgio Paulo Aurnheimer Filho, Suzana Elias Bezerra. Suplentes: Dione Lins, Erodice Garcia, Maria Beatriz Lugão Rios, Bernadete Fernandes, Natalino Pontual, Vanderlea Ramos, Cléa Diniz, Marta Moraes, Lílian Pontes, Jurema Ramos Alix Brantes, Roberto de Paula, Dylsa Castilho. A hegemonia política dessa gestão pertencia à esquerda cutista, anteriormente demarcada.

³⁴⁶ Cf. BOLETIM do SEPE. Rio de Janeiro, 21/07/1997.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT-RJ) distribuirá hoje, na Praça do Lido, em Copacabana, cerca de uma tonelada de bananas para protestar contra a visita do presidente Bill Clinton. “Nós não somos o quintal dos Estados Unidos”, gritavam em coro estudantes e professores durante manifestação ontem no centro do Rio contra os governos federal, estadual e municipal e a visita de Clinton. Com faixas do tipo “Go home, Bill Clinton”, estudantes, professores, aposentados e funcionários da educação rejeitaram a proposta de unificação, ao estilo americano, do ensino de segundo grau no país³⁴⁷.

As notícias estampadas nos jornais do dia seguinte relatariam a abordagem da polícia ao movimento:

Terminou em pancadaria e prisões a manifestação de sindicalistas e estudantes que distribuíam bananas na Praça do Lido, em Copacabana, para satirizar o que classificaram como prepotência dos americanos em relação ao Brasil. Nem a metade das bananas havia sido distribuída, quando cerca de 20 policiais do 19º BPM, chefiados pelo capitão Dario Dias, tomaram as bananas à força. Houve reação e sete pessoas foram detidas, entre elas o presidente da CUT estadual, Alcebiades Teixeira, e a doméstica Maria Amélia Cândida, que afirmou ter passado só para pegar bananas, mas foi acusada de jogar uma pedra na polícia³⁴⁸.

No encerramento das comemorações da semana do professor, o SEPE recebeu a Medalha Pedro Ernesto, da Câmara de Vereadores, proposta pelo vereador Eliomar Coelho (PT), pelo pioneirismo, na década de 1970, na mobilização contra a ditadura militar e pela redemocratização do país³⁴⁹. Curiosamente, a secretária municipal de educação também recebeu a medalha Pedro Ernesto, por indicação do vereador Paulo Cerri (PFL).

O grau de desmonte do Estado, com maior explicitação das consequências sociais, garantiu à mobilização dos trabalhadores da educação, em greve desde o início do ano letivo de 1998, forte apoio popular.

Novamente, as ruas seriam ocupadas por protestos contra a grave crise pela qual passava a educação pública no estado. Através do Plano de Demissão Incentivada, só no ano de 1997, 3,5 mil docentes abandonaram as suas matrículas. Mas esta era apenas uma face da moeda do aviltamento dos profissionais da educação:

Mesmo se os professores da rede estadual não estivessem em greve, grande parte dos 1.133.261 alunos da rede estaria sem aulas. Dados do SEPE mostram que 10.013 professores abandonaram as escolas de setembro de 1994 a agosto do ano passado – a maioria por causa dos baixos salários.³⁵⁰

³⁴⁷ PROFESSORES fazem ato contra Marcello, Conde, FH e Clinton. *Tribuna da Imprensa* – RJ, 15-10-1997.

³⁴⁸ ATO de sindicalistas acaba em pancadaria. *O GLOBO*. Rio de Janeiro. 16-10-1997.

³⁴⁹ CONSELHO de Classe. Rio de Janeiro, ano IV, nº 27, 30/09/1997, p.5.

³⁵⁰ ESTADO perde 10 mil professores. *Jornal do Brasil*. 23-04-1998.

A greve de março de 1998 obteve índices históricos de adesão, na maioria das cidades do interior, acima de 75% e, na capital, acima de 80%. Caravanas das cidades do interior, como Porciúncula, Volta redonda, Valença, Itaperuna, Natividade, Região dos Lagos, Baixada Fluminense e Grande Rio somavam-se aos professores da capital nos atos e à participação de estudantes e de pais de alunos.

Uma das razões desse fortalecimento das reivindicações do sindicato foi o compromisso público assumido e não cumprido pelo governador Marcello Alencar em setembro de 1997, na grande mídia. O governador afirmou que o piso salarial dos professores passaria de R\$ 100,00 para R\$ 600,00, com o reforço das verbas do FUNDEF e propôs um abono, ao final das contas, de R\$ 164,08 para professores e R\$ 50,00 para funcionários.

Jornais como *O Dia* e *O Povo* realizaram enquetes com trabalhadores como domésticas, mecânicos e pedreiros que declararam apoio ao movimento em resposta à pergunta “Você concorda com a greve dos professores?”:

Se ninguém for às ruas reivindicar o Brasil não vai para frente. Chega de comodismo e de se contentar com pouco. Não só o ensino no país está carente de investimentos, como a saúde também. Concordo com a greve. (Raimundo dos Santos, 52 anos, zelador)

Claro que concordo, uma vez que a categoria está há três anos sem receber reajustes. Minhas crianças estão sem aula devido à greve, mas se ninguém reivindicar isso permanecerá assim como está, uma bagunça. (Denise Teixeira, 42 anos, doméstica)³⁵¹

Também se percebia o apoio nas cartas aos jornais:

Como mãe de um adolescente que frequenta a escola pública estadual quero me solidarizar com a greve dos professores, esses heróis anônimos. Fui convidada para conhecer a realidade de uma escola da zona sul. Como está distante da veiculada nos meios de comunicação! Tive acesso aos contracheques dos professores de meu filho. Fiquei estarrecida³⁵².

Ou nos atos nas ruas do Rio de Janeiro:

Os professores realizaram passeata no centro, com a participação de adolescentes do grupo AfroReggae. Durante 45 minutos, os manifestantes quebraram o ritmo frenético do trânsito na Avenida Rio Branco, transformando o local numa espécie de sucursal do carnaval baiano. Cerca de mil pessoas se concentraram na Candelária (...). No trajeto, professores e alunos de escolas públicas foram saudados com uma chuva

³⁵¹ VOCÊ concorda com a greve dos professores? *O Povo*. Rio de Janeiro, 17 de março de 1998.

³⁵² A OPINIÃO dos leitores. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 17 de março de 1998.

de papel picado³⁵³.

Estudantes do Instituto de Educação e das Escolas Estaduais Ferreira Viana, Júlia Kubitschek e Oscar Tenório fecharam a Rua Marise Barros, no bairro Tijuca, em apoio à greve dos professores e funcionários estaduais e protestaram contra a administração da Fundação de Apoio às Escolas Técnicas (FAETEC).

Indignados com a situação dos professores e com o que eles consideram descaso do governador, os alunos resolveram mostrar que, apesar de estarem sem aulas, há dezesseis dias, não estão contra a greve dos professores. “Muitos alunos que estão aqui, amanhã, estarão numa sala dando aulas. Como poderemos sonhar com um futuro nessas condições? Disse a estudante Ana Paula de Castro Oliveira, 17 anos³⁵⁴.

Segundo os manifestantes, a administração da FAETEC, que se instalou no Instituto de Educação, ameaçava os professores que aderissem à paralisação e imprimia outras práticas coercitivas, como perseguições políticas a professores do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ) e de outras oito escolas técnicas e a estudantes, responsabilizando por tais atos principalmente a primeira presidente da FAETEC e secretária de ciência e tecnologia, Nilda Teves. A rede de escolas foi transferida da secretaria de educação para a FAETEC, vinculada a Secretaria de Ciência e Tecnologia, fragmentando a educação profissional e a base dos trabalhadores. Para a dirigente do SEPE, Edna Félix, o governo Marcello Alencar desejava implantar ilhas de excelência em escolas-modelo, abandonando o resto da rede de ensino³⁵⁵.

Aos quatorze dias de greve e utilizando o mote da semana santa, o sindicato realizou a *Via crucis* pela Educação denunciando os “quatorze desmandamentos” do governo Marcello Alencar. O principal *desmandamento* foi a manobra política do governo em aprovar o aumento da alíquota do ICMS com o discurso de que tais recursos seriam aplicados na educação. Como era notório, nem o aumento do ICMS, aprovado na ALERJ, tampouco a verba obtida com as privatizações de empresas fluminenses, foram revertidos em melhoria de condições das escolas e salários dos profissionais. Na avaliação do sindicato, mais de mil manifestantes participaram do ato, apesar da forte chuva:

As chuvas que desabaram na cidade durante toda a segunda-feira não intimidaram (sic) os professores e demais funcionários da rede pública estadual, que realizaram pela manhã uma grande passeata entre o Largo do Machado, no Flamengo, zona sul do

³⁵³ PROFESSORES mantêm greve. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 10-03-1998.

³⁵⁴ ESTUDANTE fecha com mestres. *A Notícia*. Rio de Janeiro. 19-03-1998.

³⁵⁵ PROFESSORES estaduais do Rio denunciam perseguição política. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 19/03/1998.

Rio, ao palácio Guanabara, sede do governo do estado³⁵⁶.

Ao mesmo tempo, a greve denunciou a não aplicação das verbas do FUNDEF na remuneração dos trabalhadores da educação. Segundo demonstravam as contas do SEPE, com a aplicação da lei, ou seja, 60% dos recursos do FUNDEF, 25% do orçamento dos estados e 15% da arrecadação dos municípios seria possível que os salários dos docentes chegassem a R\$ 1.000,00 no município do Rio e R\$ 1.600,00, no estado³⁵⁷.

Os exemplos de professoras realizando atividades extra-escolares, os chamados bicos, ganhavam as matérias de jornais como o da professora Ivanilda Araújo de Carvalho, com duas matrículas na rede estadual na disciplina de matemática, que virou depiladora nas horas vagas para complementar o salário de docente³⁵⁸. O debate sobre as condições de trabalho dos docentes ganhou singular visibilidade, em parte porque, como dissemos, para aprovar o aumento da alíquota do ICMS e privatizar empresas Marcello Alencar afirmara que a população seria beneficiada, através da melhoria dos serviços públicos, o que não ocorreu.

O Plano Estadual de Desestatização (PED), que resultou na privatização de estatais fluminenses e a redução do estado nas áreas sociais, acelerou a experiência dos trabalhadores do estado do Rio de Janeiro com a aplicação do receituário neoliberal pelo governo Marcello Alencar.

Marcado pelo confronto entre seguranças da ALERJ e professores, o ato realizado na ALERJ pressionou o governo quanto à malversação do dinheiro público. O jornal *O Dia* classificou como “tumulto” e “pancadaria” a ação dos manifestantes:

Ontem, professores e funcionários da rede estadual - em greve há 24 dias - invadiram o plenário da Casa para protestar contra o governo do estado. As galerias estavam lotadas. Cerca de 450 manifestantes foram buscar ajuda dos deputados para negociar com o governador Marcello Alencar o reajuste da categoria. Por volta das 17h30, quando o presidente da Alerj, Sérgio Cabral Filho (PSDB), já estava reunido com uma comissão do SEPE e da CUT, em seu gabinete, cerca de 100 pessoas pularam das tribunas para o plenário, subiram nas bancadas e ocuparam as cadeiras dos parlamentares.

Os 50 seguranças foram acionados e houve confronto no plenário. Manifestantes e seguranças trocaram socos e empurrões. Policiais militares do 5º BPM (Praça da Harmonia) e do Batalhão de Choque foram chamados e cercaram o Palácio Tiradentes, mas não entraram na casa. Do lado de fora havia outros 500

³⁵⁶ PROFESSORES fazem a via crucis do ensino. *Folha Dirigida*. Rio de Janeiro, 17 de março de 1998.

³⁵⁷ MARCELLO e Conde poderiam pagar piso de até R\$ 1.600,00 a professores. *O Dia*. Rio de Janeiro, 27 de março de 1998.

³⁵⁸ PROFESSOR aprende a multiplicar salário. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 24-03-1998.

manifestantes³⁵⁹.

Ao contrário do noticiado, na versão do SEPE, Sérgio Cabral³⁶⁰ havia marcado de receber uma comissão às 14h e, após horas aguardando, os manifestantes ocuparam o plenário.

Diante do quadro de pressão dos trabalhadores, o governador Marcello Alencar anunciou a concessão de gratificação aos docentes de 1º e 2º graus e aos inspetores, merendeiras e serventes, excluindo os aposentados.

O plebiscito: “Você acha justo que o governador exclua aposentados e pensionistas do reajuste salarial, quebrando a paridade garantida na Constituição?”, foi a resposta pública do SEPE.

Outra manifestação do sindicato foi realizada por um grupo de professores aposentados que montou uma banca na Central do Brasil – principal estação de trens do estado - em referência ao filme homônimo, para que a população, usuária dos trens suburbanos, escrevesse e assinasse cartas a serem enviadas ao governador pedindo a inclusão dos aposentados no abono concedido aos trabalhadores da ativa. Segundo noticiou O Globo, as professoras enveloparam duas mil cartas³⁶¹.

Em passeata do Largo do Machado ao Palácio Guanabara, professores, merendeiras, serventes e outros funcionários do estado queimaram um exemplar do Diário Oficial de 25 de março, com o decreto nº 24.185, que não concedia o aumento aos aposentados. Na Rua das Laranjeiras, a passeata foi aplaudida pelos moradores e alguns jogaram flores pelas janelas, em apoio aos aposentados.

No dia 08 de abril, as demonstrações de insatisfação da população com os governos materializaram-se em seis protestos, na cidade do Rio de Janeiro. No ato “Páscoa dos Miseráveis”, em frente a escadaria da Câmara dos Vereadores, os manifestantes do SEPE serviram pão e água para denunciar a situação da categoria.

ONGs que desenvolvem trabalhos com crianças em situação de vulnerabilidade social – Casa São Miguel Arcanjo, Associação Vida no Crescimento e na Solidariedade, Associação Beneficente São Martinho- organizaram a “Caminhada das Sete Chagas de Cristo na Cidade Grande” para denunciar as mazelas sociais: a crise da educação e da saúde, a fome, o desemprego e a exploração, o abandono, a falta de moradia e a violência. Professores de universidades federais, em greve desde 31 de março, queimaram um boneco de FHC, chamado de “Judás FHC” na porta do Palácio Capanema. Agentes do controle de

³⁵⁹ ALERJ vira campo de batalha. *O Dia*. Rio de Janeiro. 25-03-1998.

³⁶⁰ Presidente da ALERJ (PSDB.)

³⁶¹ GREVISTAS continuam assinando ponto. *O Globo*. Rio de Janeiro, 04-04-1998.

endemias realizaram ato contra demissão em massa no estado, na Zona Portuária, e, em Copacabana, metroviários realizaram ato denunciando os problemas causados pela privatização. Os trabalhadores do IBGE também protestavam contra a política de FHC, na Avenida Chile.

As manifestações contaram com grande apoio popular, ainda que, no caso da greve da educação muitos pais e mães de alunos tenham declarado as dificuldades e os prejuízos, inclusive maiores gastos de alimentação, para manter os filhos em casa, em geral, responsabilizavam o governo pelo impasse e atribuíam legitimidade à luta da categoria.

Ela veio do município de Belo Jardim, em Pernambuco, com apenas o primário completo. Não pôde estudar mais, mas depois de tantos anos ontem Maria Nunes de Santana, de 52 anos, chorou por causa da educação dos filhos, que também estão fora das salas de aula. No caso deles, por causa da greve dos professores da rede estadual de ensino, que ontem completou 36 dias. Para tentar garantir um futuro melhor para seus filhos, a costureira que chega a trabalhar 12 h por dia para ganhar R\$ 150 mensais se uniu ontem ao protesto de pais e alunos do Ginásio Estadual César Pernetta, na Favela Nova Holanda, que saíram às ruas, ao lado dos professores, pedindo a reabertura de negociações do governo do estado com o magistério para que as aulas recomecem³⁶².

O impacto negativo da crise educacional sobre a classe trabalhadora frequentadora da escola pública atingia enorme dimensão, agravado, sempre, pela extensão das greves. Os responsáveis pelos alunos anunciavam a piora de suas vidas com os filhos sem aulas, tanto nas condições objetivas, quanto nas expectativas que cultivavam quanto a um futuro melhor, mediado pela escolaridade.

Diante do antagonismo de interesses entre os trabalhadores da educação e o governo do estado e a continuidade crescente do conflito, o Estado, através da secretária estadual de educação, Ana Maria Galheigos, lançou mão de medidas coercitivas nada originais, tais como o corte de ponto dos grevistas e de resolução, publicada em diário oficial, prevendo a punição aos diretores que não realizassem inspeção nos diários de classe, evitando a assinatura de pontos dos professores, bem como a ameaça de demissões. Em coordenadorias do interior do estado, a SEE cobrou a identificação de grevistas, porém muitos diretores se recusaram a cumprir a determinação. Em entrevista coletiva, a secretária de educação Ana Galheigos deu por encerrada a negociação com a categoria e ameaçou:

Quem faltou ao trabalho vai ser descontado e quem insistir na greve será punido com as sanções do código do Estatuto do Funcionário, podendo até ser demitido por justa

³⁶² PAIS e estudantes fazem protesto pela volta às aulas. *O Globo*. Rio de Janeiro, 08/04/1998.

causa³⁶³.

Da mesma forma, a secretária, acusou a greve de manobra político-eleitoreira do PT e da CUT, atribuindo a consistência do movimento, além da capital, a cidades como Niterói, Volta Redonda e Angra dos Reis, onde haveria maior influência dessas forças políticas.

O SEPE estava irredutível e afirmava que havia verbas para o atendimento das necessidades da categoria, segundo Alcebíades Teixeira, coordenador do SEPE:

Está escrito na mensagem datada de 27 de dezembro de 1997, que as novas alíquotas do imposto, ao produzirem R\$ 837 milhões/ano de arrecadação adicional, cobririam a perda de receita proveniente do FUNDEF e ainda permitiriam dar o aumento da educação, previsto na mesma mensagem com o valor de R\$493 milhões/ano. Entretanto, os abonos concedidos agora, em meio à greve, (R\$ 164,08 ao professor e R\$50 ao funcionário da escola), somarão um custo de 108 milhões/ano apenas³⁶⁴.

Com a determinação da SEE de exigir dos diretores o mapa de frequência, houve por parte da administração a possibilidade de realizar o desconto de dias paralisados no pagamento de abril. Aos quarenta e três dias de paralisação, a greve foi encerrada em 13 de abril, na assembleia do Clube Municipal, no bairro da Tijuca. Embora o discurso das lideranças fosse o de que o governo blefava com as ameaças, elas já estavam implementadas e definiram o retorno às aulas. Apesar de a proposta de retorno ao trabalho ter sido aprovada por pequena margem de votos, cerca de 60% dos presentes à assembleia votaram pelo fim da greve e pela definição de um calendário de luta que mantivesse as reivindicações.

Em entrevista ao jornal O Globo, Alcebíades Teixeira, coordenador do SEPE justificou:

- A decisão de encerrar a greve tem uma razão tática central. O governo vem dizendo, nos últimos dez dias, que não negocia com a categoria em greve. Optamos então por fazer um teste: voltamos às aulas e veremos se, agora, a secretária vai nos receber, como prometera³⁶⁵.

Embora o discurso dos dirigentes estivesse unificado, as divergências internas entre as lideranças do sindicato ficariam explícitas nas avaliações do movimento.

No ano seguinte, o grupo crítico à condução da greve de 1998 apresentaria chapa concorrente às eleições.

³⁶³ PROFESSOR unido. *A Notícia*. Rio de Janeiro. 09-04-1998.

³⁶⁴ NEGOCIAÇÃO já. *O Globo*. Rio de Janeiro. 14-04-1998.

³⁶⁵ PROFESSORES estaduais encerram a greve. *O Globo*. Rio de Janeiro. 14-04-1998.

Sem uma solução para os aposentados, a Secretaria de Aposentados do SEPE/RJ, no XXII Encontro Estadual de Aposentados da Educação, elaborou a Carta de Duque de Caxias – por ter sido realizado naquela cidade, a ser entregue aos candidatos a presidência da república com as suas reivindicações, da qual se destacava a da paridade salarial.

Ao final do mandato, o governador, curiosamente, prometeu a paridade aos professores aposentados.

Nuances à parte, a política para a educação no município do Rio de Janeiro com o prefeito Luiz Paulo Conde (PFL)³⁶⁶ caminhava na mesma direção de modernização do Estado sob a ótica gerencial, ou seja, abrindo mão de parte da responsabilidade do Estado na manutenção da escola pública. O governo municipal vinculou a concessão de aumento aos trabalhadores da educação ao FUNDEF, propondo um aumento médio aos profissionais de 29%, porém a ser pago em agosto. O piso aumentou para R\$ 300,00, porém com redução da gratificação.

A implementação do Projeto de Aceleração da Aprendizagem, pela SME-Rio, com o objetivo oficial de diminuir a defasagem de série-idade recebeu duas principais críticas do SEPE. A primeira, pela ausência de discussão com a comunidade escolar e, a segunda crítica, pela falta de transparência na gestão pedagógica e financeira. O programa era aplicado aos professores por técnicos do CETEB (Centro Tecnológico de Brasília) ligado à Fundação Ayrton Senna, a comunidade escolar não sabia qual a parcela do financiamento público que era destinado à Fundação³⁶⁷. O alcance do projeto, segundo o SEPE, já era de 10% da rede.

O SEPE denunciou ao Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro que a prefeitura estava destinando percentual aquém do legal à educação, ou seja, pouco mais de 23% do orçamento, quando a Lei Orgânica fixava 35%. Como se tornou comum nas administrações públicas, gastos com setores que não podem ser computados no orçamento da educação, como merenda escolar e manutenção de teatros, eram incorporados à prestação de contas.

O Sindicato levantou críticas à forma com a qual a SME-Rio tratava a eleição para diretores, e de uma forma mais ampla, à inexistência de uma gestão democrática. Para o SEPE havia duas propostas em disputa: a primeira de autoria da SME-Rio, cujo objetivo era a gestão da escola de acordo com as necessidades do mercado e de forma empresarial e, a segunda, do movimento dos trabalhadores da educação, de gerir a escola numa

³⁶⁶ Em 1996, Conde derrotou Sérgio Cabral Filho (PSDB) nas eleições municipais. De 1997 a 2000 foi prefeito do Rio de Janeiro, sob a legenda do Partido da Frente Liberal.

³⁶⁷ Idem, *Ibidem*.

perspectiva da educação como direito e baseada nos princípios da auto-organização e participação de todos.

O modelo de "gestão democrática" proposto pelo governo municipal³⁶⁸ travestia uma concepção privatista da escola pública, através das seguintes ações: 1) a criação do conselho-escola-comunidade (CEC) como órgão captador de recursos para as escolas. Ou seja, o CEC estaria incumbido de buscar junto à iniciativa privada, sob a forma de parcerias, recursos; 2) a utilização do espaço escolar por empresas que se beneficiariam de equipamentos públicos; 3) a descentralização administrativa, incentivando a sociedade civil a participar do gerenciamento da escola; 4) o veto à participação do SEPE no conselho gestor estadual do FUNDEF; 5) a avaliação prévia das CREs³⁶⁹ sobre as chapas concorrentes às eleições para direção. Além da desresponsabilização da prefeitura com o financiamento, a SME colocava a gestão política das escolas sob o controle privado.

Pelo menos mais duas importantes lutas unificariam as redes estadual e municipal carioca: a divulgação das condições de trabalho e de adoecimento dos trabalhadores da educação e o Plano Nacional de Educação.

A crescente mobilização de serventes e merendeiras despertou o interesse da Fundação Oswaldo Cruz em realizar uma pesquisa sobre as condições de trabalho geradoras de doenças e acidentes nas escolas, com o apoio do sindicato. A redução de funcionários, anteriormente discutida, e a sobrecarga de trabalho geraram um quadro de intensificação do trabalho para aqueles que permaneceram em atividade. O exemplo chocante é da situação de trabalho de merendeiras que chegavam a produzir 400 refeições diárias. A precariedade e a degradação de equipamentos, os baixos salários, a intensificação do ritmo de trabalho e a contaminação química traziam danos físicos e psíquicos, alarmantes, aos trabalhadores³⁷⁰.

Segundo a pesquisa realizada pela Fiocruz, as maiores queixas referiam-se ao quadro de lesões por esforço repetitivo e aos danos na coluna, ao conjunto de problemas do aparelho cardiovascular e aos distúrbios do sono, estresse, depressão. A análise dos dados coletados na rede estadual mostrou que, entre os anos de 1993-1995, as principais causas para readaptação profissional, de acordo com a classificação da perícia médica, foram para as merendeiras doenças cardiológicas, psíquicas, osteomusculares e

³⁶⁸ Em consonância com a lei sobre a autonomia nas escolas da rede estadual (Lei 3067, de 28-09-98), que visava a descentralização administrativa das escolas.

³⁶⁹ Coordenadoria Regional de Educação.

³⁷⁰ Conselho de Classe. Ano V, n. 29. Rio de Janeiro, 10/12/1998.

reumatológicas e, para os professores, doenças psíquicas, cardiológicas, doenças otorrinolaringológicas e osteomusculares³⁷¹.

Ora, o problema do adoecimento dos trabalhadores da educação, investigado pela pesquisa, já vinha sendo debatido desde, pelo menos, a I Conferência de Funcionários, em 1992, quando os delegados deliberaram pela criação de Comissões de Prevenção de Acidentes (CIPAS) nas unidades escolares, a fim de prevenir e denunciar situações de trabalho de vulnerabilidade.

Em outubro de 1998, as condições de trabalho nas escolas que geravam o adoecimento dos funcionários já comporiam a pauta de reivindicação do setor, além da exigência de um piso emergencial de R\$ 250,00 e a implementação do abono de 15% garantido por decreto.

O VII Congresso de Educação “PNE Popular e Democrático. Conquistar a Pedagogia da Inclusão e de Qualidade Social” debateu a principal disputa política em torno dos rumos da educação enquanto política estatal, depois do desfecho da LDB, nitidamente desfavorável às lutas da educação. Como vimos, tais lutas, desde meados da década de 1980, passaram pela tentativa de construção de uma política para a educação na concepção do direito público, de formação emancipadora e com gestão democrática, via LDB.

Com os avanços das políticas neoliberais na educação, da qual a LDB 9.394/96 era expressão, que objetivaram a transferência da educação da esfera do direito para a esfera da mercadoria, a sociedade civil organizou-se em torno do processo de construção de um Plano Nacional de Educação (PNE).

Várias entidades reunidas deram origem ao *Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública*³⁷² para intervir no Plano Plurianual, conforme indicado pela Constituição Brasileira de 1988 e previsto pela LDB. O *Plano Nacional de Educação: Proposta da Sociedade Brasileira* foi

³⁷¹ Conselho de Classe. Ano V, n. 29. Rio de Janeiro, 10/12/1998.

³⁷² Durante a década de 1990, diversas entidades da sociedade civil reuniram-se no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. Do Fórum surgiu a proposta do Plano Nacional de Educação (PNE da Sociedade Brasileira), projeto de lei 4.155/98, dirigido por Ivan Valente (PT) e subscrito por mais de 70 deputados, síntese dos I e II CONEDs, de 1996 e 1997. O Fórum foi composto inicialmente pelas seguintes entidades: AELAC (Associação de Educadores da América Latina e Caribe), ANDE (Associação Nacional de Educação), ANDES-SN (Associação Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior), ANFOP (Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação), ANPAE (Associação Nacional de Políticas Pesquisa e Pós-graduação em Educação), CAED (Comissão Nacional de Assuntos Educacionais do PT), CEDES (Centro de Estudos de Educação e Sociedade), CFP (Conselho Federal de Psicologia), CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), CONTEE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino), CUT (Central Única dos Trabalhadores), ENECOS (Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social), ExNEPe (Executiva Nacional dos Estudantes de Pedagogia), FASUBRA Sindical (Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras), FORUMDIR (Fórum Nacional dos Diretores de Faculdades e Centros de Educação das Universidades Públicas Brasileiras), MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), SINASEFE (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional), UNDIME (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação Estadual), UNE (União Nacional dos Estudantes), dentre outras organizações estaduais, como o SEPE e municipais.

construído a partir de um amplo debate nacional, através dos Congressos Nacionais de Educação (CONEDs) e visava combater as políticas neoliberais na educação.

Cabe destacar o papel dos CONEDs como ponto de partida para as lutas pela Educação Pública no país, a partir da perspectiva dos trabalhadores da educação e de suas organizações sindicais, profissionais e políticas. Até então, o debate sobre a política educacional ocorria por iniciativa das entidades científicas através das Conferências Brasileiras de Educação (CBEs).

O Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública identificou na proposta do PNE do governo, elaborada para se contrapor a da "sociedade civil", e na exposição de motivos do ministro Paulo Renato de Sousa, o objetivo de transferir a responsabilidade do poder público para a sociedade no financiamento da educação, através da:

[...] retomada da concepção tecnocrática de gestão da década de 1970, com a pretensão de ajustá-la às novas exigências da conjuntura internacional. Centrada nos eixos "produtividade, eficiência e racionalização de recursos", a proposta do ministro objetiva fundamentalmente o corte dos gastos públicos em educação e o barateamento de seus custos³⁷³

Em linhas gerais, tais projetos divergiam quanto ao objetivo-fim da educação e naquilo que pode o materializar, o financiamento³⁷⁴. O PNE da Sociedade Brasileira pretendia o fortalecimento da escola pública estatal e a universalização da Educação Básica, através do aumento do financiamento público, do percentual em relação ao PIB aplicado pelo Estado em Educação. Já o PNE do governo, pretendia buscar o co-financiamento da educação, realizando uma aproximação entre o espaço público e o privado, ao mesmo tempo em que buscava centralizar a formulação das políticas educacionais. Foi o PNE do MEC o aprovado ao final dessa disputa³⁷⁵.

No contexto de fortalecimento da lógica privatista na educação, a crise educacional foi apresentada pelos defensores da política neoliberal como crise na gestão de recursos - não escassos, mas mal utilizados - tratando-se, portanto, de um problema de gerência, o que tornava inexorável a aplicação de mecanismos de combate à exclusividade do controle

³⁷³ Conselho de Classe. Ano V, N°28. Rio de Janeiro, 27-10-1998, p.5.

³⁷⁴ O Fórum em Defesa da Escola Pública elaborou um Quadro Comparativo entre os PNEs do MEC e da Sociedade Brasileira, que contou com ampla circulação.

³⁷⁵ O projeto que foi aprovado em 2001 incorporou os pontos mais genéricos do PNE da sociedade civil, sem garantir verbas para a sua efetivação. A proposta de PNE sofreu inúmeros vetos presidenciais quanto ao financiamento, tal qual a "sugestão" do FMI de redução de verbas para o setor. Inscrevia-se, assim, na página da história, mais uma derrota das lutas pela escola pública. É nesse sentido que Ivan Valente, o deputado que assinou o PNE da Sociedade Brasileira, levantou a pergunta retórica: PNE: Plano Nacional de Educação ou carta de intenção? (VALENTE, Ivan, ROMANO, Roberto. PNE: Plano Nacional de Educação ou Carta de Intenção? Educ. Soc., Campinas, vol.23, n.80, setembro /2002, p. 96-107. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br/revista/rev/rev80.htm>.)

estatal, a promoção de avaliação de produtividade dos trabalhadores e de flexibilização das relações trabalhistas, para que a ineficiência estatal fosse superada.

O papel das agências internacionais multilaterais, como Banco Mundial e UNESCO foram determinantes nas reformas educacionais de países europeus e da América Latina e, em particular, no Brasil, na direção acima apontada³⁷⁶. Os discursos dos organismos multilaterais quanto à reforma educacional recorreram ao crescimento econômico e à redução da pobreza destes países, assim como a eliminação do analfabetismo e a melhoria da eficácia do ensino para justificarem a sua intervenção. Contudo, o capital buscava, através da reforma, tomar a educação como um profícuo campo para a expansão do mercado, através de projetos de diferentes matizes da educação básica à educação superior.

Nesse sentido, inúmeros encontros internacionais foram promovidos sob a bandeira da cidadania e da competitividade, tendo como horizonte a *Conferência Internacional de Educação para Todos*, ocorrida no início da década de 1990, que com o suporte da UNESCO pretendia construir uma proposta unificadora de reforma educacional para a América Latina.

A orientação presente nos documentos do Banco Mundial e do MEC, como podemos ter acesso através da análise crítica de Roberto Leher e Raquel Barreto, deriva de uma assertiva:

É preciso reformar de alto a baixo a educação, tornando-a mais flexível e capaz de aumentar a competitividade das nações, únicos meios de obter o passaporte para o seleto grupo de países capazes de uma integração competitiva no mundo globalizado³⁷⁷.

Os autores, contudo, se perguntam: “mais flexível em relação a quê?” e prosseguem a análise:

A flexibilidade almejada se contrapõe ao Estado (burocrático, autoritário) e se aloja na sociedade civil e nas empresas inovadoras, isto é, na esfera privada.

Portanto, as reformas educacionais, como não poderiam deixar de ser, estavam dentro de um projeto maior de Reforma do Estado.

Ao analisarmos as lutas dos trabalhadores da educação do estado do Rio de Janeiro,

³⁷⁶ Sobre os elementos centrais das políticas promovidas pelos organismos internacionais do Capital (CEPAL, UNESCO, FMI, BM, OMC) ver: LIMA, Kátia Regina de Souza. Organismos Internacionais: O Capital em busca de novos campos de exploração. In: NEVES (2002).

³⁷⁷ GOULART, Raquel e LEHER, Roberto. Trabalho Docente e as Reformas Neoliberais. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade. Reformas Educacionais na América Latina e os Trabalhadores Docentes. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p.39.

percebemos que diziam respeito, na essência, ao combate ao caráter burguês do Estado³⁷⁸.

Para Marx e Engels, a idéia do Estado como um Estado de classe, transcrita abaixo no *Manifesto Comunista*, permanecerá, embora muito mais nuançada, ao longo de suas obras:

[...] a burguesia acabou por conquistar, com o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, o domínio político exclusivo no moderno Estado parlamentar. O executivo do Estado moderno não é mais do que um comitê para administrar os negócios coletivos de toda a classe burguesa³⁷⁹.

Para os autores, o Estado não é uma instituição supraclássista; ele surge da necessidade de proteção à propriedade privada criada nas sociedades organizadas em classes e, cada vez mais, se torna um objeto estranho a essa sociedade. Em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, Engels afirma:

[...] como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida³⁸⁰.

Contudo, o Estado não se apresenta como Estado burguês, mas sob a aparência de universalidade. Na Introdução à *Guerra Civil na França*, de Karl Marx (1891), Engels destaca que "a crença supersticiosa no Estado se transferiu da filosofia para a consciência geral da burguesia e, até mesmo, de muitos trabalhadores³⁸¹. De tal compreensão ideológica do Estado derivaria a naturalização do próprio Estado, ou seja, de que "os negócios e interesses comuns a toda sociedade não podem ser geridos de outra maneira do que aquela em que o foram no passado, isto é, mediante o Estado"³⁸² e que teria sido "dado um grande passo ao se superar a crença na monarquia hereditária e prestar juramento à república democrática"³⁸³. Porém a alteração no regime não significaria a alteração do Estado como "máquina para a opressão de uma classe por outra, e isso vale para a república democrática não menos que para monarquia".³⁸⁴

Gramsci, posteriormente, destacaria que a complexificação da sociedade permitiu a ampliação do próprio Estado, que não mais se circunscreveria à sociedade política, mas também abarcaria a sociedade civil, com os seus "aparelhos privados de hegemonia". Dessa

³⁷⁸ Como ficou evidente na consolidação da "Nova República" com o êxito dos setores dominantes em realizar a transição da ditadura militar à democracia, sob o seu controle FERNANDES (1986).

³⁷⁹ MARX, ENGELS (1998, p. 7).

³⁸⁰ ENGELS (1982, p. 193).

³⁸¹ ENGELS, Friedrich. Introdução à Guerra Civil na França, de Karl Marx (1891). In: MARX, Karl. A Guerra Civil na França; seleção de textos, tradução e notas Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011, p.196-197.

³⁸² Idem, Ibidem.

³⁸³ Idem, Ibidem.

³⁸⁴ Idem, Ibidem.

forma, O Estado para arrefecer a luta de classes incorporaria, de forma subordinada, os interesses das classes submetidas à dominação, o que tomamos como explicação à sua pseudoconcreticidade, ou seja, de sua aparência neutra. Nessa perspectiva, Gramsci, formularia que o Estado contemporâneo deve ser compreendido como "sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção"³⁸⁵.

Nesse sentido, também para Gramsci o Estado não teria perdido o seu caráter de classe, pois ainda que a classe dominante incorpore reivindicações da classe trabalhadora, o faz para a manutenção da hegemonia³⁸⁶, ou seja, das relações de dominação na sociedade contemporânea:

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica.³⁸⁷

Não há, em Gramsci, portanto, uma positividade na ampliação do Estado, com a incorporação da sociedade civil, mas, antes, uma complexificação das relações de poder nas sociedades de classe modernas.

Dessa forma, a análise da relação do Estado capitalista com os trabalhadores do setor público, particularmente os da educação, aqui tematizados, não comporta reducionismos. Não podemos tomar o Estado como um padrão como os demais capitalistas, tampouco afirmar que os trabalhadores da educação integram a burocracia do Estado ou são seus representantes junto à sociedade³⁸⁸.

Retomando a formação histórica em questão, o Estado brasileiro contemporâneo no período de ascenso do neoliberalismo, podemos afirmar que a condensação das propostas neoliberais de Reforma do Estado, deu-se no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) através da criação do Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE), ainda que não tenham obviamente começado nesse

³⁸⁵ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 3. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000, p.244.

³⁸⁶ Para Gramsci hegemonia é o meio pelo qual uma determinada classe social constrói e consolida uma direção política e cultural sobre as demais. Em outras palavras, a direção ético-política de uma classe sobre as demais, função da hegemonia, é construída a partir da relação coerção-convencimento, em diferentes proporções, dependo do contexto histórico, usando seu poder. Dessa forma, apresenta como interesses de toda a sociedade seus interesses particulares através dos aparelhos privados de hegemonia, estabelecendo uma relação pedagógica (GRAMSCI, 1999).

³⁸⁷ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 3 (Caderno 13). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000, p. 48.

³⁸⁸ Voltaremos a esse debate no capítulo IV.

momento. Não tardaram as propostas de "choque de gestão" nas administrações públicas estaduais, baseadas na eficácia e produtividade³⁸⁹.

O Plano Diretor da Reforma do Estado ao afirmar que a crise brasileira da última década era a crise do Estado, defendia a Reforma do Estado como "instrumento indispensável para consolidar a estabilização e assegurar o crescimento sustentado da economia. Somente assim [seria] possível promover a correção das desigualdades sociais e regionais"³⁹⁰.

Nessa direção, o documento apontava para a transformação da administração pública baseada em conceitos de administração gerencial e eficiência, através da privatização de empresas estatais, flexibilização da estabilidade dos servidores públicos e permissão de regimes jurídicos diferenciados e, no campo dos serviços sociais, a descentralização para o que seria o setor público não-estatal³⁹¹. Este último, chamado de processo de "publicização" pretendia retirar da esfera estritamente estatal a "execução de serviços que não envolvem o exercício do poder do Estado, mas devem ser subsidiados pelo Estado, como é o caso dos serviços de educação, saúde, cultura e pesquisa científica"³⁹².

No que diz respeito aos trabalhadores da educação, as reformas visavam incidir sobre os seus direitos trabalhistas, as suas organizações sindicais e visavam promover a sua heteronomia, ou seja, a expropriação do conhecimento no exercício do trabalho.

3.3. A NOVA ESCOLA: PRODUTIVIDADE, EFICIÊNCIA E HETERONOMIA

O projeto de reforma do Estado andaria a passos largos, ao final da década de 1990, fosse no âmbito federal, com Fernando Henrique Cardoso, fosse no plano estadual, com o governo de Anthony Garotinho³⁹³, além do município do Rio de Janeiro, com Luiz Paulo Conde.

³⁸⁹ Ver, por exemplo, o papel pioneiro da administração pública mineira em FIGUEIREDO (2006).

³⁹⁰ BRASIL, MARE. Plano Diretor da Reforma do Estado. Brasília: 1995, p.6.

³⁹¹ Idem, Ibidem, p. 7-12.

³⁹² Idem, Ibidem, p. 13.

³⁹³ Anthony Willian Matheus de Oliveira concorreu às eleições para o governo estadual pela legenda do PDT, perdendo para Marcelo Alencar. Foi eleito em 1998, com o apoio da direção nacional do PT (que o substituiu pelo candidato do diretório estadual – Vladimir Palmeira), e do PSB, PCdoB e PCB. Antes de ser expulso do PDT por desentendimentos com Leonel Brizola saiu do partido e concorreu à presidência da república pelo PSB. Por realizar críticas ao governo federal, estando o PSB na base de sustentação do governo, Anthony Garotinho foi expulso do PSB. Em 2004, filiou-se ao PMDB. SILVA, Fabrício Pereira da. Anthony Garotinho. In: ABREU, Alzira Alves de et AL (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/> Acesso em 05/04/2011. Cabe destacar, que a vida política de Anthony Garotinho, como prefeito, governador e demais cargos nos primeiros escalões dos governos foram marcados por denúncias de corrupção e prisões.

A crise econômica, como expressão da vitória conjuntural do capital sobre os trabalhadores, atingia enormes proporções. O SEPE registrava:

O país vive uma das piores crises econômicas da sua história, com aumento do desemprego e falta de investimentos nas áreas sociais. Em menos de dois meses o salário-mínimo foi desvalorizado em quase 50%, se levarmos em consideração a sua relação com o dólar (hoje ele vale cerca de US\$ 60), um dos menores já pagos no país. A crise também aumentou a recessão, com o desaquecimento da economia e a conseqüente diminuição dos postos de trabalho³⁹⁴.

A sobrevalorização da moeda frente ao dólar, durante a criação do Real, o aumento dos juros, a privatização de empresas estatais e os cortes nas áreas sociais levariam a economia à recessão e os trabalhadores a uma profunda crise de desemprego e social. Na educação fluminense, as exonerações entre os funcionários da rede estadual continuavam revelando a superexploração do trabalho:

De julho de 1996 a dezembro de 98 exatos 1.842 funcionários das escolas da rede estadual se aposentaram ou exoneraram. É uma média de afastamento de mais de três pessoas por dia útil. Esses números são do Diário Oficial. O que assusta é que o número de pedidos de exonerações aumentou mais de quatro vezes no ano passado em relação a 1997³⁹⁵.

Em março, a CUT convocou para o “Dia Nacional de Luta”, no Rio de Janeiro, o SEPE levou às ruas a bandeira da campanha salarial “Não devo, nego e não pago” contra a responsabilização dos servidores públicos pela dívida do Estado, o pagamento da dívida externa e a política econômica do governo federal estadual³⁹⁶.

No pacote da reforma administrativa do estado, Anthony Garotinho anunciou um Plano de Demissão Voluntária (PDV) e o aumento da carga horária docente para 40 horas, preparando assim, o terreno para a política educacional que apresentaria à sociedade em janeiro do ano seguinte. Ao afirmar que ampliaria a jornada de trabalho para 40 horas, Garotinho acusou os servidores de não cumprirem o horário de trabalho nas repartições públicas e que, portanto, recorreria a mais um instrumento coercitivo: o ponto eletrônico.

Para o SEPE a articulação entre as políticas federais e estaduais era evidente:

As práticas adotadas pelo governo estadual são as mesmas que tem sido aplicadas por diversos governos neoliberais, que são o arrocho salarial, o aumento da jornada de trabalho, as demissões e os ataques aos direitos adquiridos como paridade para os aposentados, a criação de fundos de previdência e o aprofundamento do

³⁹⁴ BOLETIM do SEPE. Rede Estadual. Rio de Janeiro, 05-03-1999.

³⁹⁵ Conselho de Classe. Ano VI, nº 30, 28-01-99.

³⁹⁶ BOLETIM do SEPE. Rede Estadual. Rio de Janeiro, 19/03/1999.

desmantelamento do Estado³⁹⁷.

Em reposta, o SEPE entregou estudo à SEE sobre os vencimentos dos professores concursados para 40 horas, comprovando que havia horas de trabalho não pagas, quando comparadas a situação salarial dos professores de 16h. O estudo embasou a exigência de reparação salarial (correção dos R\$ 873,60 para R\$ 1.103,60) ou redução de carga horária para 26 tempos de aulas semanais, através do restabelecimento da proporcionalidade entre as cargas horárias diferenciadas.

A previdência social dos servidores também seria reestruturada pelas ações político-administrativas do governo. De acordo com a Emenda Constitucional nº 20 aprovada no Congresso Nacional - que determinava a criação de fundos previdenciários para o funcionalismo público em um prazo de seis meses - o Governo de Anthony Garotinho enviou à ALERJ o PL nº 03/99, instituindo o Fundo Único de Previdência Social, o “Rio Prev”. Sem qualquer discussão com as entidades representativas do funcionalismo público ou até mesmo deputados da base governista, o projeto de lei recebeu uma proposta de substitutivo excluindo o Poder Judiciário, o Tribunal de Contas do Estado, o Ministério Público e o Poder Legislativo do fundo previdenciário, mantendo-os no regime anterior.

Para o SEPE, outra faceta da política neoliberal, a municipalização da educação das séries iniciais, incidia sobre o movimento dos trabalhadores em educação por, pelo menos, dois ângulos principais, tanto o do desmonte da educação, pela incapacidade dos municípios de atenderem a demanda renunciada pelo estado, quanto pelo desmonte da estrutura sindical destes trabalhadores através da fragmentação sindical por municípios. Ambos os aspectos preocupavam o SEPE:

A municipalização por si só não garante a democratização do ensino, nem a descentralização do poder de decisão, não assegura a participação da sociedade, podendo favorecer o clientelismo local. Não são poucos os municípios onde há denúncias de malversação de verbas públicas, favorecimento político e incompetência administrativa. Em função disso, o SEPE tem se colocado contra a municipalização. E não apenas isso. Um problema que muito nos tem preocupado é a desestruturação da organização sindical, particularmente nos municípios onde as redes não estão filiadas ao SEPE – o que já é fato em vários municípios como Barra do Pirai e Angra dos Reis onde o sindicato dos servidores do município se julga [sic] representante dos trabalhadores da educação³⁹⁸.

³⁹⁷ Boletim do SEPE. Rede Estadual. Rio de Janeiro. 29-09-1999, p.3.

³⁹⁸ CONSELHO de Classe, ano VI, nº 30. Rio de Janeiro, 28/01/1999. Cabe indicar que as disputas pela representação dos trabalhadores em educação e a construção do núcleo do SEPE no município de Angra dos Reis foi analisada em meu primeiro trabalho monográfico sobre o sindicalismo da educação (MIRANDA, 2003).

No que diz respeito ao primeiro problema apontado pelo SEPE ao projeto, aqueles municípios que não conseguiram arcar com suas despesas, via FUNDEF e demais impostos, deveriam buscar a iniciativa privada, recorrendo à solução privatista. Já com relação ao segundo apontamento do SEPE, o da fragmentação da categoria, tratava-se, em grande parte, de uma questão corporativa, uma vez que revelava que o SEPE não tinha a mesma inserção no interior do estado que na capital e que, teoricamente, não havia impedimentos para que os trabalhadores compusessem a base do SEPE através dos núcleos municipais, ainda que seja necessário considerar a recusa de certos municípios em realizar o recolhimento voluntário da contribuição dos filiados.

O Coordenador do SEPE, Danilo Serafim, avaliou que os momentos de recuo da política de municipalização no governo Marcelo Alencar, tiveram menos relação com a resistência da categoria e mais com a política de financiamento regulamentada pelo FUNDEF:

Pela lógica do FUNDEF, dos 91 municípios do Estado do Rio de Janeiro, 35 perdem recursos com o fundo. Incluindo o governo do Estado que perdeu em 1998 cerca de R\$ 350 milhões, referentes ao ICMS, FPE e IPI. Em função desta situação, o ex-governador Marcello Alencar, que imprimiu nos anos de 95, 96 e metade de 97 uma política de municipalização do ensino, congelou este processo a partir do 2º semestre de 1997. Não por que ele era contra a municipalização mas sim, em função da perda de recursos com relação ao FUNDEF. Espertamente, ao apagar das luzes e já prestes a deixar o cargo, o ex-governador no dia 17/12/98 municipalizou centenas de escolas. Esta atitude não só desrespeitou a democracia, como também, deixou milhares de professores e funcionários sem escola³⁹⁹.

Duas mobilizações nacionais denunciariam o quadro de insatisfação dos trabalhadores da educação com as reformas de redução das chamadas políticas sociais do estado⁴⁰⁰.

As manifestações do dia 26 de agosto de 1999, das quais participaram os militantes do SEPE, levaram mais de 100 mil pessoas à Brasília pelo “Fora FHC e o FMI”. A partir desse quantitativo de trabalhadores que a oposição ao governo federal conseguiu reunir, a discussão em torno da greve geral voltou à tona. Definiu-se também a realização da Marcha em Defesa da Educação, para o combate às políticas de destruição da escola pública, através da apresentação de uma pauta nacional, ao que o SEPE somou a das reivindicações estaduais.

³⁹⁹ MUNICIPALIZAÇÃO do ensino de 1º grau. In: Conselho de Classe. Ano VI, nº 30, 28-01-99.

⁴⁰⁰ Cf. SAVIANI (1998, p. 2), na medida em que a sociedade capitalista se constitui, tendo no Estado o seu elemento regulador, favorecerá os interesses privados sobre os interesses da coletividade. Assim, configura-se o caráter anti-social da “política econômica” e para “contrabalançar” os seus efeitos é que se produz, no âmbito do Estado, a política social. SAVIANI, Dermalva. Da nova LDB ao novo plano nacional de educação: por uma outra política educacional. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

As reivindicações nacionais dos trabalhadores da educação diziam respeito às seguintes questões: 1) ampliação dos recursos para a educação: 10% do PIB nacional para a educação em todos os níveis e modalidades; 2) garantia de vagas na escola pública para todos, em todos os níveis e modalidades; 3) erradicação do analfabetismo; 4) garantia de custo aluno–qualidade; 5) realização de um amplo censo escolar que abranja todos os alunos; 5) política de enfrentamento à violência nas escolas; 6) críticas às formas de racismo praticadas na educação e na sociedade; 7) realização de um censo educacional, demonstrando o índice real de desescolarização; 8) combate ao trabalho infantil; 9) prejuízos da nova legislação para a educação profissional; 10) falta de participação política dos profissionais da educação; 11) crítica à avaliação educacional desenvolvida pelo MEC⁴⁰¹.

E, quanto à realidade das lutas estaduais, traduziam-se pelas bandeiras: 1) Chega de decreto! 2) Não mexa no plano de carreira! 3) Concurso para os funcionários da educação! 4) Não aceitamos calote: pagamento imediato dos atrasados; 5) 5 anos sem reajuste: aumento já para todos; 6) Bolsista não, concursados sim!⁴⁰²

No Rio de Janeiro, no dia 5 de outubro, mais de mil profissionais de educação das redes municipal carioca e estadual se somaram à população para o lançamento da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, organizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), pelo Fórum Nacional de Luta por Trabalho, Terra e Cidadania e por outros sindicatos. As redes estadual e municipal realizaram paralisação integral para denunciar também o corte de verbas no setor educacional nos governos Anthony Garotinho e Luiz Paulo Conde.

As mobilizações que antecederam ao ato nacional repercutiram positivamente para o movimento. Embora tenha ocorrido um enfrentamento entre policiais e manifestantes, com a apreensão do carro de som do SEPE pela polícia militar, uma comissão foi recebida pelo subsecretário de educação Lincoln Araujo. A comissão⁴⁰³ cobrou a revogação do ofício que aumentava a carga horária de professores e funcionários e o descongelamento do plano de carreira. Na semana seguinte, a secretaria estadual de educação recuaria em relação à implementação das 40h semanais de trabalho na rede.

A medida era considerada inconstitucional, pois feria o contrato de trabalho dos professores, não correspondendo a nenhum aumento de salário; ao contrário, aumentaria o arrocho salarial, pois o profissional ficaria sujeito a trabalhar mais e

⁴⁰¹ SEPE. Boletim Especial. Rio de Janeiro. Nº 1, setembro, 1999.

⁴⁰² Idem, Ibidem.

⁴⁰³ Composta pelos coordenadores do sindicato Danilo Serafim, Beatriz Lugão, Roberto Simões, Gualberto Tinoco e Gesa Linhares.

receber menos. Foi colocado, também, que o não pagamento dos triênios congelados desde 95 dos 12% entre os níveis do Plano de Carreira é considerado um calote por parte do governo, já que são direitos adquiridos pelos profissionais de educação⁴⁰⁴.

O descongelamento do plano de carreira foi objeto da audiência com a nova secretária de educação, Lia Faria, que se comprometeria com o pagamento do direito.

Na Cinelândia, o movimento exigiu dos vereadores que vetassem a segunda parte do projeto da reforma administrativa do prefeito Luiz Paulo Conde, das quais podemos aqui destacar a mudança no regime de admissão de servidores, através da substituição do RJU pelo regime celetista e o desmonte do plano de carreira via pagamento de gratificações, na direção da reforma do Estado anteriormente apontadas.

Após o ato na Central do Brasil e o lançamento da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, organizados em uma caravana de vinte e dois ônibus, as/os trabalhadoras/es seguiram para Brasília, para integrarem a marcha contra as políticas neoliberais do governo FHC para a educação.

Nos primeiros dias do ano de 2000, a equipe técnica do governador Anthony Garotinho, por meio do decreto 12.959⁴⁰⁵, instituiu o programa “Nova Escola”. Sem dúvida, a política neoliberal alçava novo patamar no campo educacional, no estado do Rio de Janeiro.

O pacote administrativo e educacional, além do aprofundamento da política de gratificações através da hierarquização de um prêmio de R\$ 100,00 para professores e de R\$ 50,00 para os funcionários, precarizou mesmo a situação contratual de professores estáveis através da criação da GLP (Gratificação por Lotação Prioritária). A GLP dobrava a carga horária docente sem o equivalente salarial, através do pagamento de uma gratificação no valor de R\$ 370,00, para que professores aumentassem provisoriamente a sua carga horária, sem o pagamento de direitos tais como o 13º salário e férias⁴⁰⁶.

Tais medidas governamentais, ao contrário do objetivo proclamado, não impediram que as manifestações da crise da educação pública voltassem a ocorrer no início do período letivo. As dificuldades vivenciadas pela população no acesso às vagas das escolas públicas estaduais suscitaram não apenas o confronto do SEPE com o governo, mas do governo com os pais e destes com o governo.

Muitos pais não conseguiram vagas para os seus filhos em colégios situados nos bairros próximos às suas residências, através do sistema telefônico de pré-matrícula, o

⁴⁰⁴ CONSELHO de Classe. Ano V, nº 28. Rio de Janeiro, 07/10/1999.

⁴⁰⁵ Decreto nº 25959 de 12 de janeiro de 2000 do Rio de Janeiro, institui o Programa Estadual de Reestruturação da Educação Pública – Programa Nova Escola.

⁴⁰⁶ Apesar de não ser compulsória, a GLT contou com muitas adesões devido aos baixos salários.

Disque-Educação. Diante do volume de reclamações da comunidade escolar em torno da incapacidade do Estado em garantir o acesso dos estudantes às escolas públicas, a secretária estadual educação culpabilizou as vítimas, na imprensa:

“Tem pai que é acomodado e só considera a escola próxima quando o aluno pode ir a pé”, justificou a secretária estadual de educação, Lia Faria. “A lei permite o passe livre aos estudantes uniformizados da rede pública”, lembrou⁴⁰⁷.

Em seguida, a matéria do jornal *O Dia*, trazia exemplos do ocorrido:

A “acomodada” Lucinéia Aguiar Menezes Machado, 35 anos, está há três dias tentando conseguir a transferência de seu filho. Leandro Aguiar Menezes Machado, 14, morador de Campo Grande, foi alocado no Ciep que fica na Rocinha, São Conrado, a cerca de 70 quilômetros de sua casa. Para chegar à escola, ele precisa pegar três conduções. São duas horas de viagem⁴⁰⁸.

E o de um aluno matriculado em escolas inexistentes:

A empregada doméstica Maria Célia Cantuária, 49, recebeu uma carta confirmando a vaga do filho para o Colégio Municipal Professora Luisa Marinho, à Rua Pereira da Costa 101. Quando chegou ao endereço, descobriu que a escola não existia. No prédio, funcionava um colégio particular. (...) A secretária Lia Faria explicou que, devido ao aumento da procura por vagas, 24 prédios foram alugados para oferecer novas salas de aula. O edifício à Rua Pereira Costa foi um deles, mas, por questões jurídicas, o contrato ainda não foi oficializado⁴⁰⁹.

Frente às ofensivas do governo Garotinho à educação, a categoria deliberou por uma greve de advertência nos dias 22, 23 e 24 de fevereiro, para dar início à campanha salarial. Ao mesmo tempo, o sindicato iniciou uma campanha publicitária, através da distribuição de cerca de cem *outdoors*, contra as políticas de Garotinho, denunciando, por exemplo, a falta de estrutura nas escolas, que não garantiu o atendimento da demanda da comunidade por vagas e a incapacidade da Gratificação por Lotação Prioritária (GLP) em resolver a falta de professores.

O SEPE avaliou que a greve de advertência provocou o governo:

Garotinho não poupou verbas públicas para comprar espaço nos grandes jornais e publicar matérias pagas contra o SEPE e ameaçando diretores com a demissão. Irritado com a campanha publicitária do sindicato, que desmascarou a farsa da sua política educacional, Garotinho pressionou o prefeito Conde a promover a retirada dos *outdoors* do SEPE e, até, a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito

⁴⁰⁷ COLÉGIO longe, greve perto. *O Dia*. Rio de Janeiro. 03-02-2000.

⁴⁰⁸ Idem, *Ibidem*.

⁴⁰⁹ Idem, *Ibidem*.

(CPI) na ALERJ para apurar a atuação do SEPE⁴¹⁰.

As retaliações do governo chegariam ao corte do repasse da contribuição voluntária dos filiados ao SEPE⁴¹¹. Tal estratégia, ilegal, recorrentemente utilizada pelos governos, desestruturava o funcionamento da entidade que, concomitante às lutas da categoria, buscava soluções através do Tribunal de Justiça do Estado do RJ, da OIT, e de campanhas aos filiados para a realização de depósito da contribuição em conta aberta para tal fim. Contudo, o déficit financeiro atacava politicamente as ações sindicais.

Os mecanismos de controle e de privatização da educação, via Programa Nova Escola⁴¹², tornavam-se evidentes com a instituição do Sistema Permanente de Avaliação das Escolas da Rede Pública Estadual de Educação e a divulgação dos critérios dessa avaliação a ser realizada pela iniciativa privada, a Fundação Cesgranrio. A avaliação das escolas estava diretamente vinculada à concessão de gratificações que poderiam variar de R\$ 100,00 a R\$ 500,00. Cabe adiantar que para atingir os maiores índices na avaliação as escolas deveriam conseguir investimentos privados:

Na ótica do Nova Escola, fará jus à maior gratificação a escola que menos reprovar seus alunos e mais dinheiro arrecadar junto às empresas privadas para reforma da infra-estrutura, o que compromete o caráter da escola pública em nosso estado⁴¹³.

No Artigo 2º, do Decreto 25959/00, a precedência quanto a “Gestão Escolar”, em detrimento do “Processo Educativo” revelava que a base sobre a qual se assentava o projeto era a da transformação das relações administrativas nas unidades escolares. Podemos demonstrar essa hipótese através dos aspectos considerados para a avaliação: a) o gerenciamento de recursos humanos, b) a aplicação dos recursos financeiros, c) a infra-estrutura física, d) o programa Nutrição Escolar, e) integração da escola com a comunidade.

O objetivo fim da educação, o processo educativo propriamente dito, ocuparia posição secundária na escala avaliativa. Para tal, a avaliação do processo educativo deveria considerar os produtos, ou seja, a evasão escolar, a repetência e a distorção série-idade, além do rendimento escolar.

A política do Programa Nova Escola trouxe impactos salariais negativos e imediatos ao conjunto da categoria. Para ficarmos em dois exemplos, neste momento, há o dos professores lotados em escolas municipalizadas e o ataque ao plano de carreira.

⁴¹⁰ BOLETIM do SEPE. Rede Estadual. Rio de Janeiro, 25/02/2000.

⁴¹¹ Em cinco meses, cerca de R\$ \$50 mil foram retidos pelo governo estadual.

⁴¹² Decreto nº 25959 de 12 de janeiro de 2000.

⁴¹³ BOLETIM do SEPE. Rede Estadual. Rio de Janeiro, 31-07-2000.

No primeiro caso, os professores do estado, que com o processo de municipalização do ensino fundamental foram transferidos para unidades escolares administradas pelas prefeituras, ficaram excluídos da gratificação do projeto Nova Escola.

No segundo, o plano de carreira, conquista das greves de 1986 a 1989, era atacado em vários aspectos, principalmente através da avaliação por desempenho que estabelecia uma gratificação por produtividade, mas também quanto à exclusão dos aposentados e pensionistas, ou seja, quebrava a isonomia salarial⁴¹⁴.

Além disso, o programa previa a alteração dos contratos de trabalho, através da extinção dos Cargos de Docentes I e II, na carga horária de 16 e 20 horas e a ampliação para 30 horas do Cargo de Professor I, e para 40 horas a do Cargo de Professor II. Porém, o governo foi obrigado a recuar neste aspecto.

No IX Congresso "500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular" as sete teses defendidas no plenário⁴¹⁵ debateram o avanço das políticas neoliberais, a repercussão para os movimentos da classe trabalhadora e a crise no interior do SEPE⁴¹⁶.

A relação entre as forças políticas presentes na composição da diretoria do SEPE nunca foi de consensos, entretanto, neste momento, as dificuldades de organização da categoria emergiam e seriam atribuídas a diferentes causas⁴¹⁷.

Em pelo menos duas teses, a 2 e a 7, as causas de tais dificuldades seriam responsabilidade da direção do sindicato. Para os integrantes da tese 2, a atuação do sindicato era diretamente responsável pela dificuldade em resistir às políticas dos governos municipal, estadual e federal. Para os autores, havia um processo de burocratização da diretoria e o critério da proporcionalidade na eleição deveria ser alterado.

Para a tese 5, a questão do distanciamento entre a diretoria e base também se colocava, no entanto não se tratava de uma questão política. Em outras palavras, a paralisia

⁴¹⁴ A referida paridade contida no plano diz respeito aos salários de professores I e II, quando possuem a mesma formação. Contudo, os pisos salariais não são paritários e a carga horária é diferenciada, resultando ao professor do 1º segmento um salário menor que o do professor de 2º segmento. Tal discriminação nunca se constitui como objeto de luta, no SEPE, pela equiparação.

⁴¹⁵ Conselho de Classe. Ano VI, nº30, 08-06-2000, p.6.

⁴¹⁶ Principais bandeiras de luta aprovadas no congresso: Todo apoio à luta dos trabalhadores de todo o mundo; Contra a intervenção dos EUA na Colômbia; Apoio à luta dos estudantes da Universidade Nacional do México; Imediata libertação de Mumia Abu Jamal; Fora o FMI de toda a América Latina; Fora FHC; Apoio ao MST e à reforma agrária dos trabalhadores; Apoio à luta por um salário mínimo digno e aumento já para todos os salários; Contra o pagamento das dívidas interna e externa; Contra as privatizações e pela reestatização sem indenizações das empresas privadas; Pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário; Pela taxação das grandes fortunas; Pela manutenção dos nossos direitos e construção da greve geral (Cf. Conselho de Classe. Ano VI, nº30, 08-06-2000, p.4).

⁴¹⁷ Não é possível identificar as forças políticas que propuseram as teses, posto que as mesmas foram reorganizadas até a realização do congresso, porém, há o registro dos representantes de cada tese que realizaram a sua defesa, *In*: Conselho de Classe. Ano VI, nº30, 08-06-2000, p.6, a saber: Tese 1- Wilton Porciúncula, Tese 2- Marco Túlio, Tese 3 - Danilo Serafim, Alcebiades Teixeira e Guilhermina Rocha, Tese 4- Gualberto Pitêu e Mônica Lins, Tese 5 - Vera Freitas e Guaraci, Tese 7 Marcos Romão, Beatriz Lugão e Alayr, Tese 8 - Roberto Simões.

política do SEPE não seria culpa de uma determinada tendência política, mas da própria estrutura do sindicato.

Nas teses acima, colocava-se a questão da burocratização sindical e incapacidade de avançar no enfrentamento ao conjunto das políticas neoliberais.

Com um confronto aberto no interior da direção, houve a deliberação de greve na rede estadual, no dia 2 de outubro, pela incorporação de abonos e gratificações ao piso salarial, pelo cumprimento da lei dos planos de carreira e pela realização de concurso público. Enquanto a SEE falava de um percentual de 1% de adesão, o SEPE afirmava que a greve atingia de 50 a 60% dos professores das quase duas mil escolas estaduais.

As duas semanas de greve garantiram a aprovação pela Assembleia Legislativa de incorporação dos abonos de 1995 e 1998, para professores e funcionários. Em seguida, o Supremo Tribunal Federal derrubou o recurso do estado contra uma ação do SEPE e da UPPEs, aberta há três anos, pelo cumprimento do Plano de Cargos e Salários. Cabe lembrar que o referido Plano fora objeto de negociação entre o sindicato e a secretário do governo Anthony Garotinho, no ano anterior. Se a negociação não garantiu o pagamento do Plano de Carreira, tampouco a vitória jurídica.

Naquele primeiro ano de exercício do Projeto Nova Escola, as avaliações externas classificaram todas as escolas que se inscreveram no programa no nível 1, o que significou uma gratificação de R\$ 150,00 para docentes e de R\$ 50,00 para funcionários.

No município do Rio de Janeiro, o maior repasse de verbas do FUNDEF dentre os municípios brasileiros não foi revertido em valorização profissional e prefeito Luiz Paulo Conde⁴¹⁸ chegou ao final do mandato acusado de desvio de verbas dos recursos do FUNDEF. Cabe destacar que o prefeito já havia sido denunciado ao Tribunal de Contas por superfaturamento na compra da merenda escolar, que foi comprovado no Processo TCMRJ- 12840/97⁴¹⁹.

A pauta da campanha salarial de 2001 da rede estadual poderia ter sido a de, praticamente, qualquer ano da década de 1990. Não por coincidência, receberia o tema: “Nova escola, velhas mentiras” e teria os seguintes eixos: reajuste para todos em 1º de maio; trabalho igual, salário igual, paridade com integralidade; manutenção do calendário de eleição de diretores; cumprimento do plano de carreira; fim da municipalização do ensino; manutenção das 30 horas semanais para funcionários administrativos. Depois se

⁴¹⁸ Como aliado de Anthony Garotinho também se filiou ao PDT.

⁴¹⁹ COELHO, Eliomar. O Caos do Conde ou o Conde do Caos. IN: Conselho de Classe, ano VI, nº 29. Rio de Janeiro, 01/03/2000.

acrescentaria às reivindicações o repasse da contribuição dos filiados descontado em folha e a anulação do corte de parte das licenças sindicais.

Todavia o sindicato deparava-se com a introdução de um novo mecanismo de desorganização da categoria via projeto Nova Escola, o da competitividade intra-categoria. Ao vincular gratificações diferenciadas aos profissionais de acordo com o resultado da avaliação - paga com dinheiro público à CESGRANRIO – o Programa Nova Escola, além de afetar a isonomia salarial da categoria, introduziu o critério de produtividade no trabalho e a hierarquização das unidades escolares.

Segundo a avaliação da CESGRANRIO, publicada no Diário Oficial (06/02/2001),

Para as escolas classificadas no nível 2 (1.505), 46.495 professores terão direito à uma gratificação de R\$200,00 e 17.823 funcionários administrativos R\$ 100,00. No nível 3, 261 unidades terão direito à gratificação de R\$300,00 para os professores e R\$ 150,00 para os funcionários. Somente 98 escolas foram classificadas no nível 4 e nenhuma no 5⁴²⁰.

Para o SEPE:

Esta ação causa, acima de tudo, uma profunda e completa indignação da categoria, pois além do caráter arbitrário e injusto do processo de avaliação, fomenta um espírito de competição entre os profissionais, o que parece ser a intenção velada de mais uma aberração do governo⁴²¹.

O corte do repasse financeiro ao sindicato, em contrariedade à liberdade sindical, denunciado à organização Internacional do Trabalho (OIT) e ao Tribunal de Justiça permanecia sem solução. Em entrevista na rádio CBN, Garotinho justificou o corte do repasse das contribuições da seguinte forma:

Cortei o repasse por que o SEPE estava gastando o dinheiro da contribuição dos professores para colocar mentiras em outdoors sobre a minha política educacional⁴²².

Para a promoção da política educacional do governo de Garotinho, além dos ataques aos trabalhadores da educação em sua organização coletiva, ao estabelecer a premiação pela suposta meritocracia, o governo dissimulava a realidade das escolas públicas. Não faltaram denúncias do sindicato quanto ao lançamento de notas fictícias em documentação oficial dos alunos em disciplinas em que os mesmos não tiveram professores, quanto à postergação do calendário de eleição para diretores e de aluguéis

⁴²⁰ CONSELHO de Classe. Ano VI, nº31, 08-02-2001, p.3.

⁴²¹ Idem, Ibidem

⁴²² BOLETIM do SEPE. Rede Estadual. Rio de Janeiro. 09-05-2001.

superfaturados de prédios de estabelecimentos de ensino particulares falidos ou em crise financeira. Com relação a esta última ação da secretaria estadual, a categoria exigiu a estatização dessas escolas, sem direito à indenização, conseguindo que a SEE suspendesse o pagamento irregular de tais contratos.

A intransigência do governo do estado resultou na radicalização das manifestações. Cerca de 600 trabalhadoras e trabalhadores, um número significativamente inferior a assembleias de deflagração de greves anteriores, votaram por greve de ocupação por tempo indeterminado, tendo como eixos: a incorporação de todos os abonos e o cumprimento da lei dos planos de carreira dos professores e funcionários administrativos; fim do projeto Nova Escola; audiência com o governador Anthony Garotinho.

Mais uma vez o governo tentou encaminhar a incorporação de gratificação somente para os docentes, mas a unificação do movimento garantiu a incorporação ao conjunto dos trabalhadores da educação, inclusive aos aposentados. A greve chegou ao fim com a incorporação das gratificações de R\$164,00 e de R\$115,00 aos salários dos professores e de R\$ 30,00 e R\$ 50,00 aos salários dos funcionários. Não se tratava, no entanto, do fim do Programa Nova Escola.

Para o movimento:

A greve foi vitoriosa porque derrotamos uma lógica própria da política neoliberal que busca derrubar os salários com mecanismos de abonos⁴²³.

No entanto, o SEPE afirmava que:

Embora o índice de adesão dessa greve não fosse o que estamos acostumados antes, conquistamos o abono dos dias parados. Essa vitória deixa claro que quanto mais unidade tivermos, menos ameaçados estaremos pelo código 61 e pelas direções autoritárias, porque temos força para derrotar o próprio governo⁴²⁴.

Entretanto, um dos itens negociados durante a greve, o envio à ALERJ de mensagem com a incorporação das gratificações dos professores de 40h não foi cumprido pelo governo. A assembleia de 24 de novembro decidiu que caso a pauta negociada - gratificação aos professores de 40h e de cumprimento do plano de carreira - não fosse plenamente atendida, seria realizada greve no início do ano de 2002.

O cumprimento do plano de carreira estava intimamente vinculado, no caso, à extinção do Programa Nova Escola, o que não ocorreu. Na avaliação anual do programa, nenhuma escola atingiu o nível máximo (nível 5), a maioria ficou no nível 2 (78,4% ou

⁴²³ BOLETIM DO SEPE. Rede Estadual. Rio de Janeiro. 26-10-2001, p.1.

⁴²⁴ Idem, Ibidem.

1.505 escolas), o que significava gratificações de R\$ 200,00 para os docentes e de R\$100,00 para funcionários.

As eleições para o sindicato contaram com a disputa de quatro chapas e o seu resultado garantiu a maioria à duas forças políticas⁴²⁵ na composição da diretoria⁴²⁶ de acordo com os critérios de proporcionalidade.

O final do governo de Anthony Garotinho – antecipado devido a disputa para as eleições presidenciais – seria marcado por greve decretada no início do período letivo e solicitação do SEPE aos deputados da ALERJ de abertura de um processo de *impeachment* de Garotinho por causa do seu descumprimento da determinação da Justiça Federal de pagamento do Plano de Carreira, congelado desde 1996.

Pressionado pelo movimento e pelo Tribunal de Justiça, Anthony Garotinho publicou um decreto para o pagamento do plano de carreira em seis parcelas, excluindo funcionários administrativos e professores de 40h.

Em passeata até a Secretaria Estadual de Educação, o movimento simulou um cortejo fúnebre do governador, com um boneco de pano com corpo do mosquito *aedes aegypti*, dentro de um caixão, no dia 26 de março, às vésperas da saída de Garotinho do governo, para concorrer às eleições presidenciais. A saída do PDT do governo do Estado foi marcada pela lavagem da escadaria da ALERJ, ato de protesto realizado pelo SEPE.

⁴²⁵ Resultado das eleições para a direção do SEPE 2001-2003: **Chapa 1:** “Juntos na luta fazemos o SEPE mais forte!” obteve 6.183 votos, o que corresponde a 39,83% do total de votos; **Chapa 2:** “SEPE de Luta e Democracia se faz com a Categoria”, obteve 4.895 votos, o que corresponde a 31,53% do total de votos; **Chapa 3:** “Oposição Muda SEPE” obteve 2.563 votos, o que corresponde a 16,51% do total de votos; **Chapa 4:** Renovar, Democratizar, Fortalecer o SEPE – no Chão da Escola”, obteve 1.884 votos, o que corresponde a 12,14% do total de votos. O Resultado das eleições garantiu na composição proporcional da diretoria, a maioria dos cargos à militantes da corrente Democracia Socialista (PT) e ao PSTU, além das demais forças políticas tais como Articulação Sindical (PT), Força Socialista (PT) e Movimento Terra Trabalho e Liberdade (MTL). Ver a composição das chapas nos anexos.

⁴²⁶ **Coordenação Geral:** Sérgio Paulo Aurnheimer Filho, Soneli Antunes Ardt, Vera Lúcia da Costa Nepomuceno, José Messias dos Santos, Adelson Ribeiro Telles e Maria Beatriz Lugão Rios. **Coordenação da Capital:** Paulo Cesar Souza/Greyce Kelly Fernandes de Almeida, Gualberto Izaías de O. Tinoco, Wilton Porciúncula Alves, Claudio Monteiro de Andrade, Maria Ribamar Pinheiro de Moura/ Suzete Paiva dos Santos. **Coordenação do Grande Rio:** Carlos Henrique Sampaio de Farias/José Carlos Mayrink da Costa, Ana Claudia Nery de Mesquita e Alex Sandro Trentino. **Coordenação do Interior:** Paulo Cesar Rimes, Danilo Garcia Serafim, Maria das Dores Pereira Mota, Jerônimo Oliveira Silva/Amaro Sergio da Silva Azevedo, Maria Izabel Bastos Rocha, Pedro Ney Maximiano Alves e Delma Maria Médici. **Secretaria de Finanças:** Adelaide Cavalcanti Santana, Humberto dos Santos e Pedro Paulo Sampaio de Farias/Kátia Cristina de Moraes Cardoso. **Secretaria de Organização:** Maria Angélica da G. C. Coutinho, Claudio Lacerda e Silva/Tatiana Jacinto Borges. **Secretaria de Imprensa:** Alayr Rodrigues Pessoa Filha, Dione Souza Lins e Edna de Oliveira Félix. **Secretaria de Assuntos Jurídicos:** Lilian Pontes da Silva, Maristela de Ávila Abreu e Wanderley de Jesus Gonçalves. **Secretaria de Assuntos Educacionais:** Eugênio Maria de A. Almeida, Antonio Claudio de Andrade e Renato Gonçalves dos Santos/Isabella Motta de Oliveira Pinto. **Secretaria de Cultura e Formação:** Marco Túlio Paolino e Roberto Alves Simões. **Secretaria de Gênero, Anti-Racismo e Opção:** Cesar de Miranda e Lemos e Marize de Oliveira Pinto. **Secretaria de Saúde:** Gesa Linhares Correa, Alcebíades de Souza Teixeira Filho e Eduardo Henrique S. de Almeida. **Secretaria de Funcionários:** Paulo Cesar Romão da Silva, Augustus Miguel Archanjo da Paixão, Jalmir Gomes Ribeiro da Silva, Carlos Alberto de S. Pimentel. **Secretaria de Aposentados:** Sibila do Amaral Oliveira, Dulcinéia de Lima Pereira e Neuza Maria Fonseca Estrella. **Suplentes:** Teones Pimenta de França, Guaraci Antunes de Freitas, Augusto Ferreira, Vera Lucia de Freitas, Robson Lopes Trajano, José Muniz Navegantes, Maria de Fátima Soares, Andrea de Araújo Cassa, Dylsa Bezerra de Castilho, Armando Ferreira de Lima/Vagner Gomes de Souza, Isabel Cristina Gomes da Costa e Rosa Ferreira Neves.

A recém empossada governadora Benedita da Silva, então vice-governadora de Anthony Garotinho, e o secretário de educação Willian Campos receberam o SEPE nos primeiros dias do mandato do PT, formando uma comissão entre o governo e os dirigentes do SEPE para estudo e negociação das reivindicações da categoria que mantinha a greve.

Criou-se uma expectativa, no seio do movimento e em grande parte dos dirigentes sindicais, de que o governo do Partido dos Trabalhadores estaria aberto à negociação com o sindicato. Contudo, rapidamente a governadora Benedita da Silva demonstraria o contrário. Também por decreto, Benedita definiu o pagamento do plano de carreira em parcelas de até 13 meses e, como resposta à continuidade de greve da categoria, determinou o corte de salários dos grevistas.

A greve durou 77 dias e foi considerada, pelo sindicato, a de maior participação dos últimos dez anos, conforme o balanço da greve publicado no Boletim do SEPE⁴²⁷. Entretanto, os ganhos imediatos da greve se resumiram à criação de três comissões de trabalho com o governo, para o suposto atendimento das reivindicações. As reivindicações que levaram a categoria a uma longa greve, nos meses de março, abril e maio, seguiram sem solução ao longo dos encontros das comissões propostas pelo governo.

O SEPE avaliou a greve como vitoriosa,

Resultou na incorporação das duas principais gratificações para toda a categoria-, a greve de 2002 conseguiu recuperar o reconhecimento oficial do plano de carreira do magistério. Claro que isso não ocorreu nos moldes do que pretendíamos, mas não pode deixar de ser considerado um avanço⁴²⁸.

Uma análise, apresentada no Congresso seguinte da entidade, concordaria com a importância da greve, porém destacou que a mesma ocorreu apesar da direção da entidade, cujo papel de "traição" ao movimento ficaria evidente durante a campanha eleitoral e na negociação com o governo estadual do PDT/PT:

A direção do SEPE traiu, quando pediu votos a Garotinho/Benedita na expectativa de que um governo do PDT/PT pudesse atender às reivindicações da categoria. Inocência ou oportunismo? Traiu quando participou de comissões de trabalho junto com o governo, enquanto a categoria se desarmava para a luta. Traiu quando, ao invés de denunciar o PT por ter construído um "Cavalo de Tróia" para a categoria – O Programa Nova Escola-, na Subsecretaria de Educação, jogou água na fervura da revolta da categoria frente a este programa perverso, que quebra a isonomia e estimula o individualismo. Traiu quando, somente após três anos de governo, a categoria atropela a direção e organiza, em 2002, 77 dias de uma das maiores greves da história

⁴²⁷ BOLETIM do SEPE. Rede Estadual. Rio de Janeiro, 19/06/2002, p. 3.

⁴²⁸ VITÓRIA na greve comprova força da mobilização da rede estadual em 2002. Boletim do SEPE. Rio de Janeiro. 14/01/2003.

do SEPE⁴²⁹.

Na rede municipal do Rio de Janeiro, o sindicato reivindicaria condições de trabalho, reajuste salarial e a construção de um plano de carreira unificado de todos os trabalhadores da educação, através de seguidas paralisações. A insegurança e a violência, no interior das escolas, há muito vinham sendo denunciada pela categoria, contudo agravava-se com a falta de profissionais:

A falta de funcionários, como serventes e porteiros contribuiu para a insegurança nas escolas, com a ocorrência de acidentes (por vezes fatais) e a entrada e circulação de pessoas estranhas ao ambiente escolar⁴³⁰.

Entendida pelo SEPE como tática eleitoral para afirmar o sucesso do Projeto Nova Escola, as avaliações externas, divulgadas em 2002, garantiram aumento nas gratificações dos trabalhadores da maioria das escolas públicas: 24 escolas ficaram no nível 5, o mais alto da hierarquia avaliativa e, a maioria, no nível 3 (1039 escolas ou 55,3%).

As eleições estaduais foram vencidas pela esposa de Anthony Garotinho, Rosinha Garotinho.

Com o não pagamento do 13º salário aos servidores estaduais pelo governo Benedita, em fevereiro, cerca de 70% dos 400 mil servidores do Estado entraram em greve, consolidando o MUSPE (Movimento Unificado dos Servidores Públicos Estaduais). O MUSPE contava com a possibilidade de adesão dos policiais civis e servidores penitenciários⁴³¹. Os trabalhadores da educação sofreram ainda o corte do pagamento das gratificações do Programa Nova Escola, fato que provocou a reação imediata da categoria⁴³².

No dia 17 de fevereiro, as escolas da rede da Fundação de Apoio às Escolas Técnicas do Estado do Rio de Janeiro (FAETEC) engrossaram a greve geral dos servidores públicos estaduais, em passeata até o Palácio Guanabara. Os docentes continuavam a protestar contra as perseguições políticas no Instituto de Educação Normal Superior (ISERJ).

A passeata do movimento unificado dos servidores do judiciário, saúde, transporte e educação confrontou-se com a polícia e manifestantes pró-Rosinha. Tal tática, até então

⁴²⁹ TESE da Oposição Sindical: Resgatar o SEPE da direita. SEPE. Caderno de Teses do XI Congresso do SEPE/RJ. Rio de Janeiro, 9 a 11 de junho de 2005, p. 73.

⁴³⁰ BOLETIM do SEPE.Especial Estado/Municípios. Rio de Janeiro. 24-09-2002.

⁴³¹ SERVIDORES param por salário em dia. Rio de Janeiro. 17-01-2003.

⁴³² A gratificação do Nova Escola deixou de ser paga, em fevereiro, sob a alegação da Secretaria de Educação (SEE) e Secretaria de Administração (SARE), que o governo anterior não implementou as avaliações nas escolas estaduais e tal fato inviabilizaria o pagamento.

inabitual, da presença de militantes pagos pró-governo tornou-se constante nas mobilizações contrárias a governadora⁴³³.

A repressão do governo Rosinha seria maior ao longo da greve. O abraço dos servidores a ALERJ, ato promovido pelo MUSPE, terminou com a prisão de um dirigente do SEPE. Convocado pela Secretaria de Segurança do Estado para depor no inquérito que apurava o cerco ao carro da governadora Rosinha - que saiu pelos fundos do palácio durante o ato público, Gualberto Tinoco, conhecido como Pitéu, foi detido em função de um mandado de prisão expedido em 1976. Pitéu, funcionário da rede estadual desde 1994, lotado no cargo de servente do Colégio Estadual Mário de Andrade, fora preso em passeata estudantil em 1972, em plena ditadura militar, acusado de lesão corporal, dano ao patrimônio público, resistência à prisão e desacato à autoridade⁴³⁴. Obviamente a prisão configurava-se uma retaliação às lideranças ao movimento.

A truculência da polícia militar marcou as manifestações ocorridas em mais de dois meses de greve. No CETEP Quintino, três mulheres foram agredidas por seguranças da FAETEC e PMs em ato da APEFAETEC⁴³⁵ e MUSPE. A professora Themis de Melo, que sofreu fratura no braço registrou queixa na delegacia local⁴³⁶. As professoras de Volta Redonda, Nair da Silva Chocair e Carmélia Bafa de Sales, que sofreram escoriações nos braços, pediram abertura de inquérito policial, na 9ª DP, contra Clarissa Matheus, filha da governadora, por incitar os manifestantes pró-Rosinha contra os servidores estaduais⁴³⁷.

Sem propostas do governo para a regularização do calendário de pagamento dos servidores, vieram à tona escândalos do governo Anthony Garotinho, ao qual Rosinha Garotinho dava continuidade, como o do desvio de verbas de fiscais de renda da Secretaria Estadual de Fazenda⁴³⁸ e acusação de uso indevido da verba pública. As renúncias fiscais do governo também agravaram a situação dos cofres públicos:

Levantamento feito pelo jornal O Dia com base nos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e com informações de autos de infração da Secretaria de Estado de Fazenda mostra que pelo menos quatro empresas fiscalizadas pela Inspeção Grande Porte, entre janeiro de 1999 e abril de 2001, doaram R\$899.920 dos R\$ 3.479.229,91 arrecadados na campanha eleitoral pela atual governadora. O montante perdoado

⁴³³ BOLETIM do SEPE. Rede Estadual. Rio de Janeiro, 14/03/2003.

⁴³⁴ O SÍMBOLO de uma luta. *Folha Dirigida*. Rio de Janeiro. 11-03-2003.

⁴³⁵ Centro de Educação Tecnológica e Profissionalizante (CETEP) de Quintino - unidade da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (FAETEC).

⁴³⁶ Cf. BOLETIM do SEPE. Rede Estadual. Rio de Janeiro, 14/03/2003, p. 4.

⁴³⁷ Cf. BOLETIM do SEPE. Rede Estadual. Rio de Janeiro, 21/03/2003, p. 4.

⁴³⁸ No início do governo Rosinha Garotinho foi aberta a CPI do Propinoduto, na ALERJ para apurar denúncias de corrupção na Secretaria Estadual de Fazenda.

dessas quatro empresas chega ao valor de R\$ 9.794.375,58⁴³⁹.

A governadora afirmava que levaria até oito meses para regularizar o pagamento dos servidores⁴⁴⁰, que atrelava a regularização do mesmo ao pagamento dos *royalties* do petróleo. Somavam-se às denúncias o descumprimento de direitos trabalhistas, por parte das empresas contratadas pela Secretaria Estadual de Educação, para a limpeza e conservação das escolas e merenda.

Com os salários reduzidos e sem os pagamentos de parcela dos direitos trabalhistas, a campanha realizada pelo SEPE “Governadora, devolva o dinheiro que você nos tirou” chegou às rádios Globo, CBN e TV Bandeirantes e contou com 100 outdoors.

Ao contrário de realizar o pagamento imediato do 13º salário dos servidores, conforme a decisão do Órgão Especial de Justiça e sob a ameaça de ser denunciada pelo Ministério Público por crime de responsabilidade caso não o fizesse, a governadora cortou o salário dos trabalhadores em greve. Além da aplicação do código 61 (correspondente a greve e desconto) ao controle de frequência dos trabalhadores, a secretária de educação Darcília Leite, em audiência com o SEPE, afirmou que os grevistas perderiam o direito à GLP, que, a esta altura, representava significativa parte do orçamento dos trabalhadores da educação. Com essa ameaça, o movimento grevista perdeu a viabilidade.

A incapacidade de sobrevivência dos trabalhadores naquelas condições extremamente adversas - sem a gratificação e sob a ameaça de corte da GLP -, levou o movimento a sair da greve sem qualquer reivindicação atendida. A CUT não apoiara o movimento, pelo menos desde o governo petista de Benedita da Silva.

A experiência dos trabalhadores da educação com o corte súbito da gratificação, em um primeiro momento fortaleceu a greve e, dali para frente, teria como repercussão a radicalização da oposição ao Nova Escola, através da exigência de extinção do programa e incorporação da gratificação, com nível máximo para todos.

Ao final de 2002, o Partido dos Trabalhadores venceu as eleições presidenciais. A eleição de Luís Inácio da Silva mostrou-se, em pouco tempo, um ponto de inflexão na organização da classe trabalhadora brasileira. Essa situação não passou à margem dos posicionamentos dos trabalhadores de educação do Rio. A avaliação do SEPE, que apoiou o PT através de deliberação congressional⁴⁴¹, destacava tanto a importância da eleição de Lula como reação eleitoral às políticas neoliberais quanto as suas contradições:

⁴³⁹ PERDÃO de multas causa falência administrativa do Estado. Boletim do SEPE. Rede Estadual. 10-03-2003.

⁴⁴⁰ 13º em parcelas. *O Dia*. Rio de Janeiro. 16-01-2003.

⁴⁴¹ O X Congresso aprovou o apoio à candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência, da Coligação Lula Presidente: PT, PL, PCdoB e PMN.

Lula não vem sozinho. Carrega o peso de enormes contradições entre a origem no movimento sindical de vanguarda e as alianças por que optou em nome de chegar enfim à presidência. As alianças por si só já dizem alguma coisa, mas o que nos diz mais é o programa imposto por elas: a retirada do PT da organização do plebiscito nacional sobre a ALCA e o não apoio explícito do então candidato Lula, são exemplos de uma moderação programática condenável⁴⁴².

Assim, alertava o movimento:

O movimento tem diante de si uma conjuntura muito complexa e, nesse contexto de luta de classes, o nosso maior patrimônio é, sem dúvida, a independência de classe. Afastar-se da perspectiva colaboracionista, manter-se na perspectiva histórica de construção de uma nova ordem, sem explorados, é não se promiscuir em políticas de pacto social de governabilidade que só viabilizam o bem estar e a tranquilidade do capital em detrimento dos direitos do trabalhador⁴⁴³.

A Reforma da Previdência foi este ponto de inflexão. Desde o governo Fernando Henrique Cardoso, com a vitória da PEC 33/1995, aprovada em 1998 e o PL nº 9/1999 - a primeira tentativa de construção de uma previdência privada-, a categoria dos trabalhadores da educação mobilizou-se contra a totalidade da proposta de reforma previdenciária e, em particular, contra o fim da aposentadoria especial dos professores. Diante da proposta de nova reforma, comprimindo ainda mais os direitos dos trabalhadores (especialmente do serviço público), o SEPE enviou uma carta ao presidente e ao Ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, com críticas à proposta, que o governo buscava levar à votação ainda no primeiro semestre de 2003. Criticava-se não só o fim da aposentadoria especial, mas também as propostas de teto único, aposentadoria complementar e idade mínima, bem como a responsabilização dos servidores públicos por um suposto déficit na previdência social.

Em agosto de 2003, sob a liderança do Partido dos Trabalhadores, a Reforma da Previdência foi aprovada. No dia 6 de agosto a Proposta de Emenda Constitucional nº 040 (PEC 040) foi aprovada na Câmara dos Deputados (358 votos a favor, 126 contrários e nove abstenções) e, em 27 de agosto, os deputados voltaram ao plenário e aprovaram a reforma e a taxação dos aposentados.

A primeira vitória neoliberal capitaneada pelo PT contra os trabalhadores abriria uma crise sem precedentes no interior do SEPE. A força dos militantes petistas na direção

⁴⁴² AGORA é Lula. E agora Lula? Conselho de Classe. Rio de Janeiro. 07/01/2003.

⁴⁴³ Idem, *Ibidem*.

do sindicato poderia ser notada pelo resultado da eleição para o período de 2003 a 2006⁴⁴⁴.

Certamente, com outras organizações da classe trabalhadora não seria diferente.

Ainda que o PT tenha chegado à vitória do maior cargo executivo do país por meio de profunda reformulação de sua tática e estratégia política, conforme demonstrado por COELHO (2005), em crescente processo de deslocamento da sua posição na luta de classes, a maioria do movimento organizado da classe trabalhadora mantinha expectativas de que o governo representaria também os interesses da classe trabalhadora.

Contudo, antes de ser um governo da classe trabalhadora, o governo Lula não tardou em demonstrar que era um governo capaz de governar sobre as classes trabalhadoras, como no caso da retirada de direitos que significou a Reforma da Previdência. Esta avaliação não foi compartilhada pelo conjunto da classe trabalhadora, tampouco foi consensual no interior da direção do SEPE, como veremos nas teses do XI Congresso.

Os laços tênues de unidade da direção sindical começaram a se fragmentar na direção proporcional do SEPE. Os periódicos da entidade não reproduziram grande parte destas divergências de avaliação do movimento e da organização sindical.

No campo das lutas locais contra o governo de Rosinha Garotinho e a administração municipal de César Maia não haveria maiores divergências políticas. O SEPE continuaria o movimento de denuncia de desmonte da escola pública via políticas de

⁴⁴⁴ **Resultado das eleições para 2003-2006:** Chapa 1: Obteve 3.393 votos, o que corresponde a 20,688% do total de total de votos, indicando dez membros efetivos e dois suplentes. Chapa 2: Obteve 5.022 votos, o que corresponde a 30,620% do total de votos, indicando quinze membros efetivos e quatro suplentes. Chapa 3: Obteve 1.685 votos, o que corresponde a 10, 274% do total de votos, indicando cinco membros efetivos e um suplente. Chapa 4: Obteve 2.108 votos, o que corresponde a 13,463% do total de votos, indicando seis membros efetivos e dois suplentes. Chapa 5: Obteve 1.746 votos, o que corresponde a 19,646% do total de votos, indicando cinco membros efetivos e um suplente. Chapa 6: Obteve 2.347 votos, o que corresponde a 14,310% do total de votos, indicando sete membros efetivos e dois suplentes.

Composição da Direção para 2003-2006: Coordenação Geral: Guilhermina Luzia da Rocha, Marco Túlio Paolino, Gualberto Izaias de Oliveira Tinoco, Rosana Maria do Nascimento Mendes Skinner e Gesa Linhares Corrêa. **Coordenação da Capital:** Wíria Christiane Livoli de Alcântara Cabral, Isabel Cristina Gomes da Costa, Vera Lúcia da Costa Nepomuceno, Rosana do Amaral Guimarães, Marilda Dias da Costa. **Coordenação do Grande Rio:** José Carlos Peixoto de Campos, Roberto Serrano Henriques e Ivanete Conceição da Silva. **Coordenação do Interior:** Danilo Garcia Serafim, Dionéia Edilma Santos de Melo, Pedro Ney Maximiano Alves, Alex Sandro da Silva Trentino, Maria das Dores Mota, Luisa Helena Guimarães Gomide e Carlos Pletsh. **Secretaria de Finanças:** Rosaldo Bezerra Peixoto, Greyce Kelly Fernandes de Almeida e Jalmir Gomes Ribeiro da Silva. **Secretaria de Organização:** Vera Lucia Alvarenga de Oliveira e Josimar de Oliveira Coelho. **Secretaria de Imprensa:** Marta de Moraes Lima Silveira, Fábio Gustavo Viana Siqueira e Wilton Porciúncula Alves. **Secretaria de Assuntos Jurídicos:** Fernando Linhares Gomes, Élon Simões de Paiva e Maria de Lourdes de Oliveira Monteiro. **Secretaria de Assuntos Educacionais:** Lila Mara Oliveira, Ronei de Aguiar Carvalho e Maria Beatriz Lugão Rios. **Secretaria de Cultura e Formação:** Antonio Claudio de Andrade e Robson Lopes Trajano. **Secretaria de Gênero, Anti-Racismo e Opção:** Claudio Marcio Paolino e Marize de Oliveira Pinto. **Secretaria de Saúde:** Paulo Cesar Romão da Silva, José Messias dos Santos e Marco Aurélio Ramalho Gandra. **Secretaria de Funcionários:** Mario Sérgio Martins, Roberto Alves Simões, Odete Pereira da Rocha Duarte e Anete Silva Ramos Trindade. **Secretaria de Aposentados:** Vera Lucia de Freitas, Sibila do Amaral Oliveira e Leda Teixeira. **Suplentes:** Josi Meire Louzada, Rogério Norberto da Cunha Alimandro, Afonso Celso Teixeira, Claudio Monteiro de Andrade, Mariana de Paula Caetano, Edna de Oliveira Felix, Murilo Pestana do Amaral, Sílvia Rejane Vianna Sobrinho de Souza, Carlos Eduardo Gliglio, Maria José Ferreira de Mello e Marcio Claudino de Magalhães.

caráter neoliberal. Os embates contra o governo do estado se dariam em torno da falta de trabalhadores nas escolas, da continuidade do projeto Nova Escola - e o avanço dos princípios empresariais de produtividade e competitividade, bem como de destruição dos projetos político-pedagógicos das escolas com a inserção, sob novas bases, da avaliação e certificação dos trabalhadores da educação.

As políticas estatais para a educação no Rio de Janeiro resultariam, nos anos de 2003 e 2004, em superlotação as salas de aula e carência de 26 mil docentes e 10 mil funcionários, deixando parcela significativa dos alunos sem aulas em várias disciplinas ao longo de todo o ano letivo⁴⁴⁵.

O avanço conservador sobre a educação provocaria ainda dois graves resultados, o da inserção do ensino religioso confessional⁴⁴⁶ na grade curricular e a suspensão da eleição para diretores, substituindo-a por uma consulta e elaboração de uma lista tríplice, na gestão do secretário estadual de educação Claudio Mendonça⁴⁴⁷. Cabe ainda destacar a explosão da violência nas escolas⁴⁴⁸, a redução da matriz curricular, de 30 tempos para 25 e o corte de 23 licenças sindicais do SEPE pelo secretário, ex-presidente da FAETEC.

A intensificação e a precarização do trabalho atingiriam também a educação municipal:

Durante suas sucessivas gestões, o prefeito César Maia manteve uma política de poucos investimentos no setor da Educação marcada pelo arrocho salarial e pela pouca preocupação com a construção de novas unidades escolares. Com o aumento da demanda por matrículas na rede, a crise de falta de vagas aumenta de ano para ano, obrigando a SME a reconhecer que irá implementar o rodízio e o regime de três turnos para atender à carência de novas salas e, também de profissionais na sua rede⁴⁴⁹.

A Conferência de Estadual de Educação, promovida ao final do ano de 2003, teve como tema, *Educação Hoje: Direitos, Reformas e Resistências*. O debate em torno das políticas educacionais nacional, estadual e municipal e as reformas da previdência, sindical e trabalhista objetivou construir um plano de lutas. Na plenária do Plano de Lutas não houve

⁴⁴⁵ BOLETIM do SEPE. Rede Estadual. Rio de Janeiro, 25/06/2003.

⁴⁴⁶ Cabe destacar que o casal Garotinho possuía como base eleitoral as igrejas neo-pentecostais. A proposta do ensino religioso de Rosinha foi além da LDB, que estabelecia a obrigatoriedade da oferta, mas o caráter facultativo da matrícula no ensino religioso, pois a legislação carioca previa o vínculo dos professores com as instituições religiosas.

⁴⁴⁷ O Supremo Tribunal Eleitoral (STF) concedeu liminar ao pedido do Partido Social Cristão (PSC), partido da base da governadora, contra a eleição de diretores, alegando inconstitucionalidade das eleições diretas.

⁴⁴⁸ O SEPE elaborou um dossiê sobre impacto da violência nas escolas, para alunos e docentes. Várias escolas municipais e estaduais ficaram fechadas por causa da violência em áreas consideradas de risco. Entre fevereiro e outubro do ano de 2004, 148 escolas municipais fecharam no período de oito meses, dezenas de unidades tiveram suas atividades interrompidas mais de uma vez durante os 74 dias por causa de guerras entre o narcotráfico, incursões policiais aos morros e luto por mortes nas comunidades. Cf. SECRETÁRIA diz que fechamento é parcial. *Extra*. Rio de Janeiro. 28/11/2004.

⁴⁴⁹ SME anuncia rodízio de turmas para 2005. Boletim do SEPE. Rede Municipal. Rio de Janeiro. 18-03-2005.

deliberação específica sobre as políticas do governo Lula, tampouco repúdio às ações do ministro da previdência Ricardo Berzoini, e sobre a posição da CUT⁴⁵⁰.

O espaço seguinte de avaliação e planejamento das lutas ocorreu em novembro de 2004, através de mais uma conferência. Na conferência, os delegados se posicionaram contrários às reformas propostas pelo governo federal: sindical, trabalhista e universitária; pela retirada da CUT do Fórum Nacional do Trabalho e pela autonomia na organização dos trabalhadores. Nesse sentido, as críticas à atuação da CUT e da CNTE definiram a estratégia de:

Abrir o debate com toda a categoria sobre a relação do nosso sindicato com a CUT. Apontamos para o próximo congresso do SEPE, como fórum apropriado, para definir se o sindicato se manterá ou não filiado àquela central. Até lá, a direção deverá garantir: a) publicação de jornal específico sobre o tema, com espaço equivalente para as diversas posições. Este jornal será enviado a todos os filiados e distribuído nas escolas; b) organizar seminários em todos os núcleos e regionais até a primeira quinzena de junho/2005, garantindo a presença de companheiros que defendam as posições em debate sobre a CUT e demais temas da pauta do congresso⁴⁵¹.

As resoluções referentes à produção de jornais e seminários, no entanto, não foram implementadas, em grande parte, pelas disputas intra-direção.

3.4. O SEPE E A RUPTURA COM A CUT: CRISE DE HEGEMONIA NA DIREÇÃO E A REORGANIZAÇÃO DA CLASSE

Durante a preparação do XI Congresso e da sua realização, em 2005, a polêmica em torno da relação do SEPE com a CUT adquiriu não só a centralidade, como praticamente todo o debate congressual se restringiu a ela.

Como tratamos anteriormente, a resistência às reformas neoliberais na década de 1990, expressas em políticas educacionais e em políticas de reestruturação administrativa do Estado, foi capaz de reunir o campo da esquerda que compunha a direção do SEPE. Contudo, a chegada do PT ao governo do Estado do Rio de Janeiro, através de Benedita da Silva (vice de Anthony Garotinho), mostrou-se precursora de uma crise de hegemonia na direção da entidade, que ganharia contornos mais evidentes no primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva. Na avaliação do SEPE, a convergência entre os caminhos da CUT e do PT de moderação das lutas e da institucionalização dos organismos da classe havia chegado ao ápice no ano de 2003, com a experiência dos servidores públicos na reforma da

⁴⁵⁰ CONSELHO de Classe, ano VI, nº 33. Rio de Janeiro, 18/12/2003.

⁴⁵¹ BOLETIM do SEPE. Rede Estadual. Rio de Janeiro, 26/11/2004.

previdência do governo petista. De fato, a CUT e o PT passaram da crítica e enfretamento ao capitalismo, nos anos de 1980, à defesa de posições (social) liberais, na década seguinte, buscando soluções para o desenvolvimento do capitalismo no país – “mas com distribuição de renda” -, conforme demonstram França (2005), no caso da análise do braço sindical dos trabalhadores, a CUT, e Coelho (2005), na análise do PT, o seu braço político.

Desta forma, as críticas à direção majoritária da CUT que ocorriam dentro do SEPE, desde a década de 1990, ganharam maior amplitude devido às consequências da experiência com o governo Lula, já nos seus primeiros meses. Composta, majoritariamente por militantes do PT, a direção do SEPE entrou em crise com as avaliações de parcela do movimento sobre o governo Lula e a CUT, promovendo, assim, o adiamento do XI Congresso.

O XI Congresso do SEPE/RJ, Congresso Florestan Fernandes⁴⁵², realizado em 2005, recebeu 13 teses, todas trataram da referida problemática. As posições dos grupos e correntes, com teses inscritas no congresso, sobre a relação do SEPE com a CUT eram as seguintes: desfiliação da CUT; desfiliação da CUT e adesão à Conlutas; não-pagamento da contribuição mensal à CUT; permanência da filiação à CUT; permanência da filiação à CUT e realização de plebiscito na base, em novembro de 2005; permanência da filiação à CUT e realização de plebiscito em 2006.

Das posições explicitadas acima, a partir da análise do conjunto de teses, podemos organizá-las em três blocos políticos, a partir de suas estratégias.

O primeiro bloco realizava a crítica à CUT, propondo a ruptura com a central e a construção de uma alternativa de luta, da qual faziam parte as teses: 2 – *Romper com a CUT e construir a Conlutas para derrotar as reformas e defender nossos direitos*⁴⁵³, 8 – *SEPE: 28 anos de luta e resistência. Adaptar-se jamais!*⁴⁵⁴ e 12 – *Tese da oposição Sindical: resgatar o SEPE da direita* (Oposição Sindical).

A unidade do segundo bloco dava-se em torno da crítica à CUT, propondo a disputa no interior da central para reconstruí-la através de uma unidade de ação contra as reformas neoliberais e em defesa dos direitos trabalhistas, da qual faziam parte as teses: 1- *Nem partidos, nem patrões: Sepe forte é a categoria*; 3 – *Para lutar pelos direitos: unidade dos profissionais da educação pelas reivindicações, sim! Divisão e acomodação, não!*⁴⁵⁵, 4 – *Radicalizar na democracia para*

⁴⁵² Houve um número superior a 1.000 inscrições de delegados eleitos na base da categoria, na proporção de 10 trabalhadores (mesmo que não fossem filiados) para 1 delegado, cuja participação deu-se com o financiamento do próprio sindicato.

⁴⁵³ Tese proposta por militantes do PSTU e militantes “independentes”.

⁴⁵⁴ Tese proposta por militantes do PSOL (MTL).

⁴⁵⁵ Assinatura individual de Renato Gonçalves.

*transformar a CUT e o SEPE*⁴⁵⁶, 5 – *Tese do Sindicalismo Socialista Brasileiro*⁴⁵⁷, 6 – *Por uma educação que contribua para o avanço da classe trabalhadora rumo ao socialismo*⁴⁵⁸, 7 – *Unir a classe trabalhadora para derrotar as reformas políticas neoliberais*⁴⁵⁹, 9 – *Sepe na luta: dignidade para quem educa*⁴⁶⁰ e 11- *Tese da CSC/ Educação: Por um SEPE classista, unitário, autônomo e de luta*⁴⁶¹. Embora defensora da permanência da filiação do SEPE à CUT, a tese 9 apresentava uma proposta diferente das demais. Se a tese partilhava da estratégia de reconstrução da central, através da construção da Oposição Cutista, não se detinha a ela, propondo a realização de um plebiscito na base sindical para a deliberação sobre a continuidade ou ruptura da filiação à CUT.

O terceiro bloco, composto pelas teses: 10 - *Um outro mundo é possível, outro SEPE é necessário*⁴⁶², e 13 - *SEPE – 28 anos: unidade e reformas para avançar na luta*⁴⁶³ (Articulação Sindical-PT), unificava-se pela defesa da política da CUT, portanto, de permanência da filiação à Central e a defesa de pressionar/disputar os rumos do governo Lula através dos movimentos sociais.

Vejamos as teses que validam as opções da direção majoritária da CUT e, portanto, do PT.

Para a Tese 13, *SEPE – 28 anos: unidade e reformas para avançar na luta*, o alvo das críticas é a política neoliberal e o imperialismo norte-americano que, conduzido pelo autoritarismo do Partido Republicano, tem tornado as relações internacionais muito difíceis para os países “em desenvolvimento”. A tese realiza uma avaliação positiva da CUT, das reformas e do governo Lula, de um modo geral, e das suas ações internacionais, em particular, que “revelam um projeto de inserção do país como importante líder regional” (Tese 13, SEPE, 2005). Os aspectos apontados pela corrente Articulação Sindical podem ser identificados no trecho abaixo:

É preciso construir um projeto de entendimento nacional, em torno das variáveis-chave da economia (juros, impostos, câmbio, preços, política de recuperação salarial, redução de jornada, limitação das horas extras e outras), capaz de garantir o desenvolvimento sustentável para a economia brasileira. A referida proposta aponta para uma transição rumo a um novo modelo de crescimento sustentável com redistribuição de renda. Seu objetivo é libertar a economia nacional da armadilha monetária e cambial, que subordina o País aos humores dos capitais especulativos

⁴⁵⁶ Tese de grupo petista e cutista ligado ao dirigente Marco Túlio Paolino.

⁴⁵⁷ O Sindicalismo Socialista Brasileiro é corrente sindical do PSB.

⁴⁵⁸ Tese proposta por militantes da Unidade Classista (PCB).

⁴⁵⁹ Tese proposta por militantes da Ação Popular Socialista (PT/APS).

⁴⁶⁰ Tese proposta por militantes do PSOL (ENLACE).

⁴⁶¹ Tese proposta por militantes do PCdoB.

⁴⁶² Tese proposta por militantes do PT (CUT Socialista e Democrática).

⁴⁶³ Tese proposta pela Articulação Sindical, corrente majoritária do PT.

(Tese 13, SEPE: 2005).

O projeto do governo petista de chegar ao poder visando o desenvolvimento capitalista com distribuição de renda, explícito na tese acima, segundo COELHO (2005), resulta de um processo de *transformismo*, na acepção gramsciana, das concepções originais contra-hegemônicas dos chamados sindicalistas autênticos, fundadores do PT. Para o autor, o PT, através da corrente Articulação Sindical que conquistou a hegemonia no interior do partido, transitou durante a crise do socialismo real de uma posição contra-hegemônica, oriunda da tradição marxista, rumo a uma ação reformista já explicitada no projeto de correntes internas como a Nova Esquerda. Para propor o uso do conceito gramsciano aos grupos petistas e a sua incorporação ao bloco dominante o autor destaca a “dissolução dos vínculos orgânicos com a classe trabalhadora”, através da via burocrática – eleita pelo PT como prioridade a inserção no aparelho de estado - e a via intelectual – a moderação dos intelectuais de esquerda à crítica ao capitalismo, abdicando da perspectiva de sua superação e, portanto, do marxismo⁴⁶⁴. Tal processo só pode ser compreendido através de suas múltiplas determinações e mediações, não sendo, portanto, resultado inexorável da crise aberta no interior das organizações da classe trabalhadora pela reestruturação produtiva e o neoliberalismo:

Nem toda a esquerda abandonou o marxismo. Mesmo sofrendo o impacto das derrotas na luta de classes, muitos intelectuais e organizações sustentaram as referências marxistas de seus projetos políticos. No caso do PT, a reviravolta do campo majoritário exigiu a derrota e o isolamento das posições à esquerda, que se mantiveram, muitas, no campo do marxismo⁴⁶⁵.

Coadunada à opção de emprestar uma face social ao capitalismo, a Articulação Sindical reivindica o modelo “inédito no Brasil”, (desconsiderando a experiência seminal da Força Sindical) do sindicalismo cidadão como uma inovação necessária no terreno da organização da classe trabalhadora no Brasil:

Trata-se de um sindicalismo que, de modo ousado, por meio de propostas e mobilizações, enfrenta as transformações ocorridas no mundo do trabalho. Um sindicalismo que não abre mão das lutas e mobilizações de massa, mas que, ao mesmo tempo, incorpora a luta institucional e faz agregar à agenda sindical novos elementos essenciais para a conquista da plena cidadania, que valoriza o processo de negociação seja na esfera bipartite (capital e trabalho), tripartite (capital, trabalho e governo) ou multipartite⁴⁶⁶.

⁴⁶⁴ COELHO, 2005, p. 466

⁴⁶⁵ COELHO, 2005, p. 457.

⁴⁶⁶ SEPE. Caderno de teses do XI Congresso do SEPE/RJ. Rio de Janeiro, 9 a 11 de junho, 2005, p. 78.

O argumento de falência da luta de classes, substituído pela conciliação de classes, via negociações, parece ter adquirido a centralidade do processo de reformismo programático da esquerda, ou seja, do projeto do PT, através principalmente, da Articulação Sindical.

Ao mesmo tempo em que a Articulação Sindical caracterizava o governo petista como um governo para todos, destacava a sua “tendência natural à gestão do capital”, uma vez que, se não houvesse organização popular, os interesses dos trabalhadores seriam preteridos no âmbito das políticas estatais:

A experiência destes dois anos [do governo Lula] mostra que os avanços nas políticas públicas dependem sempre da capacidade de proposição, mobilização e negociação dos trabalhadores (as) e da sociedade⁴⁶⁷.

Em linha política próxima a da AS, aponta a tese 10- *Um outro mundo é possível, outro SEPE é necessário!* da CUT Socialista e Democrática, ao afirmar que a crítica radical ao governo Lula:

Seria desperdiçar um momento político onde se abriu uma brecha para superar o neoliberalismo no Brasil. Por outro lado, afirmar que se trata de uma efetivação do projeto neoliberal seria não reconhecer que o governo se encontra em uma armadilha, que sua atual “governabilidade” só funciona no Congresso se for para aprovar medidas conservadoras⁴⁶⁸.

Embora tenhamos reunido em um bloco aquelas teses que realizam críticas à CUT, trata-se de um conjunto bastante heterogêneo de correntes políticas, daquelas mais próximas a correntes de direita – mas que encontra na crítica comedida à CUT a anuência de sua base insatisfeita com a reforma previdência - até aqueles setores mais à esquerda, que se propõem a resgatar a tradição cutista de enfrentamento. Como consequência, as teses se unificam em torno da proposta de reconstrução da CUT.

A Tese 1, embora realize críticas ao governo federal e a direção majoritária da CUT avalia que a ruptura com a CUT levaria à divisão dos trabalhadores:

Ainda é possível se reconstruir a Central. Muito trabalho isso dará. Mas a luta de classes no Brasil passa também por isso. Não se pode mais ficar construindo e abandonando as obras de nossa construção⁴⁶⁹.

Além do argumento acima, a Tese 1 defendia que a CUT ainda representava o maior patrimônio construído pelos trabalhadores e que, em um momento de ofensiva

⁴⁶⁷ SEPE. Tese 13, 2005, p.77.

⁴⁶⁸SEPE. Caderno de teses do XI Congresso do SEPE/RJ. Rio de Janeiro, 9 a 11 de junho, 2005, p. 59.

⁴⁶⁹ SEPE. XI Congresso do SEPE/RJ. Rio de Janeiro, 9 a 11 de junho de 2005, p. 7.

através das reformas, propostas pelo governo do PT, o caminho seria a unidade da classe trabalhadora em contraposição a política divisionista. Somam-se a estes o argumento, presente na maioria das teses, de que os movimentos sociais deveriam pressionar o governo Lula para a realização de um governo dos trabalhadores.

A Tese 3 – *Para lutar pelos direitos: unidade dos profissionais da educação pelas reivindicações, sim! Divisão e acomodação, não!* afirma:

A exigência endereçada ao governo é que rompa com atual política e respeite o mandato recebido em 2002. O SEPE reafirma a luta para cobrar de Lula o cumprimento do mandato: ruptura com as políticas do FMI e Banco Mundial para atender às reivindicações do povo trabalhador⁴⁷⁰.

Na tese 4 - *Radicalizar na democracia para transformar a CUT e o SEPE* a crítica à sociedade capitalista não é uma crítica na direção de sua superação, tem como expectativas que o governo petista assuma a forma de “um governo democrático-popular, que enfrente as desigualdades sociais e distribua as riquezas”⁴⁷¹. Para os autores a radicalização da democracia, que não se confunde com a via revolucionária, é sinônimo de:

Articular nossa ação pelas macro-transformações com micro-revoluções no nosso cotidiano, romper com dualismos maniqueístas e com a farsa em que as finalidades “nobres” justificam quaisquer meios para atingi-la⁴⁷².

Esta tese critica os danos da política neoliberal e a adesão considerada parcial do governo Lula a este modelo, via “condução das políticas macroeconômicas da dupla Meirelles/ Palocci”⁴⁷³, realizando uma cisão teórica entre a direção econômica e a direção política de um governo. Realiza críticas à CUT e, sem ruptura com a Central, propõe mudanças na sua direção, que tem tornado a entidade “hesitante para encaminhar algumas lutas importantes, como no caso da reforma da previdência e não demonstra a independência necessária para confrontar o governo Lula na defesa dos interesses dos trabalhadores”, enfim, possuem a proposta de resolução de “uma CUT independente e socialista”⁴⁷⁴.

Há nesse grupo outras correntes, como dissemos no início da seção, que fazem críticas ainda mais incisivas ao governo Lula, à CUT e às reformas.

⁴⁷⁰ SEPE. XI Congresso do SEPE/RJ. Rio de Janeiro, 9 a 11 de junho de 2005, p. 19.

⁴⁷¹ SEPE. XI Congresso do SEPE/RJ. Rio de Janeiro, 9 a 11 de junho de 2005, p. 24.

⁴⁷² SEPE. Tese 4, 2005.

⁴⁷³ Idem, Ibidem, p.23.

⁴⁷⁴ Idem, Ibidem, p. 24.

As teses 5 – *Tese do Sindicalismo Socialista Brasileiro* - e 6 - *Por uma educação que contribua para o avanço da classe trabalhadora rumo ao socialismo*, defenderam a unidade da esquerda cutista contra as reformas e em defesa dos direitos trabalhistas. Para a tese 5:

A Central Única dos Trabalhadores, sob a hegemonia da social democracia (Articulação), vem apresentando dificuldades e limitações na condução das lutas dos trabalhadores. A adesão da CUT às propostas de flexibilização das leis trabalhistas e da Reforma Sindical apresentadas pelo atual governo – que, em geral, retiram direitos trabalhistas adquiridos e dificultam a organização dos trabalhadores, vem enfraquecendo as suas ações e dificultando a atuação dos comunistas em seu interior⁴⁷⁵.

A Tese 7 – *Unir a classe trabalhadora para derrotar as reformas políticas neoliberais*, aposta na construção de uma frente de esquerda e anti-neoliberal. Contudo, para derrotar as reformas seria também necessário derrotar a direção majoritária da CUT:

A aceitação dos consensos e da proposta de reforma sindical, por parte da maioria direção da CUT, tem raiz numa concepção sindical do Campo Majoritário na central desde os anos 90 e que agora, no governo Lula, encontra uma nova e maior oportunidade de se exprimir; inclusive, porque os que hoje no governo estão à frente desta política, são os mesmos que a elaboraram no interior da CUT⁴⁷⁶.

A desfiliação à CUT não era vista como uma saída para o movimento:

Entendemos que as propostas de desfiliação e a de suspensão do pagamento à CUT, na prática, antecipam a reforma sindical, com a divisão da classe trabalhadora e enfraquecem a luta contra a reforma sindical / trabalhista. A nossa recusa à proposta de formação de uma nova central (Conlutas), defensora da fragmentação da organização sindical, fundamenta-se numa razão óbvia: a história não registra vitórias do proletariado sobre a burguesia em meio a classe dispersa em múltiplos organismos com objetivos desencontrados⁴⁷⁷.

Da argumentação acima percebemos, de forma subliminar, o retorno ao debate da unicidade *versus* pluralidade sindical, tão presente na fundação do SEPE e da CUT que também seria tratado por outras teses, por exemplo, a tese 11 - *Por um SEPE classista, unitário, autônomo e de luta*:

A crise que o movimento sindical vive hoje não decorre do modelo da unicidade e sim devido ao desemprego em massa, que reduziu o número de trabalhadores sindicalizados, determinando uma diminuição da capacidade de mobilização dos sindicatos.

⁴⁷⁵ Idem, *Ibidem*, p. 33.

⁴⁷⁶ Idem, *Ibidem*, p. 38.

⁴⁷⁷ Idem, *Ibidem*.

Certamente a crítica majoritária à CUT dava-se pela perda de sua independência frente ao governo. Um exemplo “curioso” de crítica nessa direção é o da tese 11, da CSC, ligada ao PCdoB, partido integrante do governo Lula. O caso, porém, é que à CSC também interessava criticar a direção majoritária da CUT e por isso abordava a relação simbiótica entre a CUT e o governo de Luís Inácio Lula da Silva:

Desde a sua origem, a central é hegemônica de maneira exclusivista pela Articulação Sindical (Artsind), que a utiliza como um aparelho para suas pretensões. Além disso, na fase recente são visíveis os sinais de burocratização e acomodação da central. Com a vitória de Lula, esse problema se agravou, beirando certa subserviência diante do novo governo. Essa limitação ficou patente em diversas ocasiões, como na batalha contra a privatista e fiscalista reforma da previdência e, agora, diante dos graves riscos da reforma sindical⁴⁷⁸.

Para a tese 9, a linha conciliadora da CUT com o governo e os patrões deu-se antes da eleição do governo de Luís Inácio, porém adquire novo patamar com esta. A expectativa da CUT em participar do Fórum Nacional do Trabalho revelava o equívoco da central, particularmente ao aprovar a seguinte resolução na Reunião Ampliada da Executiva da CUT, transcrito abaixo:

“V -... sem perder de vista a oportunidade histórica de reformar a legislação sindical, a CUT tem chamado os trabalhadores a mobilizarem-se nacionalmente e tem procurado organizar na sociedade uma ampla articulação do setor produtivo, envolvendo empresários, governo, centrais sindicais e trabalhadores com objetivo de construir um projeto de entendimento nacional capaz de garantir um cenário de crescimento sustentável para a economia brasileira”. (Resolução da Diretoria Executiva Nacional da CUT, aprovada na Reunião Ampliada do dia 06/12/2004, páginas 1-2, grifos nossos)⁴⁷⁹.

A tese mais crítica ao governo, deste segundo bloco, compreende que esta resolução desnuda a “relação entre a Reforma Sindical e o Pacto Social”⁴⁸⁰, perdendo dessa forma a sua independência de classe:

A CUT tem se tornado uma resignada repetidora das políticas governamentais, uma correia de transmissão de um governo nada comprometido com os interesses e as reivindicações dos trabalhadores. Realizar o 1º de maio chamando o governo e o patronato para o palanque e para o financiamento da atividade, é um escândalo e uma traição. Tentar “amaciar” a greve dos bancários e petroleiros para evitar o confronto com o governo é outro absurdo, assim como calar-se frente ao irrisório aumento do salário mínimo e frente ao ataque desferido pelo governo através da reforma da

⁴⁷⁸ Idem, *Ibidem*, 67.

⁴⁷⁹ Idem, *Ibidem*, p. 56.

⁴⁸⁰ Idem, *Ibidem*.

previdência.⁴⁸¹

Como consequência desta avaliação os autores propuseram a manutenção provisória da filiação do SEPE à CUT e, após os desdobramentos da reforma sindical e trabalhista, a realização de um processo de debates na base e definição a partir de um plebiscito. Esta tese teve um peso fundamental no Congresso, conforme veremos adiante.

Passemos ao último bloco, o de vanguarda no processo de ruptura com a filiação à CUT.

A tese “SEPE: 28 anos de luta e resistência. Adaptar-se jamais!”, analisa a posição de subordinação dos países latino-americanos com relação ao imperialismo americano, em particular, o papel do governo Lula, ao defender a ALCA e a continuidade do projeto neoliberal através das reformas sindical, trabalhista e universitária. A tese defende a desfiliação à CUT pela postura de contenção das lutas da classe trabalhadora à derrubada das reformas do governo. Assim, propõem à categoria a:

[...] construção de uma alternativa combativa, classista e, no mínimo anticapitalista. Unir campo e cidade não pode ser mais uma simples bandeira e, sim, constituir-se numa prática cotidiana e classista – não à proposta “ongueira” de aglutinar a “sociedade civil organizada”⁴⁸².

A tese 8 recupera a trajetória da CUT rumo à burocratização, quando, a partir da década de 1990 houve a diminuição:

[...] do número de delegados em congressos (CONCUTs) – de 5 mil para menos da metade – o que restringiu a participação da base. A CUT se propunha a representar os trabalhadores, mas os burocratas a levaram a só representar (e mal) sindicatos de “carteira assinada”, excluindo as oposições sindicais e os trabalhadores rurais. Desse modo, passou a ser sustentada basicamente por convênios com órgãos de governo, comprometendo sua independência. Já no congresso de 2000 colocávamos em nossas teses que a CUT estava sendo sustentada em apenas 35% de seu orçamento pelas contribuições sindicais⁴⁸³.

Então, conclui:

Com a total degeneração da Central, agora pode-se dizer que ela é praticamente um Ministério – contra o trabalho e a favor do capital. Nesse sentido, não há mais espaço de disputa na CUT.⁴⁸⁴

⁴⁸¹ Idem, Ibidem.

⁴⁸² Idem, Ibidem.

⁴⁸³ Idem, Ibidem, p.45.

⁴⁸⁴ Idem, Ibidem.

Assim, a estratégia apresentada pela tese é a de reorganização das lutas, cujo primeiro passo deveria ser a ruptura com a CUT e, em seguida, “a construção de uma alternativa combativa, classista e, no mínimo anticapitalista”⁴⁸⁵.

Cabe ainda destacar mais um ponto relevante da análise da tese sobre a causa da alteração da configuração política no interior da direção do SEPE, relacionada ao debate sobre os instrumentos políticos da classe trabalhadora. Destacava que este aspecto, o das diferentes avaliações e posições sobre os rumos da CUT e do PT seriam responsáveis pela fragmentação no SEPE e não o princípio da proporcionalidade direta e qualificada, ratificado no X Congresso, para a composição da diretoria:

A despeito do que pensam alguns, a fragmentação da direção não se deu por conta do número de chapas que concorreram à direção. O que houve foi um realinhamento e uma fragmentação pós-eleição dentro das próprias forças políticas que compunham as chapas – engendrada pela conjuntura geral de crise instaurada na esquerda, particularmente após a eleição de Lula⁴⁸⁶.

A Tese 2 – *Romper com a CUT e construir a Conlutas para derrotar as reformas e defender nossos direitos*, destaca a função contrarrevolucionária do governo Lula na América Latina. Assim, a tese definia o governo Lula como um governo:

[...] de frente popular, de colaboração de classes. Agregamos a esta, outras definições. Em primeiro lugar, o governo de Lula se comprovou como uma frente popular distinta de experiências anteriores, como a de Allende, por ser claramente pró-imperialista. [...] Em segundo lugar, dissemos que este era um governo que incorporava setores da burguesia. Dissemos que existia uma aliança tão ampla ao redor de Lula que no primeiro momento havia traços de unidade nacional. [...] Em terceiro lugar, caracterizamos que esse era um governo preventivo, para evitar uma primeira onda de mobilizações revolucionárias⁴⁸⁷.

Para os autores da tese, a retomada das lutas não poderia ser comandada pelas entidades da classe construídas na década de 1980, tendo em vista os pontos já levantados por outras teses, tais como a moderação e a contenção das lutas, a posição frente às reformas neoliberais, em particular, a reforma da previdência e o FNT:

O ciclo histórico de reorganização do PT-CUT acabou (não significa que essas organizações deixaram de existir), e uma nova etapa da reorganização começou com o governo Lula. Estamos perante uma transição, em que predominam os elementos de ruptura com o velho, sem ter ainda uma expressão clara do novo, pela ausência de um

⁴⁸⁵ Idem, *Ibidem*, p. 50.

⁴⁸⁶ Idem, *Ibidem*.

⁴⁸⁷ Idem, *Ibidem*, p.11.

ascenso mais amplo⁴⁸⁸.

A CUT possuía vínculos materiais com o Estado burguês, através das verbas do FAT, mas não só:

No governo Lula, a CUT deu um salto em sua traição com os trabalhadores. Hoje é um braço do governo no movimento sindical, e está submetida ao Estado burguês, aos seus cargos e as suas verbas. Por isso não cabe mais disputar por dentro e participar dos fóruns burocratizantes da central⁴⁸⁹.

Mais um elemento, argumentado pela tese, da inviabilidade de disputas no interior da CUT, foi a aprovação na Plenária Nacional Estatutária de apoio à reforma sindical⁴⁹⁰. Para a tese, o processo de burocratização ocorrido na direção do SEPE era fruto de uma hegemonia das forças políticas ligadas ao governo Lula e à CUT, resultando em uma moderação das lutas. Nesse sentido, a retomada das lutas, mais que ações judiciais e/ou contratação de serviços à categoria – tais como convênio de plano de saúde – é que seria capaz de aumentar o número de filiações, propiciar o surgimento de novos dirigentes e o avanço do movimento⁴⁹¹. No âmbito mais geral da organização da classe, tal retomada das lutas deveria ocorrer através de um novo instrumento de lutas:

A CONLUTAS é um projeto em construção e que pode significar uma alternativa real para coordenar as lutas que virão no próximo período. Mas entendemos que será necessário que o SEPE conheça e faça experiência não só com a CONLUTAS mas com outras alternativas que estão sendo construídas, como foi o MUSPE nas mobilizações da rede estadual e o Fórum Fluminense, principalmente na luta contra a Reforma da Previdência⁴⁹².

A *Tese da oposição Sindical: resgatar o SEPE da direita*, tese nº 12, também apresentava a proposta de filiação à CONLUTAS. Para a tese, concorde com grande parte das avaliações sobre o governo Lula e a CUT do terceiro bloco, o SEPE estaria hegemonizado pelas forças governistas, pois apenas uma das chapas concorrentes às eleições de 2003, defendeu a independência sindical e convocou a luta contra a reforma da previdência:

A chapa 6, constituída e apoiada por signatários desta tese – hoje integrantes da Oposição Sindical -, por independentes e pelo PSTU, representou, ao final da eleição, cerca de 15% da Direção Estadual. Isto significa dizer que 85% da direção representa os governos Lula e Rosinha. Soma-se a este grande percentual chapa branca a conciliação do PSTU com estes setores, na sua busca incessante por espaços no

⁴⁸⁸ Idem, Ibidem, p.12.

⁴⁸⁹ Idem, Ibidem, p. 13.

⁴⁹⁰ Idem, Ibidem.

⁴⁹¹ Idem, Ibidem, p.16.

⁴⁹² Idem, Ibidem, p. 14.

interior do aparato sindical. Levando-se em consideração que eles ocupavam 65% da Chapa 6, uma simples regra de três nos aponta mais de 95% da direção unificada em torno de acordos que sedimentaram a crescente burocratização do SEPE nos últimos anos⁴⁹³.

As disputas em torno dos rumos da organização da classe trabalhadora no XI Congresso, a partir do ponto de inflexão que significou à chegada do governo petista à presidência da república, resultaram na permanência da filiação à CUT, remetendo a decisão à base da categoria, através da realização posterior de um plebiscito.

A correlação de forças já se mostrava favorável à permanência da filiação à CUT, conforme demonstramos ao longo da análise das teses, porém o encaminhamento das votações também deve ser considerado para a compreensão desse resultado. Embora tenham chegado à plenária final do congresso seis posições para votação sobre a relação com a CUT⁴⁹⁴, a primeira votação ocorreu em torno da polarização entre a continuidade da filiação à CUT e a desfiliação à CUT. Tal encaminhamento garantiu que os blocos de "reconstrução" e o de "defesa" da CUT votassem pela continuidade da filiação à CUT, mesmo sem a unidade em torno da proposta do plebiscito, obtendo 445 votos dos delegados contra 278.

Dessa forma, a votação sobre o plebiscito na base para decidir pela relação com a CUT, sobreveio àquela. Nessa votação, a maior parte do bloco de "reconstrução" da CUT votou com o bloco que defendia a "ruptura" com a CUT. Assim, ficou aprovada a realização do plebiscito na base da categoria e, sem quórum para definir a data e critérios, a decisão organizativa do plebiscito foi remetida ao Conselho Deliberativo.

Contudo, resoluções congressuais, como a de conjuntura nacional, mostrariam que a vitória parcial dos setores cutistas no Congresso não liquidou a crítica à CUT e que a luta pela reorganização da categoria ganhou forças no congresso:

[...] a maioria da direção da CUT tem sido fiadora, no movimento sindical, das políticas governamentais. Dessa forma, abandonou a autonomia e a independência frente aos governos, princípios que deram origem à Central. O apoio do campo majoritário da CUT às reformas sindical e universitária – além de sua omissão frente à reforma da previdência – são reveladoras dessa opção⁴⁹⁵.

E nesse sentido,

⁴⁹³ Idem, *Ibidem*, p. 72-73.

⁴⁹⁴ Desfiliação da CUT; desfiliação da CUT e adesão à Conlutas; não-pagamento da contribuição mensal à CUT; permanência da filiação à CUT; permanência da filiação à CUT e realização de plebiscito em novembro de 2005; permanência da filiação à CUT e realização de plebiscito em novembro de 2006.

⁴⁹⁵ BOLETIM do SEPE. Rede Municipal. Rio de Janeiro. 15-06-2005.

Não é papel dos trabalhadores disputarem esse governo. Temos que aperfeiçoar nossa organização, ampliar o debate e intensificar nossas lutas para derrotar suas políticas. Precisamos retomar a independência de classe, a autonomia frente a quaisquer governos e partidos, a prática democrática e o rumo estratégico socialista⁴⁹⁶.

O Conselho de Classe Especial do XI Congresso⁴⁹⁷ levou à categoria as posições existentes no SEPE sobre o plebiscito que ocorreria junto com a eleição para a diretoria da entidade. Com a participação de 20 mil eleitores, a maior do sindicato, no plebiscito realizado de 19 a 23 de junho, 61% decidiram pela ruptura com a CUT.

Aquelas forças que apresentaram teses ao XI Congresso do SEPE organizaram-se em torno de quatro chapas concorrentes à direção do sindicato. As chapas 2 e 4 (compostas por militantes do PSTU, MTL, NOS, Reage Socialista) que defendiam a desfiliação da CUT tiveram a maioria dos votos⁴⁹⁸.

O resultado expressivo do repúdio da categoria à CUT se manifestou em todas as regionais da capital e na maioria dos núcleos do interior, após duas décadas de filiação à Central. O fechamento deste ciclo cutista do SEPE, antes de significar uma solução para a crise sindical dos trabalhadores em educação, em particular, e da classe trabalhadora, em geral, representava a necessidade de avançar no processo de reorganização das lutas, assim como o reconhecimento de um refluxo dos instrumentos de luta frente à conjuntura.

A distância temporal entre as primeiras avaliações críticas à CUT e a desfiliação à Central dizia muito do processo, da dificuldade de realizar o debate na base, das intensas disputas de partidos e correntes organizadas no interior do movimento e, principalmente, das incertezas sobre os passos futuros.

⁴⁹⁶ Idem, *Ibidem*.

⁴⁹⁷ SEPE. Conselho de Classe Especial do XI Congresso. Rio de Janeiro, 01-11-2005.

⁴⁹⁸ **Resultado da eleição:** Chapa 1: “MUDAR PARA VENCER: OUTRO SEPE É PRECISO!”, obteve 24,16% dos votos; Chapa 2: “SEPE NA LUTA! DIGNIDADE PARA QUEM EDUCA!”, obteve 30,73% dos votos; Chapa 3: “UNIR A CATEGORIA E RESGATAR A DEMOCRACIA”, obteve 11,52% dos votos; Chapa 4: “O SEPE É DE LUTA E DA EDUCAÇÃO. A CUT, NÃO!”, obteve 33,60% dos votos.

Direção eleita para o período 2006-2009: Coordenação Geral: Danilo Garcia Serafim, Guilhermina Luzia da Rocha, Maria Beatriz Lugão Rios, Maria das Dores Pereira Mota e Vera Lúcia da Costa Nepomuceno. **Coordenação da Capital:** Paulo Roberto Filgueira de Oliveira, Thaís Rodrigues Martins, Rosaldo Bezerra Peixoto, Jalmir Gomes Ribeiro da Silva e Maristela de Ávila Abreu. **Coordenação do Grande Rio:** Ivanete Conceição da Silva, Roberto Serra Henriques e Leila da Silva Xavier. **Coordenação do Interior:** Carlos Plesch, Adriano José dos Santos, Sirley Antunes Silva, Sidney Sebastião de Moura e Silva, Odete Pereira da Rocha Duarte, Odisséia de Carvalho Aldred Pinto e Janete Cruz Maximiano Alves. **Secretaria de Finanças:** Gesa Linhares Corrêa, Maria Oliveira da Penha e Soneli Antunes Arltd. **Secretaria de Organização:** Carlos Eduardo Giglio e Edna de Oliveira Felix. **Secretaria de Imprensa:** Bruno Rêgo Deusdará Rodrigues, Marco Túlio Paolino e Alex Sandro da Silva Trentino. **Secretaria de Assuntos Jurídicos:** Jerônimo Lucena Ferreira, Wiliam Guedes Pinheiro e Maria de Lourdes de Oliveira Monteiro. **Secretaria de Assuntos Educacionais:** Wíria Christiane Livoli de Alcântara Cabral, José Carlos Madureira Siqueira e Marta de Moraes Lima Silveira. **Secretaria de Cultura e Formação:** Maria Paula Pereira da Silva e Tarcísio Motta de Carvalho. **Secretaria de Gênero, Anti-Racismo e Opção:** Eva da Conceição Dionísio e Rosana Maria do Nascimento Mendes. **Secretaria de Saúde:** Elisabeth Soriano, Marco Aurélio Ramalho Gandra, Maria José Rodrigues Carvalho. **Secretaria de Funcionários:** Mario Sérgio Martins, Ângela Maria Barbosa de Souza, Gualberto Izaías de Oliveira Tinoco e Ricardo Fonseca Ignez. **Secretaria de Aposentados:** Sibila do Amaral Oliveira, Graciete Santana Nogueira Nunes e Leontina Pereira Alves. **Suplentes:** Marize de Oliveira Pinto, Landia de Paulo Tavares, Eva de Jesus Ferreira, Gilson Andreza Dias, Leda Teixeira, Sandra Maria de Melo Bertagnoni, Rosilene do Carmo Macedo Conceição, Angelina Sonia Correa, Adelaide Cavalcanti Santana, Dayse de Oliveira Gomes, Mariana de Paula Caetano e Yara de Souza Ferreira.

Se por um lado o peso que a direção petista tradicionalmente teve no SEPE contribuiu para a extensão desse processo, também é possível afirmarmos que a unidade construída pelas correntes que formaram o PSOL, em torno da oposição de esquerda ao governo Lula e ao PT, não teve correspondente em uma posição sindical unitária, apesar da tese dos militantes do Enlace (PSOL), proponente do plebiscito, ter conquistado centralidade no congresso.

A tese 8, conforme citação anterior, indicava que tal fragmentação na direção do sindicato era resultado de um "realinhamento e uma fragmentação pós-eleição dentro das próprias forças políticas que compunham as chapas – engendrada pela conjuntura geral de crise instaurada na esquerda, particularmente após a eleição de Lula"⁴⁹⁹.

Em síntese, a desfiliação da CUT pelo SEPE mostrava o resultado da experiência da categoria com o governo de Luís Inácio Lula da Silva e com a CUT e, sobretudo, que a crise aberta não era específica do SEPE, mas do conjunto das organizações classistas.

O processo de reorganização da classe através da construção e da consolidação de uma alternativa à CUT permaneceu em aberto no interior do SEPE, assim como na maioria dos sindicatos combativos. A crise de identidade de um sindicato construído na luta foi o sintoma evidente de uma crise sindical diversa daquela que marcou a década de 1990.

⁴⁹⁹ SEPE. XI Congresso do SEPE/RJ. Rio de Janeiro, 9 a 11 de junho de 2005, p. 50.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a pesquisa sobre o sindicalismo docente buscamos analisar o processo de formação dessas(es) trabalhadoras(es) enquanto classe, a partir de suas lutas. Nesse sentido, podemos afirmar que a partir de greves, como as seminais de 1979, no CEP, o movimento docente se consolidou como força política no cenário brasileiro ao longo da década de 1980.

O movimento docente não teve início nas décadas de 1970 e 1980, porém um conjunto de determinações garantiu que, nesse período - o da eclosão do *Novo Sindicalismo*-, ele se constituísse como uma nova força política no cenário da luta de classes, no Brasil. Determinações tais como: a expansão do ensino público e dessa força de trabalho; as próprias experiências organizativas docentes anteriores ao *Novo Sindicalismo*, assim como a convergência entre as lutas pela democratização do ensino na tradição dos movimentos operários e as lutas corporativas dos professores garantiram a materialidade de uma nova organização política.

O direito à sindicalização dos servidores públicos somente foi conquistado na Constituição de 1988, contudo algumas entidades de docentes e de trabalhadores da educação, embora, juridicamente, não fossem entidades sindicais, funcionavam com nítido caráter sindical. Nesse sentido, o CEP assumiu rapidamente a identidade de entidade representativa da classe trabalhadora, em meio a debates e disputas em sua base.

O debate em torno da identidade de classe perpassou a organização docente, nas suas práticas sindicais, congressos, publicações, relacionamento com os partidos políticos e com as centrais sindicais nacionais e internacionais. A especificidade do trabalho docente, cuja divisão técnica e social do trabalho atribui uma preponderância do trabalho intelectual, mostrou-se relevante no processo de reflexão/construção de uma identidade de classe. Podemos afirmar que a entidade não só avançou no processo de unificação com os demais setores das/os trabalhadoras/es da educação, tais como serventes, merendeiras e funcionários administrativos, em 1987, como permitiu que a filiação à CUT, realizada em 1986, ocorresse de forma precursora no movimento sindical da educação.

O SEPE participou das disputas em torno da reorganização da classe trabalhadora, que ao final da ditadura civil-militar estava polarizado entre os setores que fundariam a CUT e aqueles que fundariam a CGT, posicionando-se na disputa macropolítica da transição da ditadura civil-militar à democracia burguesa por eleições diretas para todos os níveis, estratégia que estava por trás da cisão no movimento sindical brasileiro.

O SEPE participou ativamente da construção da CUT, mesmo antes do debate sobre a filiação à Central estar concluído, atuando particularmente no DNTE⁵⁰⁰ e, posteriormente, no combate ao processo de vinculação da entidade à estrutura sindical oficial, realizando propostas para uma gestão democrática e independente do Estado, contrária às transformações ocorridas a partir do III CONCUT que culminaram na formulação de um "sindicalismo orgânico".

As propostas de cota de mulheres na direção da CUT, fortemente apoiadas pelas dirigentes sindicais, revelam que o sindicalismo docente teve papel de vanguarda no debate feminista dentro destas organizações de maioria masculina. O sindicalismo docente significou a possibilidade de expressiva militância feminina, não sem enfrentamentos diretos ao patriarcado, mas como condição de exercício da política em seu local de trabalho e além dele.

Na década de 1980, as greves do SEPE realizadas nas redes estadual fluminense e municipal carioca de educação, com prevalência na rede estadual, além de funcionarem como experiência de fortalecimento da organização da categoria, enfrentaram as políticas de arrocho salarial e de expansão da educação sem atender as necessidades da população e das/os trabalhadoras/es vinculados a ela. Às mobilizações dos trabalhadores, o Estado respondeu com medidas repressivas, tais como o recurso à Lei de Segurança Nacional, prisão de lideranças, cassação da entidade e repressão policial às manifestações públicas, com poucas tentativas efetivas de negociação com a categoria. O SEPE derrotou posições mais colaboracionistas presentes na direção da entidade até 1986 e voltou a realizar grandes greves, mesmo contra o governo do PDT, de Leonel Brizola, que buscava ser identificado com os setores populares e de esquerda, e a seu projeto de educação. As/os trabalhadoras/es da educação, unificada/os a outros servidores públicos, combateram as políticas de inspiração neoliberal de reestruturação do Estado, após a decretação da falência, também por um governo pedetista, da administração municipal do Rio de Janeiro, assim como participaram e construíram as greves gerais convocadas pela CUT. Resultaram dessas lutas conquistas salariais e a implantação de um plano de carreira aos trabalhadores da educação.

A reunião das experiências organizativas anteriores ao CEP possibilitou que as lutas dos profissionais da educação atingissem um novo patamar. Tal processo não ocorreu sem contradições, marcado por profunda disputa política, a entidade adquiriu um caráter de

⁵⁰⁰ O II Congresso do DNTE CUT, ocorrido em 1994, contou com a representação de mais de um milhão de trabalhadores em educação, um dos maiores ramos no interior da CUT.

massa que até então não existia no interior do movimento docente, cuja expansão do ensino trouxe as condições materiais para uma nova forma de inserção desta categoria na luta de classes.

A vitória de Fernando Collor de Mello, em 1989, significou a derrota de um projeto político para o país vinculado, em grande parte, às organizações da classe trabalhadora e, por consequência, a ascensão da reforma do Estado, via política neoliberal. O acúmulo organizativo da classe trabalhadora, ao longo da década de 1980, através da construção do Partido dos Trabalhadores e da maior central sindical do país, a CUT, sofreria os ataques da política neoliberal e da reestruturação em curso no mundo do trabalho, assim como sentiria os efeitos do fim da URSS.

Contudo, sindicatos docentes, que surgiram em meio à onda do *Novo Sindicalismo*, nos anos 1980, ao contrário da maioria das entidades sindicais daquela onda, atravessaram os anos 1990 e 2000 realizando lutas que enfrentaram com resistência singular o projeto capitalista de Reforma do Estado e de conversão da educação em mercadoria.

No processo de luta de classes, as greves adquiriram centralidade e impuseram ao Estado um recuo, ora maior, ora menor, em relação às propostas de Reforma do Estado, na lógica de gestão empresarial, alteração do regime de contratação da força de trabalho e privatização do espaço público. No campo da educação, podemos afirmar que a política educacional visou atender às orientações de organismos multilaterais internacionais para conformar um novo tipo humano adequado ao mercado de trabalho ou, nas palavras de Gramsci, combater a tarefa educativa e formativa do Estado "de adequar a 'civilização' e a moralidade das mais amplas massa populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção e, portanto, de elaborar também fisicamente tipos novos de humanidade"⁵⁰¹.

No SEPE, as lutas empreendidas na década de 1990 combateram a reestruturação do Estado - que era envidada através da redução do funcionalismo público, através de programas de demissão voluntária, da não realização de concursos públicos e da terceirização dos funcionários, além de implantação de pacotes pedagógicos e da implantação de avaliações e gratificações por produtividade. O movimento avançou na análise das propostas educacionais do estado do Rio de Janeiro, organizou o primeiro congresso de educação e definiu a sua proposta de educação para a sociedade, fundada na concepção gramsciana de Escola Unitária.

⁵⁰¹ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 3 (Caderno 13). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000, p. 23.

Ainda que o recurso às greves tenha sido superior ao do conjunto do sindicalismo brasileiro, o movimento não passou à margem da crise sindical. O SEPE discutiu o esgotamento político das extensas greves, a questão da burocratização no interior da entidade e as dificuldades no enfrentamento ao conjunto das políticas neoliberais. A crise na entidade, contudo, ganhou novos contornos com a posse do PT no governo do estado, em 2002, e no governo federal, em 2003. As forças políticas organizadas na direção colegiada e proporcional do SEPE que apoiavam tais governos buscaram frear a postura combativa e autônoma do sindicato.

As lutas da década de 1990 tiveram um caráter mais defensivo, inclusive como resultado da transformação do sindicalismo brasileiro, da qual a moderação da CUT e a sua participação em fóruns de negociação com o Capital e o Estado mostraram-se os sintomas mais relevantes. Como resultado das políticas estatais para a educação ao longo das décadas de 1980 e 1990, houve um processo de intensificação heterônoma do trabalho docente que, significou o avanço de uma forma específica de proletarização docente. Para avançar nesse processo de conversão da educação em mercadoria, o Capital e o Estado precisaram combater os trabalhadores vinculados a elas e às suas organizações classistas.

O processo de subsunção do trabalho ao Capital, contudo, não se deu apenas no campo educacional, mas arrastou o conjunto do mundo do trabalho. Assim, aumentou o grau de subsunção dos trabalhadores ao Capital, seja na atividade específica de seu trabalho, seja nas condições gerais da existência. Os professores, trabalhadores coletivos, foram perdendo a autonomia e o controle de seu processo de trabalho, subjugados às avaliações externas, ao aligeiramento da formação docente, à flexibilização das formas de contratação e a salários compostos por gratificações e por bônus de produtividade.

Os passos na direção da subsunção real do trabalho docente ao capital foram dados em todos os níveis de ensino, mas repercutiram de forma diferente, dada a sua estratégia diferenciada de implantação e de proximidade com a formação para o trabalho.

Essa é a tendência que observamos a partir da pesquisa, ou seja, a de um processo crescente de perda de autonomia do trabalho docente - e das (os) demais profissões exercidas na educação, de transformações essenciais em sua forma, o que nos leva a concluir que tal trabalho docente tende a uma subsunção real ao capital, cujo estágio caracterizamos como uma *subsunção proto-real do trabalho docente ao capital*. Processo este que ocorre com a mediação do Estado de classe⁵⁰².

⁵⁰² A esse respeito ver o Capítulo IV – A natureza sócio-histórica do trabalho docente - de As lutas por educação no Brasil recente (MIRANDA, 2017).

A relação do trabalho com o Estado complexificou-se, ao caminhar em direção a um processo de reestruturação do aparelho estatal ao modelo gerencial, próprio da iniciativa privada. Esse movimento, analisado nos capítulos anteriores, de Reforma do Estado no Brasil, a partir da década de 1990, caminhou na construção de organizações públicas não-estatais e, nesse sentido, amalgamou, em um estágio ainda não suficientemente investigado, as relações sociais entre o setor público e o privado. Portanto, aqui temos um problema de investigação em aberto.

No campo da luta sindical as mudanças empreendidas na postura da CUT foram emblemáticas, das quais destacam-se as experiências de negociações realizadas entre o sindicato dos metalúrgicos do ABC paulista e as montadoras frente às ameaças de demissão que impuseram uma pauta de perdas de direitos desses trabalhadores e o “acordo da previdência”, em 1996, quando o presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva, negociou a reforma da previdência com o governo de Fernando Henrique Cardoso, que substituiu o modelo da aposentadoria “por tempo de serviço” pelo da aposentadoria “por tempo de contribuição”.

Diante dessas opções, a CUT abandonou a perspectiva originária, ainda que não consensual, de constituir-se sob novas bases organizativas, herança do *Novo Sindicalismo* em oposição à estrutura sindical e, cada vez mais, tornou-se parte integrante desta.

Se parecia que a ofensiva neoliberal estava desgastada e que não lograria mais vitórias no início dos anos 2000, a ascensão do PT à presidência da república configurou um novo realinhamento da luta de classes, no Brasil. As mudanças ocorridas, desde a década anterior, na CUT e o no PT, colocaram o movimento sindical combativo sem direção e representação nacional, nos momentos de ataque aos direitos trabalhistas.

A contrarreforma da previdência realizada pelo governo Lula, em 2003, representou um ponto de inflexão para os movimentos combativos da classe trabalhadora. O papel da CUT no momento de conflito aberto entre os interesses da classe trabalhadora e o do PT, de administrar o Estado pela agenda neoliberal, foi o de colaboração. Se a CUT já vinha se transformando em uma central negociadora, dentro dos marcos da ordem capitalista, não seria em nada contraditório “negociar” com o governo do PT. Assim, a CUT participou do Conselho Econômico e Social (CDES), criado pelo governo Lula para assessorar, mas, sobretudo legitimar as contrarreformas. O processo de ruptura do SEPE com a CUT, teve início nesse momento.

A experiência da classe trabalhadora com a CUT, no enfrentamento aos ataques aos seus direitos e às propostas de contrarreformas sindical, trabalhista e universitária mostraria

que este instrumento dos trabalhadores, construído na década de 1980, esgotara-se no seu caráter autônomo e classista.

Esse processo gerou uma crise sem precedentes no SEPE. O descompasso temporal entre as avaliações críticas à CUT e a desfiliação à Central revelou a fragmentação do debate e as intensas disputas de partidos e correntes organizadas no interior do movimento. Se, por um lado, o peso que a direção petista tradicionalmente teve no SEPE contribuiu para a extensão desse processo, também é possível afirmarmos que a unidade construída pelas correntes que formaram o PSOL, em torno da oposição de esquerda ao governo Lula e ao PT, não teve correspondente em uma posição sindical unitária, nem entre si, nem com os demais setores dirigentes críticos ao PT e à CUT. A fragmentação na direção do SEPE foi o resultado de um realinhamento e uma fragmentação das forças políticas organizadas, revelando uma crise sindical diversa daquela que marcou a década de 1990.

Dessa forma, a desfiliação do SEPE da CUT mostrou o resultado da experiência da categoria com o governo de Luís Inácio Lula da Silva e com a CUT e, sobretudo, que a crise aberta não era específica do SEPE, mas do conjunto das organizações classistas. O processo de reorganização da classe através da construção e da consolidação de uma alternativa à CUT permaneceu em aberto no interior do SEPE. O SEPE não tomou uma posição unitária com relação ao debate de reorganização da classe, mantendo contribuição financeira à CONLUTAS e à INTERSINDICAL naquele momento.

O fechamento de um ciclo cutista no SEPE, antes de representar uma solução para a crise sindical dos trabalhadores em educação, em particular, e da classe trabalhadora, em geral, significou o reconhecimento da necessidade de avançar no processo de reorganização das lutas.

A tese consolidada na produção acadêmica, de viés estruturalista, de que o sindicalismo docente é conservador e corporativo foi refutada com a análise das entidades, construídas em oposição à estrutura sindical oficial. Ao construir-se enquanto classe, as referidas entidades docentes participaram organicamente dos mais profundos debates e embates da organização da classe trabalhadora no Brasil, em particular, de suas organizações sindicais, desde os CONCLATS, na década de 1980, até o debate de reorganização da classe e construção de alternativas à CUT, a partir da adesão desta última à política da colaboração com o Capital e com o governo Lula.

A construção de uma identidade de trabalhadores da educação, forjada nessas lutas de quase três décadas, em oposição a de profissional, presente majoritariamente nas

experiências organizativas anteriores demonstra que o movimento docente não se questiona se integra a classe trabalhadora, mas como, sendo sua parte integrante, pode colaborar para a sua (re)organização.

Certamente, ainda há muitos dilemas a serem enfrentados pelo movimento docente para o avanço e fortalecimento de suas lutas. A questão de gênero, ainda que não apareça assim ou como grande destaque da organização docente, foi um processo que precisou ser enfrentado para a passagem do associativismo ao sindicalismo. Ainda que não devidamente explícita, a história da luta da emancipação das mulheres, tem na construção do sindicalismo docente combativo, uma página extremamente relevante.

O desafio de unificação das lutas no setor da educação permanece tão urgente quanto no período anterior ao *Novo Sindicalismo*, no interior da categoria, mas também na sua ampliação para o conjunto da classe. Se, por um lado, o SEPE reuniu o conjunto dos trabalhadores da educação, por outro lado, os docentes possuem maior destaque na direção da entidade.

As trabalhadoras e os trabalhadores da educação mais que uma relação de solidariedade com as lutas gerais da classe trabalhadora, fazem parte de sua história, não pela especificidade de seu trabalho, mas por sua condição concreta e por sua ação política. Isso não quer dizer que as/os trabalhadoras/es da educação sejam homogêneas (os) em sua forma de intervenção na realidade e na luta de classes, tampouco que se encaixam em um determinado nível de manifestação da consciência de classe⁵⁰³.

Mas é evidente que a construção de entidades sindicais permitiu que professoras e professores e outras (os) profissionais da educação se transformassem e se reconhecessem como trabalhadoras e trabalhadores nesse processo.

Como resultado da ação crítica às políticas educacionais, em muitas circunstâncias foram as/os trabalhadoras/es da educação, organizadas (os) sob a forma sindical, que impediram o avanço das mais agressivas políticas de privatização da educação e domesticação da sua força de trabalho, a serviço do Capital.

Ora com maior, ora com menor grau de aprofundamento, o SEPE formulou propostas e projetos vinculados aos *interesses históricos da classe trabalhadora* para a educação, como o da Escola Unitária, assim como buscou avançar nas disputas contra hegemônicas à sociedade de classes.

Porém, frente à ofensiva do Capital, nas suas dimensões materiais e ideológicas, se coloca para o conjunto da classe a tarefa histórica de reversão do atual quadro de

⁵⁰³ Conforme indicado acima, ver a esse respeito ver o Capítulo IV – A natureza sócio histórica do trabalho docente de MIRANDA (2017).

fragmentação e desmonte da vida social. Os limites das atuais organizações da classe trabalhadora são ainda muito grandes e, portanto, é necessário avançar na construção de instrumentos de lutas mais orgânicos àqueles que sofrem a exploração, a expropriação e as opressões capitalistas, capazes de colocar em pauta, através de lutas concretas, a superação desta forma societária.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Teresa Ventura de. *A União dos Professores do Rio de Janeiro: Um capítulo da história da organização docente (1948-1979)*. Niterói: UFF, 2001. (Dissertação de mestrado)
- ANTUNES, Ricardo. *O novo sindicalismo no Brasil*. Campinas: Pontes, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez-EdUnicamp, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- APPLE, Michael. *Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero em educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- ARROYO, Miguel G. Operários e educadores se identificam: que rumos tomará a educação brasileira? *Educação & Sociedade*. Revista Quadrimestral de Ciências da Educação. São Paulo: CEDES/Cortez/Autores Associados, vol. II, nº 5, 1980.
- BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. *O Movimento Operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- BATALHA, Claudio Henrique de Moraes (Org.). *Dicionário do Movimento Operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.
- BIANCHI, Álvaro e BRAGA, RUY. Capitalismo patrimonial nos trópicos! Terceira via e Governo Lula. In: *Universidade e Sociedade*. nº31. Brasília: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições do Ensino Superior – ANDES-SN, 2003.
- BORGES, Angélica; LEMOS, Daniel Cavalcanti de Albuquerque. Os legítimos representantes da classe: os jornais e a organização dos professores públicos primários no século XIX. In: *Anais do Seminário Associativismo e Sindicalismo Docente no Brasil*, Rio de Janeiro: 2009.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Brasília: MEC/ SEF, 1997.
- BRASIL. *Sinopse do Censo dos Profissionais do Magistério da Educação Básica 2003*. Brasília, DF. MEC- INEP, 2006.

- BRASIL. *Estatísticas dos Professores no Brasil*. Brasília, DF. MEC-INEP, 2003.
- BRASIL. *Censo Escolar: Sinopse Estatística da Educação Básica 2003*. Brasília, DF. MEC-INEP, 2004
- BRASIL. *Censo da educação superior: Sinopse estatística 2005*. Brasília, DF. MEC- INEP, 2007.
- BRASIL. *Sinopse Estatística da Educação Básica 2007*. Brasília, DF. MEC- INEP, 2008.
- BRASIL. *Estudo Exploratório sobre o professor brasileiro: com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007*. Brasília, DF. MEC-INEP, 2009.
- BRASIL, MARE. *Plano Diretor da Reforma do Estado*. Brasília: 1995.
- CAÇÃO, Maria Izaura. *Jornada de trabalho docente: delineamento histórico da organização do trabalho do magistério público estadual paulista*. Campinas, UNICAMP, 2001. (Tese de doutorado).
- CANESIN, Maria Tereza. *Um protagonista em busca de interlocução: Um resgate da história do movimento de professores da rede pública de 1º e 2º graus em Goiás, na conjuntura 1979/1989*. São Paulo: PUC-SP, 1993. (Tese de doutorado)
- CARDOSO, Sergio R. P.; TAMBARA, Elomar; ALMEIDA, Jezabel B. *Associação Sul Riograndense de Professores: uma associação de ajuda mútua docente no Rio Grande do Sul*. In: Anais do Seminário Associativismo e Sindicalismo Docente no Brasil, Rio de Janeiro: 2009.
- CATTANI, Denice Barbara. *Educadores à meia-luz: um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1902 – 1919)*. São Paulo: Universidade de São Paulo: 1989. (Tese de doutorado)
- COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital: Crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005. (Tese de doutorado)
- COELHO, Ricardo B. Marques. *O Sindicato dos Professores e os Estabelecimentos de Ensino no Rio de Janeiro: 1931-1950*. Niterói, 1988. (Dissertação de mestrado)
- CRUZ, Hélvia Leite. *Condições de construção histórica do sindicalismo docente de educação básica*. Brasília, UnB: 2008. (Tese de doutorado).
- CUNHA, Luis Antônio. *O Ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*. São Paulo. Editora UNESP, Brasília, DF: FLACSO, 2000.

- CUNHA, Luis Antônio. Crise e reforma do sistema universitário (debate). *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, n. 46, novembro, 1996.
- CUNHA, Luis Antônio. *Educação, Estado e democracia no Brasil*. 6ª ed. São Paulo: Cortez; Niterói, RJ: Editora da UFF; Brasília, DF: FLACSO do Brasil, 2009.
- DAL ROSSO, Sadi. Condições estruturais de emergência do associativismo e sindicalismo do setor de educação – Leitura a partir de dados censitários brasileiros. In: *Anais do Seminário Associativismo e Sindicalismo Docente no Brasil*, Rio de Janeiro: 2009.
- DAL ROSSO, Sadi; LUCIO, Magda de Lima. O Sindicalismo Tardio da Educação Básica no Brasil. *Revista Universidade e Sociedade*. Brasília, DF, ano XIV, n. 33, 2004.
- DAVIES, Nicholas. *O FUNDEF e o orçamento da educação: desvendando a caixa preta*. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.
- DAVIES, Nicholas. *Verbas da Educação: o legal X o real*. Niterói: EdUFF, 2000.
- DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: CPDOC- FGV 2001. Disponível em: <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>.
- DIEDERICHS, Arminda Raquel Mourão. *Movimento de Professores de primeiro e segundo graus: uma análise crítica*. Manaus, Un-Amazonas, 1992. (Dissertação de mestrado).
- DONATONI, Alaíde Rita. *Trajatória do movimento docente do ensino superior: um resgate histórico da origem e desenvolvimento da ANDES*. Campinas, SP: 1999. (Tese de doutorado).
- DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- ENGELS, Friedrich. Introdução à Guerra Civil na França, de Karl Marx (1981). In: MARX, Karl. *A Guerra Civil na França*; seleção de textos, tradução e notas Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ENGUITA, Mariano F. A ambigüidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização. *Teoria & Educação*. Porto Alegre: Pannonica, n. 4, 1991.
- FERNANDES, Florestan. *Nova República?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.
- FERREIRA Jr, Amarílio. *Sindicalismo e Proletarização: a saga dos Professores Brasileiros*. São

Paulo: USP, 1998. (Tese de doutorado).

FERREIRA Jr., Amarílio. A Confederação dos Professores do Brasil e a Aposentadoria aos 25 anos. In: *III Seminário Internacional da Rede de Pesquisadores em Associativismo e Sindicalismo de Trabalhadores em Educação 2011*. Disponível em:

<http://nupet.iesp.uerj.br/arquivos/AmarilioFerreira3.pdf>. Acesso em: abr. 2011.

FIGUEIREDO, Lorene. *Reforma Neoliberal na Educação e crise no movimento sindical no Estado de Minas Gerais: Os limites do reformismo*. Niterói, UFF: 2006. (Dissertação de mestrado).

FRANÇA, Teones Pimenta de. *Mundo do trabalho e sindicalismo no Brasil (1988-2000): Uma análise sobre as principais causas da crise sindical*. Niterói: UFF, 2005. (Tese de doutorado).

FRANÇA, Teones. Sindicalismo no Brasil e estrutura sindical (1978-1997). *Lutas e Resistências*, n. 2. Londrina, 2007.

FRIEDMAN, Milton; FRIEDMAN, Rose. *Capitalismo e liberdade*. Artenova, 1977.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GORZ, André. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

GOULART, Raquel; LEHER, Roberto. Trabalho Docente e as Reformas Neoliberais. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade. *Reformas Educacionais na América Latina e os Trabalhadores Docentes*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Vol. II e Vol. III: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*: Vol. V: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HYPOLITO, Álvaro. Processo de trabalho na escola: algumas categorias para análise. *Teoria & Educação*. Porto Alegre: Pannonica, n. 4, 1991.

HYPOLITO, Álvaro. *Trabalho Docente, Classe social e Relações de Gênero*. Campinas: Papirus, 1997.

IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

LANCILLOTTI, Samira Saad Pulcherio. *A Constituição histórica do Trabalho Docente*.

- Campinas: UNICAMP, 2008. (Tese de doutorado)
- LEMOS, Daniel Cavalcanti A. *O Discurso da Ordem: O movimento associativista docente na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: UERJ, 2006. (Dissertação de mestrado em educação).
- LEMOS, Daniel Cavalcanti A. Esquecidos e mal pagos. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Número 32, maio de 2008.
- LEMOS, Daniel Cavalcanti A. Professor Reis e o Associativismo Docente no Brasil e em Portugal. In: *Anais do IX Congresso Iberoamericano de História da Educação Latino Americana (CIEHLA)*, Rio de Janeiro, 2009.
- LIMA, Kátia Regina de Souza. Organismos Internacionais: O Capital em busca de novos campos de exploração. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). *O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990*. São Paulo: Xamã, 2002.
- LIMA, Kátia Regina de Souza. “Terceira Via” ou Social-liberalismo: bases para a refundação do projeto burguês de sociabilidade. In: *Revista Universidade e Sociedade*, nº 34. Brasília: Sindicato nacional dos Docentes das Instituições do Ensino Superior – ANDES-SN, 2004.
- LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses "Sobre o conceito de História"*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- LUGLI, Rosário Genta. *Um estudo sobre o CPP (Centro do Professorado Paulista e o movimento de organização dos professores (1964-1990))*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997. (Dissertação de mestrado).
- MANACORDA, Mario Alighiero. *História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias*. Campinas: Cortez/ Autores Associados, 1989.
- MANACORDA, Mario Alighiero. *Marx e a pedagogia moderna*. São Paulo: Cortez, 1991.
- MARX, Karl. *A Guerra Civil na França*. Seleção de textos, tradução e notas Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1987.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Textos sobre Educação e Ensino*. 2. ed. São Paulo: Moraes, 1992
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*; prólogo de José Paulo Netto. São Paulo: Cortez, 1998.

- MASCARENHAS, Ângela Cristina Belém. *Desafiando o Leviatã: Sindicalismo no setor público*. Campinas: Alíneas, 2000.
- MASSON, Máximo Augusto Campos. *Magistério e Sindicalismo: a trajetória do Centro de Professores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1988.
- MATOS, Marcelo Badaró. *Novos e Velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955– 1988)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura. 1998.
- MATOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.
- MATOS, Marcelo Badaró. (coord.) *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca*. Rio de Janeiro: APERJ / FAPERJ, 2003.
- MATOS, Marcelo Badaró. *Os trabalhadores e o golpe de 1964*. História e Luta de Classes, Rio de Janeiro, nº1, abril de 2005.
- MATOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto: 2008.
- MATOS, Marcelo Badaró. *Reorganizando em meio ao refluxo: Ensaios de intervenção sobre a classe trabalhadora no Brasil atual*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2009.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- MENDONÇA, Sonia Regina, FONTES, Virgínia Maria. *História do Brasil Recente 1964-1992*. São Paulo: Ática, 2004.
- MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo/ Campinas: Boitempo/ EdUNICAMP, 2002.
- MIGNOT, Ana Crystina Vanancio. CIEP - Centro Integrado de Educação Pública – Alternativa para a qualidade de ensino ou nova investida do populismo na educação? *Em Aberto*. Brasília, ano 8, n. 44, 1989.
- MIRANDA, Kênia A. *A Organização dos trabalhadores em educação no capitalismo neoliberal: O pensamento pedagógico do SEPE, do SINPRO e da UPPE*. Niterói: UFF, 2005. (Dissertação de mestrado)
- MIRANDA, Kênia. *As lutas dos trabalhadores da educação: do Novo Sindicalismo à ruptura com a CUT*. Niterói: UFF, 2011. (Tese de doutorado)

- MIRANDA Kênia. *Lutas por Educação no Brasil Recente: o movimento docente da Educação Superior*. Niterói: Eduff, 2017.
- NAJJAR, Jorge Nassin Vieira. *A disputa pela qualidade da escola: uma análise do programa Nova Escola do Estado do Rio de Janeiro*. São Paulo, 2004. (Tese doutorado).
- NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. *A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização*. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.
- NOSELLA, Paolo. *A Escola de Gramsci*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1992.
- OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. *Educação e Sociedade*. v. 25, n. 89, p.1127-1144, set./dez., 2004.
- OLIVEIRA, Francisco de. O surgimento do antivalor. *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- OLIVEIRA, Iolanda de. Espaço Docente, Representações e Trajetórias. In: Oliveira, Iolanda de (Org.). *Cor e Magistério*. Rio de Janeiro: Quartet; Niterói, RJ: Eduff, 2006.
- PERETE, Leila Angélica e OLIVEIRA, Vera Regina Rodrigues de. *Reconstrução Histórica do SEPE*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1989. (mimeo)
- PERROT, Michelle. *Workers on strike. France, 1871-1890*. New Haven, Yale Univ. Press, 1987.
- PISTRAK, M. *Fundamentos da escola do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2000.
- PONCE, Aníbal. *Educação e luta de classes*. 15. ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- RESES, Erlando. *De vocação para profissão: Organização Sindical e Identidade Social do Professor*. Brasília: UnB: 2008. (Tese de doutorado).
- RIDENTI, Marcelo. *Professores e Ativistas da Esfera Pública*. São Paulo: Cortez, 1995.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil (1930/1973)*. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.
- RODRIGUES, José. *A Educação Politécnica no Brasil*. Niterói: EDUFF, 1998.
- RODRIGUES, José. *Os empresários e a Educação Superior*. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.
- RODRIGUES, José. Verbete Educação Politécnica. In: *Dicionário da Educação Profissional em*

- Saúde*. (2. ed. rev. ampl.) Rio de Janeiro: EPSJV, 2009.
- RUMMERT, Sonia Maria. *Educação e identidade dos trabalhadores: as concepções do capital e do trabalho*. São Paulo: Xamã; Niterói: Intertexto, 2000.
- RUMMERT, Sonia Maria. Entidades representativas dos interesses do trabalho: expressão da hegemonia do capital? *Trabalho Necessário*. Revista Eletrônica do NEDDATE. Niterói: UFF, n. 3, 2005. Disponível em: www.uff.br/trabalhonecessario/SoniaTN3.htm. Acesso em: 2 jun. 2005.
- SAVIANI, Dermeval. *Trabalhadores em educação e crise na universidade. Ensino público e algumas falas sobre universidade*. 4. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1987.
- SAVIANI, Dermeval. *Da nova LDB ao novo plano nacional de educação: por uma outra política educacional*. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.
- SAVIANI, Dermeval. *Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política*. 36. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.
- SAVIANI, Dermeval. *História das Ideias Pedagógicas no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.
- SILVEIRA, Marta Lima Moraes. *Entre Gregos e Troianos. As relações entre o SEPE/RJ e a categoria de profissionais de Educação do Estado do Rio de Janeiro*. Niterói: UFF, 2002. (Dissertação de mestrado)
- THOMPSON, E. P. *A miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.(s/d).
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, v. 1.
- THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. 2. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2007.
- TOLEDO, Cecília. *Mulheres: O Gênero nos une, a classe nos divide*. São Paulo: Xamã, 2001.
- VENTURA, Jaqueline Pereira. *Educação de Jovens e Adultos ou Educação da Classe Trabalhadora? Concepções em disputa na contemporaneidade brasileira*. Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação. Niterói, 2008. Tese de Doutorado.
- VIANNA, Cláudia Pereira. *Os nós do "nós": Crise e perspectivas da ação coletiva docente em São Paulo*. São Paulo: Xamã, 1999.

VIANNA, Claudia Pereira. A Produção acadêmica sobre organização docente: ação coletiva e relações de gênero. *In: Educação & Sociedade*, n. 77, 2001.

WEFFORT, Francisco Correia. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 1995

XAVIER, Libânia Nacif. Inovações e (des) continuidades na política educacional fluminense (1975-1995). 24ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação. Caxambu, 2001.

JORNAIS:

A Notícia. 1998.

Folha de São Paulo. 1988.

Folha Dirigida. 1998

Jornal do Brasil. 1978 a 2003.

Jornal dos Sports. 1997.

O Dia. 1988 a 1998.

O Fluminense. 1988 a 1995.

O Globo. 1978 a 2003.

O Povo. 1998.

Tribuna da Imprensa. 1979 a 1998

Última Hora. 1978 a 1992

SEPE:

SEPE. *Boletim do SEPE*. 1989 a 2005.

SEPE. *Conselho de Classe*. Rio de Janeiro, 1990 a 2003.

CEP, CEPE, SEPE. *Atas de Assembleia*. 1979 a 2003.

CEP, CEPE, SEPE. *Cadernos de Teses*. 1986 a 2005.

Este livro analisa cuidadosamente a trajetória das e dos trabalhadoras-trabalhadores da educação pública no Rio de Janeiro, através do estudo incisivo e documentado da construção das organizações e das lutas sindicais dessa categoria. É um livro de combate, mas é sobretudo um documento precioso do processo histórico que vivemos nas últimas décadas.

Pesquisa militante, portanto, pois defende a importância da organização sindical que, embora não esgote nem deva esgotar o horizonte organizativo das classes trabalhadoras, segue fundamental.

No caso dos-as trabalhadore-as da educação, a atuação do SEPE-RJ teve papel central na própria expansão quantitativa e qualitativa da educação pública no Rio de Janeiro. A experiência sindical reúne sempre parcela – maior ou menor – das classes trabalhadoras, e continua a ser uma atividade fundamental dessa identificação e dessa luta. Por dentro dessa riquíssima experiência de vida, de trabalho, de companheirismo e de embates se pode construir mais amplas modalidades de organização, como as centrais sindicais, e incorporar inúmeras lutas, como o feminismo, o antipatriarcalismo, o antirracismo, a defesa da vida e de seu sociometabolismo, na necessária troca social e histórica com a natureza.

Não espere o leitor que haja respostas fáceis ou previamente mastigadas para as enormes dificuldades que ainda hoje atravessamos nas lutas de trabalhadores e na educação pública no Brasil. Ao contrário, é pela explicitação do teor dos embates, pela compreensão dos limites e da potência das diferenças posições em liça, que podemos nos nutrir para seguir o enfrentamento. Falsificar os embates ou mascarar derrotas seria como eliminar o sangue correndo nas veias da luta concreta.

Virgínia Fontes